

ÍNDICE GERAL

NOTA INTRODUTÓRIA	5
SINAIS CONVENCIONAIS	6
1 ORÇAMENTO	7
2 MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO	29
3 MISSÕES MILITARES DE CARÁCTER INTERNACIONAL	45
4 RECURSOS HUMANOS.....	65
5 INFRA-ESTRUTURAS	101
6 ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA	129
7 SISTEMA DE FORÇAS.....	155
8 APOIO SOCIAL.....	177
9 ACTIVIDADE INSPECTIVA	185
SIGLAS	192
ÍNDICE	205

NOTA INTRODUTÓRIA

O Anuário Estatístico da Defesa Nacional constitui um repositório de dados da Defesa, cuja recolha é efectuada pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, Inspecção-Geral da Defesa Nacional, Instituto de Acção Social das Forças Armadas e Polícia Judiciária Militar.

A informação estatística da presente edição é reportada ao ano de 2006, embora em áreas específicas como o *orçamento*, *recursos humanos*, *imobiliário*, *bens e tecnologias militares* e *actividade inspectiva*, sejam apresentados dados de anos anteriores, através dos quais é possível avaliar a respectiva evolução no passado recente.

No que se refere a conteúdo, esta edição incorpora, relativamente à de 2005, algumas alterações que importa assinalar. Desde logo, as que decorrem da publicação do Decreto-Lei nº 61/2006, de 21 de Março, que aprovou a nova Lei Orgânica do Exército. Com efeito, ao proceder à extinção, a partir de 1 de Janeiro de 2006, dos comandos territoriais e de natureza territorial do Exército, aquele diploma obrigou a alguns ajustes, nomeadamente nas tabelas em que os dados estatísticos daquele Ramo surgiam agregados por regiões e zonas militares. Seguem-se as alterações impostas pelo Despacho nº 143/MDN/2006, de 14 de Julho, que veio determinar a inclusão no Anuário de novas áreas estatísticas, tais como os encargos financeiros com os vencimentos dos militares nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) e o tratamento estatístico dos encargos financeiros resultantes da aplicação da nova Lei do Serviço Militar (vencimentos e outros incentivos desagregados pela sua natureza), informação que se encontra materializada nos quadros 4.1.1.11 e 4.1.1.12, respectivamente. Por último, as alterações meramente pontuais, enquadrando-se neste caso, por exemplo, a eliminação a partir da presente edição do quadro 4.5.5 - *Agentes Indiciados de Prática de Crimes do Foro Militar*, em virtude de os elementos necessários ao seu preenchimento terem passado para o domínio do Ministério Público, por força da Lei nº 100/2003, de 15 de Novembro (aprova o novo Código de Justiça Militar).

Por fim, nunca é demais salientar que o trabalho apresentado é produto do empenho e dedicação de diversas entidades, organismos e pessoas, aos quais se agradece o seu precioso contributo. Dos utilizadores esperam-se críticas e sugestões que ajudem a melhorar a qualidade da publicação, tornando-a num instrumento de crescente utilidade para todos os que necessitam de estabelecer contacto com o sector da Defesa Nacional.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Dado confidencial
-	Resultado nulo
x	Dado não disponível
“	Estimativa
*	Dado rectificado
0	Dado inferior a metade da unidade utilizada
	Dado incompleto

Nota: *Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.*

NOTA EXPLICATIVA

As estatísticas do Orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte de informação preferencial a Conta Geral do Estado (CGE).

É de referir que:

- a nível global, foi utilizada a informação publicada através do Orçamento do Estado (OE) para os referidos anos;
- a nível específico da Defesa Nacional, foram utilizados os dados disponíveis na Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SG/MDN), tendo os mesmos sido directamente fornecidos pelas entidades envolvidas, no que respeita ao PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) e à LPM (Lei de Programação Militar); os restantes elementos são já definitivos, pois foram recolhidos após a publicação da CGE, inclusive de 2006.

Para concretizar a transformação dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) optou-se pela utilização do índice de preços implícito no produto interno bruto (PIB) como deflacionador, considerando o ano de referência 2000.

A informação macroeconómica, nomeadamente os dados sobre PIB, população e índice de preços implícito no PIB, foram recolhidos junto do Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP), do Ministério das Finanças e da Administração Pública, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística.

Saliente-se, a propósito, que os indicadores macroeconómicos surgem alterados (desde 2000), por comparação com as edições anteriores, em virtude de os mesmos terem sido rectificadas pelo DPP, conforme informação recente.

Importa referir que os valores apurados neste capítulo, até ao ano de 2002, não incluem os montantes referentes a “Contas de ordem” e “Despesas com compensação em receita” (DCCR).

A partir de 2003, a estrutura dos mapas do Orçamento do Estado surge alterada com a entrada em vigor da nova Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto), pelo que os montantes referentes ao OE são respeitantes aos serviços integrados, aí se incluindo as DCCR; foram, no entanto, retiradas as verbas relativas a activos financeiros e a passivos financeiros por se considerar que não se referem a elementos do próprio ano.

Por último, convém explicitar como foram trabalhados os dados referentes às despesas da Defesa, por natureza. Assim, e de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três principais agrupamentos de despesa:

- *Pessoal*, que se identifica com o grupo “Despesas com o pessoal”;
- *Operação e manutenção*, que se identifica com os grupos “Aquisição de bens e serviços correntes”, “Transferências correntes” e “Outras despesas correntes”;

- *Despesas de capital*, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.

Importa alertar para o facto de os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efectivo militar, de acordo com o actual classificador das despesas públicas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, e aplicável a partir de 2003), assim como no classificador anterior, em vigor desde 1989, serem incorporados no agrupamento “Aquisição de bens e serviços correntes”, pelo que neste estudo procedeu-se à sua inclusão no grupo “Operação e manutenção”. Contudo, no âmbito das Forças Armadas, as citadas despesas, que atingem montantes significativos, deveriam, pela sua natureza, ser efectivamente entendidas como despesas com o pessoal.

De acordo com o novo classificador, a rubrica “07.01.14 – Investimentos militares” compreende não só as construções e as obras de engenharia que as administrações militares realizam, como por exemplo os quartéis, os campos de tiro, os aeródromos, as estradas e as pontes militares, mas também as grandes reparações a efectuar naquelas estruturas e ainda o armamento e os equipamentos principais utilizados pelas Forças Armadas. Até 2002, este tipo de encargos estava incluído no agrupamento “Aquisição de bens e serviços correntes”, através das rubricas “Construções militares” e “Material militar”.

É dado tratamento autónomo à componente PIDDAC, pela sua especificidade, bem como às LPM, por serem, no seu conjunto, os principais pólos de investimento efectuado no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, no período em análise.

Convém referir que em relação às LPM os valores apurados não são coincidentes com os publicados na CGE, uma vez que nesta os valores não correspondem ao executado, mas sim aos saques efectuados; desta forma, os valores correspondem ao apuramento efectuado na SG/MDN.

No ano de 2006, o PIDDAC apresenta uma execução global de cerca de 20%, em resultado das cativações impostas pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro (aprovou o Orçamento de Estado para 2006), pelo Decreto-Lei n.º 50-A/2006, de 10 de Março (estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 2006) e ainda da Circular n.º 1328, Série A, de 31 de Agosto de 2006, da Direcção-Geral do Orçamento (a partir do dia 1 de Setembro, foram congelados os pedidos de libertação de créditos referentes às dotações do Cap. 50 - Investimentos do Plano, cujos compromissos não tivessem sido registados até ao dia 31 de Agosto). Esta decisão inviabilizou a concretização de projectos num valor global de 3,2 M€. Caso este procedimento não se tivesse verificado, a taxa de execução poderia ter atingido cerca de 35%.

A Lei de Programação Militar incorpora e desenvolve a programação do investimento público nas Forças Armadas relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infra-estruturas com impacte directo na modernização e na operacionalização do Sistema de Forças Nacionais (SFN), concretizado através das respectivas medidas (capacidades).

Todas as medidas inscritas na LPM são as que se consideram necessárias à consecução dos objectivos das forças nacionais aprovados no âmbito do ciclo bienal de planeamento de forças, tendo em conta a programação financeira dos custos adstritos à respectiva realização.

Considera-se plano de forças, o plano de médio e longo prazo destinado a concretizar o SFN e o dispositivo aprovado em consequência do Conceito Estratégico Militar e das Missões das Forças Armadas.

Assim, a LPM constitui um instrumento para conjugar os recursos financeiros disponíveis com a edificação da componente operacional do SFN, procedendo aos ajustamentos adequados e conciliando os compromissos assumidos com as prioridades para a manutenção e o desenvolvimento das capacidades, numa óptica de continuidade que contribua decisivamente para a estabilidade e previsibilidade das opções fundamentais em matéria de reequipamento das Forças Armadas portuguesas.

Neste contexto, a LPM contempla três sexénios, em correspondência com o Planeamento Estratégico de Armamento e Equipamentos de Defesa de Longo Prazo (18 anos), e é ordinariamente revista nos anos pares. Nas revisões da LPM pode-se, caso os objectivos de força nacionais o aconselhem, proceder ao cancelamento e alteração de programas inscritos, afectar os respectivos saldos a outros programas, bem como inscrever novos programas, encontrando-se instituído o mecanismo de transição dos saldos verificados nas medidas.

No ano 2006, a LPM que vigorou foi a decorrente da Lei Orgânica n.º 1/2003, de 13 de Maio, até 29 de Agosto, data em que entrou em vigor a Lei Orgânica n.º 4/2006 que estabeleceu a sua revisão.

A Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto, tem como parâmetros de referência a racionalização do emprego dos meios existentes ou a adquirir e a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, traduzidos, entre outros, nos seguintes instrumentos:

1. Reforço da tendência de centralização no Ministério da Defesa Nacional (MDN) dos projectos de reequipamento, concretizando-se esta linha de acção na atribuição aos Órgãos e Serviços Centrais do MDN da responsabilidade pela gestão de um conjunto significativo de projectos de aquisição;
2. Reforço do investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de Defesa, em alinhamento com as orientações subjacentes à Estratégia de Lisboa e ao Plano Tecnológico, criando instrumentos e mecanismos institucionais de racionalização do investimento;
3. Adopção de uma política de alienações de equipamento militar que seja considerado em excesso face ao conceito adoptado de constituição de núcleos de forças tecnologicamente actualizados, de dimensão equilibrada e harmoniosamente integrados no SFN;
4. Desenvolvimento dos núcleos de forças dos Ramos em harmonia com o princípio do funcionamento operativo conjunto do SFN, ancorando-os nas capacidades de comando e controlo, de transporte estratégico e de projecção de forças;

5. Criação de instrumentos de gestão técnica e operacional que permitam racionalidade económica na manutenção e emprego de equipamentos tecnicamente complexos e de utilização dispendiosa.

No âmbito financeiro, a Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto, tem em consideração as implicações da decisão do EUROSTAT sobre o tratamento dos equipamentos militares nas contas nacionais, com incidência no défice público, nos anos de entrega dos equipamentos.

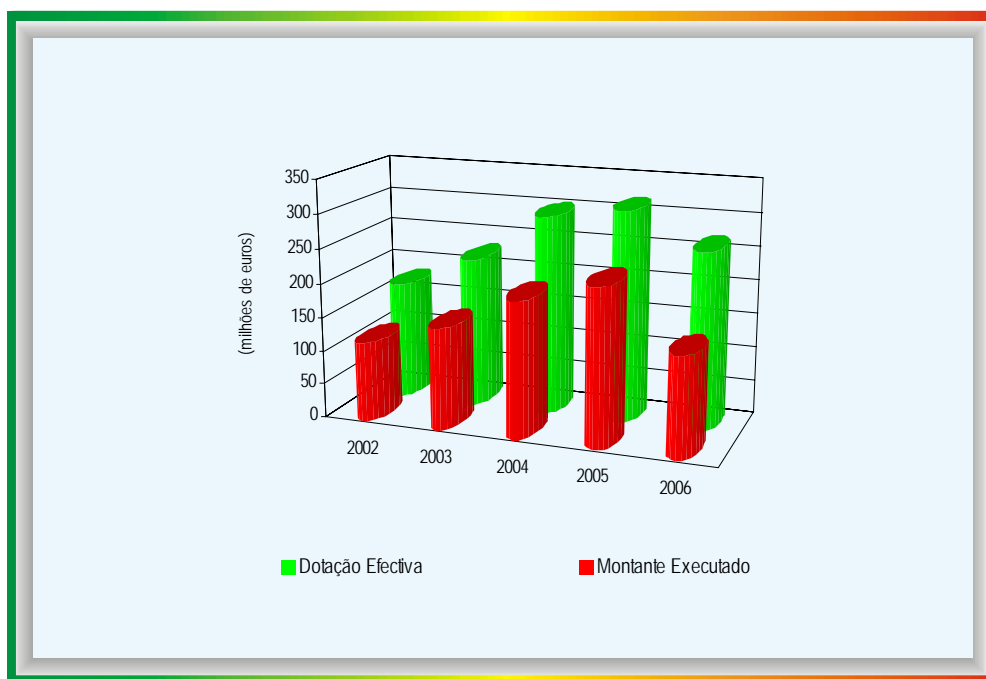
No que respeita aos prazos de revisão, a Lei Orgânica supracitada estabelece, à semelhança da anterior, que a LPM deve ser revista ordinariamente nos anos pares. No entanto, é estabelecido, como norma transitória, que a próxima revisão ocorra no ano de 2009, a fim de produzir os seus efeitos a partir de 2010.

O total de investimento (com alienações) da presente Lei é de 5.450,697 milhões de euros (M€) em 24 anos (2006-2029), repartido da seguinte forma: primeiro sexénio (2006-2011) 2.119,193 M€, segundo sexénio (2012-2017) 2.203,031 M€, terceiro sexénio (2018-2023) 960,313 M€, quarto sexénio (2024-2029) 168,160 M€.

No quadro e gráfico a seguir expostos, apresenta-se uma comparação dos períodos homólogos, referentes aos anos de 2002 a 2006:

(euros)

Ano	Dotação Efectiva	Montante Executado	Grau de Realização
2006	262.124.176	147.016.113	56,09%
2005	311.282.915	230.997.827	74,21%
2004	294.997.518	200.443.826	67,95%
2003	222.668.482	149.423.703	67,11%
2002	174.639.466	116.381.761	66,64%

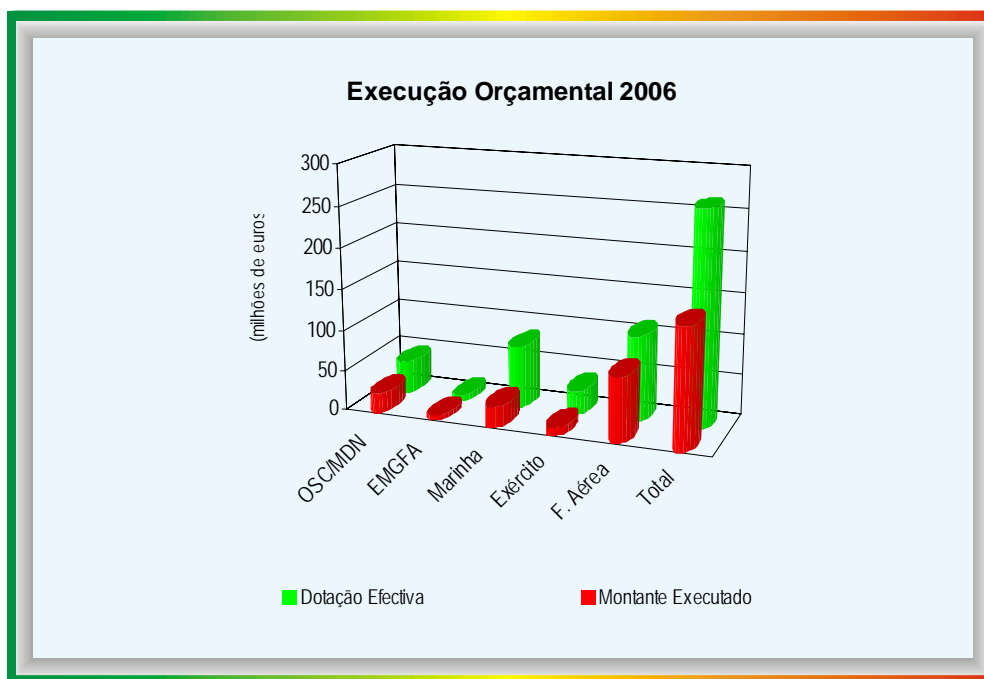


Com os saldos de 2005, aplicada a cativação legalmente prevista para o ano de 2006, e com as alterações orçamentais decorrentes da adequação às dotações consignadas na Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto, a dotação corrigida foi de 262.124.176 €. Desta dotação, até 31 de Dezembro de 2006, foi executado o montante de 147.016.113 €, a que corresponde uma taxa de execução de 56,09%.

O quadro e gráfico a seguir apresentados reflectem a execução orçamental global do ano de 2006:

(euros)

Capítulos	Saldo 2005	Orçamento 2006			Dotação Efectiva	Execução		Saldo
		Inicial	Cativação	Alt. Orç.(+/-)		Montante	%	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1+2-3+4)	(6)	=(6)/(5)	=(5)-(6)
OSC/MDN	4.383.903	5.780.000	41.265.196	73.129.983	42.028.690	25.250.647	60,08	16.778.043
EMGFA	1.602.905	5.322.000	2.132.050	1.967.383	6.760.238	6.466.966	95,66	293.272
Marinha	19.766.923	60.529.000	38.373.201	35.384.000	77.306.722	26.417.625	34,17	50.889.097
Exército	16.218.483	23.524.000	9.409.600	-	30.332.883	9.473.797	31,23	20.859.086
Força Aérea	38.147.583	96.453.000	28.904.940	-	105.695.643	79.407.077	75,13	26.288.566
TOTAL	80.119.797	191.608.000	120.084.987	110.481.366	262.124.176	147.016.113	56,09	115.108.063



Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa têm vindo a aumentar progressivamente, a preços correntes, com excepção do ano de 2006, onde se verifica uma descida de cerca de 10,5%.

Se nos debruçarmos sobre os mapas relativos a preços constantes, verifica-se uma oscilação, existindo uma regressão no ano de 2001, bem como no ano de 2006 (onde ocorreu uma grande diminuição, tendo-se regressado aos valores de 2002/2003).

O valor da execução da Lei de Programação Militar (LPM), assim como as missões internacionais, têm vindo a influenciar os dados apresentados.

A manutenção da aplicação do *Regulamento de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato e de voluntariado* (Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro), a que se refere a nova Lei do Serviço Militar (Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro), e o novo sistema retributivo de alguns postos da classe de sargentos (Decreto-Lei n.º 207/2002, de 17 de Outubro), também com implicações no sistema retributivo das praças, são a justificação do acréscimo de despesas verificado em 2002, por comparação com 2001, no que respeita ao agrupamento de *Pessoal*.

No que concerne às despesas de *Operação e manutenção*, vinha-se verificando uma tendência para o decréscimo, salientando-se a grande redução registada em 2001, fruto das medidas de contenção orçamental que vigoraram neste período. Em 2002, verificou-se um regresso ao patamar anterior.

Para além das *Despesas de capital*, a componente *Investimento* evoluiu de acordo com os financiamentos da LPM, uma vez que, em termos comparativos, o peso do PIDDAC não é significativo.

Em 2004, são de realçar os encargos com as Missões Humanitárias e de Paz, assim como com as Forças Nacionais Destacadas (FND) e, ainda, no agrupamento de *Pessoal*, os encargos com a saúde.

Em 2005, através do orçamento rectificativo, conseguiu-se regularizar situações de anos anteriores, entre as quais sobressaem os encargos com a saúde e as FND.

A integração dos sistemas de saúde (ADMA, ADME e ADMFA) num único sistema (ADM), a partir de 2006, bem como a sua transição em termos de encargos dos Ramos para o IASFA, justificam o elevado acréscimo em Despesas de Pessoal dos OSC, com a conseqüente redução neste agrupamento nos orçamentos dos Ramos.

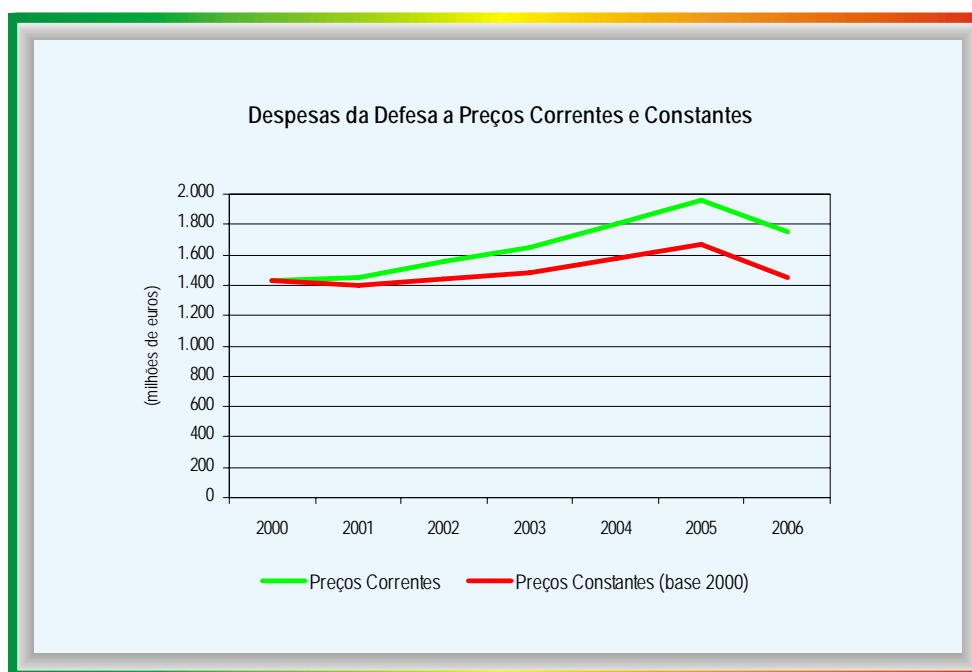
Relativamente à estrutura do ODN (orçamento da Defesa Nacional), constata-se que a componente *Pessoal* continua a absorver a maior parte dos recursos financeiros postos à disposição da Defesa.

1.1 – DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços Correntes	Preços Constantes (base 2000)
2006	1.756,2	1.455,2
Dados retrospectivos		
2005	1.962,0	1.672,9
2004	1.800,8	1.578,5
2003	1.647,1	1.482,8
2002	1.552,6	1.441,0
2001	1.448,1	1.396,4
2000	1.428,3	1.428,3

FONTE: Conta Geral do Estado 2000/2006.



1.2 – VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

(%)

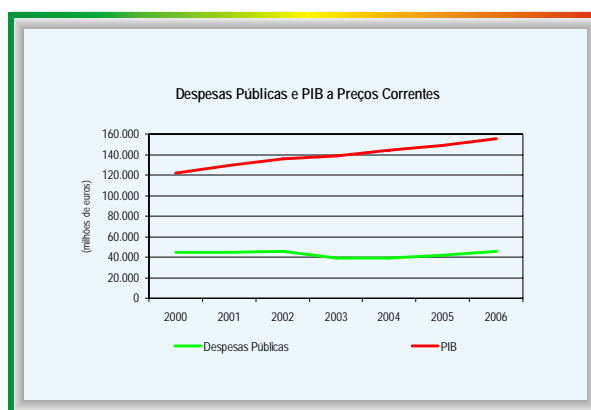
Ano	Varição Anual
2006/2005	-10,49%
Dados retrospectivos	
2005/2004	8,95%
2004/2003	9,33%
2003/2002	6,09%
2002/2001	7,22%
2001/2000	1,39%

1.3 – DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	PREÇOS CORRENTES			PREÇOS CONSTANTES		
	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB
2006	1.756,2	45.353,5	155.289,0	1.455,2	37.581,9	128.679,3
Dados retrospectivos						
2005	1.962,0	41.410,5	149.021,0	1.672,9	35.309,7	127.066,5
2004	1.800,8	39.243,0	144.274,0	1.578,5	34.398,4	126.463,3
2003	1.647,1	39.132,1	138.582,0	1.482,8	35.227,3	124.753,8
2002	1.552,6	45.980,3	135.434,0	1.441,0	42.675,4	125.699,5
2001	1.448,1	44.736,2	129.308,0	1.396,4	43.140,0	124.694,3
2000	1.428,3	44.313,2	122.270,0	1.428,3	44.313,2	122.270,0

FONTES: Conta Geral do Estado 2000/2006, Relatório Anual 2006 do Banco de Portugal e Departamento de Prospectiva e Planeamento.

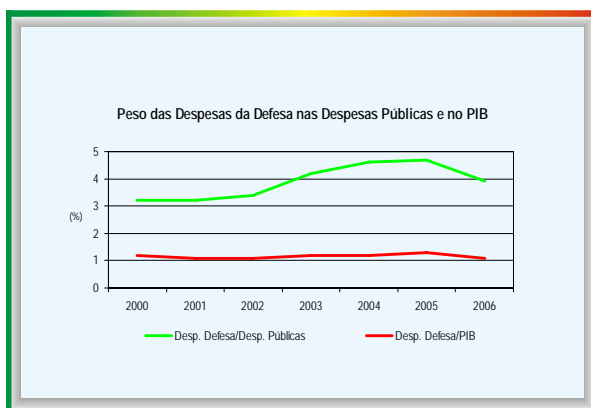


1.4 – PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB

(%)

Ano	Despesas da Defesa/ Despesas Públicas	Despesas da Defesa/PIB
2006	3,9	1,1
Dados retrospectivos		
2005	4,7	1,3
2004	4,6	1,2
2003	4,2	1,2
2002	3,4	1,1
2001	3,2	1,1
2000	3,2	1,2

FONTES: Conta Geral do Estado 2000/2006, Relatório Anual 2006 do Banco de Portugal e Departamento de Prospectiva e Planeamento.

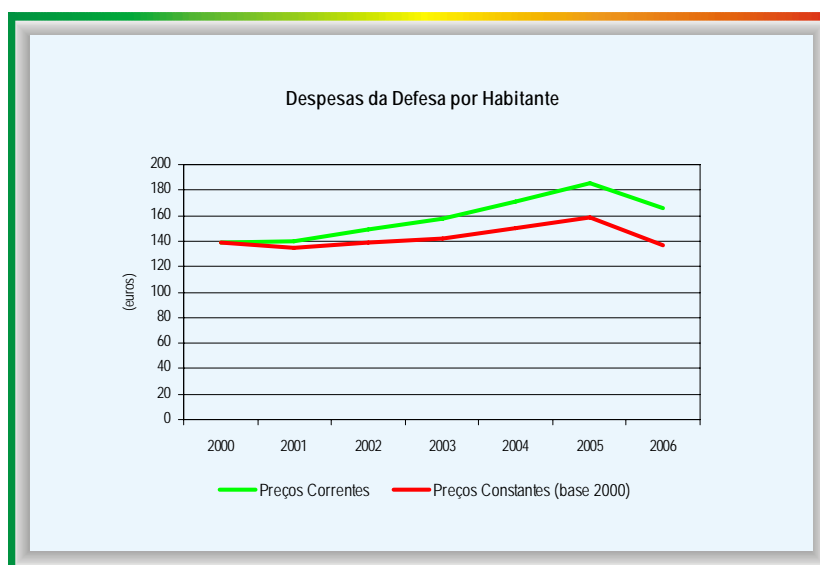
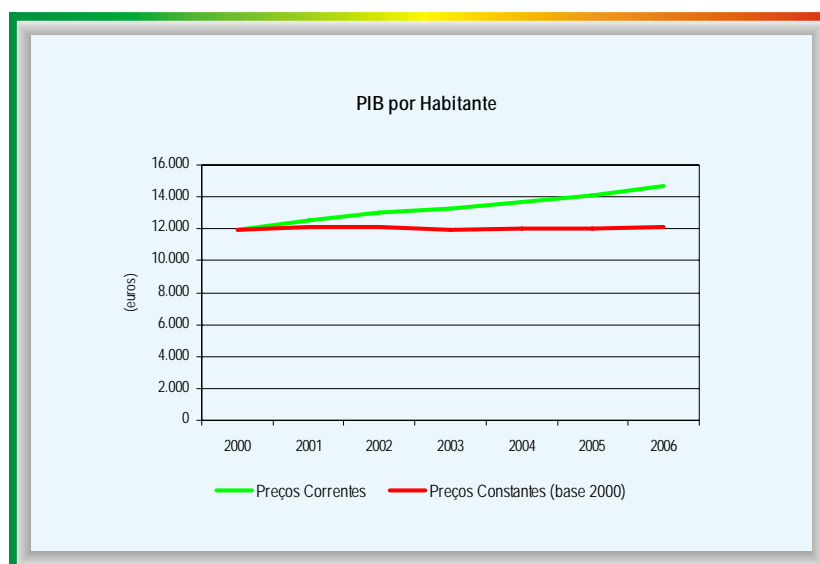


1.5 – PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(euros)

Ano	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS CONSTANTES	
	Despesas da Defesa/Habitante	PIB/Habitante	Despesas da Defesa/Habitante	PIB/Habitante
2006	165,7	14.651,3	137,3	12.140,7
Dados retrospectivos				
2005	185,6	14.098,5	158,3	12.021,4
2004	171,0	13.702,5	149,9	12.011,0
2003	157,2	13.229,8	141,6	11.909,7
2002	149,2	13.012,5	138,5	12.077,2
2001	140,2	12.518,9	135,2	12.072,3
2000	139,2	11.920,6	139,2	11.920,6

FONTES: Conta Geral do Estado 2000/2006, Relatório Anual 2006 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Estatísticas Demográficas Janeiro 2006.



1.6 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - DESPESAS GLOBAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

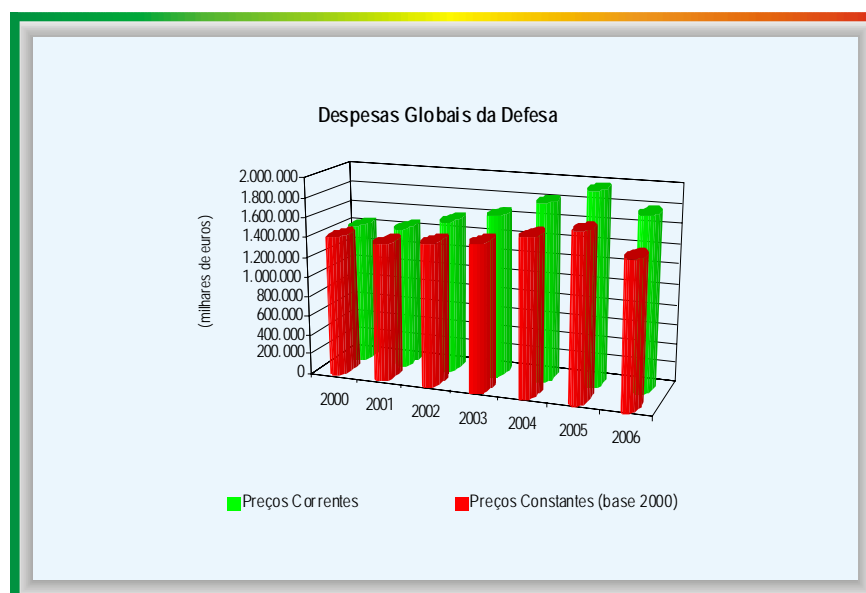
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	1.209.342,2	349.531,4	4.469,6	147.016,1	45.814,9	1.756.174,2
Dados retrospectivos						
2005	1.235.281,5	357.845,8	97.893,6	230.997,8	39.963,6	1.961.982,3
2004	1.198.862,9	344.099,3	10.550,6	200.443,8	46.831,0	1.800.787,6
2003	1.100.673,3	303.974,6	18.698,1	149.423,7	74.352,2	1.647.121,9
2002	1.105.086,2	295.410,0	16.185,1	116.381,8	19.542,9	1.552.606,0
2001	1.023.975,5	242.690,1	18.219,6	152.628,4	10.556,3	1.448.069,9
2000	963.050,8	290.789,3	15.186,9	149.069,4	10.156,4	1.428.252,8

FONTE: Conta Geral do Estado 2000/2006.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	1.002.114,4	289.637,2	3.703,7	121.824,1	37.964,2	1.489.504,1
Dados retrospectivos						
2005	1.053.293,5	305.126,1	83.471,5	196.966,0	34.075,7	1.623.537,0
2004	1.050.863,0	301.620,1	9.248,1	175.699,0	41.049,7	1.610.281,5
2003	990.844,4	273.643,0	16.832,3	134.513,7	66.933,1	1.532.867,3
2002	1.025.656,3	274.176,9	15.021,7	108.016,6	18.138,2	1.441.009,7
2001	987.440,2	234.031,0	17.569,5	147.182,6	10.179,7	1.396.403,0
2000	963.050,8	290.789,3	15.186,9	149.069,4	10.156,4	1.428.252,8

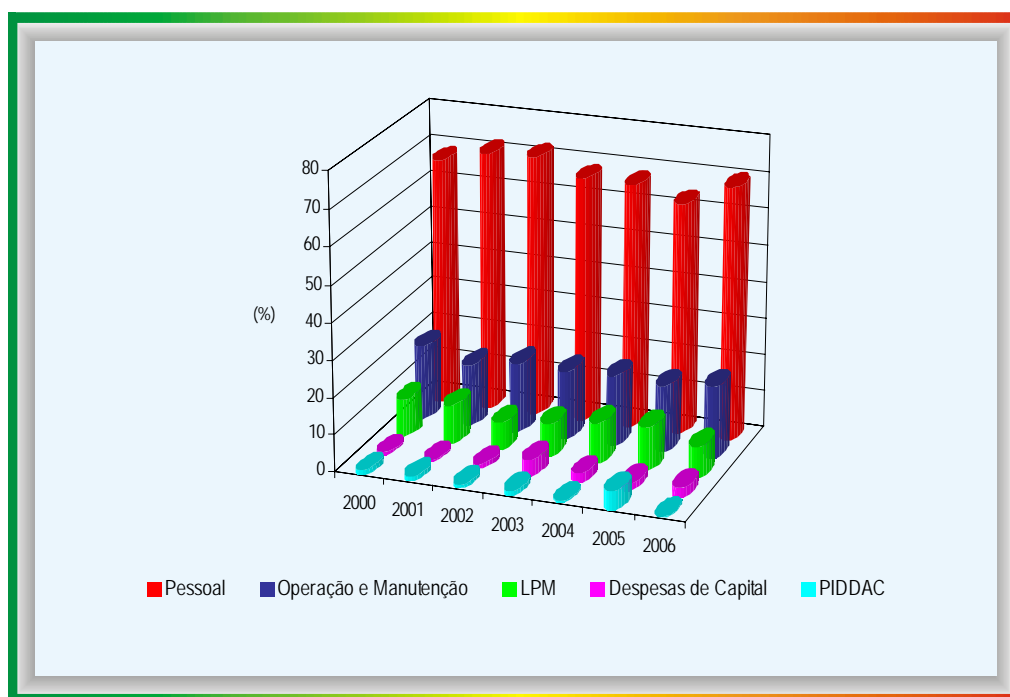


1.6 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - DESPESAS GLOBAIS (Continuação)

EM PERCENTAGEM

(%)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	68,9	19,9	0,3	8,4	2,5	100,0
Dados retrospectivos						
2005	63,0	18,2	5,0	11,8	2,0	100,0
2004	66,6	19,1	0,6	11,1	2,6	100,0
2003	66,8	18,5	1,1	9,1	4,5	100,0
2002	71,2	19,0	1,0	7,5	1,3	100,0
2001	70,7	16,8	1,3	10,5	0,7	100,0
2000	67,4	20,4	1,1	10,4	0,7	100,0



1.7 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - SERVIÇOS CENTRAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

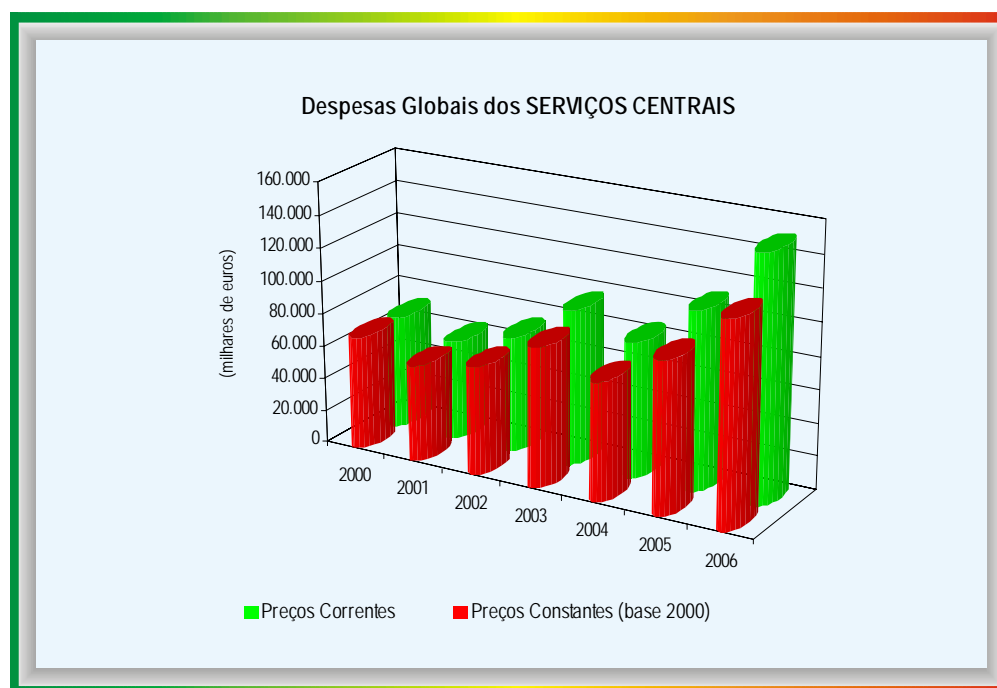
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	72.294,1	37.099,9	257,6	25.250,7	13.940,6	148.842,9
Dados retrospectivos						
2005	17.966,3	30.040,2	34.293,5	17.171,6	8.906,0	108.377,6
2004	17.334,1	31.185,3	312,7	18.467,6	14.892,1	82.191,8
2003	16.098,5	29.366,8	241,7	11.066,2	37.599,5	94.372,7
2002	15.883,5	27.692,1	0,0	7.809,5	19.378,6	70.763,7
2001	16.528,2	31.409,8	637,1	2.305,0	10.165,3	61.045,4
2000	14.983,4	32.587,6	996,6	10.197,1	10.115,4	68.880,1

FONTE: Conta Geral do Estado 2000/2006.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	59.906,1	30.742,6	213,4	20.923,8	11.551,8	123.337,7
Dados retrospectivos						
2005	15.319,4	25.614,5	29.241,2	14.641,8	7.593,9	92.410,8
2004	15.194,2	27.335,4	274,1	16.187,8	13.053,7	72.045,2
2003	14.492,2	26.436,4	217,6	9.962,0	33.847,7	84.955,9
2002	14.741,9	25.701,6	0,0	7.248,2	17.985,8	65.677,5
2001	15.938,4	30.289,1	614,3	2.222,7	9.802,6	58.867,1
2000	14.983,4	32.587,6	996,6	10.197,1	10.115,4	68.880,1



1.8 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EMGFA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

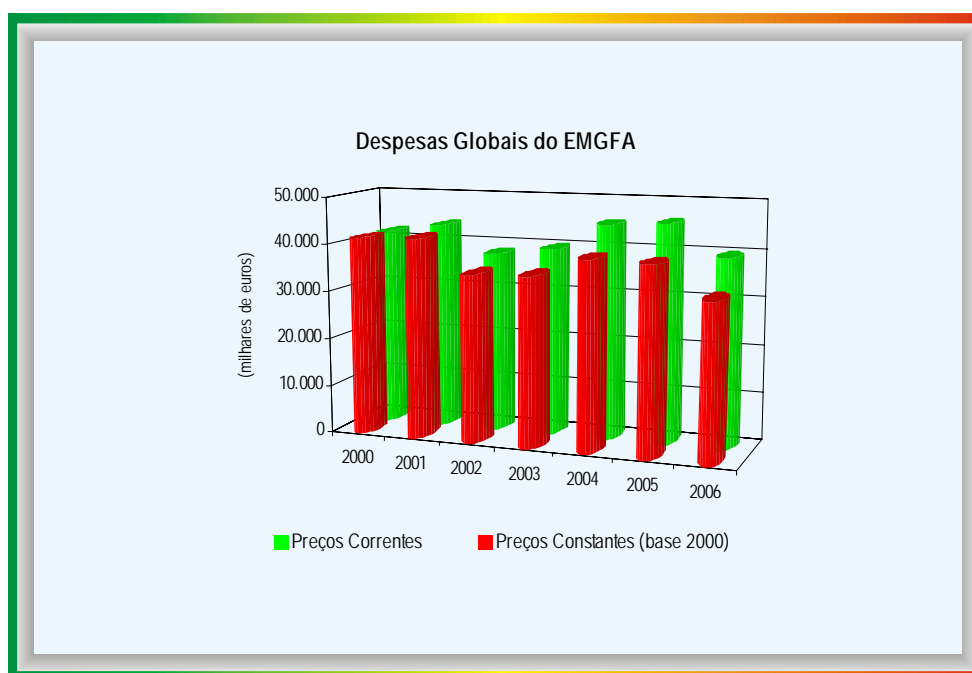
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	25.230,2	6.717,4	0,0	6.467,0	789,5	39.204,1
Dados retrospectivos						
2005	25.683,3	6.444,3	0,0	12.843,8	709,3	45.680,7
2004	24.285,3	7.602,8	0,0	12.150,6	948,6	44.987,3
2003	24.120,6	6.179,7	0,0	8.227,0	814,9	39.342,2
2002	26.796,5	6.038,8	0,0	5.034,0	0,0	37.869,3
2001	29.153,3	6.589,3	0,0	7.735,9	0,0	43.478,5
2000	25.881,5	6.965,2	0,0	8.820,7	0,0	41.667,4

FONTE: Conta Geral do Estado 2000/2006.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	20.906,9	5.566,3	0,0	5.358,8	654,2	32.486,2
Dados retrospectivos						
2005	21.899,5	5.494,9	0,0	10.951,6	604,8	38.950,8
2004	21.287,3	6.664,2	0,0	10.650,6	831,5	39.433,6
2003	21.713,7	5.563,1	0,0	7.406,1	733,6	35.416,5
2002	24.870,5	5.604,8	0,0	4.672,1	0,0	35.147,4
2001	28.113,1	6.354,2	0,0	7.459,8	0,0	41.927,1
2000	25.881,5	6.965,2	0,0	8.820,7	0,0	41.667,4



1.9 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - MARINHA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

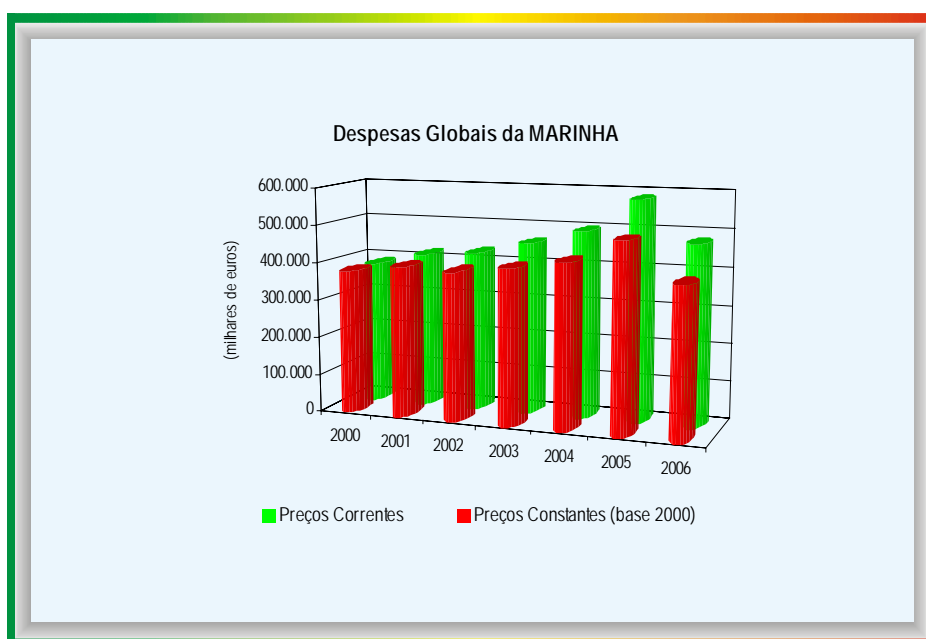
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	335.416,2	101.877,1	2.065,5	26.417,6	9.783,7	475.560,1
Dados retrospectivos						
2005	348.853,4	107.935,1	59.008,8	59.556,9	6.180,7	581.534,9
2004	328.700,4	96.045,6	5.519,7	60.045,8	4.626,4	494.937,9
2003	318.751,3	88.973,7	11.956,9	31.765,2	5.218,2	456.665,3
2002	310.956,1	79.228,1	11.451,3	22.597,4	164,3	424.397,2
2001	288.655,2	67.379,2	4.613,8	53.042,2	391,0	414.081,4
2000	269.989,0	72.437,1	6.968,8	32.093,3	41,0	381.529,2

FONTE: Conta Geral do Estado 2000/2006.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	277.940,7	84.419,9	1.711,5	21.890,8	8.107,2	394.070,1
Dados retrospectivos						
2005	297.458,5	92.033,5	50.315,3	50.782,7	5.270,1	495.860,1
2004	288.122,2	84.188,7	4.838,3	52.633,2	4.055,2	433.837,6
2003	286.945,2	80.095,6	10.763,8	28.595,6	4.697,5	411.097,7
2002	288.605,6	73.533,4	10.628,2	20.973,2	152,5	393.892,9
2001	278.356,0	64.975,1	4.449,2	51.149,6	377,1	399.307,0
2000	269.989,0	72.437,1	6.968,8	32.093,3	41,0	381.529,2



1.10 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EXÉRCITO

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

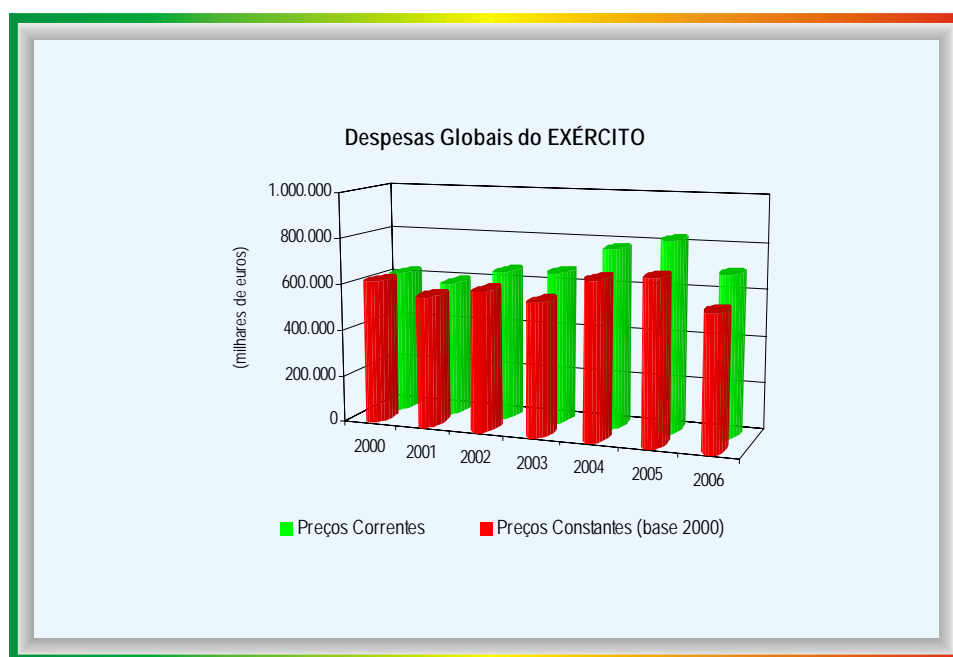
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	561.562,2	108.663,8	1.768,8	9.473,8	9.232,2	690.700,8
Dados retrospectivos						
2005	614.154,0	104.510,8	2.317,3	90.703,0	8.894,2	820.579,3
2004	604.881,1	116.562,6	2.433,6	36.374,6	12.733,2	772.985,1
2003	523.425,5	96.093,3	3.506,9	25.467,3	10.412,0	658.905,0
2002	546.275,4	86.051,7	1.656,5	15.792,2	0,0	649.775,8
2001	492.606,5	66.567,4	6.484,4	22.060,3	0,0	587.718,6
2000	469.003,1	103.598,4	3.903,6	44.303,1	0,0	620.808,2

FONTE: Conta Geral do Estado 2000/2006.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	465.335,3	90.043,6	1.465,7	7.850,4	7.650,2	572.345,2
Dados retrospectivos						
2005	523.673,7	89.113,7	1.975,9	77.340,2	7.583,8	699.687,3
2004	530.208,4	102.173,0	2.133,1	31.884,2	11.161,3	677.560,0
2003	471.196,3	86.504,8	3.157,0	22.926,1	9.373,0	570.231,1
2002	507.011,0	79.866,6	1.537,4	14.657,1	0,0	603.072,1
2001	475.030,4	64.192,3	6.253,0	21.273,1	0,0	566.748,8
2000	469.003,1	103.598,4	3.903,6	44.303,1	0,0	620.808,2



1.11 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - FORÇA AÉREA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

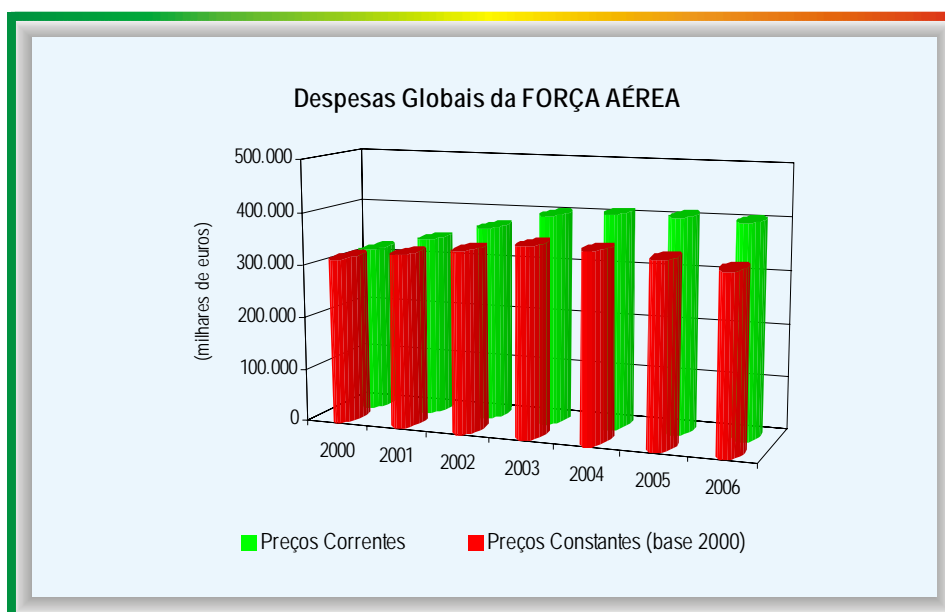
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	214.839,6	95.173,2	377,7	79.407,1	12.068,9	401.866,5
Dados retrospectivos						
2005	228.624,5	108.915,5	2.274,1	50.722,5	15.273,2	405.809,8
2004	223.662,0	92.703,0	2.284,6	73.405,1	13.630,8	405.685,5
2003	218.277,5	83.361,1	2.992,6	72.897,9	20.307,7	397.836,8
2002	205.174,7	96.399,3	3.077,3	65.148,6	0,0	369.799,9
2001	197.032,3	70.744,4	6.484,4	67.485,1	0,0	341.746,2
2000	183.193,8	75.201,0	3.318,0	53.655,2	0,0	315.368,0

FONTE: Conta Geral do Estado 2000/2006.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2006	178.025,6	78.864,7	313,0	65.800,2	10.000,8	333.004,3
Dados retrospectivos						
2005	194.942,4	92.869,5	1.939,0	43.249,8	13.023,1	346.023,8
2004	196.050,9	81.258,8	2.002,6	64.343,2	11.948,1	355.603,6
2003	196.497,0	75.043,1	2.694,0	65.623,9	18.281,4	358.139,4
2002	190.427,4	89.470,5	2.856,1	60.466,0	0,0	343.220,0
2001	190.002,2	68.220,3	6.253,0	65.077,3	0,0	329.552,8
2000	183.193,8	75.201,0	3.318,0	53.655,2	0,0	315.368,0



1.12 – DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

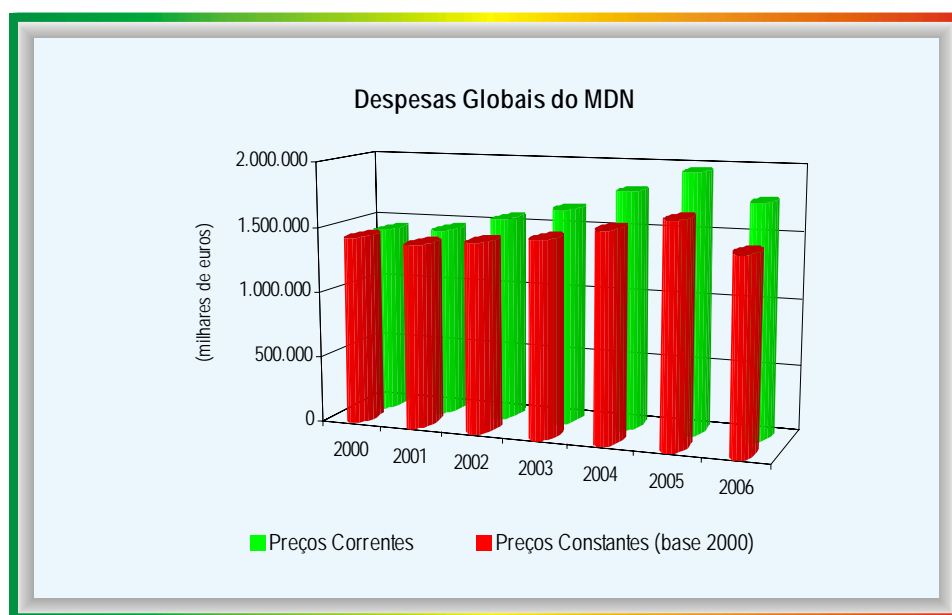
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2006	148.842,8	39.204,0	475.560,1	690.700,8	401.866,5	1.756.174,2
Dados retrospectivos						
2005	108.377,6	45.680,8	581.534,8	820.579,2	405.809,7	1.961.982,1
2004	82.191,8	44.987,3	494.937,8	772.985,1	405.685,6	1.800.787,6
2003	94.372,7	39.342,2	456.665,2	658.905,1	397.836,8	1.647.122,0
2002	70.763,8	37.869,3	424.397,1	649.775,9	369.800,0	1.552.606,1
2001	61.045,3	43.478,5	414.081,4	587.718,5	341.746,2	1.448.069,9
2000	68.880,0	41.667,5	381.529,2	620.808,1	315.368,0	1.428.252,8

FONTE: Conta Geral do Estado 2000/2006.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

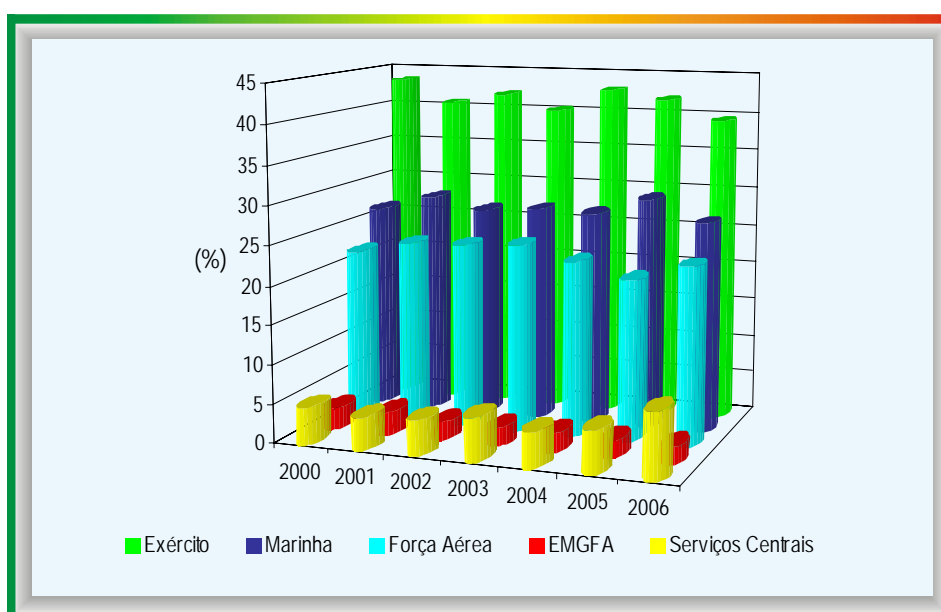
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2006	123.337,7	32.486,2	394.070,1	572.345,2	333.004,3	1.455.243,5
Dados retrospectivos						
2005	92.410,9	38.950,8	495.869,1	699.687,3	346.023,7	1.672.941,8
2004	72.045,2	39.433,6	433.837,6	677.559,9	355.603,6	1.578.479,9
2003	84.955,9	35.416,5	411.097,6	593.157,3	358.139,3	1.482.766,6
2002	65.677,5	35.147,4	393.892,8	603.072,2	343.220,0	1.441.009,9
2001	58.867,2	41.927,2	399.307,0	566.748,8	329.552,8	1.396.403,0
2000	68.880,0	41.667,5	381.529,2	620.808,1	315.368,0	1.428.252,8



1.12 – DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN (Continuação)

EM PERCENTAGEM

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2006	8,5	2,2	27,1	39,3	22,9	100,0
Dados retrospectivos						
2005	5,5	2,3	29,7	41,8	20,7	100,0
2004	4,6	2,5	27,5	42,9	22,5	100,0
2003	5,7	2,4	27,7	40,0	24,2	100,0
2002	4,6	2,4	27,3	41,9	23,8	100,0
2001	4,2	3,0	28,6	40,6	23,6	100,0
2000	4,8	2,9	26,7	43,5	22,1	100,0



NOTA EXPLICATIVA

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a protecção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa actividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e respectivos encargos financeiros.

MARINHA

A Marinha vem colocando ao serviço do país, e também da comunidade internacional, a sua vocação, os seus recursos e, ainda, o seu conhecimento acumulado dos assuntos do mar, para exercer, nos espaços marítimos, importantes tarefas no âmbito das Missões de Interesse Público.

O reconhecimento dessas capacidades tem conduzido a que, nos termos da lei, a Marinha colabore em tarefas relacionadas com a satisfação do interesse público e a melhoria da qualidade de vida das populações e exerça acções no âmbito das missões de interesse geral a cargo do Estado.

Para a garantia do exercício da Autoridade do Estado e o serviço de busca e salvamento marítimo, incluindo a colaboração com o serviço de busca e salvamento aéreo, foi mantido o Dispositivo Permanente Integrado, tendo as unidades navais concorrido com 3.455 dias de missão, 21.343 horas de navegação, o que corresponde a 9.5 navios permanentemente com missão atribuída. Neste âmbito, o quadro 2.1 referente à Vigilância e Patrulha do Espaço Marítimo representa os valores correspondentes em horas de missão distribuídos pelas áreas do Continente, Açores e Madeira, denotando-se valores próximos dos verificados em 2005. Todos estes meios assumem elevada prontidão para acções no âmbito da salvaguarda da vida humana.

Assim, no ano a que se reporta este anuário, como acções mais significativas realizadas pela Marinha no âmbito do interesse público, apontam-se as seguintes:

- Colaboração com a Polícia Judiciária no combate a actividades ilícitas, através da disponibilização de meios navais, de fuzileiros e de facilidades de monitorização através do Centro de Operações do Comando Naval. Concretizaram-se durante o ano de 2006 um total de 9 operações, das quais se destacam a intercepção e apresamento do navio mercante “Luna del Mar” e da embarcação de recreio “Lady Mary”. Em 2 de Março, o N.R.P. “João Coutinho”

encontrou ao largo de Sesimbra 1,8 TON de cocaína, tendo-se no total, em operações desclassificadas, procedido à apreensão de 6 TON de cocaína;

- O reforço dos laços de cooperação entre Portugal e a República de Cabo Verde em matéria de combate de ilícitos no mar e no âmbito do projecto de controlo de Imigração Ilegal por parte da União Europeia FRONTEX, consubstanciada na participação do N.R.P. “Baptista de Andrade” na operação “HERA II”, na área de Cabo Verde;
- Sendo a União Europeia parte contratante em várias organizações regionais de pesca, nomeadamente na Convenção para a Cooperação Multilateral de Pescas no Atlântico Nordeste (NEAFC) e no Atlântico Noroeste (NAFO), Portugal, como estado membro com navios de pesca autorizados a pescar na área de regulamentação, assumiu, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura e das Pescas, a participação nas tarefas de controlo, contribuindo a Marinha para tal, com a disponibilização e empenhamento de uma corveta, tendo sido designado para o efeito o N.R.P. “Jacinto Cândido”;
- A promoção da investigação científica no mar, contribuindo para o conhecimento oceanográfico do litoral e da zona económica exclusiva (ZEE), designadamente nas áreas da física, da geologia, da química e da poluição, quer com meios próprios, quer em colaboração com outras instituições nacionais e estrangeiras. A actividade dos navios do Agrupamento de Navios Hidrográficos encontra-se reflectida no quadro 2.1, referente à Investigação Científica no Mar, e merecem particular realce os levantamentos para a definição das Q-Routes dos Portos de Leixões e Sines, no âmbito da elaboração do Volume X do AMP 11 (*Minewarfare pilot*). A actividade dos navios do Agrupamento de Navios Hidrográficos apresentou um acréscimo significativo relativamente a 2005, fruto do empenhamento no levantamento associado ao estudo sobre o eventual alargamento da Plataforma Continental em articulação com o Instituto Hidrográfico e com o Grupo de Estrutura da Missão da Plataforma Continental, missão a que foi dada prioridade;
- Colaboração nas medidas de segurança implementadas por ocasião de visitas de navios estrangeiros a portos nacionais, através do acompanhamento com unidades navais durante as entradas e saídas de barras, e vistorias e controlo de acesso a áreas molhadas por unidades navais, de fuzileiros e de mergulhadores;
- Activação de uma força-tarefa escalão secção de fuzileiros que executou a operação de presença e dissuasão “Mero” nas Ilhas Selvagens, garantindo a segurança dos agentes da Autoridade Marítima e dos vigilantes da Reserva Natural Integral das Selvagens no período de Verão;
- Em colaboração com o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, o Comando do Corpo de Fuzileiros manteve durante o Inverno a prontidão dos meios atribuídos ao Plano Tejo (plano de prevenção de cheias), tendo activado a Fase “C” nos períodos 05-08 NOV e 22-28 NOV, e prestou apoio na Barragem do Pocinho de forma a garantir a segurança das acções de *Scooping*, no âmbito do combate a incêndios;
- Divulgação da missão da Marinha e das Forças Armadas, quer através de acções de presença naval em várias localidades ribeirinhas, principalmente por ocasião de festividades locais, quer através da concessão de facilidades a escolas e agremiações culturais para a realização de inúmeras visitas a navios, a organismos sedeados na Base Naval de Lisboa e à Base e Escola de Fuzileiros.

- Durante o ano de 2006, foram realizadas 2.677 acções de fiscalização no Continente, Açores e Madeira, confirmando-se a tendência de diminuição iniciada em 2004, constatando-se uma diminuição do número de embarcações legais e um aumento das presumíveis infractoras. A grande maioria das acções de fiscalização teve lugar na área do Continente (2.507 – 93,6%). Nos Açores foram levadas a cabo 43 acções de fiscalização (1,6%) e na Madeira 127 (4,7%);
- Mantiveram-se activados em permanência, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, os 2 Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (Lisboa e Ponta Delgada), o Sub-Centro do Funchal, e um dispositivo naval composto por, no mínimo, 2 corvetas, 2 patrulhas e 5 lanchas de fiscalização;
- Cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado português nas áreas de responsabilidade nacional de Busca e Salvamento Marítimo, tendo sido realizadas 675 acções de Busca e Salvamento (SAR), 366 das quais ocorreram na *Search and Rescue Region* (SRR) Lisboa e 309 na SRR Santa Maria. Decorrente destas acções foram salvas 450 pessoas, havendo a registar um número de 42 desaparecidos e 73 mortos;
- Exercício da Autoridade Marítima, através de acções de vistoria, desembaraço e fiscalização de embarcações (81.409 unidades), de policiamento da actividade marítima nas zonas ribeirinhas (7.825 processos por ilícitos penais e contra-ordenacionais) e de fiscalização do cumprimento das regras de navegação. Esta última actividade foi efectuada por meios do Comando Naval em apoio ao Sistema de Autoridade Marítima;
- No âmbito da salvaguarda da vida humana no mar, foram efectuadas 258 saídas de salva-vidas, tendo-se salvo 910 vidas no mar em acidentes ocorridos na orla marítima e prestado ainda assistência a 634 embarcações, ao longo de 1.620 horas de missão. Pela intervenção de nadadores-salvadores foram salvas 1.853 vidas durante a época balnear;
- Estes meios, com a colaboração das Estações Radionavais e de outros organismos da Marinha e da Força Aérea, foram responsáveis por várias acções de salvamento e evacuação médica, em consequência da solicitação de pedidos de assistência, ou da recepção de sinais de emergência;
- Vigilância e controlo do tráfego marítimo ao longo das costas de Portugal e dos arquipélagos dos Açores e Madeira, em verificação da soberania do Estado nas águas territoriais, da segurança da navegação em geral, e do cumprimento dos Esquemas de Separação de Tráfego em particular;
- Apoio a várias entidades policiais, militarizadas e civis nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, quer na concessão de facilidades de transporte de pessoas e bens entre ilhas, quer no apoio a actividades de carácter cultural e científico;
- Realização das missões de fiscalização da pesca e da exploração dos recursos da ZEE nacional e águas territoriais, tendo sido vistoriadas no mar 7.982 embarcações, apurando-se 2.720 infracções;
- Contribuição para a segurança da navegação, assegurando a coordenação nacional e a divulgação de avisos aos navegantes, tendo sido ainda, no âmbito da sinalização marítima, executadas, pela Direcção de Faróis, 9.600 acções de manutenção de faróis, farolins, marcas e balizas;

- Ainda no âmbito da segurança da navegação, a rede de seis Estações Radionavais disseminadas pelo território nacional (Continente, Açores e Madeira), em escuta permanente de frequências de socorro, registou a seguinte actividade:
 - 42.774 mensagens NAVTEX emitidas (avisos aos navios em texto);
 - 4.840 intervenções inopinadas para avisos vitais/importantes;
 - 287 minutos de carga média diária em avisos à navegação e meteorológicos;
 - 210 intervenções em acções SAR (Serviço de Busca e Salvamento);
 - 37 pedidos de socorro escutados;
- Colaboração da Banda da Armada com diversas entidades civis, nomeadamente autarquias locais, em várias zonas do país, em acções de carácter cultural e recreativo, através da realização de concertos e actuações que contribuíram para reforçar a boa imagem da Marinha entre as populações.

No apuramento das despesas no âmbito do Comando Naval, foram imputados às diferentes actividades, os custos com suplemento de embarque, alimentação, combustíveis e manutenção, sendo estes últimos calculados com base no custo médio de manutenção por dia de utilização operacional dos navios empenhados.

No que respeita aos órgãos regionais e locais da Direcção Geral da Autoridade Marítima (5 Departamentos Marítimos, 28 Capitánias e 16 Delegações Marítimas), foi seguido o critério de se considerar um serviço de 7 horas por dia, durante 251 dias do ano, e em serviço permanente de 24 horas sobre 24 horas, durante 365 dias do ano, os 5 Comandos Regionais e 28 Comandos Locais da Polícia Marítima, que constituem a estrutura operacional da Autoridade Marítima Nacional.

No âmbito da Segurança Marítima, foi seguido o critério de se considerar em serviço permanente de 24 horas sobre 24 horas, durante 366 dias do ano, as 30 Estações Salva-Vidas e os 55 Faróis.

No âmbito do Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos, tomou-se como critério a laboração de 7 horas por dia, durante 251 dias no ano.

Por fim, e no que diz respeito aos restantes organismos, o número total de horas de missão foi calculado tomando-se como base o horário normal de funcionamento dos serviços (7 horas/dia) durante o número de dias úteis verificado durante o ano de 2006, o que significa que não foram levadas em linha de conta, quer as horas de missão imputáveis às embarcações atribuídas, quer a disponibilidade para garantia de execução de acções não planeadas, a qual é permanentemente assegurada, não só naqueles órgãos como também no Comando Naval, pelo pessoal de serviço.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFECTOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.1 – MARINHA

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Autoridade Marítima	DGAM	74 (a)		2.000	24.553.563,32	15.197.730,59	4.911.874,08	44.663.167,99
		Departamentos Marítimos/ Capitanias 451	Viaturas 160 Embarcações 130 Tx/Rx 389	2.000				
		461		8.760				
Segurança Marítima	IH	6	Computadores 4	2.418	52.093,00	8.200,00	-	60.293,00
	DGAM	DF (Sede) 97	Faróis/Farolins 479 Bóias e balizas 328 Sinais sonoros 28	2.000	1.825.492,00	4.206.500,00	905.915,00	6.937.907,00
		Faróis 103	Viaturas 13 Embarcações 4 Estações DGPS 4	8.760				
		ISN (Sede) 55	Estações S/V 30 Embarcações S/V 43 Viaturas 13	2.000	3.320.143,00	2.841.911,00	105.678,00	6.267.732,00
		Salva-Vidas 77	Auto porta-cabos 9	8.760				
Preservação do Meio Marítimo	DGAM - Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos	19	UAM 2 Botes pneumáticos 1 Lanchas semi-rígidas 1 Viaturas 8 Viaturas tipo TIR 1 Porta-máquinas 1 Tractores 1 Retroescavadoras 1 Gruas móveis 1 Auto-gruas 1 Monta-cargas 6 Recuperadores 42 Barreiras 9.855 m Enroladores 22 Bombas 30 Compressores 12 Máq. lavar alta pressão 13 Tanques portáteis 44 Sist. de barreiras V 200 m	2.920	189.391,00	2.711.767,00	616.957,00	3.518.115,00
	IH - Acções de Monitorização e Recolha de Análises em Laboratório	10	Garrafas de colheita 6 Salinómetros 1 Autoanalísadores 1 Espectrofotómetros UV visível 1 Espectrómetros de absorção atómica 1 Analísadores de mercúrio 1 Espectrofotómetros de infravermelhos 1 Cromatógrafos 1 Cromatógrafos com detector de massa 1 Computadores 8 Impressoras 4 Computadores portáteis 1	2.743	33.369,00	70.474,00	219.100,00	322.943,00

(a) Inclui a Escola da Autoridade Marítima e a Repartição de Pessoal da Polícia Marítima, não incluindo o ISN nem a Direcção.

2.1 – MARINHA (Continuação)

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Fiscalização e Controlo das Actividades de Pesca	CN - NEAFC	70	1 FS	X	87.803,00	100.650,00	-	188.453,00
	CN	8	1 PBR	408	2.160,00	3.018,00	-	5.178,00
Monitorização de Actividades Susceptíveis de Ilícitudes	CN	71	1 FS	1.104	134.267,00	158.800,00	-	293.067,00
Vigilância e Patrulha do Espaço Marítimo	CN	889	2 FF 6 FS 1 ABU 4 PB 12 PBR	82.920	2.431.781,00	2.810.052,00	-	5.241.833,00
	CN - Diversos	614	1 AOR 1 FF 1 FFGH 2 FS 7 PBR	984	114.927,50	45.131,84	-	160.059,34
Presença Naval	CN - Dia da Marinha	749	1 FFGH 1 FF 2 FS 1 SSK 3 AXS 2 PBR 1 AGS 1 AGSC 1 LCU	864	45.809,00	56.128,00	-	101.937,00
	CN	140	2 FS	200	6.216,28	14.404,40	-	20.620,68

X – Não disponível

2.1 – MARINHA (Continuação)

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL			
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento				
Investigação Científica no Mar	IH	84	Servidores 3 Computadores 5 Software SIG e SGBD	3.448	51.000,00	45.450,00	35.403,00	131.853,00			
			Computadores 1	70	1.000,00	-	-	1.000,00			
			Sondadores multifeixe 4 Sondadores feixe simples 14 Perfiladores SVP 5 Receptores GPS 12 Embarcações 6 Computadores 12 Compensadores de movimentos 3 Impressoras 3 Plotters 2	31.374	366.041,00	23.169,00	129.730,00	518.940,00			
			Correntómetros Aanderaa 16 Cadeias de termistores 2 Estações meteorológicas 5 Salinómetros 2 ADCP 7 CTD 3 Bóias ondógrafo 5 Marégrafos 23 Computadores 34 Estações UNIX 4 Impressoras 8	21.633	366.078,00	649.525,00	363.732,00	1.379.335,00			
			Computadores 2	168	34.625,00	-	336.600,00	371.225,00			
			Computadores 12 Impressoras 6 Plotters A0 1 Workstations 3 Sist. aquis. proc. dados Geofísica 1 Sistemas de filtragem 2 Difractómetros 1 Sedimentógrafos laser 1 Colhedores SMT 3 Lupas e microscópios 3	25.148	337.059,00	53.789,00	41.464,00	432.312,00			
			Autoanalísadores 1 Espectrómetros UV visível 1 Espectrómetros de absorção atómica 1 Cromatógrafos 2 Cromatógrafos com detector de massa 1 Computadores 6 Impressoras 4	1.077	17.605,00	1.108,00	-	18.713,00			
			CN	78	1 AGS 2 AGSC	7.128	67.173,00	123.468,00	-	190.641,00	
			Busca e Salvamento	CN – Centro de Busca e Salvamento	889	2 FF 6 FS 1 ABU 4 PB 12 PBR	82.920	2.431.781,00	2.810.052,00	-	5.241.833,00
				IH	3	Computadores 3	125	5.543,00	345,00	1.423,00	7.311,00
			TOTAL	-	4.948	-	301.932	36.474.920,10	31.931.672,83	7.667.876,08	76.074.469,01

EXÉRCITO

O Exército presta anualmente apoio a diversas entidades civis, tarefas às quais dedica especial empenho e que são objecto do reconhecimento público. Este Ramo tem procurado dar resposta a inúmeras solicitações que não se esgotam apenas no âmbito das chamadas Missões de Interesse Público. Dessa forma, e no intuito de estreitar o contacto com a população e sensibilizar a comunidade civil para a instituição militar, as unidades têm acolhido ao longo do ano visitas de várias escolas e outras entidades, tendo igualmente sido realizadas exposições e outros eventos de natureza cultural e desportiva.

A exemplo do sucedido em anos anteriores, a acção do Exército pode ser enquadrada em três áreas fundamentais, designadamente, *Colaboração com as Autoridades Civas*, *Apoio ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil* e *Acções de Defesa do Meio Ambiente*.

Colaboração com Autoridades Civas

Actividades da Engenharia Militar

No âmbito da colaboração com as autoridades civis, e de acordo com o *Plano de Actividade Operacional Civil (PAOC)*, a Engenharia Militar realizou trabalhos de abertura e manutenção de itinerários, em apoio à satisfação das necessidades básicas das populações, nos concelhos de Oliveira de Azeméis, Pinhel, Coimbra, Mangualde, Estremoz, Espinho, Sabugal, Vila Nova de Poiares, Vila de Rei, Idanha-a-Nova, Portalegre e também na junta de freguesia do Olival.

Apoio Recreativo e Cultural

Para além das inúmeras visitas de escolas a unidades militares e da cedência de áreas para realização de acampamentos, o Exército proporcionou também o acesso ao património nacional à sua responsabilidade, com particular ênfase para a garantia de acessibilidade ao Castelo de Almourol, às instituições colectivas que assim o solicitaram.

As Bandas Militares e a Orquestra Ligeira do Exército realizaram concertos e actuações, em resposta a solicitações de autarquias locais e outros organismos, contribuindo deste modo para a acção cultural e recreativa das populações.

A equipa de queda-livre "Os Falcões Negros" efectuou sessões de saltos de demonstração de pára-quedismo, no âmbito de eventos recreativos realizados por todo o país.

Realizaram-se exposições e foi igualmente prestada colaboração a várias entidades no domínio da Cartografia Militar.

Apoio Logístico

Com os seus meios humanos e materiais, o Exército prestou apoio logístico à realização de diversos eventos desportivos, recreativos e culturais realizados por todo o país.

As unidades participaram e prestaram apoio logístico a diversos eventos de carácter religioso, entre os quais se salienta o efectuado aos peregrinos a Fátima.

Foram ainda utilizadas as carreiras de tiro do Exército pela GNR, PSP, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviços Prisionais.

Colaboração com o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

Nos termos definidos na legislação em vigor, o Exército colabora e presta apoio ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC), a nível nacional e regional, nomeadamente em situações de cheias e calamidades provocadas pelas chuvas, e no apoio ao combate aos incêndios florestais.

A acção nestas áreas obedece a um planeamento centralizado e a uma execução descentralizada. Desta forma, o apoio é normalmente executado através do accionamento de planos de operações previamente elaborados que permitem responder prontamente às solicitações do SNBPC em situações de calamidade.

Houve envolvimento do Exército em acções de combate directo a incêndios, em operações de rescaldo e na cedência de equipamentos para apoio logístico, de Norte a Sul do país.

Acções de Defesa do Meio Ambiente

A nível interno, foram desenvolvidas actividades de recuperação e conservação ambiental e de sensibilização e formação dos seus efectivos. É também de referir o esforço contínuo no domínio da sensibilização do contingente militar para os problemas ambientais, através da realização de acções de formação, palestras e outras actividades.

2.2 – EXÉRCITO

(euros)

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
CM Oliveira de Azeméis	COM OP	RE3	8	12	1.936	11.414				(a)
CM Pinhel	COM OP	RE3	7	9	2.295	10.336				(a)
CM Coimbra	COM OP	RE3	9	11	689	8.517				(a)
CM Mangualde	COM OP	RE3	8	12	4.796	23.363				(a)
Barrinha Estremoz	COM OP	RE3	5	6	140	15.000				(a)
CM Espinho	COM OP	RE3	6	4	178	595				(a)
SC Espinho	COM OP	RE3	9	11	3.357	5.298				(a)
Águas Trás-os-Montes e Alto Douro	COM OP	RE3	7	5	-	5.029				(a)
CM Sabugal	COM OP	RE3	7	16	2.506	14.397				(b)
Junta Freguesia do Olival	COM OP	RE3	4	4	303	2.588				(b)
CM Vila Nova de Poiares	COM OP	RE3	8	12	846	6.052				(b)
CM Vila de Rei	CID	EPE	7	9	2.143	12.770				(a)
CM Idanha-A-Nova	CID	EPE	6	7	2.855	9.019				(a)
CM Portalegre	CID	EPE	8	9	2.689	27.677				(a)
TOTAL	-	-	99	127	24.733	152.055				(a)

(a) Despesas afectas às entidades apoiadas;

(b) Ainda em execução.

FORÇA AÉREA

Do conjunto das várias actividades desenvolvidas pela Força Aérea, no ano transacto, continua a ser significativo o esforço que tem sido dedicado às acções realizadas no âmbito das Missões de Interesse Público.

A diversidade de actividades desenvolvidas em colaboração com as autoridades e organismos civis, quer através do emprego de meios em missões de Manutenção da Paz e de Apoio Humanitário, Busca e Salvamento, Evacuação Sanitária, Transporte de órgãos, Controlo de Poluição, Controlo Aduaneiro e de Fiscalização quer através do apoio a actividades de cariz recreativo, cultural e logístico, reflectem a importância e o peso desta vertente na actividade da Força Aérea, permitindo uma interacção constante de interesse nacional entre a comunidade civil e a instituição militar.

Do total de 24.478:50 horas de voo realizadas em 2006, cerca de 7.043:25 H/V foram voadas em missões operacionais, das quais 35,5% foram em benefício de Missões de Interesse Público (2.499,5 H/V), repartidas por diversas áreas de actividade, como a seguir se indica.

Em apoio de autoridades civis, foram apoiadas as seguintes entidades e organismos: Presidência da República (72 missões, com 182:00 H/V); Governo da República, incluindo a Presidência do Conselho de Ministros (98 missões, 188:45 H/V); Assembleia da República (4 missões, 13:00 H/V) e os vários Ministérios: Ministério dos Negócios Estrangeiros (37 missões, 107:55 H/V); Ministério da Administração Interna (12 missões, 25:25 H/V); Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, no apoio a combate a incêndios (44 missões, 48:25 H/V); Ministério da Agricultura e Pescas (3 missões, 1:50 H/V); Ministério da Defesa Nacional (68 missões, 156:55 H/V); Ministério da Saúde (21 missões, 30:20 H/V).

Foram também executadas missões para os seguintes organismos: Banco de Portugal, no transporte de valores (20 missões, 51:05 H/V); SATA - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, no transporte de material e de pessoal de manutenção de aeronaves (8 missões, total de 19:45 H/V).

No âmbito das missões de Transporte e Evacuação Sanitária, foi elevado o número de acções realizadas, num total de 370 missões, que corresponderam ao transporte de 352 doentes, incluindo órgãos para transplante, com um dispêndio de 652:15 horas de voo, das quais 40:10 se verificaram em prol do Ministério da Saúde – Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), com 25 missões.

Em apoio do Governo Regional dos Açores, foi efectuado o transporte de 127 doentes (137 missões, total de 307:35 H/V) e para o Governo Regional da Madeira, 145 doentes (125 missões, total de 128:30 H/V).

O Destacamento da Força Aérea na República de S. Tomé e Príncipe efectuou 120 missões para transporte de pessoas e de carga, sendo 14 dessas missões de evacuação sanitária e duas de Busca e Salvamento, que totalizaram 171:10 H/V.

No âmbito das *Operações de Manutenção de Paz e de Apoio Humanitário*, foram levadas a cabo 11 missões no apoio humanitário ao Líbano, que totalizaram 26:50 e 102 missões na Operação EUFOR RD Congo, num total de 297:45 H/V.

Nas operações de *Controlo da Poluição*, foram gastas 08:30 H/V, num total de 4 missões.

No que se refere às missões de *Controlo Aduaneiro e de Fiscalização no Âmbito das Pescas* (SIFICAP), em apoio directo à Brigada Fiscal da GNR, foram gastas, respectivamente, 17:35 H/V em 6 missões de controlo de actividades ilícitas, nomeadamente contrabando, e 489:00 H/V no âmbito do SIFICAP, num total de 150 missões distribuídas pelo Continente, Açores e Madeira (Continente: 299:35 H/V, 102 missões; Açores: 135:05 H/V, 34 missões; Madeira: 54:20 H/V, 14 missões). Refira-se ainda que a área coberta nestas

acções de fiscalização totalizou cerca de 1.535.010 milhas náuticas, permitindo detectar 477 alvos, dos quais 388 identificados.

No cumprimento das responsabilidades nacionais no âmbito da prestação do *Serviço de Busca e Salvamento* nas vastas áreas das Regiões de Informação de Voo de Lisboa e da Região de Informação de Voo Oceânica de Santa Maria, foram mantidas, permanentemente, ao longo do ano de 2006, 7 tripulações em alerta e empenhadas as aeronaves C 130, P 3P, C 212, SA 330, EH 101 e AL III, a partir de Bases no Continente, nos Açores (Lajes) e na Madeira (Porto Santo).

Os alertas foram activados para 142 missões, 106 das quais pelos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento de Lisboa, num total de 349:00 H/V, distribuídas da seguinte forma: 73 missões e 202:50 H/V activadas a pedido do MRCC; 13 missões e 76:20H/V activadas pelo RCC, para busca de aeronaves militares; 3 missões e 04:50 H/V activadas a pedido do RCC para busca de aeronaves civis; 2 missões e 2:15 H/V de busca activada pelo sistema de emergência COSPAS/SARSAT. As restantes 13 missões do Centro de Lisboa foram a favor de outras entidades, nomeadamente o Apoio à Força Aérea Belga e Comando do exercício "Morsa". Quanto aos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento da Região Oceânica de Santa Maria, do total de 38 missões foram gastas cerca de 173:10 H/V, assim distribuídas: 22 missões em resposta aos alertas do MRCC, com 102:05 H/V; 13 missões e 50:45 H/V voadas em apoio do RCC na busca de aeronaves militares. Neste âmbito, foram ainda realizadas três missões de busca activada pelo sistema de emergência satélite COSPAS/SARSAT, num total 20:20 H/V.

No que respeita à divulgação do património histórico da Força Aérea junto da população, são de referir as diversas exposições temporárias e itinerantes, 112 cerimónias, das quais 32 concertos com a banda de música, bem como a exposição estática de aeronaves no Museu do Ar, tendo este órgão de natureza cultural recebido 12.589 visitantes. As exposições de maior relevo foram no total de 5, com a participação das Relações Públicas, destacando-se as exposições das Forças Armadas no Funchal, da Nauticampo, Jornadas Aeronáuticas da Covilhã, comemorações do dia da Força Aérea e do dia de Portugal.

Para além da intensa divulgação relacionada com a sua actividade e património histórico, importa ainda referir outras actividades efectuadas pela Força Aérea, recepção de visitas em várias unidades e a organização de acampamentos no Campo de Tiro de Alcochete com diversas escolas, agrupamentos e instituições, bem como a realização de Baptismos de Voo em avião para cerca de 2.850 pessoas.

Por último, no que toca ainda à divulgação das actividades da Força Aérea em território nacional e internacional, quer de âmbito militar, quer em termos de cultura aeronáutica, refira-se que a Força Aérea efectuou 245 missões e 320:15 H/V no âmbito de demonstrações aéreas e participou em 4 festivais aéreos internacionais com várias aeronaves, mantendo activa a publicação da revista aeronáutica de referência junto da camada civil, a "Mais Alto".

2.3 – FORÇA AÉREA

(euros)

Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Voo	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Entidades Cíveis - Transportes Especiais	ESQ. 501	66	C 130	148:05	131.024,00	583.317,00	207.137,00	3.631.098
	ESQ. 502	67	C 212	39:35	24.515,00	57.215,00	23.342,00	
	ESQ. 504	187	F 50	518:30	253.448,00	1.681.884,00	399.557,00	
	ESQ. 552	4	AL III	4:40	1.919,00	4.479,00	580,00	
	ESQ. 711	21	C 212	32:30	20.123,00	46.964,00	19.160	
	ESQ. 711	17	SA 330	12:10	12.367,00	28.846,00	6.966	
	ESQ. 751	15	EH 101	20:40	38.475,00	89.780,00	-	
Busca e Salvamento	ESQ. 501	14	C 130	10:40	9.204,00	40.976,00	14.551,00	2.843.563,00
	ESQ. 502	24	C 212	27:20	16.945,00	39.549,00	16.135,00	
	ESQ. 552	29	AL III	45:30	19.751,00	46.115,00	5.975,00	
	ESQ. 601	244	P3P	159:00	195.252,00	715.977,00	538.295,00	
	ESQ. 711	115	SA 330	95:20	97.294,00	226.957,00	54.807,00	
	ESQ. 711	56	C 212	71:25	44.388,00	103.598,00	42.266,00	
	ESQ. 751	10	SA 330	1:35	1.380,00	3.218,00	777,00	
Evacuação Sanitária	ESQ. 502	87	C 212	37:45	23.332,00	54.452,00	22.215,00	2.918.693,00
	ESQ. 504	33	F 50	29:10	14.229,00	94.430,00	22.433,00	
	ESQ. 552	5	AL III	1:00	436,00	1.018,00	132,00	
	ESQ. 711	398	SA 330	254:00	259.588,00	605.536,00	146.228,00	
	ESQ. 711	132	C 212	102:00	63.546,00	148.308,00	60.506,00	
	ESQ. 751	35	SA 330	14:05	14.359,00	33.495,00	8.089,00	
	ESQ. 751	572	EH 101	214:15	403.887,00	942.474,00	-	
Apoio ao SNBPC no Combate a Incêndios	ESQ. 552	33	AL III	48:25	21.037,00	49.119,00	6.364,00	76.520,00
Controlo Aduaneiro	ESQ. 401	20	C 212	12:20	7.600,00	17.739,00	7.237,00	38.848,00
	ESQ. 502	2	FTB 337	5:15	1.570,00	3.796,00	906,00	
Fiscalização SIFICAP	ESQ. 401	750	C 212	489:00	336.921,00	786.312,00	290.075,00	1.413.308,00
Deteccção e Controlo de Poluição	ESQ. 711	6	SA 330	8:30	8.483,00	19.787,00	4.778,00	33.048,00
TOTAL	-	3.074	-	2.499:50	2.204.109,00	6.852.458,00	1.898.511,00	10.955.078,00

RELAÇÕES BILATERAIS DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

O relacionamento bilateral no domínio da Defesa (do qual excluimos aqui a Cooperação Técnico-Militar com os PALOP e Timor-Leste que, pela sua especificidade, será tratada em capítulo próprio) sofreu, durante o ano de 2006, algumas alterações importantes e que passaremos a referir. Contudo, e antes de analisarmos a forma como decorreu o ano, é de justiça realçar que o bom desempenho desta área da Política Externa de Defesa, que se traduziu essencialmente na concretização das prioridades definidas superiormente e numa boa taxa de execução das respectivas actividades, só foi possível devido à estreita coordenação e envolvimento dos três Ramos das Forças Armadas e dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional.

Assim, e em cumprimento das instruções dadas pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional, promoveu-se, nas diversas Comissões Mistas com os Países da Europa Central e Oriental (PECO), uma reformulação do modelo de cooperação bilateral. Desta forma, acabou-se com a negociação de Programas de Cooperação anuais, tendo estes sido substituídos pela apresentação de listas de áreas abertas à cooperação com esses países, mas subordinadas a um novo modelo de financiamento que visa libertar o orçamento da Defesa de alguns encargos, por forma a poder haver uma concentração de meios nos países onde a cooperação é considerada prioritária. Contudo, devido à situação particular daqueles países, em fase de adesão à União Europeia, foi decidido manter este modelo por mais um ano com a Bulgária e Roménia.

A razão destas mudanças na política de cooperação ficam a dever-se, por um lado, ao facto de as relações bilaterais com os PECO terem nascido num momento muito específico (após a queda do Muro de Berlim) e com um objectivo muito claro: ajudar estes países na sua caminhada para a integração na Aliança Atlântica e na União Europeia. Em 2006, estando esse objectivo praticamente concluído, não parecia fazer mais sentido a manutenção de um modelo de relacionamento bilateral assente numa cooperação militar baseada em pressupostos já ultrapassados. Por outro lado, há a clara percepção da interligação crescente entre a segurança das duas margens do Mediterrâneo, havendo, por isso, a necessidade de promover uma cooperação aprofundada com os países do Magrebe com quem assinámos já acordos de cooperação.

Nesse sentido, o desenvolvimento da cooperação bilateral com os países do Magrebe foi considerado prioritário, tendo sido negociados, neste ano, programas de cooperação mais ambiciosos, tanto no que se refere ao número de actividades como, sobretudo, no que diz respeito às áreas envolvidas e que foram alargadas.

Nesta região é importante referir que, durante 2006, foram dados passos importantes para o estabelecimento de uma cooperação bilateral efectiva com a Argélia, tendo sido recebida uma importante delegação do respectivo Ministério da Defesa, altura em que foi negociado o Protocolo sobre o funcionamento da Comissão Mista, que define o modelo segundo o qual irá funcionar a cooperação no futuro.

Igualmente muito importante é deixar aqui uma palavra para a assinatura do Acordo de Cooperação no domínio militar com a República Popular da China. Desta forma, deu-se um passo importante para o desen-

volvimento dos contactos entre as Forças Armadas dos dois países, o que se inscreve claramente nos objectivos de política externa nacionais que vão no sentido de uma aproximação àquele grande país asiático.

Assim, e de forma a ilustrar a realidade acima exposta, passa-se seguidamente a fazer um ponto de situação das actividades desenvolvidas durante o ano de 2006 em termos de relacionamento bilateral de Defesa.

3.1 – ACTIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEPÇÃO DA ÁFRICA SUBSARIANA)

3.1.1 - Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento

Conforme referido anteriormente, neste ano assistiu-se a um aumento dos contactos bilaterais na área da Defesa, o que se traduziu num crescimento do número de acordos celebrados pelo nosso país. Deu-se também início à negociação e renegociação de alguns acordos com outros países, sendo alguns deles instrumentos destinados a regulamentar áreas muito específicas, sobretudo de carácter técnico.

Apresenta-se seguidamente um quadro que pretende ilustrar esta realidade, e onde se pode observar, se comparado com o do ano passado, um aumento do número de acordos em vigor ou em fase de negociação:

PAÍS	EM VIGOR	EM PROJECTO	EM RENEGOCIAÇÃO
ALEMANHA	4	-	-
ARGÉLIA	1	-	-
ARGENTINA	1	-	-
BÉLGICA	2	-	-
BRASIL	5	-	-
BULGÁRIA	2	-	-
CANADÁ	1	-	-
CHILE	1	-	-
CHINA	1	-	-
ESLOVÁQUIA	1	-	-
ESLOVÉNIA	1	-	-
ESPAÑA	12	-	-
ESTÓNIA	1	-	-
EUA	12	-	2
FRANÇA	7	-	-
GRÉCIA	2	-	-
HOLANDA	1	-	-
HUNGRIA	3	-	-
LETÓNIA	1	-	-
LÍBIA	1	-	-
LITUÂNIA	1	-	-
MARROCOS	7	-	-
POLÓNIA	2	-	-
REINO UNIDO	2	-	-

PAÍS	EM VIGOR	EM PROJECTO	EM RENEGOCIAÇÃO
REPÚBLICA CHECA	2	-	-
ROMÉNIA	2	-	-
RÚSSIA	4	-	-
SÉRVIA	-	1	-
SUÉCIA	1	-	-
TUNÍSIA	3	-	-
UCRÂNIA	-	1	-
TOTAL	84	2	2

Importante é também referir que, no quadro que se acaba de ver, foram incluídos não apenas os acordos de cooperação negociados pelo MDN e dos quais decorrem habitualmente planos de actividades de cooperação bilateral, negociados em sede das respectivas Comissões Mistas, mas também outros acordos celebrados pelos Ramos das Forças Armadas e OSC/MDN, dos quais resultam igualmente contactos e cooperação nas suas áreas específicas de actuação.

3.1.2 - Programas de cooperação/Actividades

Dado o que antecede, passam-se agora a enumerar as actividades negociadas nas respectivas Comissões Mistas pela Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional e que são agrupadas, cada ano e para cada país, num programa de cooperação bilateral, usualmente chamado "Plano de Actividades". Refira-se que este é negociado tendo por base as propostas apresentadas pelos diversos organismos nacionais intervenientes na cooperação (os três Ramos das Forças Armadas e os Órgãos e Serviços Centrais do MDN), bem como as solicitações formuladas pelos outros países.

O ano de 2006, como foi referido e se poderá seguidamente comprovar, apresentou, relativamente ao ano passado, um crescimento do número de actividades. No entanto, é de referir que cessaram os Planos de Actividades com a maior parte dos PECO. No quadro seguinte, e como vem sendo habitual, optou-se por apresentar as actividades realizadas durante o passado ano, agrupadas por país:

PAÍS	ACTIVIDADES
ARGÉLIA	- Reunião Bilateral, em Lisboa. - Visita oficial de S. Ex ^a . o Ministro Delegado junto do Ministro da Defesa da Argélia.
AUSTRÁLIA	- Estágio dos Alunos Militares da "Australian Defence Force School of Languages".
BULGÁRIA	- Participação de um oficial búlgaro no Curso de Operações Especiais, no CIOE, em Lamego. - Reunião da Comissão Mista, em Lisboa. - Planeamento e exercício conjunto entre militares búlgaros e portugueses, no CIOE, em Lamego. - Participação de 2 oficiais da Força Aérea búlgara no Curso de Sobrevivência em terra e no mar, no Montijo. - Troca de experiências entre Departamentos de Comunicação e Relações Públicas. - Visita à Academia Militar da Bulgária, em Veliko Tarnovo. - Troca de experiências no âmbito de "Logistic Support in PSO and Crisis Management".
CHINA	- Visita oficial de S. Ex ^a . o Ministro da Defesa Nacional à China.
ESLOVÁQUIA	- Reunião da Comissão Mista, em Lisboa.
ESLOVÉNIA	- Reunião da Comissão Mista, em Lisboa.

PAÍS	ACTIVIDADES
ESPAÑA	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião de trabalho entre o Ministro da Defesa do Reino de Espanha e o Ministro da Defesa Nacional português. - XXII Cimeira Luso-Espanhola.
ESTÓNIA	<ul style="list-style-type: none"> - Visita ao Instituto de Estudos Superiores Militares, em Lisboa. - Reunião da Comissão Mista, em Tallin. - Participação de um oficial do Exército da Estónia como observador num exercício de Operações Especiais, em Lamego. - Troca de experiências sobre o equipamento utilizado pelos Exércitos de ambos os países, em Lisboa.
EUA	<ul style="list-style-type: none"> - XXª Reunião da Comissão Bilateral Permanente, em Washington. - 31ª Reunião da Comissão Técnica (CT) decorrente do Acordo de Cooperação e Defesa celebrado entre Portugal e os EUA. - Reunião da Comissão Laboral (CL) decorrente do Acordo de Cooperação e Defesa celebrado entre Portugal e os Estados Unidos da América. - XXIª Reunião da Comissão Bilateral Permanente do Acordo de Cooperação e Defesa com os EUA, em Lisboa. - Reunião Preparatória da Comissão Técnica do ACD/EUA, nos Açores.
HUNGRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de um oficial húngaro no Curso de Operações Especiais, no CIOE, em Lamego. - Visita oficial de S. Ex.ª. o Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Dr. João Mira Gomes, a Budapeste.
HOLANDA	<ul style="list-style-type: none"> - Visita de trabalho do Secretário de Estado da Defesa dos Países Baixos, Senhor Cees van der Knaap a Portugal. - Visita à Holanda do Ministro da Defesa Nacional, Prof. Doutor Nuno Severiano Teixeira.
ITÁLIA	<ul style="list-style-type: none"> - Visita de S. Ex.ª. o Ministro da Defesa Nacional a Itália.
LITUÂNIA	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de 2 oficiais lituanos no Curso de Sobrevivência da Força Aérea Portuguesa, em Portugal. - Participação de 2 oficiais lituanos no Estágio de Fisiologia de Voo, no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea Portuguesa, em Portugal. - 2ª Reunião da Comissão Mista, em Lisboa. - Visita ao Centro de Instrução de Operações Especiais, em Lamego.
MARROCOS	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de um oficial marroquino no Estágio de Aperfeiçoamento NGACSI <i>Naval Cooperation and Guidance for Shipping</i>, em Portugal. - Visita à 2ª Brigada de Tropas Para-quadistas Marroquinas, em Marrakech. - Reunião da Comissão Mista, em Lisboa. - 4 Estágios de Simulador de Voo C-130, em Kenitra. - Exposição organizada pela Comissão Portuguesa de História Militar, em Arzila. - Estágio de Sobrevivência para Tripulações Aéreas de Países Estrangeiros, em Lisboa. - Embarque no Navio-Escola "Sagres" para participação num Estágio de Navegação. - Visita do Inspector-Geral das Forças Armadas Reais de Marrocos e Comandante da Zona Sul, General Abdelaziz Bennani, ao Estado-Maior-General das Forças Armadas. - Visita de uma delegação da Marinha Real ao Alfeite. - Visita ao Centro Nacional de Planeamento Civil de Emergência, em Lisboa. - Estágio de Fisiologia de Voo para pilotos, no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea. - Troca de experiências no domínio da Medicina Aeronáutica, no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea. - Estágio no Simulador de Desorientação Espacial, no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea. - Visita da Academia Real do Ar de Marrocos à Academia da Força Aérea Portuguesa. - Troca de experiências entre Centros de Instrução de Artilharia. - Intercâmbio entre as Academias de Marinha. - Observação de um exercício de nível Brigada Para-quadista. - Visita à Academia Real do Ar de Marrocos.
POLÓNIA	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião da Comissão Mista, em Varsóvia - Troca de experiências no domínio da Polícia Militar, em Lisboa. - Conversações e troca de experiências sobre Medicina Aeronáutica, em Lisboa. - Frequência no Estágio de Fisiologia de Voo, em Lisboa. - Troca de experiências no âmbito de <i>"Military Police Training System"</i>.

PAÍS	ACTIVIDADES
REPÚBLICA CHECA	- Visita à Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar. - Reunião da Comissão Mista, em Lisboa.
ROMÉNIA	- Reunião da Comissão Mista, em Bucareste. - Conversações e Troca de Experiência no domínio da Medicina Aeronáutica, entre Forças Aéreas dos dois países. - Visita oficial de S. Ex ^a . o Ministro da Defesa Nacional à Roménia. - Troca de experiências no domínio da Polícia Militar, em Lisboa. - Troca de experiências no âmbito de " <i>Operations and Training Working Group</i> " - Troca de experiências no domínio do Reconhecimento para as Operações Especiais.
RÚSSIA	- Visita oficial a Portugal do Chefe do Estado-Maior e Primeiro Vice-Comandante-Chefe da Força Aérea da Rússia, Coronel-General Boris Fiodorovitch Tcheltsov. - Visita à Divisão 98 das Tropas Aerotransportadas da Rússia. - Visita ao Instituto Geográfico do Exército. - Visita de S. Ex ^a o Ministro da Defesa Nacional à Rússia.
SUIÇA	- Visita oficial do Conselheiro Federal da Defesa da Suíça, Dr. Samuel Schmidt, a Portugal.
TAILÂNDIA	- Visita de estudo de uma delegação do Colégio de Defesa Nacional da Tailândia ao Instituto da Defesa Nacional, em Lisboa.
TUNÍSIA	- Participação de um oficial tunisino no Estágio de Aperfeiçoamento NGACS – <i>Naval Cooperation and Guidance for Shipping</i> , em Portugal. - Visita oficial do Ministro da Defesa da Tunísia, Senhor Kamel Morjane, a Portugal. - Reunião da Comissão Mista, em Lisboa. - Curso de Formação de Oficiais Fuzileiros RC (CFO FZ) - Participação de dois oficiais tunisinos, como observadores, num exercício de nível Brigada Mecanizada, em Portugal. - Participação de 2 oficiais tunisinos no Estágio de Fisiologia de Voo, no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea, em Portugal. - Deslocação à Tunísia para observação do Exercício " <i>Summer 2006</i> " com fogos reais. - Visita a Portugal dos Auditores do Instituto Tunisino de Defesa Nacional. - Embarque no navio de instrução e pesquisa da Armada tunisina " <i>KAI'REDDINE</i> ". - Troca de experiências no domínio da Saúde Militar, na Direcção-Geral de Saúde Militar tunisina. - Visita ao Centro de Medicina Aeronáutica da Tunísia. - Visita à Base Naval principal de Bizerte. - Estágio de " <i>Digital Photogrammetry</i> " no Instituto Geográfico do Exército. - Visita à Academia de Aviação de Borj El-Amri. - Visita à Academia Militar tunisina. - Visita à Escola de Especialistas Aeronáuticos, em Sfax.
UCRÂNIA	- Visita a Portugal do Secretário de Estado da Defesa e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia.

3.1.3 - Cruzeiros de investigação científica

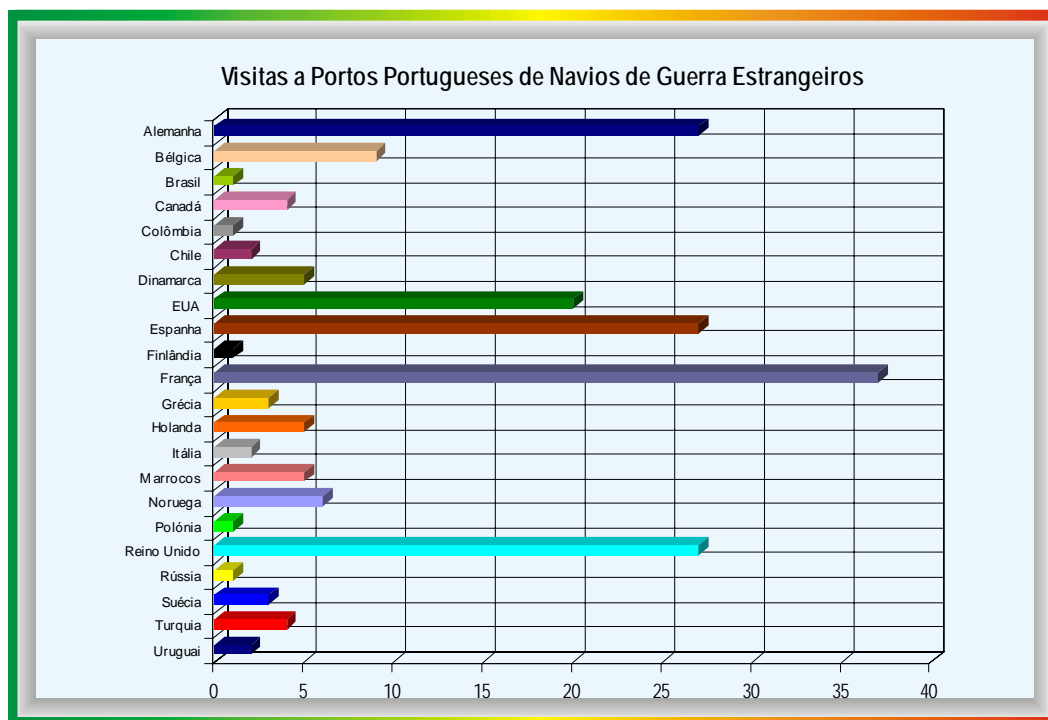
No âmbito das relações bilaterais, foram processados os pedidos de autorização diplomática para operação de navios científicos nas áreas de jurisdição nacional. As principais áreas de investigação destes cruzeiros incluíram trabalhos de oceanografia, hidrografia, biologia marítima, investigação de recursos pesqueiros, lançamento de cabos submarinos e prospecção mineira.

PAÍS	CRUZEIROS
Alemanha	3
Bélgica	3
Espanha	2
França	4
Reino Unido	7
TOTAL	19

3.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

PAIS	VISITAS
Alemanha	27
Bélgica	9
Brasil	1
Canadá	4
Colômbia	1
Chile	2
Dinamarca	5
Espanha	27
EUA	20
Finlândia	1
França	37
Grécia	3
Holanda	5
Itália	2
Marrocos	5
Noruega	6
Polónia	1
Reino Unido	27
Rússia	1
Suécia	3
Turquia	4
Uruguai	2
TOTAL	193



3.1.5 - Sobrevoos e aterragem – Pedidos de autorização

PAIS / ORGANIZAÇÃO	PERMANENTES	NÃO PERMANENTES
África do Sul	-	4
Alemanha	86	36
Angola	18	-
Arábia Saudita	3	-
Argélia	5	-
Argentina	4	-
Bélgica	19	21
Botswana	-	2
Brasil	43	-
Bulgária	2	-
Canadá	58	-
Cazaquistão	-	1
Chile	2	-
China	-	1
Colômbia	-	4
Croácia	-	1
Cuba	-	38
Egipto	3	28
Emiratos Árabes Unidos	-	7
Eslovénia	3	-
Espanha	148	22
EUA	2.104	368
Finlândia	2	-
França	198	3
Grécia	4	-
Holanda	19	13
Hungria	2	-
Índia	-	3
Indonésia	-	4
Irlanda	3	-
Israel	-	11
Itália	54	8
Jordânia	5	-
Kuweít	4	-
Líbia	-	3
Luxemburgo	-	2
Macedónia	-	2
Marrocos	26	-
Moçambique	-	1
NATO (E3-A9)	9	-
Nigéria	7	-
Noruega	4	-
Paquistão	5	-
Perú	-	2

PAÍS / ORGANIZAÇÃO	PERMANENTES	NÃO PERMANENTES
Polónia	4	-
Qatar	-	4
Reino Unido	329	38
República Checa	3	-
Rússia	-	7
Sérvia	3	-
Sudão	-	2
Suécia	5	-
Suíça	6	-
Tailândia	-	2
Tunísia	7	-
Turquia	5	-
Venezuela	6	-
TOTAL	3.208	638

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

NOTA EXPLICATIVA

Os quadros relativos à Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste procuram identificar e quantificar as acções realizadas, as áreas de intervenção e os co-relativos investimentos.

A Cooperação Técnico-Militar com os PALOP executa-se através de programas-quadro (planos directores) bilaterais, de carácter indicativo, constituídos por projectos, bem como através de acções de natureza complementar, decorrentes de novos conceitos aplicados à execução da política de CTM, essencialmente dirigidas à capacitação dos órgãos de concepção, coordenação e direcção das políticas de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

A execução dos projectos contempla quatro componentes: assessorias técnicas e/ou unidades móveis de instrução, recuperação de infra-estruturas locais, fornecimento de equipamento e formação de pessoal em Portugal e/ou nos PALOP e Timor-Leste.

A componente *formação de pessoal* constitui-se como nuclear. Para além do estabelecimento anual de um programa de formação de pessoal dos PALOP e Timor-Leste em Portugal, os projectos que se executam, no terreno, são na sua maioria direccionados para a criação e/ou reorganização de estabelecimentos de ensino e centros de instrução/formação militar nos PALOP e Timor-Leste, com o objectivo de, progressivamente, se irem criando capacidades que permitam a estes países ficarem auto-suficientes no domínio da formação e instrução das respectivas Forças Armadas.

Decorrente da inclusão da cooperação no domínio da Defesa, na recente emenda à Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP, a CTM alargou a sua actividade ao nível multilateral.

As acções de CTM executadas multilateralmente são definidas e avaliadas pelos ministros da Defesa da CPLP em sede das respectivas reuniões anuais.

Os encargos relativos ao suporte financeiro dos programas-quadro da cooperação técnico-militar bilateral e no formato CPLP inscrevem-se na contribuição portuguesa para a ajuda pública ao desenvolvimento (APD portuguesa).

CONCEITOS

Cooperação Técnico-Militar com os PALOP e Timor-Leste

Conjunto de acções que constituem simultaneamente um vector para a consolidação do sistema democrático dos países beneficiários, através da organização/formação de Forças Armadas apartidárias, garante do regular funcionamento das instituições e vector do desenvolvimento económico e social, através da formação de quadros e organização de estruturas funcionais.

Multilaterização da Cooperação Técnico-Militar no Formato Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Desenvolvimento de acções de CTM conjuntas, ao nível dos países que constituem a CPLP, com o objectivo de, por um lado, colocar ao dispor de todos os países lusófonos as capacidades de cada um e, por outro lado, fomentar a preparação e treino de forças conjuntas vocacionadas para o desempenho de missões de manutenção de paz, de ajuda humanitária e de gestão de crises.

Projecto de Cooperação Técnico-Militar

Mecanismo de duração trienal, destinado à prossecução de um objectivo previamente definido e executado através de várias componentes (formação de pessoal, assessorias, reabilitação de infra-estruturas, fornecimento de material). O conjunto dos projectos aprovados bilateralmente designa-se por programa-quadro de duração trienal.

Outras Acções

Acções que não se integram em nenhum projecto específico, mas que se revelam complementares e/ou indispensáveis.

Acções de Formação, Promoção e Especialização e Qualificação

Cursos de duração variável, ministrados sob a responsabilidade de um estabelecimento, unidade ou órgão militar ou civil sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional e que visam a formação, promoção, qualificação ou especialização e actualização do militar.

Assistência Hospitalar

Assistência médica em hospitais militares portugueses, de militares das Forças Armadas dos PALOP e Timor-Leste, evacuados dos respectivos países por reconhecida falta de capacidade nos países de origem. Esta assistência poderá ser extensiva a familiares (cônjuges e/ou filhos).

Despesas de Estrutura

Despesas relativas a encargos assumidos com a manutenção de residências destinadas ao alojamento de militares portugueses destacados nos PALOP e Timor-Leste no desempenho de missões de Cooperação Técnico-Militar, com o parque de viaturas e com o pessoal de apoio nacional e/ou recrutado localmente, comunicações, etc.

3.2 – COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

3.2.1 - Projectos de cooperação técnico-militar com os PALOP e Timor-Leste

República de Cabo Verde
Estrutura Superior das Forças Armadas Formação de Unidades de Polícia Militar Guarda Costeira e Unidade de Fuzileiros Navais Centro de Instrução Militar Conjunto do Morro Branco
República da Guiné-Bissau
Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas Apoio à Organização da Marinha Nacional Apoio à Organização do Sistema de Formação e de Instrução Militar dos Três Ramos das Forças Armadas Apoio ao Desenvolvimento do Serviço de Transmissões Militares Apoio à Formação e Organização da Unidade de Engenharia Militar de Construções Apoio no Âmbito do Serviço de Material
República Democrática de S. Tomé e Príncipe
Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas Apoio à Formação e Treino de Unidades para Operações Conjuntas de Interesse Público, Ajuda Humanitária, Gestão de Crises e de Apoio à Paz Apoio à Operacionalidade do Pelotão de Engenharia Militar de Construções Apoio à Formação da Guarda Costeira (com a Componente Desenvolvimento do Sistema de Comunicações Militares) Apoio à Manutenção do Sistema de Ajudas Visuais à Navegação Apoio Local ao Programa de Combate ao Paludismo e Assistência Hospitalar em Portugal
República de Angola
Apoio à Organização e Funcionamento dos Órgãos e Serviços do Ministério da Defesa e Estado-Maior-General das Forças Armadas Apoio ao Funcionamento do Instituto Superior de Ensino Militar Apoio à Organização e Criação da Academia Militar Apoio à Formação da Brigada e Centro de Instrução de Comandos Apoio à Organização do Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz Apoio à Formação da Força e Organização da Escola de Fuzileiros Navais de Angola Apoio à Organização da Escola Prática de Administração Militar Apoio à Formação do Regimento de Polícia Militar Apoio à Organização da Engenharia do Exército Apoio à Organização da Escola de Sargentos do Exército Apoio à Organização da Escola de Oficiais do Exército Apoio à Organização da Escola de Aviação Apoio Fisiátrico às Crianças Vítimas da Guerra

República de Angola (Continuação)

Apoio ao Funcionamento do Centro Psicotécnico da Força Aérea
Apoio Técnico à Implementação de um Programa Anti-Tuberculose
Apoio à Concepção e Levantamento do Controlo de Qualidade do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
Formação de Pessoal em Portugal

República de Moçambique

Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique
Apoio à Organização do Sistema de Fiscalização das Águas Territoriais e da Marinha de Guerra de Moçambique
Apoio à Organização e Funcionamento da Academia Militar
Apoio Técnico à Polícia Militar
Apoio Técnico ao Centro de Instrução de Forças Especiais
Apoio à Força Aérea na Área da Formação Técnica
Apoio Técnico ao Sistema de Saúde Militar
Apoio à Formação Técnica da Marinha
Apoio Técnico à Formação e Organização de Fuzileiros Navais
Apoio à Formação de Sargentos das Forças Armadas

República Democrática de Timor-Leste

Organização Superior da Defesa
Apoio à Componente Naval
Apoio à Componente Terrestre
Apoio à Formação de Cursos de Oficiais e Sargentos das FDTL

3.2.2 - Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP e Timor-Leste

(euros)

Tipo de Despesas com Projectos de Cooperação	PAÍSES												TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste			
	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor
Assessorias e/ou Unidades Móveis	13	136.643	15	115.268	14	133.568	88	1.043.359	57	326.181	20	320.010	207	2.075.029
Recuperação de infra-estruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material	-	19.837	-	105.524	-	55.402	-	7.285	-	77.395	-	6.880	-	272.323
Transporte de material e pessoal	-	30.265	-	9.273	-	20.204	-	111.113	-	54.707	-	39.433	-	264.995
Formação de pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13	186.745	15	230.065	14	209.174	88	1.161.757	57	458.283	20	366.323	207	2.612.347

3.2.3 - Formação de militares dos PALOP e Timor-Leste em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	8	2	7	19	12	-	48
	Exército	9	2	6	11	15	-	43
	Força Aérea	2	-	-	2	3	-	7
Promoção	Marinha	-	-	-	-	-	-	-
	Exército	4	1	3	7	4	3	22
	Força Aérea	-	-	-	1	1	-	2
Actualização	Marinha	-	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	-	1	-	1
	Força Aérea	-	-	-	-	1	-	1
Qualificação	Marinha	-	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	1	1	-	2
TOTAL	Marinha	8	2	7	19	12	-	48
	Exército	13	3	9	18	20	3	66
	Força Aérea	2	-	-	4	6	-	12

3.2.4 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA

(euros)

Ramo das Forças Armadas		PAISES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação em Portugal	Marinha	15.092	2.957	30.494	41.599	27.843	-	117.985
	Exército	61.406	15.282	43.082	71.254	92.897	10.126	294.047
	Força Aérea	11.955	-	-	37.859	45.829	-	95.643
Vencimentos dos militares em missões nos PALOP e Timor-Leste	Marinha	67.486	22.952	103.194	212.772	19.663	152.162	578.229
	Exército	55.903	71.197	83.262	789.907	293.583	137.100	1.430.952
	Força Aérea	-	-	-	134.184	26.877	-	161.061
Material fornecido	Marinha	926	-	342	2.055	2.960	1.220	7.503
	Exército	-	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	28.500	-	3.658	5.750	-	37.908
Outros custos	Marinha	380	117	881	521	130	105	2.134
	Exército	9.211	9.244	18.389	71.566	36.910	14.320	159.640
	Força Aérea	-	-	-	6.302	-	-	6.302
TOTAL	Marinha	83.884	26.026	134.911	256.947	50.596	153.487	705.851
	Exército	126.520	95.723	144.733	932.727	423.390	161.546	1.884.639
	Força Aérea	11.955	28.500	-	182.003	78.456	-	300.914

3.2.5 - Formação de militares nos PALOP e Timor-Leste por tipo de curso e Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAISES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	115	-	-	179	473	-	767
	Exército	926	-	411	1.319	134	84	2.874
	Força Aérea	-	-	-	78	-	-	78
Promoção	Marinha	-	-	-	-	-	-	-
	Exército	80	-	116	49	-	-	245
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-	-
Actualização	Marinha	-	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	82	-	-	82
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-	-
Qualificação	Marinha	-	-	-	-	-	-	-
	Exército	38	-	26	168	40	-	272
	Força Aérea	-	-	-	1	-	-	1
TOTAL	Marinha	115	-	-	179	473	-	767
	Exército	1.044	-	553	1.618	174	84	3.473
	Força Aérea	-	-	-	79	-	-	79

3.2.6 - Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PALOP e Timor-Leste e seus familiares e respectivas despesas

(euros)

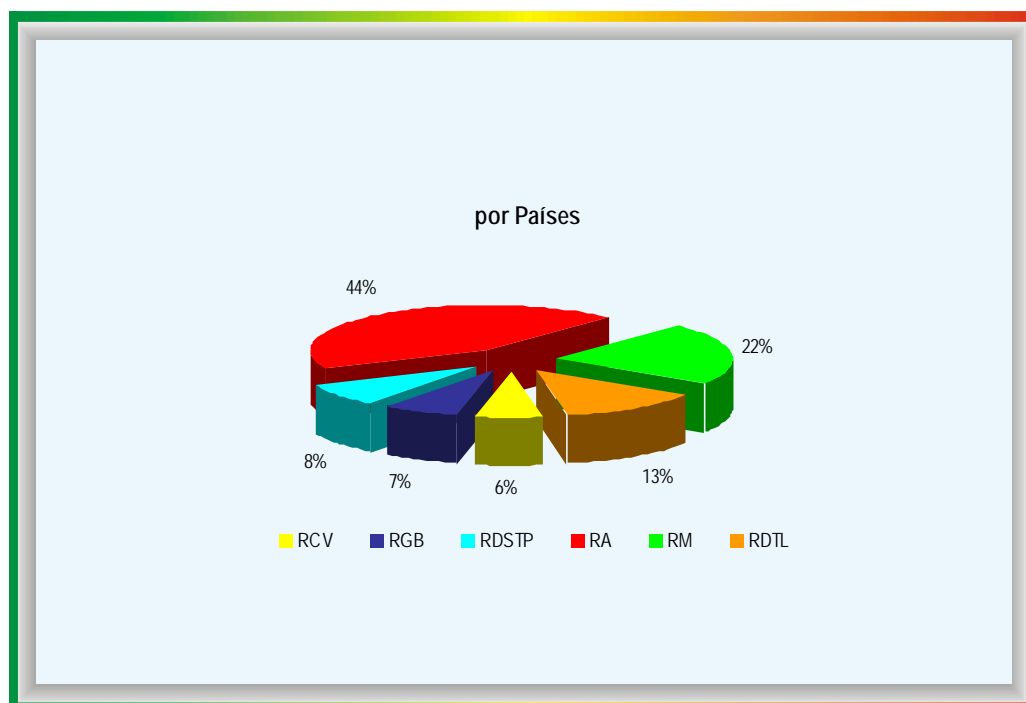
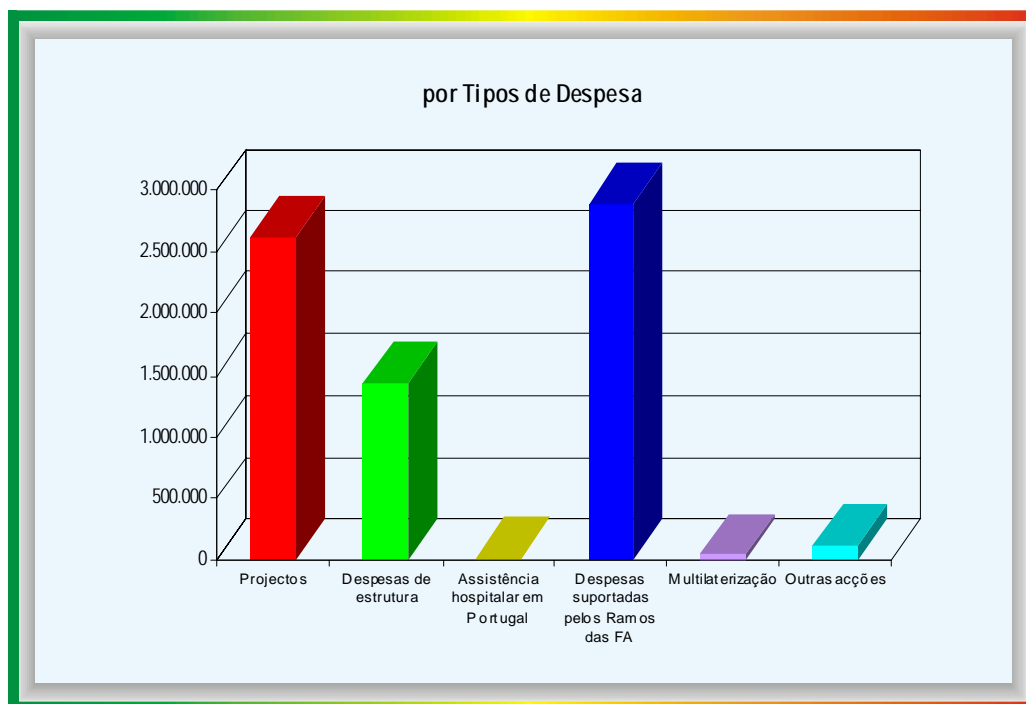
Pessoal Assistido	PAÍSES												TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste			
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Militares	5	550	3	1.248	8	8.566	8	969	2	1.326	-	-	26	12.659
Familiares	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-
TOTAL	5	550	3	1.248	8	8.566	10	969	2	1.326	-	-	28	12.659

3.2.7 - Despesas globais da cooperação técnico-militar

(euros)

Tipo de Despesas	PAÍSES						TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Projectos	186.745	230.065	209.174	1.161.757	458.283	366.323	2.612.347
Despesas de estrutura	7.768	85.096	80.439	553.223	476.882	231.024	1.434.432
Assistência hospitalar em Portugal	550	1.248	8.566	969	1.326	-	12.659
Despesas suportadas pelos Ramos das FA	222.359	150.249	279.644	1.371.677	552.442	315.033	2.891.404
Multilaterização	1.101	-	-	20.186	-	20.244	41.531
Outras acções	10.535	1.832	12.667	23.182	45.683	23.172	117.071
TOTAL	429.058	468.490	590.490	3.130.994	1.534.616	955.796	7.109.444

Distribuição



MISSÕES DE PAZ

CONCEITOS

Operações de Paz

Forma de resolução, prevenção e contenção de conflitos, através do uso do poder funcional, meios diplomáticos e militares dos Estados, a fim de prevenir o recurso à violência entre antagonistas infra e intra-estadual.

3.3 – MISSÕES DE APOIO À PAZ

3.3.1 - Envolvimento militar de Portugal em operações de apoio à paz

(euros)					
Organização	País	Operação	Meios	Efectivos	Despesas
EU	Bósnia Herzegovina	ALTHEA	Esq/RC4	209	-
			1 BI/Comp	184	
EUROFOR	RD Congo	MONUC	1 C-130	(a) 18	1.638.316
	Bósnia Herzegovina	SFOR	1 C-130 (Apoio FND)	-	-
NATO	Kosovo	JOINT GUARDIAN	1 BIMec	300	-
		JOINT ENTERPRISE	1 BIPara	290	-
		KFOR	1 C-130 (Apoio FND)	-	17.654.480
	Afeganistão	ISAF	1 CCmds	157	13.109.157
			11 CAI Para	149	
1 C-130 (Apoio FND) 1 TACP			(b) 8		
ONU	Líbano	UNIFIL	UNENG 1	141	1.253.611
TOTAL	-	-	-	1.456	33.655.564

(a) Em permanência, com uma rotação média mensal;

(b) Em permanência, com uma rotação média de 3 meses.

OBS.: Foi também considerada como Missão de Paz e como tal financiada pelo mesmo processo das restantes missões, a participação nacional na STANAVFORLANT/NATO (*Standing Naval Force Atlantic*), cujas despesas ascenderam a 14.472.285 €, bem como a participação nacional no ACTIVE ENDEAVOUR, com despesas de 1.143.919 €.

MISSÕES DE CARÁCTER HUMANITÁRIO

CONCEITOS

Operações Humanitárias

Acções conduzidas ou apoiadas por organizações militares com o objectivo de auxiliar populações vitimadas por situações de emergência, cuja origem possa ter sido provocada por desastres naturais, catástrofes causadas por acções humanas, alterações civis e até, excepcionalmente, por situações de guerra.

3.4 – MISSÕES DE CARÁCTER HUMANITÁRIO

3.4.1 - Apoio militar à ajuda humanitária

Destino	Ramo das FA	Âmbito	Período	Meios	Objectivo
Argel	Força Aérea	-	18 / 20FEV	C-130	Ajuda humanitária a Argel.
Líbano	Força Aérea	-	19JUL a 18AGO	C-130	Apoio humanitário ao Líbano.

PESSOAL

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem directamente no âmbito da Defesa Nacional. Tal como no ano transacto, fixa-se o dia 31 de Dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efectivos.

Apresentam-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação da informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para a familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e dos diversos diplomas que o corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

Contemplam-se, a partir da actual edição do Anuário, uma parte das alterações determinadas pelos Despachos n.ºs 126/MDN/2005, de 21 de Junho, e 143/MDN/2006, de 14 de Julho, designadamente o tratamento dos dados relativos a encargos financeiros com os vencimentos dos militares em regime de voluntariado e em regime de contrato (quadro 4.1.1.11) e as despesas decorrentes da aplicação da Lei do Serviço Militar (4.1.1.12). No que concerne aos encargos com a assistência na doença aos militares das Forças Armadas por tipologia de beneficiário, matéria igualmente prevista nos referidos despachos, ainda não foi possível o tratamento de tais dados na presente edição.

CONCEITOS

Pessoal Militar

Enquadramento Legal

Na sequência da 4.ª Revisão Constitucional (Lei n.º 1/97, de 20 de Setembro), a actual Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, criou um novo modelo de serviço militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro. Lembra-se que, com a publicação deste diploma, iniciou-se um período transitório para se extinguir o Serviço Efectivo Normal (SEN), período cujo final não poderia exceder quatro anos. Assim, em Setembro de 2004, passaram à situação de reserva de disponibilidade os últimos militares que foram incorporados com destino ao SEN (*vide* quadro 4.1.1.2.2). Tendo em vista facilitar o recrutamento dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, que aprova um conjunto de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV). Este conjunto de incentivos foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio.

Em complemento, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 12-A/2000, de 24 de Julho, e n.º 25/2000, de 23 de Agosto, Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, procurou adaptar-se ao novo modelo de serviço militar e tornar compatíveis alguns aspectos do Estatuto da Condição Militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macroestrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efectivos militares.

Formas de prestação de Serviço Militar

Assim, com a entrada em vigor do novo quadro legal, o militar pode encontrar-se numa das seguintes formas de prestação de serviço:

- Nos Quadros Permanentes (QP)

É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

O militar dos QP pode encontrar-se numa das seguintes situações:

. Activo

Considera-se no activo o militar dos QP que se encontre afecto a serviço efectivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e que não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma.

. Reserva

É a situação para que transita o militar dos QP no activo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço.

. Reforma

É a situação para que transita o militar dos QP no activo ou na reserva, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR.

- Em Regime de Contrato (RC)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de tempo limitado (duração mínima de 2 e máxima de 6 anos), com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos QP.

- Em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual pode ingressar no serviço efectivo em regime de contrato.

Pessoal Militarizado

Na Marinha e no Exército existem quadros de pessoal militarizado, os quais foram originados pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desses Ramos num âmbito não especificamente militar. Decreto-Lei nº 282/76, de 20 de Abril (Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha), Decreto-Lei nº 550-R/76, de 12 de Julho (Quadro de Pessoal Militarizado do Exército) e Decreto-Lei nº 248/95, de 21 de Setembro (cria a Polícia Marítima, autonomizando os grupos 1 – Corpo de Polícia Marítima e 3 – Cabos de Mar, anteriormente integrados no QPMM).

Pessoal Civil

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e Decreto Regulamentar nº 17/2000, de 22 de Novembro.

Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA)

Pessoal que integra os estabelecimentos fabris, na dependência directa dos Ramos das FA, que foram criados com vista ao desempenho da função "Arsenal", imprescindível na época para o adequado desempenho das missões atribuídas às Forças Armadas.

4.1 – PESSOAL

4.1.1 - Pessoal Militar

4.1.1.1 - Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ

Ano: 2006

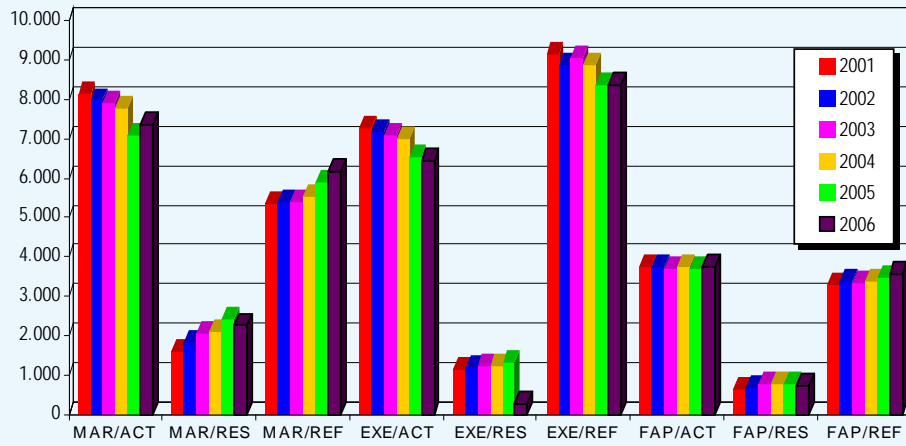
Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa Quadro Permanente (Activo)		7.344	6.453	3.746	17.543
RC Regime de Contrato		2.687	13.349	3.511	19.547
RV Regime de Voluntariado		2	994	0	996
	SUBTOTAL	10.033	20.796	7.257	38.086
QPrs Quadro Permanente (Reserva)		2.262	287	737	3.286
QPrf Quadro Permanente (Reforma)		6.162	8.335	3.566	18.063
	SUBTOTAL	8.424	8.622	4.303	21.349
	TOTAL	18.547	29.418	11.560	59.435

4.1.1.2 - Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos

4.1.1.2.1 - Militares do Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa - Quadro Permanente (Activo)	2005	7.061	6.511	3.703	17.275
	2004	7.759	7.002	3.728	18.489
	2003	7.890	7.065	3.704	18.659
	2002	7.968	7.171	3.726	18.865
	2001	8.130	7.268	3.740	19.138
QPrs - Quadro Permanente (Reserva)	2005	2.440	1.339	766	4.545
	2004	2.108	1.222	760	4.090
	2003	2.068	1.253	769	4.090
	2002	1.825	1.189	691	3.705
	2001	1.606	1.140	636	3.382
QPrf - Quadro Permanente (Reforma)	2005	5.894	8.335	3.473	17.702
	2004	5.537	8.847	3.387	17.771
	2003	5.392	9.035	3.332	17.759
	2002	5.370	8.857	3.368	17.595
	2001	5.328	9.136	3.309	17.773

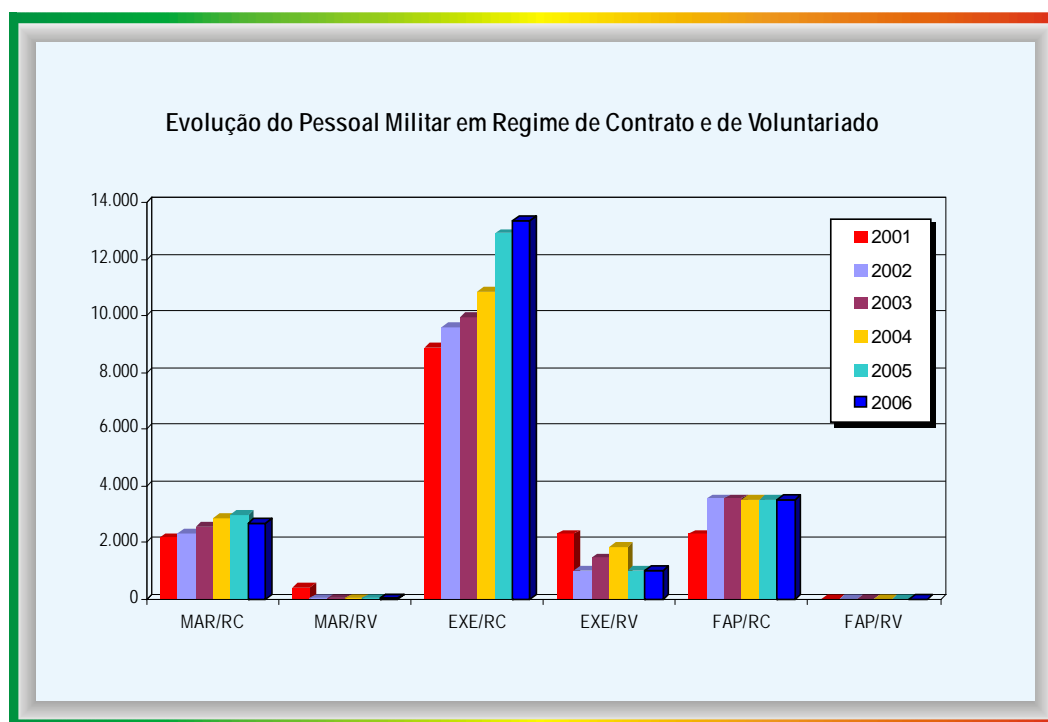
Evolução do Pessoal Militar do Quadro Permanente



MAR – Marinha; EXE – Exército; FAP – Força Aérea Portuguesa
 ACT – Activo; RES – Reserva; REF – Reforma

4.1.1.2.2 - Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
RC - Regime de Contrato	2005	2.958	12.924	3.486	19.368
	2004	2.853	10.863	3.491	17.207
	2003	2.544	9.942	3.543	16.029
	2002	2.295	9.593	3.543	15.431
	2001	2.153	8.866	2.282	13.301
RV - Regime de Voluntariado	2005	2	987	-	989
	2004	2	1.851	-	1.853
	2003	3	1.444	-	1.447
	2002	4	976	-	980
	2001	381	2.277	-	2.658
SEN - Mancebos que nos anos considerados passaram pelas fileiras das FA em Serviço Efectivo Normal	2005	-	-	-	-
	2004	-	-	-	-
	2003	142	3.626	-	3.768
	2002	465	8.644	-	9.109
	2001	356	2.977	-	3.333



MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado

4.1.1.3 - Militares do QP, Activo, Quanto à Prestação de Serviço (a)

Ano: 2006

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão normal		7.250	6.425	3.726	17.401
Comissão especial		2	1	5	8
Inactividade temporária		66	0	14	80
Licença sem vencimento		26	27	1	54
TOTAL		7.344	6.453	3.746	17.543

(a) Artigo 144.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

4.1.1.4 - Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)

Ano: 2006

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais Generais	Almirante da Armada; Marechal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Almirante; General	2	-	-	2	-	-	2	-	-	6	-	-
	Vice-Almirante; Tenente-General	9	-	-	13	-	-	3	-	-	25	-	-
	Contra-Almirante; Major-General	21	-	-	50	-	-	23	-	-	94	-	-
	Comodoro; Brigadeiro-General	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SUBTOTAL	32	-	-	65	-	-	28	-	-	125	-	-
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	131	-	-	222	-	-	105	-	-	458	-	-
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	224	-	-	606	-	-	224	-	-	1.054	-	-
	Capitão-Tenente; Major	293	-	-	570	-	-	309	-	-	1.172	-	-
	1º Tenente; Capitão	293	-	-	645	-	-	377	-	-	1.315	-	-
	2º Tenente; Tenente	249	104	-	321	447	-	236	316	-	806	867	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	75	82	-	54	135	-	29	214	-	158	431	-
	Aspirante a Oficial	-	49	-	-	9	54	-	4	-	-	62	54
SUBTOTAL	1.265	235	-	2.418	591	54	1.280	534	-	4.963	1.360	54	
Sargentos	Sargento-Mor	68	-	-	236	-	-	32	-	-	336	-	-
	Sargento-Chefe	152	-	-	394	-	-	148	-	-	694	-	-
	Sargento-Ajudante	525	-	-	1.416	-	-	741	-	-	2.682	-	-
	1º Sargento	1.242	-	-	1.734	326	-	1.172	9	-	4.148	335	-
	2º Sargento	455	20	-	187	342	-	345	1	-	987	363	-
	Subsargento; Furriel	-	8	-	-	376	-	-	-	-	-	384	-
	2º Subsargento; 2º Furriel	-	-	-	-	109	15	-	-	-	-	109	15
SUBTOTAL	2.442	28	-	3.967	1.153	15	2.438	10	-	8.847	1.191	15	
Praças	Cabo; Cabo de Secção	2.452	-	-	1	-	-	-	-	-	2.453	-	-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	1.153	155	-	2	1.198	-	-	1.192	-	1.155	2.545	-
	2º Marinheiro; 1º Cabo	-	1.254	-	-	1.346	-	-	1.084	-	-	3.684	-
	1º Grumete; 2º Cabo	-	424	2	-	1.783	9	-	444	-	-	2.651	11
	2º Grumete; Soldado; Sold. Cadete	-	591	-	-	7.278	916	-	247	-	-	8.116	916
SUBTOTAL	3.605	2.424	2	3	11.605	925	-	2.967	-	3.608	16.996	927	
TOTAL	7.344	2.687	2	6.453	13.349	994	3.746	3.511	-	17.543	19.547	996	

(a) De acordo com o quadro Anexo I ao artigo 28º do EMFAR, aprovado pelo DL n.º 236/99, de 25 de Junho.

QPa - Quadro Permanente (Activo)

4.1.1.5 - Estrutura Etária do Pessoal Militar

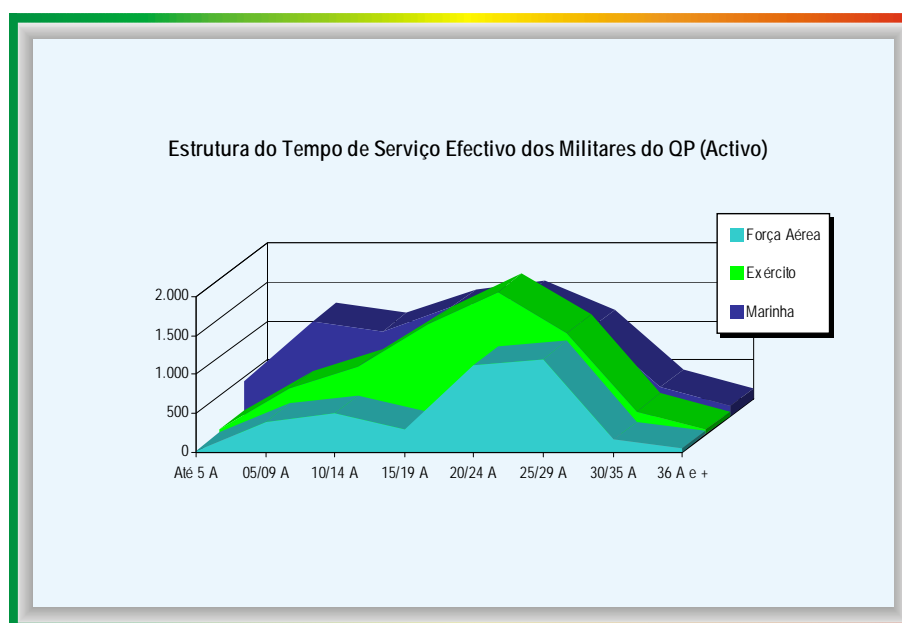
Ano: 2006

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Até 20 anos		1	391	-	-	535	289	-	109	-	1	1.035	289
20/24 anos		680	1.854	-	38	6.137	573	18	1.910	-	736	9.901	573
25/29 anos		1.161	387	-	432	5.823	126	425	1.397	-	2.018	7.607	126
30/34 anos		1.023	52	2	726	846	6	498	93	-	2.247	991	8
35/39 anos		1.307	3	-	1.175	8	-	357	2	-	2.839	13	-
40/44 anos		1.455	-	-	1.803	-	-	1.363	-	-	4.621	-	-
45/49 anos		1.169	-	-	1.468	-	-	868	-	-	3.505	-	-
50/54 anos		440	-	-	605	-	-	163	-	-	1.208	-	-
55/59 anos		101	-	-	184	-	-	51	-	-	336	-	-
60/64 anos		7	-	-	21	-	-	3	-	-	31	-	-
65 anos e mais		-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
TOTAL		7.344	2.687	2	6.453	13.349	994	3.746	3.511	-	17.543	19.547	996

4.1.1.6 - Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Activo

Ano: 2006

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos		457	71	24	552
05 / 09 anos		1.226	584	397	2.207
10 / 14 anos		1.099	875	498	2.472
15 / 19 anos		1.407	1.410	296	3.113
20 / 24 anos		1.513	1.836	1.126	4.475
25 / 29 anos		1.139	1.312	1.204	3.655
30 / 35 anos		378	297	158	833
36 anos e mais		125	68	43	236
TOTAL		7.344	6.453	3.746	17.543



4.1.1.7 - Origem Geográfica dos Militares

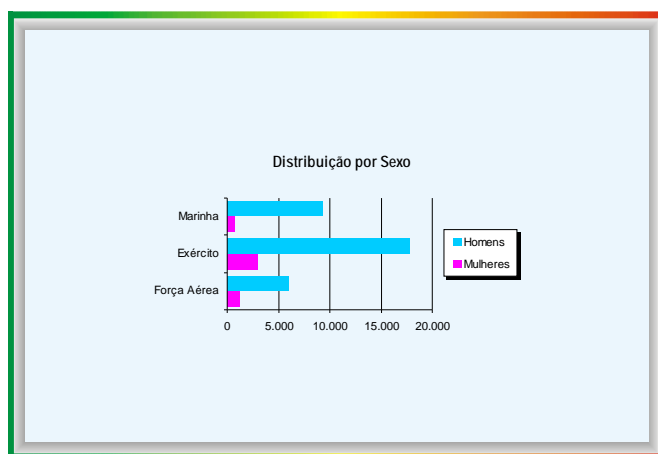
Ano: 2006

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Aveiro		118	62	1	180	724	58	81	142	-	379	928	59
Beja		267	86	-	110	238	14	83	66	-	460	390	14
Braga		115	76	-	173	1.023	67	68	105	-	356	1.204	67
Bragança		201	49	-	250	316	23	85	59	-	536	424	23
Castelo Branco		288	78	-	225	432	30	113	69	-	626	579	30
Coimbra		255	77	-	351	642	45	165	129	-	771	848	45
Évora		315	73	-	229	304	24	132	69	-	676	446	24
Faro		221	94	-	80	266	25	70	47	-	371	407	25
Guarda		151	45	-	231	403	25	77	75	-	459	523	25
Leiria		203	99	-	213	543	52	172	168	-	588	810	52
Lisboa		2.040	853	-	1.991	1.611	139	1.140	1.112	-	5.171	3.576	139
Portalegre		278	81	-	236	299	16	119	57	-	633	437	16
Porto		262	126	-	359	1.959	173	158	327	-	779	2.412	173
Santarém		477	155	-	597	750	58	323	243	-	1.397	1.148	58
Setúbal		856	422	-	313	801	50	199	255	-	1.368	1.478	50
Viana do Castelo		146	39	-	86	334	21	33	55	-	265	428	21
Vila Real		159	37	-	272	686	27	74	69	-	505	792	27
Viseu		257	61	1	429	949	41	133	120	-	819	1.130	42
Açores		50	20	-	55	523	89	37	89	-	142	632	89
Madeira		35	19	-	73	546	17	19	15	-	127	580	17
Outras origens		650	135	-	-	-	-	465	240	-	1.115	375	-
TOTAL		7.344	2.687	2	6.453	13.349	994	3.746	3.511	-	17.543	19.547	996

4.1.1.8 - Distribuição por Sexo de Pessoal Militar

Ano: 2006

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Masculino		7.026	2.289	2	6.331	10.699	763	3.511	2.494	-	16.868	15.482	765
Feminino		318	398	-	122	2.650	231	235	1.017	-	675	4.065	231
TOTAL		7.344	2.687	2	6.453	13.349	994	3.746	3.511	-	17.543	19.547	996



4.1.1.9 - Promoção de Militares do QP

Ano: 2006

Situação		Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Oficiais Generais	Almirante da Armada; Marechal		-	-	-	-
	Almirante; General		-	1	1	2
	Vice-Almirante; Tenente-General		2	2	0	4
	Contra-Almirante; Major-General		5	8	5	18
	Comodoro; Brigadeiro-General		-	-	-	-
	SUBTOTAL		7	11	6	24
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel		35	34	21	90
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel		48	72	25	145
	Capitão-Tenente; Major		39	70	34	143
	1º Tenente; Capitão		64	93	33	190
	2º Tenente; Tenente		55	76	129	260
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes		42	56	104	202
	SUBTOTAL		283	401	346	1.030
Sargentos	Sargento-Mor		28	63	8	99
	Sargento-Chefe		46	71	49	166
	Sargento-Ajudante		107	94	68	269
	1º Sargento		123	83	107	313
	2º Sargento		161	81	108	350
	Subsargento; Furriel		-	-	-	-
	SUBTOTAL		465	392	340	1.197
Praças	Cabo; Cabo de Secção		146	1	-	147
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto		200	2	229	431
	SUBTOTAL		346	3	229	578
TOTAL			1.101	807	921	2.829

4.1.1.10 - Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço

Ano: 2006

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	66	54	-	70	8	43	76	90	-	212	152	43
	Sargentos	23	-	-	93	8	12	123	-	-	239	8	12
	Praças	293	551	-	-	991	922	-	390	-	293	1.932	922
	TOTAL	382	605	-	163	1.007	977	199	480	-	744	2.092	977

Saídas	Oficiais	44	45	-	88	56	1	156	44	-	288	145	1
	Sargentos	146	30	-	85	104	-	93	1	-	324	135	-
	Praças	52	835	-	-	2.193	243	-	350	-	52	3.378	243
	TOTAL	242	910	-	173	2.353	244	249	395	-	664	3.658	244

4.1.1.11 - Encargos Financeiros com os Vencimentos dos Militares em Regime de Voluntariado (RV) e Regime de Contrato (RC) (a)

(milhares de euros) Ano: 2006

Situação	Ramo das FA	Marinha		Exército (b)		Força Aérea		TOTAL	
		RC	RV	RC	RV	RC	RV	RC	RV
Oficiais	2º Tenente; Tenente	2.643,02	-	12.939,69	-	7.929,80	-	23.512,51	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	1.789,06	-	2.991,91	-	3.356,72	-	8.137,69	-
	Aspirante a Oficial	741,52	-	295,63	227,93	100,11	-	1.137,26	227,93
	SUBTOTAL	5.173,60	-	16.227,23	227,93	11.386,63	-	32.787,46	227,93
Sargentos	1º Sargento	1.111,47	-	9.845,92	-	165,19	-	11.122,58	-
	2º Sargento	102,87	-	11.086,00	-	8,87	-	11.197,74	-
	Subsargento; Furriel	41,77	-	6.277,62	0,39	-	-	6.319,39	0,39
	2º Subsargento; 2º Furriel	-	-	4.040,08	320,43	-	-	4.040,08	320,43
	SUBTOTAL	1.256,11	-	31.249,62	320,82	174,06	-	32.679,79	320,82
Praças	Cabo; Cabo de Secção	-	-	-	-	-	-	-	-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	3.042,03	-	24.093,96	-	15.974,08	-	43.110,07	-
	2º Marinheiro; 1º Cabo	11.936,79	-	16.758,91	-	10.225,34	-	38.921,04	-
	1º Grumete; 2º Cabo	3.422,48	-	16.132,51	243,45	2.599,30	-	22.154,29	243,45
	2º Grumete; Soldado	4.824,72	-	84.901,07	10.059,16	514,05	-	90.239,84	10.059,16
	SUBTOTAL	23.226,02	-	141.886,45	10.302,61	29.312,77	-	194.425,24	10.302,61
TOTAL	29.655,73	-	189.363,30	10.851,36	40.873,46	-	259.892,49	10.851,36	

(a) Art. 20º, n.º 3, do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21/05.

Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(b) Encargos autonomizados relativos ao período de instrução (básica/complementar) – 2.352,47 milhares de euros (oficiais - 150,11; sargentos - 108,44; praças - 2093,92).

4.1.1.12 - Despesas Decorrentes da Aplicação da Lei do Serviço Militar

(milhares de euros)

Parâmetro	Ramo das FA		Marinha	Exército (a)	Força Aérea	TOTAL
	Situação					
Vencimentos (1)	RV	Abrangidos	-	3.717	-	3.717
		Encargos	-	10.851,36	-	10.851,36
	RC	Abrangidos	3.583	16.224	3.737	23.544
		Encargos	29.655,74	189.363,00	40.873,47	259.892,21
Formação e Certificação Profissional (2)	RV	Abrangidos	-	-	-	-
		Encargos	-	-	-	-
	RC	Abrangidos	1.506	-	-	1.506
		Encargos	4.934,49	-	-	4.934,49
Programa de Apoio ao Estudo (3)	RV	Abrangidos	-	-	-	-
		Encargos	-	-	-	-
	RC	Abrangidos	-	-	-	-
		Encargos	-	-	-	-
Compensação Financeira (4)	RV	Abrangidos	-	131	-	131
		Encargos	-	109,00	-	109,00
	RC	Abrangidos	632	2.384	441	3.457
		Encargos	2.902,18	14.500,00	3.392,37	20.794,55

4.1.1.12 - Despesas Decorrentes da Aplicação da Lei do Serviço Militar (Continuação)

(milhares de euros)

Parâmetro	Ramo das FA		Marinha	Exército (a)	Força Aérea	TOTAL
	Situação					
Encargos Financeiros (5)	RV	Abrangidos	-	953	-	953
		Encargos	-	575,00	-	575,00
	RC	Abrangidos	133	7.587	279	7.999
		Encargos	72,12	7.021,00	108,50	7.201,62
Prestações Familiares (6)	RV	Abrangidos	-	19	-	19
		Encargos	-	8,00	-	8,00
	RC	Abrangidos	77	952	194	1.223
		Encargos	38,24	415,00	80,55	533,79
Subsistema da Protecção Familiar (7)	RV	Abrangidos	-	-	-	-
		Encargos	-	-	-	-
	RC	Abrangidos	-	-	-	-
		Encargos	-	-	-	-
Protecção à Maternidade, Paternidade e Adopção (7)	RV	Abrangidos	-	-	-	-
		Encargos	-	-	-	-
	RC	Abrangidos	-	-	-	-
		Encargos	-	-	-	-
Outros (8)	RV	Abrangidos	-	-	-	-
		Encargos	-	-	-	-
	RC	Abrangidos	357	-	-	357
		Encargos	155,07	-	-	155,07
TOTAL	RV	Abrangidos	-	4.820	-	4.820
		Encargos	-	11.543,36	-	11.543,36
	RC	Abrangidos	6.288	27.147	4.651	38.086
		Encargos	37.757,84	211.299,00	44.454,89	293.511,73

(a) Vencimentos não incluem período de instrução (básica/complementar) - 2.352,47 milhares de euros [ver nota (b) do quadro 4.1.1.11].

(1) Encargos financeiros com os vencimentos dos militares nos regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV):

- art. 20º, n.º 3, do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 118/2004, de 21/05;

- Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(2) Encargos financeiros com a formação e certificação profissionais ministrada aos militares em RC e RV pelas Forças Armadas e instituições especializadas:

- artigos 9º a 19º do RI;

(3) Encargos financeiros de acordo com o art. 7º do RI;

(4) Encargos financeiros com o pagamento da compensação financeira pela prestação de serviço em RC e RV

- art. 21º do RI;

(5) Encargos financeiros com os direitos a fardamento, alojamento, alimentação e transporte dos militares em RC e RV

- art. 22º do RI;

(6) Encargos financeiros com as prestações familiares, designadamente, no que respeita ao subsídio de maternidade e subsídio de apoio a crianças e jovens

(abono de família), a que têm direito os militares em RC e RV. art. 39º, n.º 1, do RI;

(7) Encargos financeiros de acordo com o n.º 1, do art. 39º do RI;

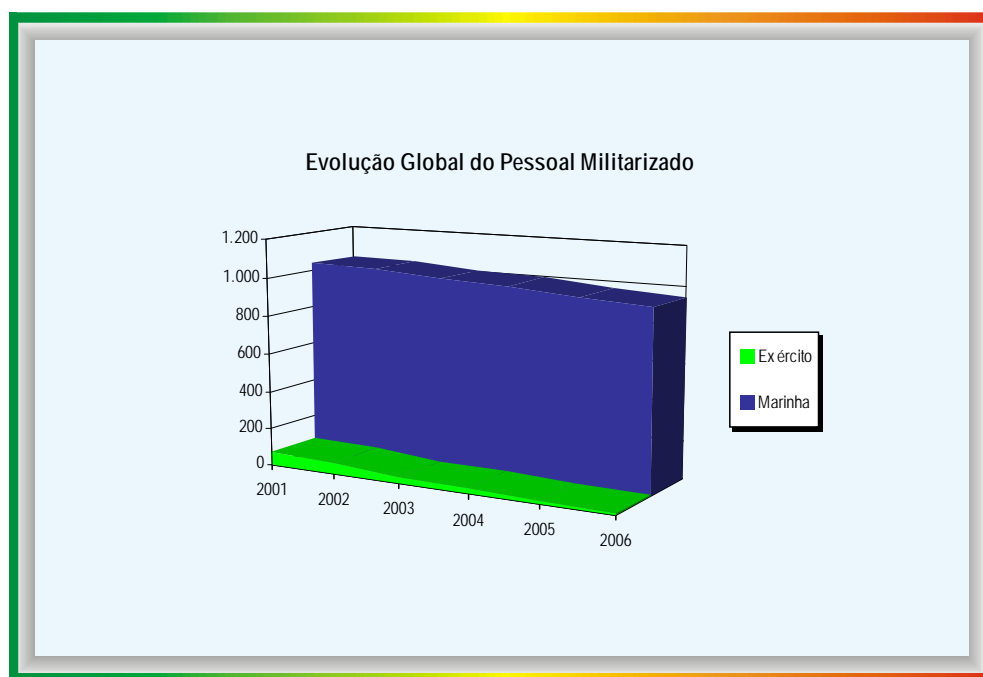
(8) Encargos financeiros não englobados nas rubricas anteriores.

4.1.2 - Pessoal Militarizado

4.1.2.1 - Pessoal Militarizado da Defesa Nacional

MARINHA	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Polícia Marítima	509	519	494	489	472	462
Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	124	123	122	119	123	122
Troço de Mar	237	232	235	233	227	218
Práticos/Costa Algarve	2	2	2	2	2	2
Faroleiros	165	156	153	150	141	137
TOTAL	1.037	1.032	1.006	993	965	941

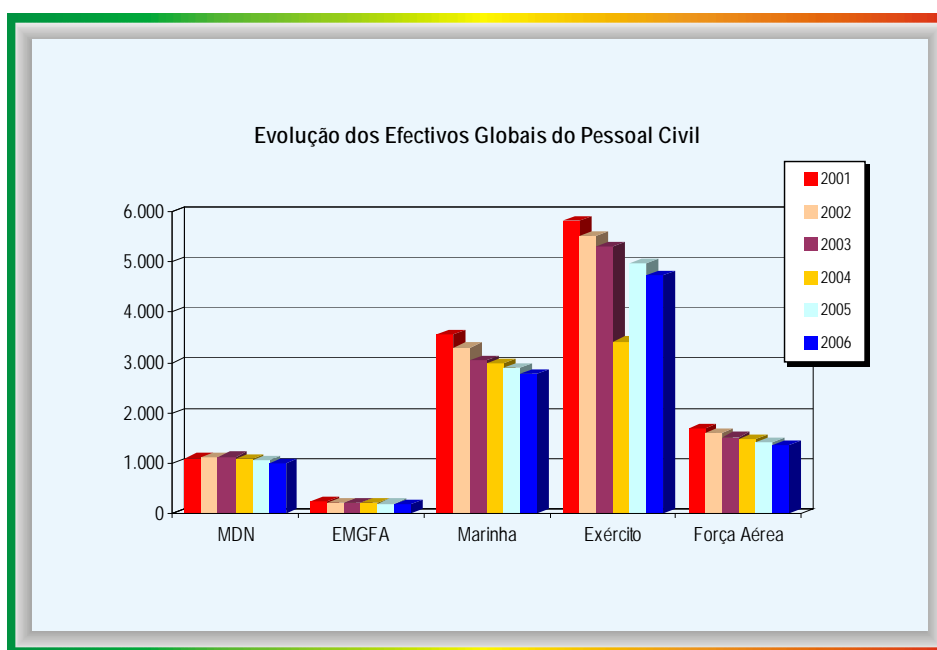
EXÉRCITO	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Técnico-Profissional e Administrativo	28	27	14	14	11	6
Auxiliar de Serviços	18	17	4	3	-	-
Motorista	9	7	6	5	1	-
Tratador	7	7	6	5	5	6
Vigilante	7	6	4	1	-	-
TOTAL	69	64	34	28	17	12



4.1.3 - Pessoal Civil

4.1.3.1 - Efectivos Globais

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2006	1.001	182	2.773	4.744	1.366	10.066
Dados retrospectivos dos últimos 5 anos						
2005	1.060	194	2.906	4.984	1.406	10.550
2004	1.079	198	2.981	3.425	1.467	9.150
2003	1.130	206	3.053	5.311	1.524	11.224
2002	1.123	217	3.300	5.512	1.604	11.756
2001	1.098	234	3.567	5.825	1.695	12.419



4.1.3.2 - Pessoal Civil por Grupos Profissionais (a)

Ano: 2006

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	63	-	29	-	-	92
Téc. Superior / Técnico Licenciado	126	5	96	113	28	368
Técnico / Técnico Bacharel	17	1	59	78	3	158
Docente (b)	5	2	28	319	31	385
Médico / Enfermagem (b)	6	-	37	323	123	489
Informático (b)	22	12	51	79	-	164
Técnico profissional	23	17	162	291	44	537
Administrativo	217	80	500	1.336	230	2.363
Operário	34	5	1.057	683	308	2.087
Auxiliar	488	60	754	1.522	599	3.423
TOTAL	1.001	182	2.773	4.744	1.366	10.066

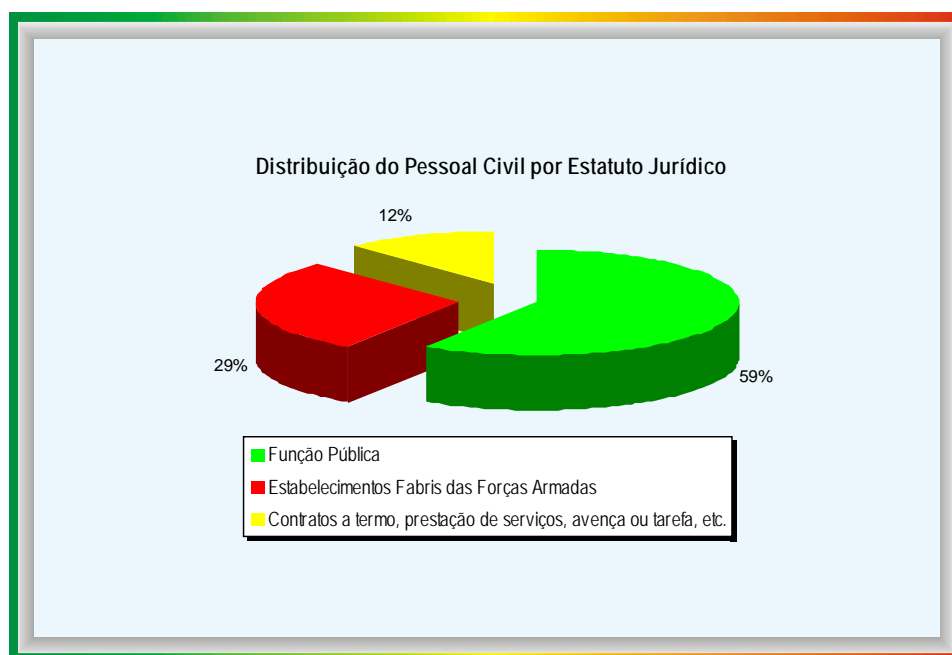
(a) Mapa de acordo com a estrutura prevista no n.º 2 e n.º 3 do art. 14º do DL n.º 248/85, de 15 de Julho.

(b) Carreiras de regime especial a que se refere o n.º 3 do preceito citado.

4.1.3.3 - Pessoal Civil por Estatuto Jurídico

Ano: 2006

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	604	182	1.231	2.629	1.309	5.955
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	4	-	1.280	1.610	-	2.894
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	393	-	262	505	57	1.217
TOTAL	1.001	182	2.773	4.744	1.366	10.066



4.1.3.4 - Pessoal Civil por Habilitações Acadêmicas

Ano: 2006

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL	
Doutoramento e mestrado	17	1	14	67	1	100	
Licenciatura	168	10	181	600	151	1.110	
Bacharelato	22	1	41	132	26	222	
Anos de Escolaridade	- 12 Anos	95	29	279	505	44	952
	- 11 Anos	81	22	197	302	65	667
	- 9 Anos	188	58	745	844	237	2.072
	- 6 Anos	167	24	408	825	277	1.701
	- 4 Anos	260	36	690	1.443	550	2.979
	- Menos de 4 Anos	3	1	2	26	3	35
Desconhecidas	-	-	216	-	12	228	
TOTAL	1.001	182	2.773	4.744	1.366	10.066	

4.1.3.5 - Pessoal Civil por Sexo

Ano: 2006

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Homens	282	58	1.586	1.738	616	4.280
Mulheres	719	124	1.187	3.006	750	5.786
TOTAL	1.001	182	2.773	4.744	1.366	10.066

4.1.3.6 - Estrutura Etária do Pessoal Civil

Ano: 2006

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 20 anos	-	-	2	-	-	2
20/24 anos	8	-	37	-	-	45
25/29 anos	56	1	152	39	14	262
30/34 anos	110	9	312	316	61	808
35/39 anos	100	10	299	428	125	962
40/44 anos	143	25	387	651	216	1.422
45/49 anos	171	41	484	922	299	1.917
50/54 anos	187	45	557	1.142	295	2.226
55/59 anos	144	33	354	818	229	1.578
60/64 anos	59	11	147	328	91	636
65 anos e mais	23	7	42	100	36	208
TOTAL	1.001	182	2.773	4.744	1.366	10.066

4.1.3.7 - Tempo de Serviço do Pessoal Civil

Ano: 2006

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	100	-	209	171	48	528
05/09 anos	215	2	490	358	51	1.116
10/14 anos	205	29	542	871	198	1.845
15/19 anos	117	36	507	530	186	1.376
20/24 anos	83	39	314	706	350	1.492
25/29 anos	68	32	212	725	238	1.275
30/35 anos	177	32	414	947	213	1.783
36 anos e mais	36	12	85	436	82	651
TOTAL	1.001	182	2.773	4.744	1.366	10.066

4.1.3.8 - Promoções do Pessoal Civil por Grupo Profissional

Ano: 2006

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	5	-	-	-	-	5
Téc. Superior / Técnico Licenciado	12	-	15	4	3	34
Técnico / Técnico Bacharel	-	-	-	2	-	2
Docente	-	-	-	-	-	0
Médico / Enfermagem	-	-	3	-	1	4
Informático	1	3	0	2	-	6
Técnico Profissional	3	-	26	14	11	54
Administrativo	13	5	14	39	107	178
Operário	1	-	97	22	-	120
Auxiliar	1	-	51	32	-	84
TOTAL	36	8	206	115	122	487

4.1.3.9 - Ingressos e Saídas de Pessoal Civil

Ano: 2006

Entidade		MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	Entradas	28	1	39	43	25	136
	Saídas	82	14	83	354	58	591
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	Entradas	-	-	12	6	-	18
	Saídas	-	-	94	25	-	119
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	Entradas	8	-	24	45	-	77
	Saídas	15	-	59	78	6	158
TOTAL	Entradas	36	1	75	94	25	231
	Saídas	97	14	236	457	64	868

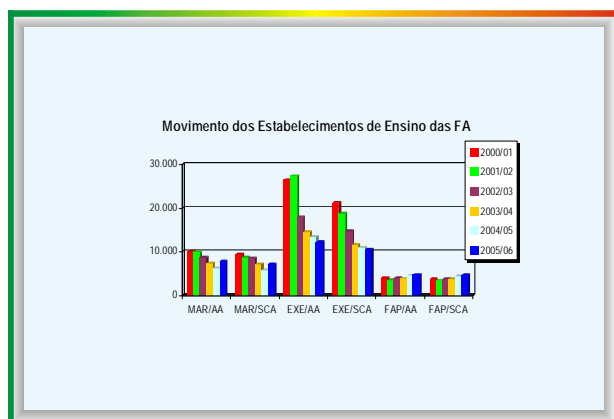
FORMAÇÃO E TREINO

4.2 – FORMAÇÃO E TREINO

4.2.1 - Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA

(Pessoal Militar, Militarizado e Civil das Forças Armadas)

	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	2005/06	7.747	12.241	4.771	24.759
	Dados retrospectivos				
	2004/05	6.213	13.466	4.531	24.210
	2003/04	7.409	14.565	3.882	25.856
	2002/03	8.753	18.071	3.894	30.718
	2001/02	9.227	27.475	3.588	40.290
	2000/01	9.974	26.604	3.972	40.550
Saídas com aproveitamento	2005/06	7.198	10.512	4.621	22.331
	Dados retrospectivos				
	2004/05	5.790	10.984	4.391	21.165
	2003/04	7.132	11.687	3.739	22.558
	2002/03	8.566	14.799	3.775	27.140
	2001/02	8.669	18.761	3.413	30.843
	2000/01	9.450	21.292	3.730	34.472



MAR - Marinha
 EXE - Exército
 FAP - Força Aérea Portuguesa
 AA - Alunos admitidos
 SCA - Saídas com aproveitamento

4.2.2 - Pessoal Militar na Efectividade de Serviço que Frequentou Cursos Internos

Ano: 2006

	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de Formação		5.683	2.659	1.370	9.712
Cursos de Promoção		1.501	1.800	129	3.430
Cursos de Especialização ou Qualificação		203	2.593	3.017	5.813
Cursos de Actualização		360	0	180	540
TOTAL		7.747	7.052	4.696	19.495

4.2.3 - Pessoal Militar que Frequentou Cursos no Estrangeiro

Ano: 2006

	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Curta (até um mês)		55	35	15	105
Média (de um a três meses)		16	1	8	25
Longa (mais de três meses)		11	4	27	42
TOTAL		82	40	50	172

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a)**(Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)**

MDN
Instituto de Estudos Superiores Militares (Pedrouços)

Marinha	
Escola Naval (Alfeite)	Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro)
Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite)	Escola de Submarinos (Alfeite)
Escola de Tecnologias Navais	Escola de Mergulhadores (Alfeite)
Departamento de Operações	Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa)
Departamento de Armas e Electrónica	Escola de Faroleiros (Paço de Arcos)
Departamento de Propulsão e Energia	Centro de Educação Física da Armada (Alfeite)
Departamento de Limitação de Avarias	Centro de Instrução de Tática Naval (Alfeite)
Departamento de Administração e Logística	Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo)
Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação	Centro de Instrução da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha (Alfeite)
Departamento de Formação em Tecnologias de Educação	Centro Naval de Ensino à Distância (Lisboa)
Departamento de Formação Geral	Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (b)

Exército (c)	
Academia Militar (Lisboa)	Escola de Tropas Pára-Quedistas (Tancos)
Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora)	Centro de Tropas Comandos (Mafra)
Escola do Serviço de Saúde Militar (Lisboa) (d)	Centro de Tropas de Operações Especiais (Lamego)
Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha)	Centro Militar de Electrónica (Paço de Arcos)
Escola Prática de Infantaria (Mafra)	Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Cavalaria (Abrantes)	Centro de Informações e Segurança Militar (Lisboa)
Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas)	Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra)
Escola Prática de Engenharia (Tancos)	Instituto Geográfico do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Transmissões (Porto)	Banda do Exército (Carregueira)
Escola Prática dos Serviços (Póvoa de Varzim)	

Força Aérea	
Academia da Força Aérea (Sintra)	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota) que inclui:
Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra)	Escola de Língua Inglesa (ELI)
Esquadra 101/ Epsilon (Beja)	Escola de Formação Pedagógica de Formadores
Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja)	Escola de Formação de Condutores
Esquadra 552 / AL III (Beja)	Banda de Música da Força Aérea (Lisboa)
Esquadra 502 / Aviocar (Sintra)	Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (BA 6 - Montijo)
	Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar)
	Centro de Medicina Aeronáutica – Secção de Treino Fisiológico (Lisboa)
	Direcção de Instrução (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odívalas;

(b) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima;

(c) Nova orgânica, a partir de 1 de Janeiro de 2006, decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 61/2006, de 21 de Março;

(d) Estabelecimento de ensino superior politécnico, inserido na estrutura orgânica do Exército, que apoia os três Ramos das Forças Armadas.

SAÚDE MILITAR

A missão da Saúde Militar consiste no apoio sanitário aos efectivos militares em qualquer situação, e em especial no apoio directo às forças em operações ou em campanha. Toda a orgânica e treino específico são orientados para essa finalidade.

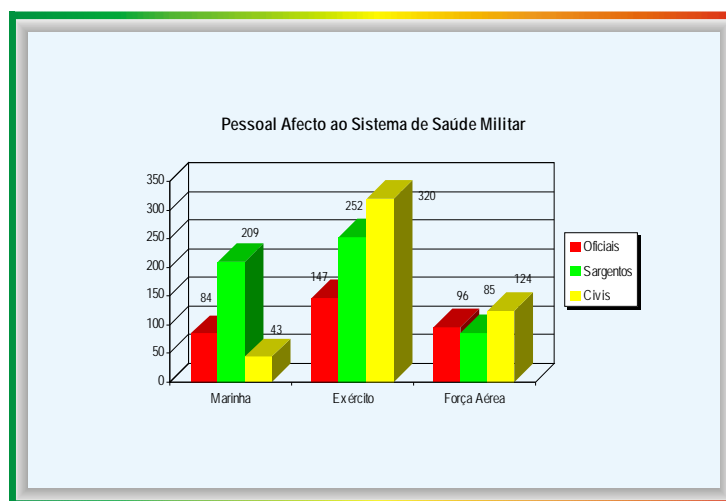
Nas Forças Armadas Portuguesas, cada Ramo possui os seus próprios serviços de saúde, por razões de especificidade da missão e da particularidade dos meios com que actuam.

Os Serviços de Saúde Militar dispõem de pessoal médico, farmacêutico, médico veterinário médico dentista, de enfermagem, técnico de diagnóstico e terapêutica, de socorrismo, auxiliar de acção médica, administrativo e outro, na sua maioria militar, complementado por civis que, distribuídos por hospitais, centros de saúde, enfermarias e postos de socorros, procuram assegurar as necessidades da cobertura sanitária.

As informações necessárias para elaboração das estatísticas da saúde, no que se refere aos hospitais militares – equipamento, pessoal ao serviço, acção desenvolvida e os dados relativos ao pessoal de saúde em serviço nas Forças Armadas – foram fornecidas pelos Ramos.

4.3 – SAÚDE

4.3.1 - Pessoal de Saúde



4.3.1.1 - Médicos Militares e Civis

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Contra-Almirante; Major-General	1	-	2	3
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	5	10	5	20
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	20	9	16	45
Capitão-Tenente; Major	5	11	8	24
1º Tenente; Capitão	10	24	37	71
2º Tenente; Tenente	34	32	16	82
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
Aspirante a Oficial	-	-	-	-
Civis dos QPC	-	115	14	129
Civis contratados e avançados	24	111	36	171
TOTAL	99	312	134	545

4.3.1.2 - Farmacêuticos Militares e Civis

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	1	7	-	8
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	4	9	-	13
Capitão-Tenente; Major	2	3	-	5
1º Tenente; Capitão	2	11	-	13
2º Tenente; Tenente	-	5	-	5
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
Aspirante a Oficial	-	-	-	-
Civis dos QPC	1	-	1	2
Civis contratados e avançados	-	-	-	-
TOTAL	10	35	1	46

4.3.1.3 - Técnicos de Farmácia Militares e Civis

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor	-	7	-	7
Sargento-Chefe	-	2	-	2
Sargento-Ajudante	-	13	-	13
1º Sargento	-	4	-	4
2º Sargento	-	-	-	-
Civis dos QPC (Inclui 2 Técnicos de Laboratório)	5	-	-	5
TOTAL	5	26	-	31

4.3.1.4 - Enfermeiros Militares e Civis

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
1º Tenente; Capitão	-	-	8	8
2º Tenente; Tenente	-	-	4	4
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
Sargento-Mor	6	13	-	19
Sargento-Chefe	12	28	6	46
Sargento-Ajudante	82	64	14	160
1º Sargento	75	58	50	183
2º Sargento	12	9	15	36
Subsargento; Furriel	8	-	-	8
Civis dos QPC	-	70	40	110
Civis contratados e avançados	-	23	-	23
TOTAL	195	265	137	597

4.3.1.5 - Técnicos Paramédicos Militares e Civis

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor	-	3	-	3
Sargento-Chefe	-	2	-	2
Sargento-Ajudante	-	18	-	18
1º Sargento	14	14	-	28
2º Sargento	-	-	-	-
Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Civis dos QPC	11	-	28	39
Civis contratados e avançados	-	-	2	2
TOTAL	25	37	30	92

4.3.1.6 - Médicos Veterinários Militares e Civis

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	-	1	-	1
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	-	8	-	8
Capitão-Tenente; Major	-	3	-	3
1º Tenente; Capitão	-	6	-	6
2º Tenente; Tenente	-	8	-	8
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
Aspirante a Oficial	-	-	-	-
Civis contratados e avançados	-	-	3	3
TOTAL	-	26	3	29

4.3.1.7 - Enfermeiros Veterinários Militares e Civis

Ano: 2006

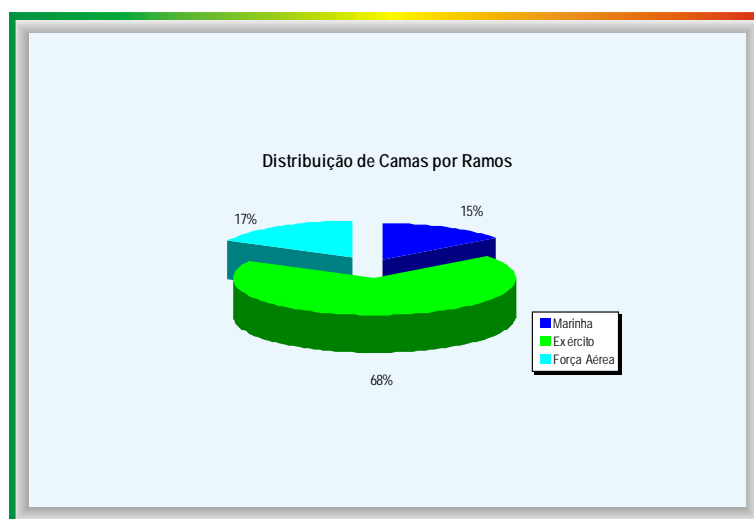
Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor	-	3	-	3
Sargento-Chefe	-	4	-	4
Sargento-Ajudante	-	9	-	9
1º Sargento	-	1	-	1
2º Sargento	-	-	-	-
Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Civis dos QPC	-	-	-	-
TOTAL	-	17	-	17

4.3.2 - Hospitais Militares

4.3.2.1 - Camas, Segundo o Fim a que se Destinam

Ano: 2006

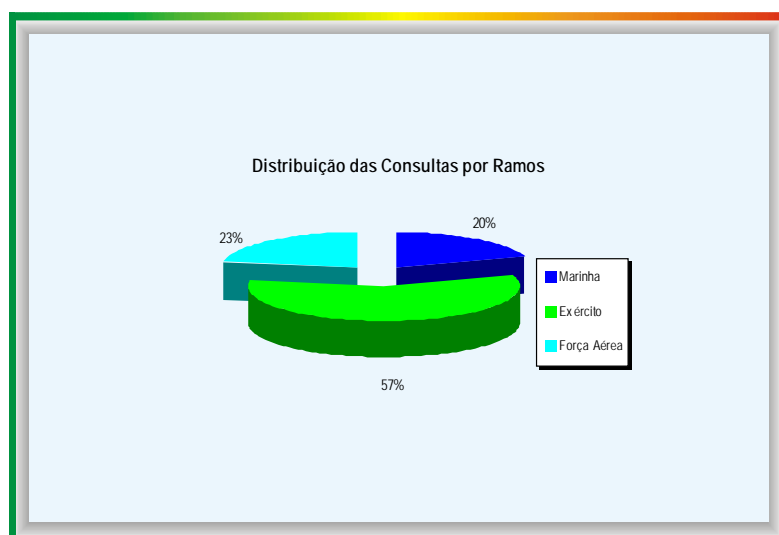
Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Internamento geral				
- Lotação oficial	96	432	90	618
- Lotação praticada	96	376	73	545
Serviços de Urgência	1	16	-	17
Recobro de Operações	3	16	12	31
Cuidados Intensivos	-	6	-	6
Outros	2	-	16	18
TOTAL	102	470	118	690



4.3.2.2 - Consultas Efectuadas, por Especialidades, nos Hospitais Militares

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cardiologia	2.144	10.009	2.206	14.359
Cirurgia geral	1.405	7.835	1.996	11.236
Cirurgia pediátrica	-	346	-	346
Cirurgia plástica reconstrutiva	-	1.002	2.276	3.278
Cirurgia vascular / Angiologia	-	1.190	-	1.190
Dermatovenerologia	2.715	10.008	1.990	14.713
Endocrinologia	1.276	4.357	-	5.633
Estomatologia	10.254	12.884	13.316	36.454
Fisiatria	1.202	6.541	2.682	10.425
Gastroenterologia	2.946	6.647	1.185	10.778
Ginecologia	1.406	7.305	1.940	10.651
Hematologia	806	1.149	121	2.076
Imunoalergologia respiratória	61	-	1.966	2.027
Infeciologia	-	586	-	586
Medicina interna	1.889	5.973	473	8.335
Nefrologia	240	1.235	-	1.475
Neurocirurgia/Neurologia	3.246	6.121	1.580	10.947
Obstetrícia	369	627	413	1.409
Oftalmologia	6.877	14.504	3.643	25.024
Oncologia médica	-	3.428	1.057	4.485
Ortopedia	5.064	15.171	4.537	24.772
Otorrinolaringologia	3.597	10.653	3.612	17.862
Pediatria cirúrgica	-	-	-	-
Pediatria médica	-	39	-	39
Pneumologia	1.418	4.752	952	7.122
Psiquiatria	1.572	8.617	773	10.962
Reabilitação cardíaca	-	-	-	-
Reumatologia	-	1.759	-	1.759
Urologia	2.745	9.996	2.922	15.663
Outras	6.313	16.486	16.446	39.245
TOTAL	57.545	169.220	66.086	292.851
SUBTOTAL Homens	44.665	94.527	34.860	174.052
SUBTOTAL Mulheres	12.880	74.693	31.226	118.799



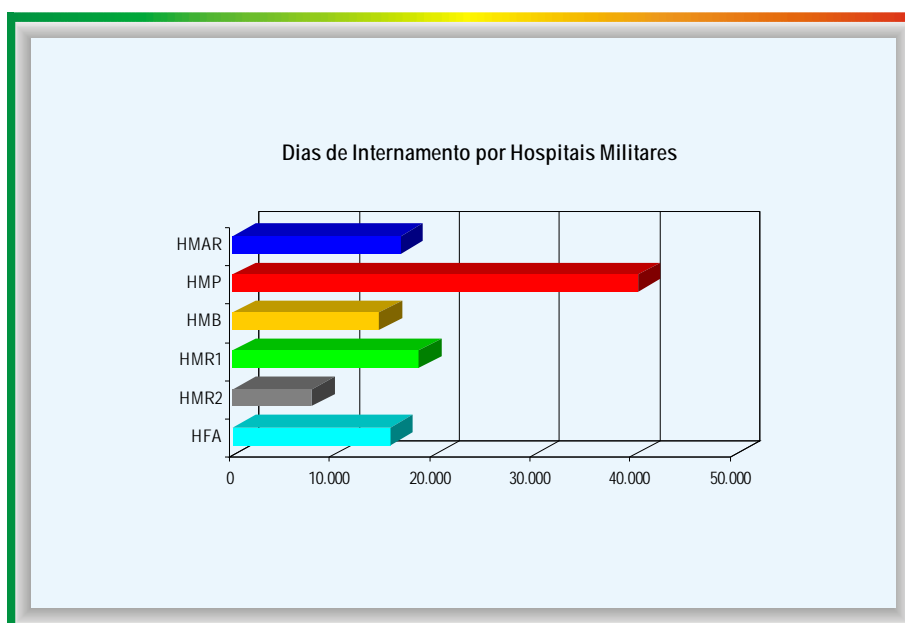
4.3.2.3 - Evolução do Total de Consultas nos Hospitais Militares

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2006	57.545	169.220	66.086	292.851
Dados retrospectivos				
2005	59.681	195.567	61.516	316.764
2004	55.955	193.973	58.214	308.142
2003	55.648	193.395	56.096	305.139
2002	55.582	191.838	49.064	296.484
2001	57.488	224.662	45.881	328.031

4.3.2.4 - Movimentos de Internados nos Hospitais Militares

Ano: 2006

Movimentos	Ramo das FA	Marinha (HMAR)	Exército				Subtotal	F. Aérea (HFA)	TOTAL
			HMP	HMB	HMR1	HMR2			
Vindos do ano anterior		44	303	123	89	122	637	25	706
Entradas (total)		869	6.090	751	2.200	666	9.707	1.558	12.134
Transferidos:									
- De outra valência/especialidade		47	-	-	-	-	-	-	47
- De outro hospital		274	-	38	172	6	216	-	490
Total Entradas		1.190	6.090	789	2.372	672	9.923	1.558	12.671
Saídas (total)		1.072	5.835	704	2.160	667	9.366	1.508	11.946
- Falecidos		100	57	83	47	5	192	36	328
Transferidos:									
- Para outra valência/especialidade		-	-	-	-	-	-	-	-
- Para outro hospital		18	225	-	158	6	389	12	419
Total Saídas		1.190	6.117	787	2.365	678	9.947	1.556	12.693
Transitados para o ano seguinte		44	276	125	96	116	613	27	684
Total de dias de internamento		16.760	40.391	14.663	18.589	7.947	81.590	15.717	114.067



4.3.2.5 - Actos de Terapêutica Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Transfusões de sangue total	198	2.385	287	2.870
Transfusões de plasma humano	-	541	-	541
Transfusões outros componentes sangue	-	219	-	219
Tratamentos fisiátricos	21.426	168.937	77.457	267.820
Próteses	-	195	29	224
Ortóteses	-	569	42	611
Tratamentos por radiações	-	-	-	-
Hemodiálise	-	4.609	-	4.609
Outros	57.891	35.323	20.353	113.567
TOTAL	79.515	212.778	98.168	390.461

4.3.2.6 - Actos de Diagnóstico Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Análises clínicas	250.450	825.082	234.445	1.309.977
Exames radiológicos	24.079	78.282	16.821	119.182
Exames radiológicos computadorizados	84	1.452	4.859	6.395
Exames anatomopatológicos	-	1.036	2.144	3.180
Autópsias	-	-	-	-
Exames endoscópicos	802	3.232	1.139	5.173
Electrocardiogramas	6.823	21.359	7.793	35.975
Electroencefalogramas	-	729	305	1.034
Exames mio-eléctricos	-	396	-	396
Exames ecográficos	460	47.471	4.150	52.081
Exames hemodinâmicos	-	541	-	541
Outros	11.920	34.103	17.924	63.947
TOTAL	294.618	1.013.683	289.580	1.597.881

4.3.2.7 - Pessoal ao Serviço nos Hospitais Militares

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Administração	2	5	2	9
Médico:				
- Especialistas e Chefes de Clínica	52	189	69	310
- Do Internamento Especialidade	-	3	29	32
- Do Internamento Policlínico	-	1	-	1
Enfermagem	83	253	90	426
Farmácia	3	12	3	18
Serviço complementar de diagnóstico e terapêutica	35	69	29	133
Pessoal auxiliar de acção médica	-	-	38	38
Outro	-	-	142	142
TOTAL	175	532	402	1.109

ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

O sistema de participação de cuidados de saúde dos militares sofreu alterações profundas decorrentes da publicação do Decreto-Lei nº 167/2005, de 23 de Setembro. A principal reforma operada pelo diploma consistiu em unificar a assistência na doença aos militares das Forças Armadas, fundindo os anteriores três subsistemas de saúde específicos de cada Ramo (ADMA, ADME e ADMFA) num único, designado Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), cuja gestão incumbe ao IASFA, nos termos do artigo 15º do citado decreto-lei.

Por força desta alteração, os dados referentes a encargos com a saúde, que anteriormente eram fornecidos pelos Ramos, passaram para a esfera de competência do IASFA, daí que, neste período de transição, tenha havido necessidade de proceder a ajustes pontuais relativamente a algumas tabelas que vinham sendo apresentadas.

Beneficiários

A qualidade de beneficiário, de acordo com o Decreto-Lei nº 167/2005, de 23 de Setembro, adquire-se com a inscrição na ADM, podendo esta assumir um carácter obrigatório ou facultativo. Os beneficiários são agrupados em duas categorias: os beneficiários titulares e os beneficiários familiares ou equiparados.

4.4 – ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FA

4.4.1 - Evolução do Número de Beneficiários

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2006	49.801	81.847	27.410	159.058
Dados retrospectivos				
2005	44.562	80.664	26.893	152.119
2004	49.072	79.772	26.808	155.652
2003	47.555	69.521	26.940	144.016
2002	47.611	82.346	27.193	157.150
2001	48.177	81.692	27.193	157.062

4.4.2 - Encargos com a Saúde por Modalidade de Assistência

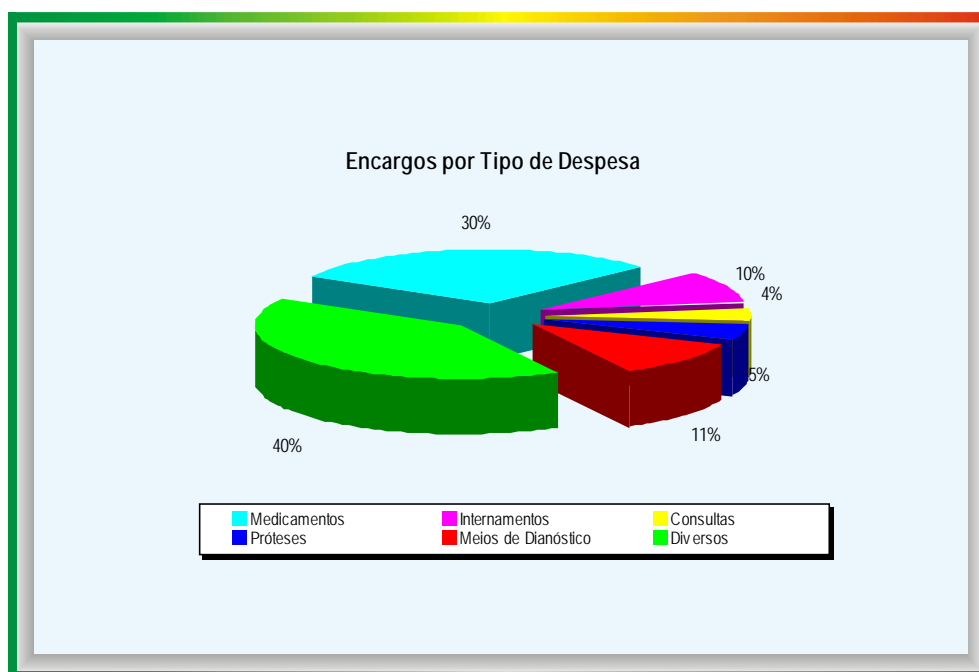
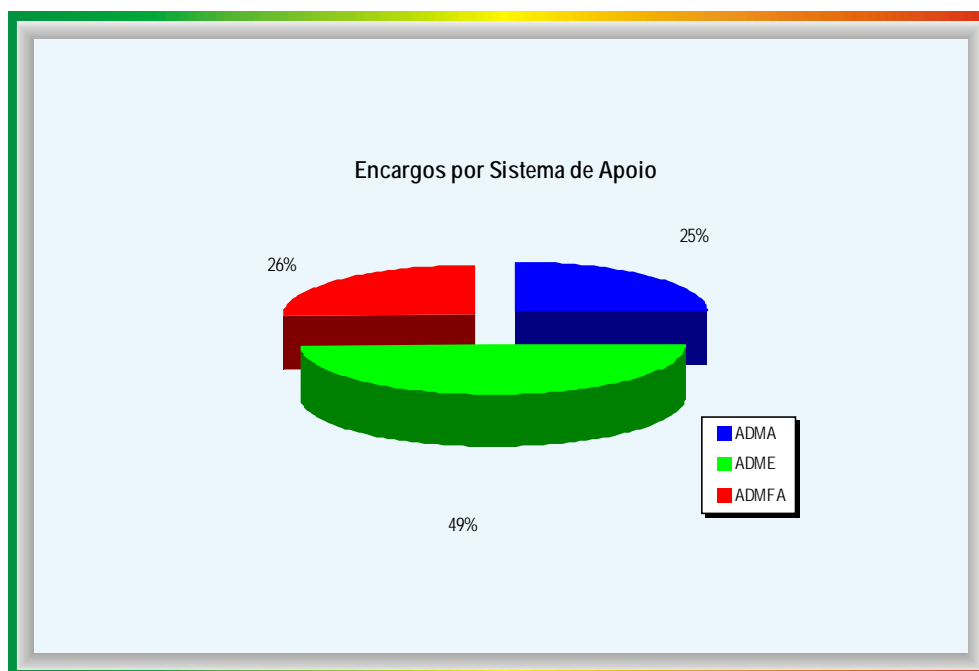
(milhares de euros) Ano: 2006

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
Medicamentos	6.381,2	11.619,9	6.022,0	24.023,1
Internamentos	3.019,7	237,0	4.588,0	7.844,7
Consultas	2.410,7	128,7	541,0	3.080,4
Instrumentos de Prótese e Estomatologia	2.004,5	601,7	1.342,0	3.948,2
Meios Complementares de Diagnóstico	3.197,3	111,7	5.398,0	8.707,0
Diversos	2.930,9	27.425,8	2.859,0	33.215,7
TOTAL	19.944,3	40.124,8	20.750,0	80.819,1

4.4.3 - Evolução dos Encargos com a Saúde

(milhares de euros)

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2006	19.944,3	40.124,8	20.750,0	80.819,1
Dados retrospectivos				
2005	29.643,5	59.865,1	20.164,0	109.672,6
2004	29.672,1	55.094,8	19.468,3	104.235,2
2003	25.232,0	52.953,0	18.883,7	97.068,7
2002	27.790,7	52.074,5	17.124,2	96.989,4
2001	24.805,7	45.843,0	16.859,4	87.508,1



JUSTIÇA E DISCIPLINA

A área estatística da Justiça e Disciplina engloba ambas as componentes, a disciplinar e a penal.

Os responsáveis pelos dados apresentados são, no que toca à matéria disciplinar (quadros 4.5.1, 4.5.2 e 4.5.3), os Ramos das Forças Armadas, enquanto que a matéria penal, propriamente dita (quadros 4.5.4 e 4.5.5), ficou a cargo da Polícia Judiciária Militar, actuando a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar como coordenadora.

Trata-se de uma área bastante delicada, em que as comparações apresentadas entre os dados dos Ramos podem gerar visões distorcidas da realidade, dado que o número de efectivos e a dispersão das unidades é muito maior no Exército do que na Marinha ou na Força Aérea.

Ainda no tocante a matéria penal, é de assinalar a publicação do novo Código de Justiça Militar (CJM), aprovado pela Lei nº 100/2003, de 15 de Dezembro, com as rectificações introduzidas pela Declaração de Rectificação nº 2/2004, de 3 de Janeiro, cuja entrada em vigor, a partir de 14 de Setembro de 2004, veio introduzir alterações significativas no sistema judicial militar, nomeadamente ao adoptar as normas do direito penal comum na tipificação, julgamento e punição dos crimes estritamente militares previstos nos artigos 25º a 106º do novo CJM (*vide* quadro 4.5.4).

CONCEITOS

Medalha Militar

A medalha militar, nas diferentes modalidades, destina-se a galardoar serviços notáveis prestados às instituições militares e à Nação e a distinguir altas virtudes reveladas no serviço por militares dos três Ramos das FA, podendo também ser concedida a militares estrangeiros e a civis nacionais e estrangeiros nos casos expressamente previstos no Regulamento de Medalhas Militares.

Ordens Honoríficas Portuguesas

As ordens honoríficas destinam-se a distinguir, em vida ou a título póstumo, os cidadãos portugueses que se notabilizem por méritos pessoais, por feitos cívicos ou militares ou por serviços prestados ao País, podendo também ser atribuídas a estrangeiros, de harmonia com os usos internacionais.

Processo Disciplinar

É um conjunto ordenado de actos, encadeados entre si de forma lógica, tendentes ao apuramento da existência de uma infracção disciplinar, tendo em vista a aplicação de correspondente sanção, caso a prática da infracção resulte provada.

Processo de Averiguações

Sequência encadeada de actos e diligências levadas a efeito pelo oficial averiguante, tendentes ao apuramento de factuais indiciárias de eventuais infracções.

Repreensão Simples

Declaração feita, em particular, ao infractor por ter praticado qualquer acto que constitui infracção de dever militar.

Repreensão Agravada

Declaração idêntica à repreensão, tendo lugar nas condições seguintes:

A oficiais e sargentos, é dada na presença de outros oficiais ou sargentos, respectivamente, de graduação superior ou igual à do infractor, mas sempre mais antigos, do comando, unidade ou estabelecimento a que pertencer ou em que estiver apresentado;

A cabos, é dada na presença de praças da mesma graduação de antiguidade superior à sua e às outras praças é dada em formatura da companhia, ou equivalente do comando, unidade ou estabelecimento em que estiver apresentado.

Detenção

A detenção ou proibição de saída consiste na permanência continuada do infractor num aquartelamento ou navio durante o cumprimento da pena, sem dispensa das formaturas e do serviço interno que por escala lhe pertencer.

Prisão Disciplinar

Reclusão do infractor em casa para esse fim destinada, em local apropriado, aquartelamento ou estabelecimento militar, a bordo em alojamento adequado, ou, na sua falta, onde superiormente for determinado, durante o cumprimento da qual, os militares poderão executar, entre o toque de alvorada e o pôr do Sol, os serviços que lhes sejam determinados.

Prisão Disciplinar Agravada

Reclusão do infractor em casa de reclusão.

4.5 – JUSTIÇA E DISCIPLINA

4.5.1 - Condecorações Atribuídas

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	86	108	56	250
Mérito militar	84	137	136	357
Comportamento exemplar	669	1.201	394	2.264
Mérito do Ramo	275	746	61	1.082
Ordens honoríficas nacionais	13	-	8	21
Outras	228	1.195	39	1.462
TOTAL	1.355	3.387	694	5.436

4.5.2 - Processos Iniciados

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	97	-	7	104
Disciplinares	131	236	48	415
TOTAL	228	236	55	519

4.5.3 - Punições Aplicadas

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	2	10	7	19
Repreensão agravada	2	24	13	39
Detenção	70	125	18	213
Prisão disciplinar	9	19	7	35
Prisão disciplinar agravada	7	2	3	12
TOTAL	90	180	48	318

4.5.4 - Processos Instruídos por Indícios de Prática de Crime

Ano: 2006

Crime	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Abandono do posto	-	-	2	-	2
Abuso de autoridade	1	-	6	-	7
Abuso de confiança	-	-	-	-	-
Ameaça	-	-	-	-	-
Assédio sexual	-	-	-	-	-
Ausência ilegítima	-	-	-	-	-
Burla	-	-	4	1	5
Comércio ilícito de material de guerra	-	-	5	-	5
Corrupção	2	-	1	-	3
Crime contra direito de autor	-	-	-	-	-
Crime contra a segurança nas comunicações	-	-	-	1	1
Crime cometido no exercício de funções públicas	-	-	2	-	2
Crime contra o dever militar	3	-	5	1	9
Crimes contra a circulação e segurança	3	-	2	1	6
Crime contra realização da justiça	-	-	1	-	1
Crimes respeitantes a estupefacientes	-	-	2	-	2
Dano em bens militares	2	-	3	1	6
Danos (outros)	3	-	3	2	8
Deserção	15	-	48	2	65
Devassa da vida privada	-	-	-	-	-
Difamação / Calúnia / Injúria	-	-	5	1	6
Extravio de material de guerra	3	-	1	-	4
Falsificação	-	-	4	-	4
Furto de material de guerra	1	-	22	1	24
Furtos (outros)	79	-	94	22	195
Homicídio por negligência	-	-	2	-	2
Incumprimento dos deveres de serviço	2	-	4	-	6
Infidelidade	-	-	1	-	1
Insubordinação	2	-	7	-	9
Ofensas à integridade física	1	-	3	-	4
Ofensas à sentinela	-	-	-	-	-
Outras infracções de natureza militar	-	-	-	-	-
Outros crimes contra a vida	2	-	1	-	3
Outros crimes contra o património	-	-	-	-	-
Outros crimes contra a propriedade	-	-	-	-	-
Outros crimes de perigo comum	-	-	-	-	-

4.5.4 - Processos Instruídos por Indícios de Prática de Crime (Continuação)

Ano: 2006

Crime	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Peculato		1	6	1	8
Violação de segredo / Espionagem		1	-	-	1
Outros crimes		1	-	-	1
	TOTAL	122	234	34	390

DESPORTO

Além das competições internas realizadas anualmente pelas Forças Armadas, o MDN, através da Comissão de Educação Física e Desporto Militar, órgão da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, organiza, em várias modalidades, campeonatos nacionais militares, disputados entre selecções dos Ramos das Forças Armadas e nos quais participam, igualmente, selecções das Forças de Segurança (GNR e PSP).

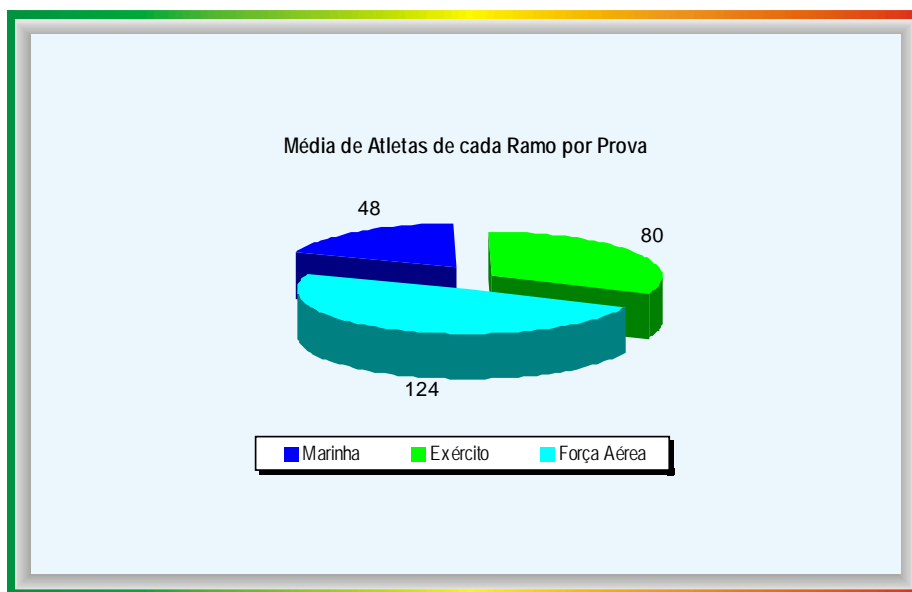
A nível internacional, Portugal participa, normalmente, nos campeonatos mundiais militares, organizados pelo «*Conseil International du Sport Militaire*» (CISM), com selecções nacionais militares integrando atletas dos três Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança seleccionados entre os elementos que mais se distinguiram nos Campeonatos Nacionais Militares.

4.6 – DESPORTO MILITAR

4.6.1 - Competições Militares por Ramo das FA

Ano: 2006

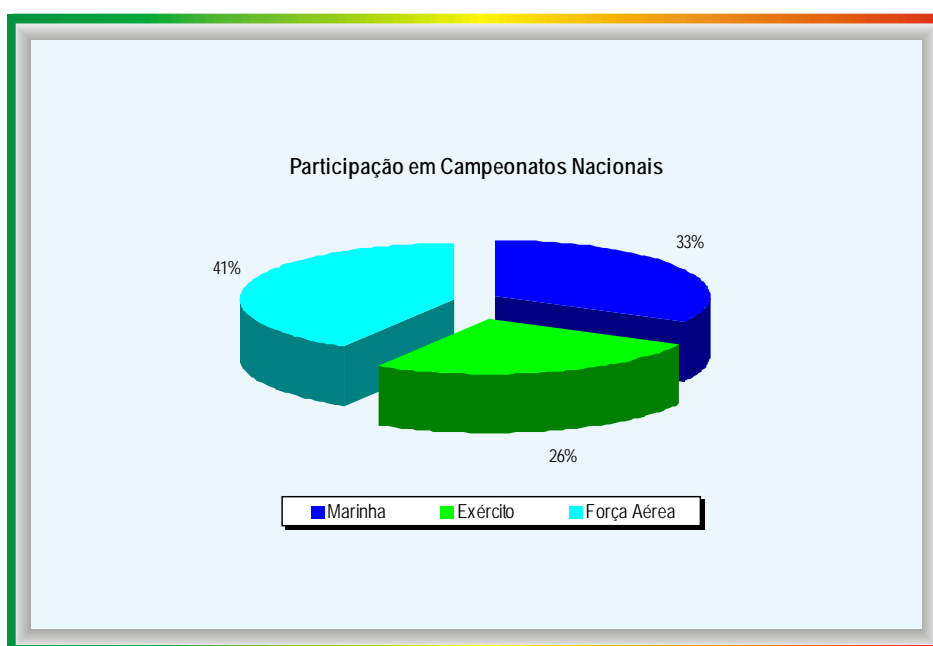
Modalidade	Ramo das FA	Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
		Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas
Andebol		5	163	-	-	-	-	5	163
Atletismo (de pista)		3	88	-	-	-	-	3	88
Atletismo (provas de estrada)		6	764	-	-	1	101	7	865
Badminton		-	-	-	-	1	40	1	40
Basquetebol		9	279	-	-	-	-	9	279
Corta-Mato		5	221	8	980	1	113	14	1.314
Esgrima		-	-	3	93	-	-	3	93
Futebol de 11		2	229	-	-	-	-	2	229
Futebol de 5		1	270	-	-	1	620	2	890
Judo		1	33	-	-	-	-	1	33
Natação		4	118	-	-	1	31	5	149
Orientação		9	351	8	784	1	54	18	1.189
Pára-quedismo Desportivo		-	-	1	63	-	-	1	63
Pentatlo Militar		-	-	7	216	-	-	7	216
Prova "D. Nuno Álvares"		-	-	1	140	-	-	1	140
Tiro de Espingarda		-	-	4	267	1	40	5	307
Tiro de Pistola		5	68	4	260	1	50	10	378
Triatlo		6	27	-	-	-	-	6	27
Vela		4	39	-	-	-	-	4	39
Voleibol		3	380	-	-	1	150	4	530
TOTAL		63	3.030	36	2.803	9	1.199	108	7.032



4.6.2 - Pessoal Militar que Participou em Campeonatos Nacionais das FA

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Corta-Mato	22	25	23	70
Futebol de 5	33	-	39	72
Orientação	16	20	21	57
Tiro	9	18	18	45
TOTAL	80	63	101	244



4.6.3 - Pessoal Militar que Participou em Provas Internacionais Militares

Ano: 2006

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Corta-Mato	-	1	-	1
Orientação	-	4	-	4
Tiro	-	1	1	2
TOTAL	-	6	1	7

NOTA EXPLICATIVA

Os registos apresentados neste capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Infra-Estruturas (DGIE), traduzem diversos elementos caracterizadores, quer do património imobiliário afecto à Defesa Nacional, quer do tratamento dos dados estatísticos, quer ainda das iniciativas e incentivos das boas práticas ambientais nas Forças Armadas portuguesas. Com o objectivo de recolha dos elementos actualizados, a DGIE diligenciou contactos com as entidades responsáveis pela gestão dos referidos pelouros. Neste sentido, os dados apurados e indicados resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

CONCEITOS

Desamortização de Unidades Imobiliárias

Desafecção de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafecção a outras entidades do Estado, e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas colectivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

Alojamento Clássico

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Área Bruta de Construção

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

Área do Terreno

Área bruta do terreno delimitada pelo seu perímetro.

Capacidade de Alimentação

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de Alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

Classificação de Imóveis

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida na Lei nº 107/2001, de 9 de Agosto.

Imóvel de Interesse Público

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

Monumento Nacional

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

Construção Nova

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efectuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

Grandes Reparações de Unidades Imobiliárias

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

Natureza das Unidades Imobiliárias

Qualificação dos prédios em rústicos, urbanos ou mistos, tendo em conta a sua descrição na matriz predial.

Servidões das Unidades Imobiliárias

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de carácter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO

Operacional

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das actividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria quartéis, bases aéreas e bases de fuzileiros.

Logístico-Administrativo

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

Formação/Instrução

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Cultural

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

Ciência e Tecnologia

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem actividades científicas e tecnológicas – conjunto de actividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc..

Saúde

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

Justiça

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

Apoio Social

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de carácter social).

Mistos

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritária em termos de ocupação de espaço.

Outros

Unidades imobiliárias cuja utilização não se integra em nenhuma das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

Unidade Imobiliária

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afectárias ou utentes.

Imóvel

Prédio rústico ou urbano afecto ao MDN, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de carácter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

Agrupamento imobiliário

Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

Unidades Imobiliárias Adquiridas

Imóveis que passaram a integrar o património afecto ao MDN, independentemente da forma como a afectação se processou (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.

5.1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2006

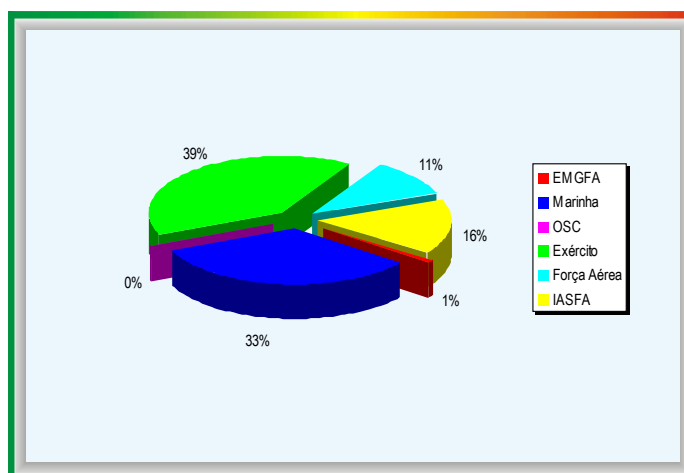
Localização	UI DO ESTADO						UI ARRENDADAS						TOTAL
	OSC	EMGFA	Marinha	Exército (d)	Força Aérea	IASFA	OSC	EMGFA	Marinha	Exército (d)	Força Aérea	IASFA	
Continente	(a) 2	3	261	417	83	174	-	-	7	19	(c) 7	-	973
Açores	-	3	96	30	26	4	-	2	11	4	44	-	220
Madeira	-	4	21	11	11	1	-	-	3	4	-	-	55
USA	-	-	-	-	(b) 3	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL	2	10	378	458	123	179	-	2	21	27	51	-	1.251

(a) Secretaria-Geral/MDN: PM9/Porto-Castelo da Foz; Forte de São Julião da Barra;

(b) Para alojamento dos 3 elementos da representação portuguesa no *Air Force Material Command* (Ohio);

(c) Apenas se paga renda de 1;

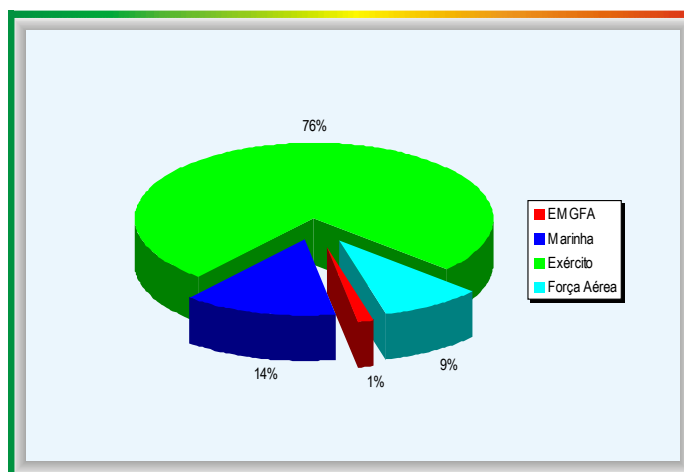
(d) No Exército, a diferença de dados relativamente ao anterior anuário resulta da correcção efectuada durante o inventário em curso.



5.2 – SERVIDÕES DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2006

Localização	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Continente	-	16	99	12	127
Açores	1	3	4	1	9
Madeira	1	1	5	-	7
TOTAL	2	20	108	13	143

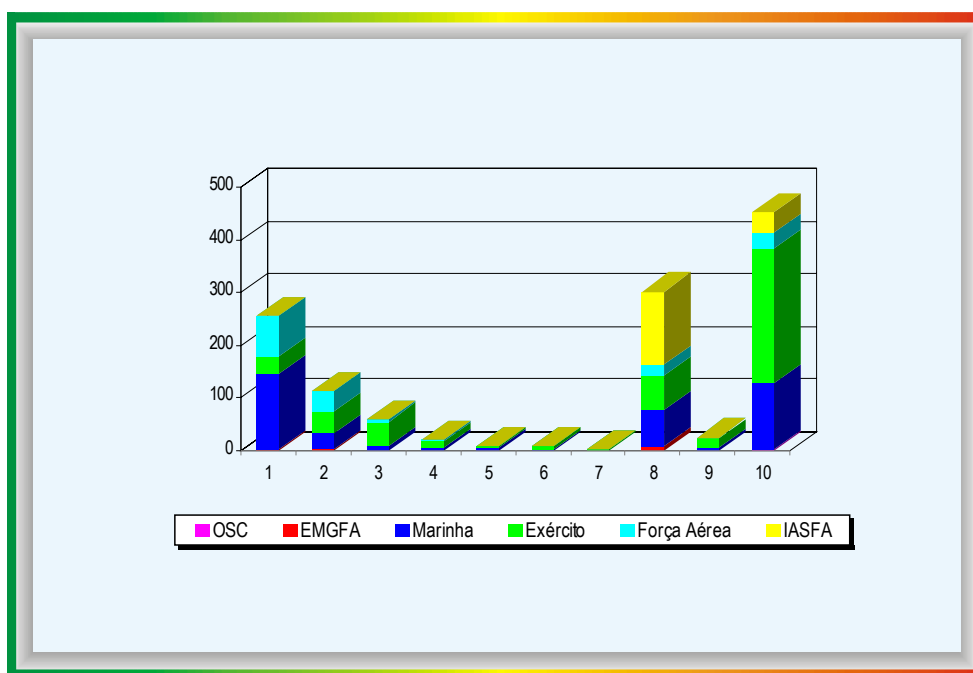


5.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2006

Afectação		Tipos de Utilização										TOTAL
		Operacional	Logístico-Administrativo	Formação e Instrução	Cultural	Ciência & Tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio Social	Mistos	Outros	
OSC	Localização											
	Continente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(a) 2	2
	Açores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EMGFA	Continente	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	3
	Açores	1	-	-	-	-	-	-	4	-	-	5
	Madeira	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	4
Marinha	Continente	106	19	9	5	5	2	-	40	4	78	268
	Açores	33	11	-	-	2	-	-	22	1	38	107
	Madeira	5	-	-	-	-	-	-	8	-	11	24
Exército (b)	Continente	25	37	43	12	2	8	3	56	17	233	436
	Açores	4	2	2	-	-	-	-	7	1	18	34
	Madeira	3	2	1	1	-	-	-	3	-	5	15
Força Aérea	Continente	42	20	5	3	-	-	-	8	2	10	90
	Açores	27	20	-	-	-	-	-	7	-	16	70
	Madeira	8	-	-	-	-	-	-	1	-	2	11
	USA	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3
IASFA	Continente	-	-	-	-	-	-	-	134	-	40	174
	Açores	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
	Madeira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
TOTAL		255	113	60	21	9	10	3	302	25	453	1.251

(a) Forte São Julião da Barra - residência oficial do Ministro da Defesa Nacional; PM9/Porto-Castelo da Foz - ocupado pelo Instituto de Defesa Nacional;
 (b) No Exército, a diferença de dados relativamente ao anterior anuário resulta da correcção efectuada durante o inventário em curso.



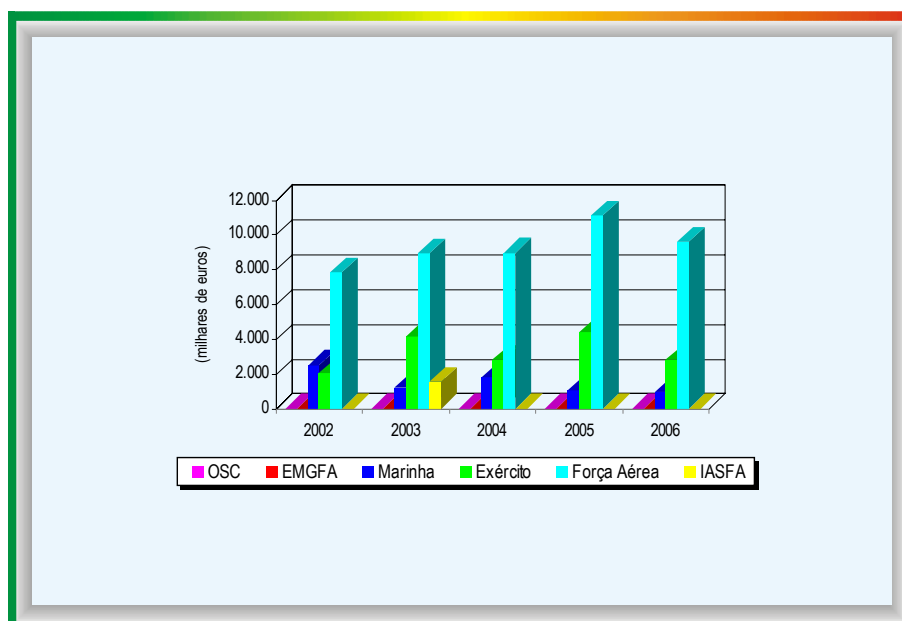
LEGENDA: 1 – Operacional; 2 – Logístico-Administrativo; 3 – Formação e Instrução; 4 – Cultural; 5 – Ciência & Tecnologia; 6 – Saúde; 7 – Justiça; 8 – Apoio Social; 9 – Mistos; 10 – Outros

5.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

(milhares de euros)

Organismo	2002		2003		2004		2005		2006		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
OSC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EMGFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marinha	2.507,2	20,3	1.179,0	7,5	1.779,0	13,1	1.069,1	6,4	954,8	7,1	7.489,1
Exército	2.043,7	16,5	4.137,0	26,2	2.835,5	20,8	4.385,4	26,4	2.823,5	21,1	16.225,1
Força Aérea	7.820,8	63,2	8.952,4	56,7	8.989,0	66,1	11.150,0	67,2	9.609,0	71,8	46.521,2
IASFA	-	-	(a) 1.532,0	9,6	-	-	-	-	-	-	1.532,0
TOTAL	12.371,7	100,0	15.800,4	100,0	13.603,5	100,0	16.604,5	100,0	13.387,3	100,0	71.767,4

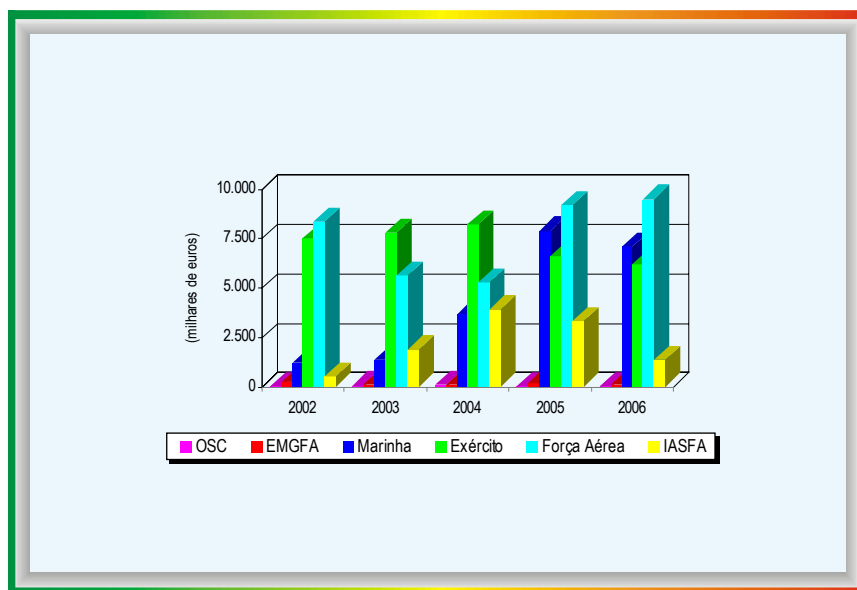
(a) Construção da capela do CAS/Porto.



5.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

(milhares de euros)

Organismo	2002		2003		2004		2005		2006		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
OSC	16,5	0,1	69,2	0,4	86,5	0,4	9,5	0,0	54,1	0,2	235,8
EMGFA	216,8	1,3	114,0	0,6	115,4	0,5	206,9	0,8	131,0	0,6	784,1
Marinha	1.236,5	7,5	1.332,0	7,2	3.705,0	15,0	7.900,4	30,9	7.127,0	29,2	21.300,9
Exército	7.531,6	45,6	7.784,7	42,0	8.237,2	33,4	6.596,5	25,8	6.227,4	25,5	36.377,4
Força Aérea	5.619,3	34,0	5.307,5	28,7	9.200,0	37,3	7.908,0	30,9	9.512,0	39,0	37.546,8
IASFA	1.890,8	11,5	3.911,9	21,1	3.317,2	13,4	2.954,3	11,6	1.341,9	5,5	13.416,1
TOTAL	16.511,5	100,0	18.519,3	100,0	24.661,3	100,0	25.575,6	100,0	24.393,4	100,0	109.661,1



5.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFECTOS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2006

Afectação		Edifícios Classificados		Edifícios em Vias de Classificação		TOTAL
		Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	
OSC	Localização					
	Continente	-	(a) 1	-	-	1
	Açores	-	-	-	-	-
EMGFA	Continente	1	-	-	-	1
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	3	13	-	-	-
Marinha	Continente	-	1	-	-	16
	Açores	-	1	-	-	1
	Madeira	20	11	-	10	1
Exército (c)	Continente	-	3	-	-	41
	Açores	1	-	-	-	3
	Madeira	-	-	-	2	1
Força Aérea	Continente	-	-	-	-	2
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
IASFA	Continente	-	CAS Runa e CAS Lisboa (b) 2	-	-	2
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
TOTAL		25	32	-	12	69

(a) Forte de S. Julião da Barra (classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Dec. n.º 41 191, de 18.07.1957);

(b) Instalações da ex-Cooperativa Militar;

(c) No Exército, a diferença de dados relativamente ao anterior anuário resulta da correcção efectuada durante o inventário em curso.

5.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS

(m² x 1 000)

Localização	OSC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		IASFA		TOTAL	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC
Continente	-	-	50,0	30,5	11.372,6	483,1	102.891,0	1.781,0	108.996,0	*	-	-	223.309,6	2.294,6
Açores	-	-	42,1	5,1	397,4	28,0	1.023,0	51,0	7.087,0	*	-	-	8.549,5	84,1
Madeira	-	-	10,7	2,2	158,7	7,0	250,0	64,0	668,0	*	-	-	1.087,4	73,2
USA	-	-	-	-	-	-	-	-	5,7	0,7	-	-	5,7	0,7
TOTAL	-	-	102,8	37,8	11.928,7	518,1	104.164,0	1.896,0	116.756,7	0,7	-	-	232.952,2	2.452,6

(a) No Exército, a diferença de dados relativamente ao anterior anuário resulta da correcção efectuada durante o inventário em curso.

AT – Área do terreno

ABC – Área bruta de construção (* recolha ainda não completa)

5.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS

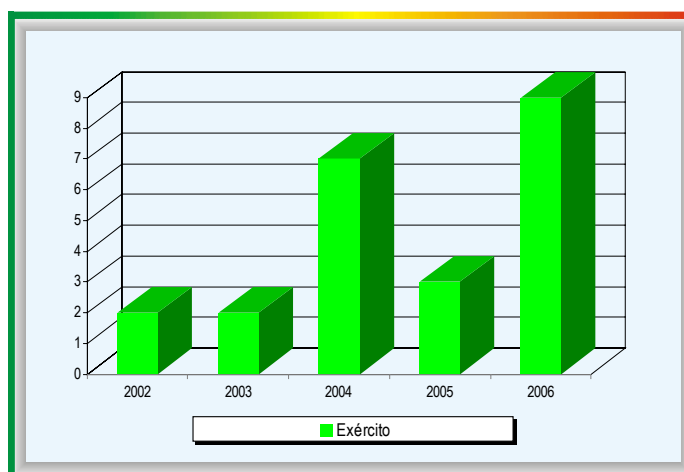
Ano	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2006	-	-	-	-	-	-	-
2005	-	-	-	1	-	-	1
2004	-	-	-	-	-	-	-
2003	-	-	-	-	-	-	-
2002	-	-	-	-	-	* 1	1
TOTAL	-	-	-	1	-	1	2

* Atribuído pelo Despacho n.º 267/MDN/2001.



5.9 – ALIENAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Afectação	Localização	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
OSC	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
EMGFA	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
Marinha	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
Exército	Continente	2	1	7	3	9	22
	Açores	-	1	-	-	-	1
	Madeira	-	-	-	-	-	-
Força Aérea	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
	USA	-	-	-	-	-	-
IASFA	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
TOTAL		2	2	7	3	9	23



5.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Ano: 2006

Localização	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA (a)	TOTAL
	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades
Continente	-	-	301	689	560	1.783	3.333
Açores	-	-	204	70	196	30	500
Madeira	-	-	41	54	2	-	97
USA	-	-	-	-	3	-	3
TOTAL	-	-	546	813	761	1.813	3.933

(a) O actual número de fogos resulta de uma actualização do património efectuada em 2006.

5.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

Ano: 2006

Afectação	Localização	N.º de Unidades		Capacidade de Alojamento		Capacidade de Alimentação	
		N.º de quartéis e bases		N.º de camas		N.º de refeições servidas/hora	
Marinha	Continente	X	X	X	X	X	X
	ZMN	X	X	X	X	X	X
	ZMC	X	X	X	X	X	X
	ZMS	X	X	X	X	X	X
	Açores	X	X	X	X	X	X
	Madeira	X	X	X	X	X	X
Exército	Continente	-	73	-	34.015	-	30.917
	Açores	-	-	-	1.200	-	-
	Madeira	-	-	-	1.100	-	-
Força Aérea	Continente	-	17	-	6.887	-	7.620
	Açores	-	1	-	421	-	350
	Madeira	-	1	-	-	-	-
	USA	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	92	-	46.623	-	38.887

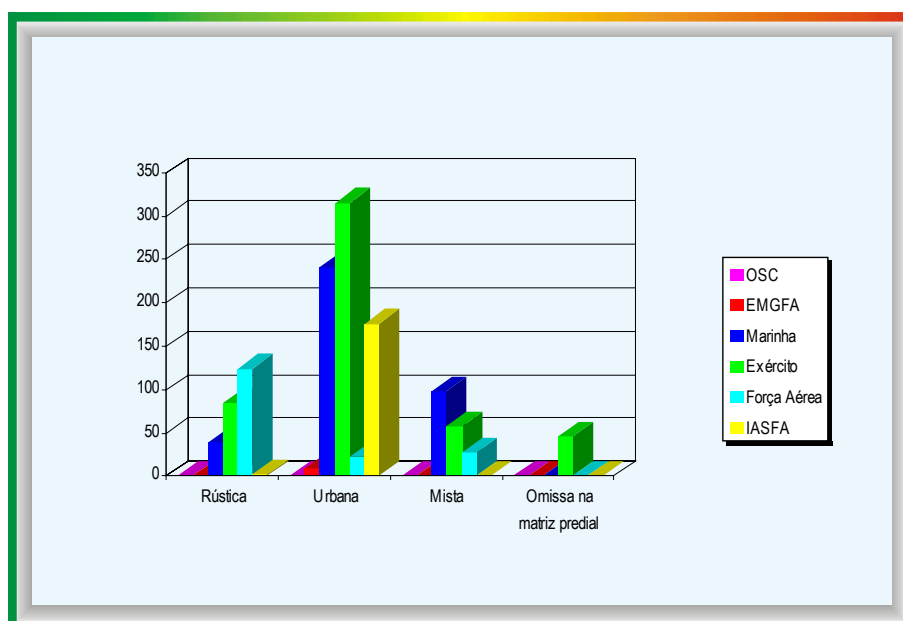
X – Não disponível

5.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2006

Organismo	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na Matriz Predial	TOTAL
OSC	-	-	-	-	-
EMGFA	-	9	1	-	10
Marinha	39	241	98	-	378
Exército (a)	85	315	58	46	504
Força Aérea	124	23	27	-	174
IASFA	2	176	1	-	179
TOTAL	250	764	185	46	1.245

(a) No Exército, a diferença de dados relativamente ao anterior anuário resulta da correcção efectuada durante o inventário em curso.



SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

NOTA EXPLICATIVA

Tendo em conta as competências atribuídas à DGIE, relativamente aos dados estatísticos recolhidos de acordo com o formulário aprovado pelo Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa (CSTID), e no intuito de uma informação mais alargada e melhorada, são englobados neste capítulo os quadros e gráficos resultantes da recolha e tratamento estatístico dos elementos solicitados no formulário com dados respeitantes aos Sistemas e Tecnologias de Informação pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais (OSC) do MDN, Polícia Judiciária Militar (PJM), Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), Instituto da Defesa Nacional (IDN), Liga dos Combatentes (LC) e Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE).

CONCEITOS

1. *Hardware*

Computador de grande porte (*Mainframe*)

Sistema central desenhado para suprir as necessidades de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina significativos – geralmente sistemas proprietários e instalados num centro de informática – e que obrigam a condições ambientais e de instalação específicas.

Inclui todo o equipamento central (ex.: unidade de bandas, de discos, impressoras, *front-end* de comunicações, etc.).

Minicomputador (Departamental)

Sistema de médio porte, multi-utilizador, desenhado para suprir as necessidades de um departamento de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina médios, possibilitando a sua portabilidade e geralmente utilizando sistemas operativos do tipo *UNIX*, *OS/400* ou *Windows NT*, etc.

Microcomputador (PC's)

Sistema de pequeno porte, normalmente monoposto e de uso pessoal, com capacidade de processamento e comunicações próprias, orientados para o tratamento de aplicações de uso geral.

Inclui a unidade de processamento, o monitor, o teclado e o rato. O equipamento deverá ser considerado enquanto solução autónoma, bem como quando utilizado em rede.

Periférico

Dispositivo ligado e controlado por um computador e susceptível de com ele comunicar (ex.: impressoras, *drives* de disco, *scanners*, etc.).

Inclui os terminais não inteligentes dos computadores de grande porte e dos minicomputadores.

Comunicações

Engloba os equipamentos de rede (ex.: *routers, bridges, switches, gateways*, repetidores, concentradores, etc.) e o respectivo suporte físico (ex.: fibra óptica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, *wireless*, etc.).

2. Software

Sistema operativo

Programa ou conjunto coordenado de programas de controlo que gerem as funções internas do computador e que disponibilizam meios de controle das respectivas tarefas (ex.: *Windows 95/98/NT, UNIX, OS2, MS-DOS, Novell*, etc.).

Inclui para os computadores de grande porte todo o software indispensável para o seu correcto funcionamento.

SGBD – Sistema de gestão de base de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: *ORACLE, DB2, SQL Server*, etc.).

Ferramenta de desenvolvimento

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objectivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, *linker* e *debugger* e uma livreria de módulos e funções prontas a usar (ex.: *C, Pascal, Visual Basic, Java*, etc.).

Ferramenta de produtividade individual

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objectivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

SW de transferência de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: *mail, EDI, PC3270, FTP, TCP-IP, SNA*, etc.).

SW de segurança

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: *Firewall*, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

SW aplicacional

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

3. Serviços

Desenvolvimento de SW

Actividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas à medida, contratadas a um fornecedor externo à organização.

Manutenção de HW e SW

Actividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

Formação

Acções de formação na área dos Sistemas e Tecnologias de Informação (SI/TI).

Comunicações

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

Consultoria

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

Outro Outsourcing

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

5.13 – SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

5.13.1 - Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços

(euros)

Bens e Serviços			MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL		
			Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático <i>Hardware</i>	Computadores de Grande Porte	A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Minicomputadores	A	7	37.736,54	11	66.188,99	27	106.580,41	42	125.080,26	11	82.469,00	98	418.055,20	
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	157	139.483,31	156	112.262,96	1.201	851.020,71	91	301.337,20	460	273.012,00	2.065	1.677.116,18	
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Periféricos	A	495	276.129,20	26	19.462,10	1.358	372.123,82	991	299.710,94	303	175.417,00	3.173	1.142.843,06	
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Comunicações	A	33	3.512,17	(a)	100.855,56	338	572.899,24	125	17.965,28	3	306.294,00	499	1.001.526,25	
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal		A	692	456.861,22	193	298.769,61	2.924	1.902.624,18	1.249	744.093,68	777	837.192,00	5.835	4.239.540,69	
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Suporte Lógico <i>Software</i>	Sistemas Operativos	A	26	3.542,00	156	4.680,00	1.228	(b)	5	20.807,77	4	8.971,00	1.419	38.000,77	
		L	-	-	450	58.969,75	1	580.071,00	-	-	-	-	451	639.040,75	
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	1	862,73	-	-	-	-	1	10.414,18	-	-	2	11.276,91	
		L	-	-	2	2.038,00	-	-	-	-	-	-	2	2.038,00	
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	4	16.551,89	-	-	-	-	2	20.876,00	5	34.028,00	11	54.904,00	
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	7	27.734,02	-	-	957	242.244,42	68	147.219,56	638	139.565,00	1.670	556.763,00	
		L	-	-	459	51.063,21	-	-	-	-	-	-	459	51.063,21	
	SW de Transferência de Dados	A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	SW de Segurança	A	1	466,55	120	3.904,43	-	-	-	-	4.131	96.620,00	4.252	100.524,43	
		L	2	3.134,99	596	9.525,55	-	-	-	-	-	-	598	12.660,54	
	SW Aplicacional	A	73	534.951,86	-	-	-	-	9	281.508,02	2	12.433,00	84	828.892,88	
		L	17	43.710,90	-	-	-	-	-	-	-	-	17	43.710,90	
Subtotal		A	112	567.090,61	276	8.584,43	2.185	242.244,42	85	480.825,53	4.780	291.617,00	7.438	1.590.361,99	
		L	19	46.845,89	1.507	121.596,51	1	580.071,00	-	-	-	-	1.527	748.513,40	
Serviços	Desenvolvimento de <i>Software</i>	A	1	1.248,00	-	-	4	5.892,54	3	101.395,59	-	-	8	108.536,13	
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Manutenção de <i>Hardware</i> e <i>Software</i>	A	42	1.339.808,42	15	19.068,53	79	569.264,29	8	61.011,68	70	1.311.130,00	214	3.300.282,92	
		L	13	7.800,04	-	-	-	-	-	-	-	-	13	7.800,04	
	Formação	A	114	115.367,16	21	9.596,00	-	-	10	29.150,00	-	-	145	154.113,16	
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Comunicações	A	151	64.678,07	-	-	4	59.834,77	214	141.630,72	3	95.570,00	372	361.713,56	
		L	16	5.514,92	6	100.469,00	-	-	-	-	-	-	22	105.983,92	
	Consultoria	A	39	701.983,24	-	-	4	26.059,64	1	80.433,60	-	-	44	808.476,48	
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outro <i>Outsourcing</i>	A	2	14.096,00	2	9.075,00	-	-	5	141.336,24	1	31.409,00	10	195.916,24		
	L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Subtotal		A	349	2.237.180,89	38	37.739,53	91	661.051,24	241	554.957,83	74	1.438.109,00	793	4.929.038,49	
		L	29	13.314,96	6	100.469,00	-	-	-	-	-	-	35	113.783,96	
TOTAL			A	1.153	3.261.132,72	507	345.093,57	5.200	2.805.919,84	1.575	1.779.877,04	5.631	2.566.918,00	14.066	10.758.941,17
			L	48	60.160,85	1.513	222.065,51	1	580.071,00	-	-	-	-	1.562	862.297,36

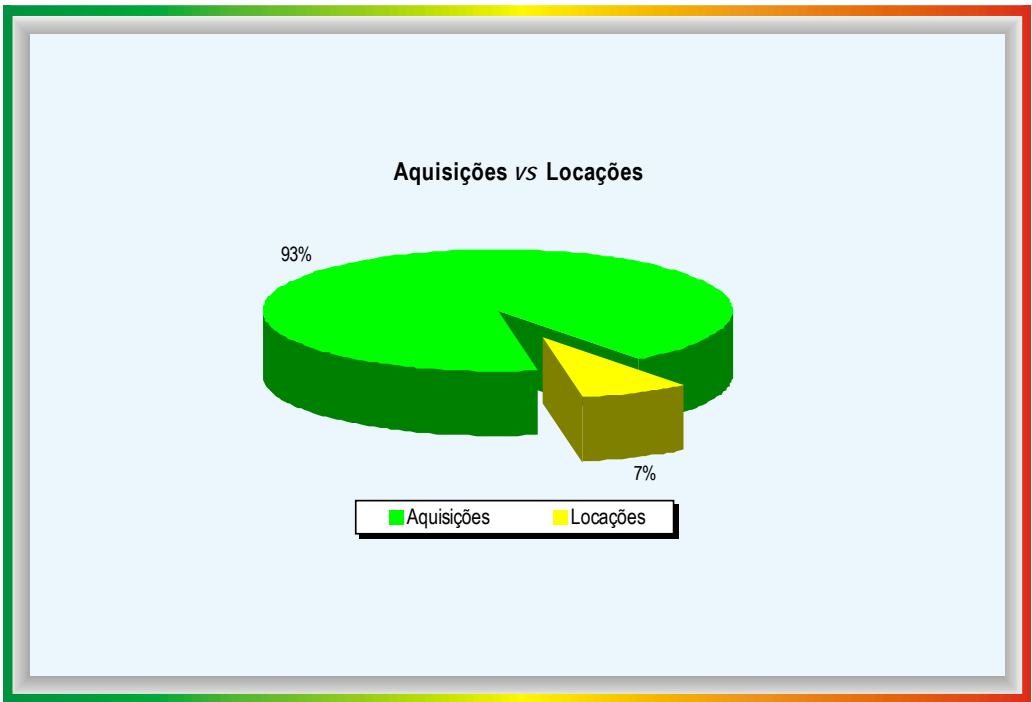
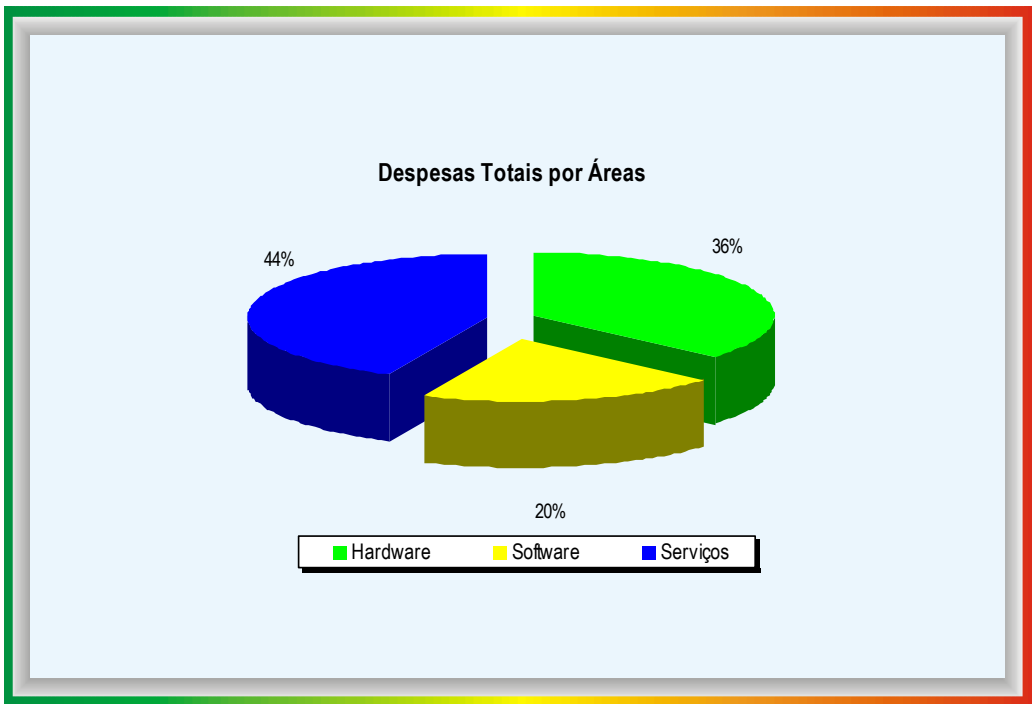
(*) Inclui os OSC/MDN, PJM, IASFA, LC, IGDN, IDN, CPHM e CNPCE.

(a) Substituição de cablagens e tomadas;

(b) Incluído no valor de aquisição dos computadores, não sendo possível a desagregação.

A – Aquisição

L – Locação



5.13.2 - Existências referidas a 31 de Dezembro de 2006

(euros)

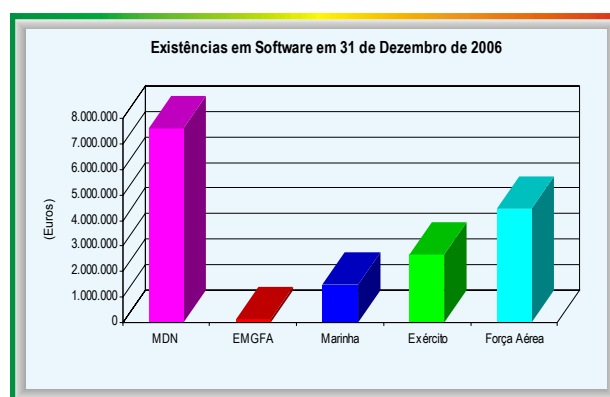
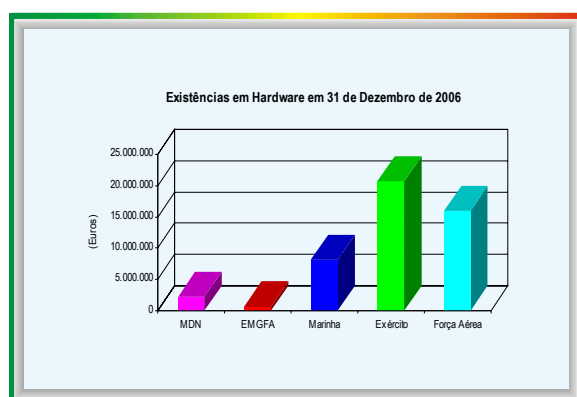
Bens e Serviços		MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		Total		
		Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Grande Porte	A	-	-	-	-	-	1	364.746	1	1.469.394	2	1.834.140	
		L	-	-	-	-	1	144.250	-	-	-	1	144.250	
	Minicomputadores	A	56	187.177	15	78.732	163	1.023.563	875	3.929.417	80	724.779	1.189	5.943.668
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	1.256	976.674	539	273.408	4.373	3.711.306	7.871	10.485.222	3.978	3.995.683	18.017	19.442.293
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Periféricos	A	1.461	696.139	342	97.615	3.982	1.251.602	8.745	5.318.188	1.515	706.315	16.045	8.069.859
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Comunicações	A	290	402.705	4	213.856	1.872	2.115.103	955	636.382	19	9.059.339	3.140	12.427.385
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	A	3.063	2.262.695	900	663.611	10.390	8.101.574	18.447	20.733.955	5.593	15.955.510	38.393	47.717.345	
	L	-	-	-	-	1	144.250	-	-	-	-	1	144.250	
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos	A	483	64.742	156	4.680	3.513	(a)	4.725	800.707	3.339	634.342	12.216	1.504.471
		L	60	26.974	450	58.970	1	580.071	-	-	1	1.984.084	512	2.650.099
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	15	116.241	-	-	19	41.445	94	365.343	638	548.195	766	1.071.224
		L	1	1.500	2	2.038	-	-	-	-	3	727.603	6	731.141
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	8	11.812	7	2.360	14	23.882	119	264.865	141	104.007	289	406.926
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	468	105.119	-	-	1.400	470.602	545	585.121	4.316	1.782.902	6.729	2.943.744
		L	60	26.974	459	51.063	-	-	-	-	-	-	519	78.037
	SW de Transferência de Dados	A	2	1.856	-	-	288	159.311	355	175.642	770	78.822	1.415	415.630
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SW de Segurança	A	70	8.347	120	3.904	3.517	236.010	51	52.716	5.110	278.078	8.868	579.055
		L	-	-	596	9.526	-	-	-	-	-	-	596	9.526
	SW Aplicacional	A	57.408	7.290.509	6	100.000	41	552.404	80	409.064	1.534	1.047.550	59.069	9.399.526
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	A	58.454	7.598.626	289	110.944	8.792	1.483.654	5.969	2.653.458	15.848	4.473.896	89.352	16.320.577	
	L	121	55.448	1.507	121.597	1	580.071	-	-	4	2.711.687	1.633	3.468.802	
TOTAL	A	61.517	9.861.318	1.189	774.555	19.182	9.585.229	24.416	23.387.413	21.441	20.429.406	127.745	64.037.922	
	L	121	55.447	1.507	121.597	2	724.321	-	-	4	2.711.687	1.634	3.613.052	

(*) Inclui os OSC/MDN , PJM, IASFA, LC, IGDN, IDN, CPHM e CNPCE.

(a) Incluído no valor de aquisição dos computadores, não sendo possível a desagregação.

A – Aquisição

L – Locação



5.13.3 - Áreas informatizadas – Percentagem

Áreas Comuns	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
1. Gestão de Recursos Financeiros	50	0	40	100	100	100	100	90	50	100
1.1. Contabilidade	50	0	80	100	100	100	100	100	50	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	<input type="checkbox"/>	0	<input type="checkbox"/>	100	100	100	100	100	<input type="checkbox"/>	100
2. Gestão de Recursos Humanos	50	0	40	100	100	100	100	100	80	<input type="checkbox"/>
2.1. Formação de Pessoal	<input type="checkbox"/>	0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	20	25	70	20	80	<input type="checkbox"/>
3. Gestão de Recursos Materiais	0	0	30	100	100	75	50	85	80	<input type="checkbox"/>
3.1. Gestão de Stocks	0	0	30	100	100	75	50	85	80	<input type="checkbox"/>
4. Planeam. e Calendarização Actividades	<input type="checkbox"/>	0	30	<input type="checkbox"/>	50	75	50	60	0	100
5. Concepção e Gestão de Projectos	<input type="checkbox"/>	0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	30	50	25	60	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Apoio à Decisão	<input type="checkbox"/>	0	55	<input type="checkbox"/>	0	50	0	50	60	<input type="checkbox"/>
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100	0	85	50	100	25	0	10	0	100
8. Gestão de Correspondência	100	100	80	100	100	50	100	95	50	100
9. Gestão de Processos Administrativos	50	0	<input type="checkbox"/>	100	50	25	100	30	0	100
Produção (Actividades Específicas)										
10. Recolha / Recepção de Informação	30	100	35	50	20	50	0	50	100	100
11. Registo de Informação	30	100	45	100	20	50	0	85	100	100
12. Organiz. Informação em Base de Dados	30	100	25	100	0	25	80	90	100	100
13. Process. e Tratamento da Informação	30	100	85	50	0	50	0	70	100	100
14. Difusão da Informação	0	0	25	50	50	50	50	60	50	100
Outras										
15. Gestão Operacional										
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas										
17. Gestão de Compras e Vendas										
18. Organiz. Informação em Base de Dados										
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)										
20. Recrutamento										
21. Biblioteca						100				

Não aplicável

5.13.3 - Áreas informatizadas – Percentagem (Continuação)

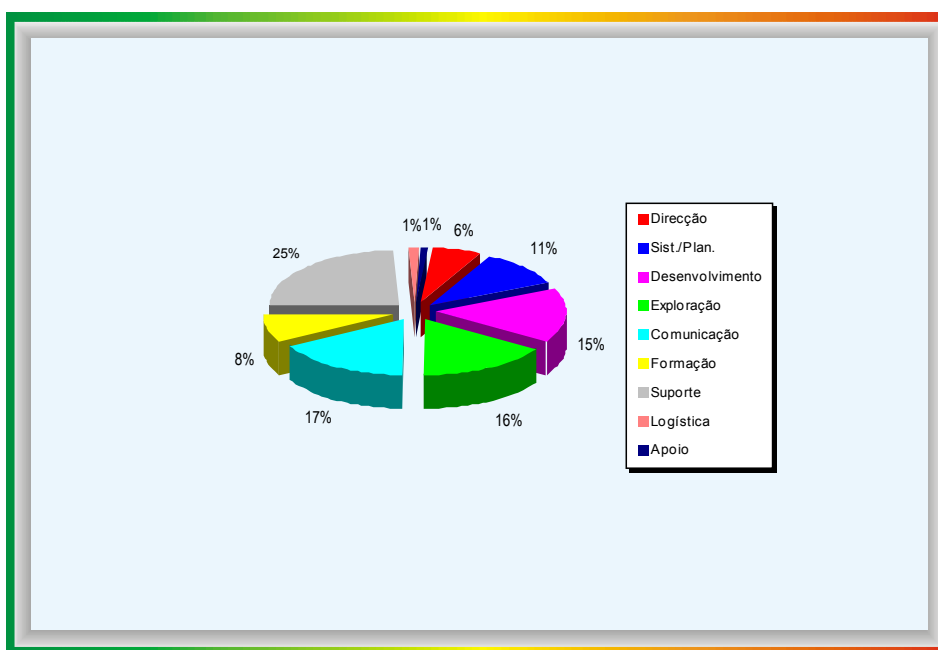
Áreas Comuns	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM
1. Gestão de Recursos Financeiros	100	100	100	100	50	100
1.1. Contabilidade	100	100	100	100	100	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	100	100	100	100	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Gestão de Recursos Humanos	80	60	100	100	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1. Formação de Pessoal	50	55	<input type="checkbox"/>	100	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Gestão de Recursos Materiais	50	65	50	90	50	70
3.1. Gestão de <i>Stocks</i>	80	70	100	100	50	85
4. Planeam. e Calendarização Actividades	20	70	50	80	<input type="checkbox"/>	65
5. Concepção e Gestão de Projectos	0	50	<input type="checkbox"/>	70	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Apoio à Decisão	30	50	30	75	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Gestão Documental / Cent. Document.	20	55	<input type="checkbox"/>	80	100	35
8. Gestão de Correspondência	100	60	40	80	100	55
9. Gestão de Processos Administrativos	20	50	<input type="checkbox"/>	55	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Produção (Actividades Específicas)						
10. Recolha / Recepção de Informação	<input type="checkbox"/>	60	<input type="checkbox"/>	90	50	<input type="checkbox"/>
11. Registo de Informação	<input type="checkbox"/>	60	<input type="checkbox"/>	90	50	<input type="checkbox"/>
12. Organiz. Informação em Base de Dados	<input type="checkbox"/>	50	<input type="checkbox"/>	90	50	80
13. Process. e Tratamento da Informação	<input type="checkbox"/>	60	<input type="checkbox"/>	90	50	75
14. Difusão da Informação	<input type="checkbox"/>	55	<input type="checkbox"/>	90	50	65
Outras						
15. Gestão Operacional		40		90		
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas		45		90		
17. Gestão de Compras e Vendas		65		100		
18. Organiz. Informação em Base de Dados		50		100		
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)		50		100		
20. Recrutamento				100		
21. Biblioteca				100		

Não aplicável

5.13.4 - Pessoal afecto exclusivamente às tecnologias de informação e comunicação (pessoal TIC)

Área	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Direcção	6	3	3	18	3	33
Sistemas / Planificação	6	3	3	32	17	61
Desenvolvimento	9	3	28	18	27	85
Exploração	4	3	20	30	34	91
Comunicações	2	3	36	28	23	92
Formação	2	1	24	4	14	45
Suporte a Utilizadores	14	5	18	19	77	133
Outras						
Logística	2	1	-	5	-	8
Apoio	1	-	-	3	-	4
TOTAL	46	22	132	157	195	552

(*) Inclui os OSC/MDN , PJM, IASFA, LC, IGDN, IDN, CPHM e CNPCE.



5.13.5 - Utilização da *Internet*. Disponibilização de informação na *Internet*

Área	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
<i>Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)</i>										
Computadores ou postos com ligação individual							•			
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•	•	•	•	•	•		•	•	•
<i>Acesso à Internet</i>										
Número de computadores ligados à <i>Internet</i>	80	53	50	117	200	89	90	198	47	27
Número de trabalhadores com acesso à <i>Internet</i>	80	53	43	117	200	72	90	198	47	27
<i>Correio Electrónico</i>										
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	80	55	43	117	200	0	0	66	47	27
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	80	55	43	117	200	76	0	66	47	0
<i>Actividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da Internet</i>										
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•	•	•	•		•	•	•
Acesso a bases de dados		•		•	•	•			•	
Troca electrónica de ficheiros	•	•		•	•	•		•	•	
Correio electrónico	•	•	•	•	•	•		•	•	•
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>										•
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•		•	•	•		•	•	
Formação de recursos humanos					•					
Comunicação interna entre os diversos departamentos		•	•	•	•	•		•	•	
Comunicação externa com outros organismos AP		•	•	•	•	•		•	•	•
Realização actividades de I&D em cooperação				•		•				
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)								•		

• Disponível

5.13.5 - Utilização da *Internet*. Disponibilização de informação na *Internet* (Continuação)

Área	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM
<i>Meio de Ligação à Internet (Mais utilizado)</i>						
Computadores ou postos com ligação individual						•
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•	•	•	•	•	
<i>Acesso à Internet</i>						
Número de computadores ligados à <i>Internet</i>	437	1.173	50	1.856	21	4
Número de trabalhadores com acesso à <i>Internet</i>	437	7.242	2.000	1.856	21	5
<i>Correio Electrónico</i>						
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	457	6.639	10.300	1.486	21	1
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	457	6.639	10.300	1.509	21	0
<i>Actividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da Internet</i>						
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•	•	•	•
Acesso a bases de dados		•	•	•	•	•
Troca electrónica de ficheiros	•	•		•	•	•
Correio electrónico	•	•	•	•	•	•
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>					•	
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•	•	•	•	•
Formação de recursos humanos				•	•	
Comunicação interna entre os diversos departamentos	•	•	•		•	
Comunicação externa com outros organismos AP	•	•	•	•	•	•
Realização actividades de I&D em cooperação					•	
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)					•	•

• Disponível

5.13.6 - Presença do organismo na Internet

Área	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA
Informação institucional acerca organismo	●	●	●	●	●	●	●	●
Informação acerca serviços prestados	X	●	□	●	●	●	●	●
Endereço electrónico para recepção ou pedidos de informação	●	●	●	●	●	●	●	●
Disponibilizado acesso a bases de dados	□	X	□	X	X	X	X	X
Disponibilizados formulários preenchimento <i>on-line</i>	□	●	□	X	●	●	X	●
Informação acerca oportunidade de recrutamento	□	●	□	X	●	□	X	□
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□	●	□	X	X	X	X	●
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□	□	□	□	□	X	X	□
Disponibilizados formulários para <i>download</i>	□	●	□	●	●	●	X	●
Recebimentos <i>on-line</i>	□	□	□	□	□	X	X	X
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	□	□	□	□	□	X	X	□

Área	IGDN	LC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM
Informação institucional acerca organismo	●	●	●	●	●	●	●	X
Informação acerca serviços prestados	●	●	□	●	●	□	●	●
Endereço electrónico para recepção ou pedidos de informação	●	●	●	●	●	●	●	●
Disponibilizado acesso a bases de dados	X	●	□	X	□	●	□	□
Disponibilizados formulários preenchimento <i>on-line</i>	□	X	□	X	●	X	□	□
Informação acerca oportunidade de recrutamento	□	X	□	●	●	●	□	□
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□	□	□	●	●	□	□	□
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□	□	□	□	□	□	□	□
Disponibilizados formulários para <i>download</i>	□	●	□	●	●	●	□	●
Recebimentos <i>on-line</i>	□	X	□	□	□	□	□	●
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	□	X	□	□	X	□	□	□

- Disponível
- X Não disponível
- Não aplicável

5.13.7 - Orientação do organismo relativamente à distribuição do acesso à *Internet* e correio electrónico

Área	DGIE		DGAED		DGPDN		DGPRM		SG/MDN		IDN		PJM		IASFA		
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Inter-net	Cor-reio	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	
Para a estrutura superior																•	•
Para o secretariado da estrutura superior																•	•
Para o comando/direcção/chefia nív. inter.																•	•
Para os quadros técnicos																•	
Para outros sectores em que a activ. justif.																•	•
Utilização generalizada	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•			

Área	IGDN		LC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		CNPCE		CPHM	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior							•	•	•	•	•	•			•	•
Para o secretariado da estrutura superior							•	•	•	•	•	•			•	•
Para o comando/direcção/chefia nív. inter.							•	•	•	•	•	•			•	•
Para os quadros técnicos							•	•	•	•	•	•			•	•
Para outros sectores em que a activ. justif.							•	•	•	•	•	•			•	•
Utilização generalizada	•	•	•		•	•							•	•		•

• Disponível

PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

NOTA EXPLICATIVA

O Prémio Defesa Nacional e Ambiente, criado em 1993, por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, tem como objectivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas portuguesas, vincando, assim, as suas preocupações pela preservação dos recursos naturais do nosso país.

O Regulamento do prémio actualmente em vigor foi aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 1024/2000, dos Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, publicado no Diário da República – II série, n.º 242, de 19 de Outubro.

5.14 – PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

5.14.1 - Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
Marinha	1	-	1	-	-	2
Exército	3	2	3	-	3	11
Força Aérea	-	2	2	-	1	5
TOTAL	4	4	6	-	4	18

5.14.2 - Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2002	2003	2004	2005	2006
Marinha	-	-	Instituto Hidrográfico – Reabilitação das Instalações da Azinheira.	Não foi atribuído o "Prémio de Defesa Nacional e Ambiente" por não terem sido apresentadas candidaturas no decorrer do ano de 2005.	-
Exército	Centro Militar de Educação Física e Desportos – Actividades Ambientais 2002.	Campo Militar de Santa Margarida – Aplicação de um Sistema de Gestão Ambiental em 2003.	-		-
Força Aérea	-	-	Campo de Tiro de Alcochete – Actividades desenvolvidas no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental.		Direcção de Infra-Estruturas da FAP – Sistema de Gestão das Estações de Tratamento de Águas Residuais da Força Aérea.

NOTA EXPLICATIVA

O capítulo 6, da responsabilidade da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED), inclui dados estatísticos referentes a:

- Exportações e Importações de Material, Equipamentos e Tecnologias de Defesa;
- Equipamentos de Defesa e Lei de Programação Militar (LPM);
- Logística;
- Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área da Defesa;
- Indústrias e Empresas Nacionais com Actividades no Âmbito do Sector da Defesa;
- Qualidade, Normalização e Catalogação dos Bens Militares.

Os valores apurados respeitantes a 2006 e indicados nos quadros seguintes, resultaram de contributos do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas, do IASFA, dos OSC/MDN e da consulta efectuada às indústrias nacionais de armamento e afins, sendo os restantes elementos provenientes das actividades normais da DGAED.

CONCEITOS

Carro de Combate

Viatura de combate blindada e de auto-propulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro directo para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo o terreno, com um elevado nível de auto-protecção e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

Avião de Combate

Avião de asa fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não-guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qualquer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares, tais como avião de transporte não armado, reconhecimento ou guerra electrónica.

Helicóptero de Combate

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

Fragata

Navio de 1.500 a 3.500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti-superfície, antiaéreo e anti-submarino e cuja missão principal é a escolta e a luta anti-submarina.

Corveta

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre 60 e 100 metros, com armamento semelhante mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

Patrulha

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

Lancha de Desembarque

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

Lancha de Fiscalização

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

Navio

Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

Reabastecedor

Navio com deslocamento entre 5.000 e 10.000 toneladas e com comprimento entre 40 e 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

Submarino

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efectuar operações navais em imersão.

Unidade Auxiliar de Marinha

Navio e embarcação que pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam não deva ser considerada como unidade naval.

6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

Os dados inseridos nos quadros 6.1.1 e 6.1.2 foram obtidos a partir das exportações efectuadas pelas indústrias de Defesa nacionais e outras empresas legalmente autorizadas. Os elementos indicados referem-se a bens e tecnologias de uso exclusivamente militar que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de Novembro, são licenciados pelo MDN (DGAED).

Os dados relativos ao quadro 6.1.3 foram obtidos a partir das importações efectuadas pelas empresas comerciais autorizadas, indústrias nacionais e Forças Armadas e Forças de Segurança, sendo apurados com base no Decreto-Lei n.º 436/91 e Portaria n.º 439/94, de 29 de Junho, que define os bens cujas operações de importação/exportação carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED.

O quadro 6.1.6 indica-nos a relação das empresas inscritas na DGAED que, nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro, estão autorizadas a exercer a actividade de comércio de bens e tecnologias militares previstos na Portaria nº 439/94, de 29 de Junho, incluindo a sua importação e exportação.

6.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais

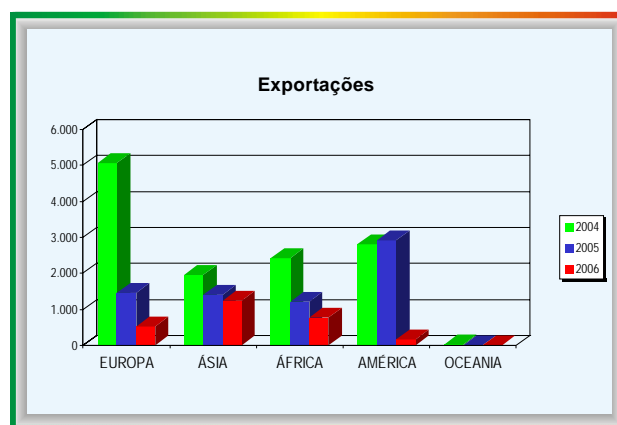
(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Ano	Valor (milhares de euros)
2006	2.712,4
2005	6.994,4
2004	12.266,7

6.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo

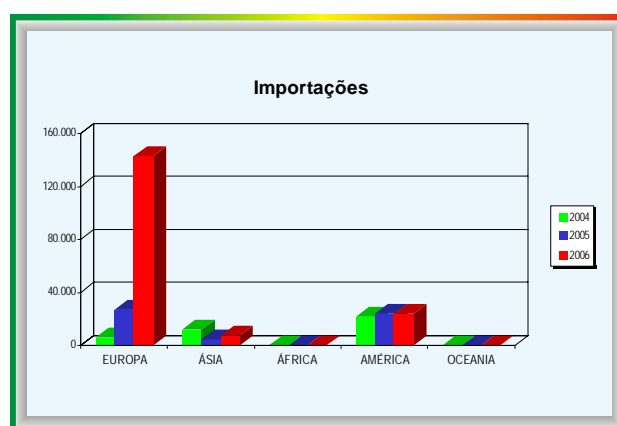
(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Continente	2004		2005		2006	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	5.058,3	41,3	1.458,5	20,9	530,7	19,6
ÁSIA	1.961,0	16,0	1.407,6	20,1	1.248,7	46,0
ÁFRICA	2.417,2	19,7	1.223,5	17,5	760,2	28,0
AMÉRICA	2.800,8	22,7	2.904,8	41,5	172,8	6,4
OCEANIA	29,4	0,3	-	-	-	-
TOTAL	12.266,7	100,0	6.994,4	100,0	2.712,4	100,0



6.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo (Apenas as importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Conteúdo	2004		2005		2006	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	5.775,2	14,8	26.717,7	48,5	142.866,5	82,1
ÁSIA	11.608,1	29,6	4.190,8	7,6	7.553,5	4,3
ÁFRICA	72,1	0,2	-	-	-	-
AMÉRICA	21.721,2	55,4	24.201,0	43,9	23.699,3	13,6
OCEANIA	-	-	0,4	0,0	-	-
TOTAL	39.176,6	100,0	55.109,9	100,0	174.119,3	100,0



6.1.4 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Por Áreas do Globo

(Apenas as exportações e importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Ano: 2006

Conteúdo	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - Imp.) (milhares de euros)
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	
EUROPA	142.866,5	82,1	530,7	19,6	-142.335,8
ÁSIA	7.553,5	4,3	1.248,7	46,0	-6.304,8
ÁFRICA	-	-	760,2	28,0	760,2
AMÉRICA	23.699,3	13,6	172,8	6,4	-23.526,5
OCEANIA	-	-	-	-	-
TOTAL	174.119,3	100,0	2.712,4	100,0	-171.406,9

6.1.5 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares - por Países Agregados em Organizações Internacionais a que Portugal Pertence

Ano: 2006

Organização	Importação (milhares de euros)	Exportação (milhares de euros)	Saldo Exportação-Importação (milhares de euros)	Exp/Import * 100 (%)
NATO	165.639,2	671,8	-164.967,4	0,41
UEO	141.962,8	530,7	-141.432,1	0,37
UE	142.075,4	530,7	-141.544,7	0,37

6.1.6 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social
Advanced Resources, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	250.000
A. Montez, S.A.	Lisboa	Armas, Geral	450.000
A. Paukner, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	49.880
A. Silva Leal, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	1.995
Antero Lopes, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	160.000
Apcol, Lda.	Prior Velho	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
Browning Viana	Viana do Castelo	Fabrico e comércio de armas	3.250.000
Cacicambra, Lda.	Sta.Maria Feira	Comércio de armamento	399.038
Capli, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	4.988
Cartil, Lda.	Amadora	Electrónica/Telecomunicações - Reparação e assistência	500.000
CPMB, S.A.	Lisboa	Munições, explosivos, pólvoras. Geral - Bens e tecnologias militares	149.639
Croker Delaforce, S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	473.858
DEFAERLOC, S.A.	Lisboa	Comércio e locação de aeronaves militares e prestação de serviços	127.000.000
E. Dias Serras, Lda.	Lisboa	Electrónica, produtos náuticos. Geral - Bens e tecnologias militares	280.000
Eastécnica III, S.G.P.S.	Porto Salvo	Telecomunicações, multimédia, audiovisuais - Instalação/manutenção	747.000
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, prestação de serviços de consultadoria, assistência	500.000
E.C.V., S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	1.750.000
EID, S.A.	Caparica	Electrónica - Bens e tecnologias militares	11.000.000
Espaçomar, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Espingardaria Belga, Lda.	Lisboa	Comércio de armamento	124.695
Fabrequeira, Lda.	Barreiro	Viaturas militares, componentes, peças.	X
Fralibra, Lda.	Amadora	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Head Solutions	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	6.000
Honos, Lda.	Algés	Material aeronáutico e armamento	100.000
IDD, S.A.	Alcochete	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000
IEMA, Lda.	Lisboa	Aeronáutica, material de detecção física e química	5.009
Indep, S.A.	Lisboa	Comércio de todos os produtos fabricados e reparados	11.971.150
Induma, Lda.	Lisboa	Comércio de armamento	48.880
Iveco, Lda.	Castanheira do Ribatejo	Viaturas militares, componentes, peças	15.961.533
J. Nicolau, Lda.	Alfragide	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Lasi Electrónica, Lda.	Barcarena	Electrónica, Geral - Bens e tecnologias militares	24.940
LISSA, Lda.	Amadora	Transitário de mercadorias - Bens e tecnologias militares	50.000
Lousafil, S.A.	Lousada	Vestuário exterior e acessórios - Bens e tecnologias militares	1.500.000
LUSIS, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	500.000
Megafer, Lda.	Cascais	Geral - Bens e tecnologias militares	1.995
Melco, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000
Micotec, Lda.	Lisboa	Electrónica, aparelhos eléctricos - Manutenção de armamento	4.988
Montagrex - Optagrex, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976

6.1.6 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Comércio de Bens e

Tecnologias Militares (*) (Continuação)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social
Navaltrading, Lda.	Seixal	Equipamentos e produtos para indústria naval	4.988
OGMA, S.A.	Alverca	Aeronáutica, Geral - Bens e tecnologias militares	35.000.000
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Electrónica - Materiais e equipamentos - Prestação de serviços	750.000
Ortsac, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	24.940
Paragrup, Lda.	Lisboa	Pára-quadras, componentes de material de guerra, equip. diversos	7.482
Pinhol, Gomes & Gomes, Lda.	Carnaxide	Geral - Bens e tecnologias militares	4.040.263
Pinto Basto - Electrónica e Máquinas, Lda.	Lisboa	Máquinas, Geral - Bens e tecnologias militares	374.098
Quadri, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	124.700
Qualifire, Lda	Póvoa da Galega	Geral - Bens e tecnologias militares	5 000
Radio Holland Portugal, S.A.	Lisboa	Material de telecomunicações - Bens e tecnologias militares	400 000
RFS Telecomunicações, Lda.	Cascais	Material de telecomunicações - Bens e tecnologias militares	52.374
Scope, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	119.712
SDT Electrónica, S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	299.279
S.E.M.I.R.N., Lda.	Seixal	Geral - Bens e tecnologias militares	74.820
Setronix, Lda.	Carcavelos	Geral - Bens e tecnologias militares	100.000
Sicom, Lda.	Lisboa	Electrónica, Geral	498.798
Sipamar, Lda.	Algés	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Sodarca, Lda.	Lisboa	Armas, cartuchos. Geral - Bens e tecnologias militares	404.026
Studia I, Lda.	Oeiras	Geral - Bens e tecnologias militares	29.928
Subloc- Locação de Submarinos, S.A.	Alverca	Comércio e locação de bens navais militares	250.000
The Engineering Company of Portugal, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	250.000
Vilsene, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	20.200

(*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro.

X - Não disponível

6.2 – EQUIPAMENTOS DE DEFESA E LPM

6.2.1 - Missões e Meios Disponíveis – Marinha

Ano: 2006

Meios	Missões													Total	
	Defesa Naval e Aeronaval		Defesa Directa do Território	Reforço NATO	Missões de Interesse Público					Apoio Pessoal		Apoio Material	Instrução e Treino		
	Escolta e Luta A/S	Reabastecimento no Mar			Levantamento Hidrográfico	Autoridade Marítima	Segurança Marítima	Vigilância e Fiscalização da ZEE	Busca e Salvamento	Transporte	Acção Cultural	Transporte			
N A V I O S	FRAGATAS "VASCO DA GAMA"	3	-	(b)	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	(b)	3
	FRAGATAS "JOÃO BELO"	2	-	(b)	-	-	(b)	(b)	(b)	(b)	-	-	-	(b)	2
	CORVETAS "BATISTA DE ANDRADE"	-	-	(b)	-	-	(b)	(b)	3	(b)	-	-	-	(b)	3
	CORVETAS "JOÃO COUTINHO"	-	-	(b)	-	-	(b)	(b)	4	(b)	-	-	-	(b)	4
	SUBMARINOS "ALBACORA"	1	-	(b)	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	(b)	1
	NAVIO-TANQUE REABASTECEDOR "BÉRRIO"	-	1	-	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	PATRULHAS "CACINE"	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	4
	LANCHAS FISCALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	12
	LANCHAS DESEMBARQUE GRANDES	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	NAVIOS HIDROGRÁFICOS	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	NAVIOS BALIZADORES	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
	NAVIOS-ESCOLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	TOTAL NAVIOS	6	1	(b) 1	-	4	(b)	(b) 1	(b) 23	(b)	-	-	-	(b) 3	39
UNIDADES AUXILIARES DE MARINHA	-	-	2	-	3	29	3	(c)	21	5	2	1	8	74	
H E L I C O P T E R O S	LYNX	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	MISSEIS	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
M I L I T A R E S	MILAN	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
	MORTEIROS PESADOS	-	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36

(a) A Marinha tem permanentemente disponíveis para atribuir à NATO, em diferentes graus de prontidão, 6 fragatas, 2 submarinos e 1 reabastecedor;

(b) Missões que são cumpridas em simultaneidade com a missão principal indicada;

(c) A Vigilância e Fiscalização são missões cumpridas pela UAM em simultaneidade com a missão Autoridade Marítima.

6.2.2 - Missões e Meios Disponíveis – Exército

Ano: 2006

Armamento/Equipamento		OCAD		FOPE				Total	Obs.	
		CLog	CID	Grandes Unidades		ZMA	ZMM			FAPG
				Brig Mec	Brig RR					
Carros de Combate	M60A3	23	3	70	-	-	-	-	96	Não inclui 8 CC instrução
Viaturas Blindadas de Lagartas	M113A1 e A2	33	7	224	-	-	-	-	264	Incluindo versão PS
	M113A2 TOW	2	-	18	-	-	-	-	20	
	M577A2	8	-	43	-	-	-	1	52	
	M125A1 e A2 c/ Mort 81 mm	2	1	19	-	-	-	-	22	
	M106A1 e A2 c/ Mort 107 mm	7	2	12	-	-	-	-	21	
	M901A1 ITV	-	-	4	-	-	-	-	4	
	M578	3	-	18	-	-	-	-	21	Auto-Blindado Socorro Ligeiro
	M74	5	1	1	-	-	-	-	7	Auto-Blindado Socorro Médio
	M548 e A1	4	-	20	-	-	-	-	24	
	M728 VC Engenharia	-	1	2	-	-	-	-	3	
M88A1 e A2	-	1	7	-	-	-	-	8		
Viaturas Blindadas de Rodas	Chaimite V-200	36	2	-	-	-	-	17	55	Não inclui 10 do Lote Instr. FND/SFOR
	Panhard M-11	76	7	-	-	-	-	-	83	
Obuses	105 mm M101A1 e A1L	36	19	4	-	-	-	-	59	
	105 mm Light Gun	1	3	-	-	-	-	17	21	
	155 mm Reb M114	29	10	-	-	-	-	-	39	
	155 mm AP M109A2	-	-	6	-	-	-	-	6	
	155 mm AP M109A5	-	2	12	-	-	-	-	14	
Sistemas de Mísseis AC	MILAN	39	12	-	36	-	-	11	98	
	M220A1 TOW	2	3	-	-	-	-	-	5	Não inclui os ITV mas inclui os M113
	M220A2 TOW	4	1	-	-	-	-	-	5	Não inclui os ITV mas inclui os M113
Sistemas de Mísseis AA	Chaparral M90	-	-	4	-	-	-	1	5	
	Chaparral M98	1	-	8	-	-	-	12	20	
Material AA	Met Bitubo AA 20 mm	3	-	-	-	13	13	5	34	Não inclui 3 simuladores
	Peça AA 40 mm	54	-	-	1	4	-	-	59	
Morteiros	60 mm + Morteiretes	511	20	-	66	-	-	112	709	
	81 mm	5	-	-	31	-	-	-	36	
	107 mm M24 e A1	28	7	20	-	-	-	-	55	
	120 mm B e St	70	8	-	-	8	18	18	122	
Pontes (a)	VBLP	-	-	4	-	-	-	-	4	
	Apoios fixos	-	6	-	-	-	-	-	6	
	Apoios flutuantes	-	1	-	-	-	-	-	1	
Outro Armamento/Equipamento	DISP. LG HK 79 40 mm	103	9	16	15	2	1	4	150	
	Can SR 106mm M40A1 e A2	114	6	-	-	5	6	9	140	
	Can SR 84mm Carl Gustaf	-	-	-	2	-	-	-	2	
	Can SR 90 mm M67	84	4	-	-	5	4	16	113	

(a) Gestão da DSE (Direcção dos Serviços de Engenharia).

6.2.3 - Missões e Meios Disponíveis – Força Aérea

Ano: 2006

Meios		Missões															TOTAL		
		Defesa Aérea		Ataque Convencional			Reconhecimento Aéreo Tático	Apoio ao Combate	Vigilância	Patrulhamento Marítimo	Interesse Público				Transporte Aéreo			Instrução e Treino	
		Patrulhamento e Intercepção	Escolta Aérea	Interdição Aérea	TASMO	Apoio Aéreo					Policimento Aéreo	Busca e Salvamento	Vigilância Marítima	Evacuação Sanitária	Intra Teatro	Inter Teatros			VIP
AVIÕES	F-16	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	
	P3-P	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	
	P3-C	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4	
	FTB 337G	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4	
	C212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	10	-	-	15	
	FALCON 50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	
	C130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	6	
	AJET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15
	EPSIL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16
Ligeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	
HELIS	SA330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	4	
	EH101	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	2	-	-	-	-	12	
	AL III	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	14	

6.2.4 - Lei de Programação Militar (LPM)

Principais Programas de Reequipamento das Forças Armadas

A LPM tem por objecto a programação do investimento público das Forças Armadas relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infra-estruturas com impacto directo na modernização e na operacionalização do Sistema de Forças Nacionais, concretizado através das medidas e capacidades fixadas em planos plurianuais.

Os principais procedimentos executados em 2005, tendo em vista a realização de programas de aquisição, foram os seguintes:

- Programas concluídos em 2006 -

Tipo de Armamento/Equipamento Contratado	Empresa/Entidade Contratada	País de Origem
Desmilitarização de munições	IDD	Portugal
RTP 8.05 - Optical radar demonstrator	INETI	Portugal
RTP 9.09 - High Resolution Optical Satellite Sensor	INETI - IST/ISR	Portugal
JP 14.09 - Advanced flare compositions for air countermeasures	LEDAP	Portugal
ERG 114.009 - Particle Processing and Characterisation	LEDAP	Portugal
Proj. 2/02 - Bioterrorismo: Vigilância e Protecção	Exército CMMV	Portugal

- Programas de aquisição com contratos assinados em 2006 -

Aquisição de Aeronaves de Transporte Tático e Vigilância Marítima

6.3 – LOGÍSTICA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, OSC/MDN e IASFA.

Os elementos estatísticos do quadro 6.3.2 referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar.

A assistência na doença e outras participações aos militares das Forças Armadas são incluídas no Capítulo 4.

CONCEITOS

Escalões de Manutenção

1º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade (utilizador).

2º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade, com o apoio de equipamento oficial e de meios humanos especializados.

3º Escalão

Manutenção correctiva por avaria de um ou mais dos conjuntos ou subconjuntos de um sistema. A execução desta categoria de manutenção é feita em instalações oficiais (Oficinas Gerais ou Arsenal) ou ainda por recurso ao mercado civil.

4º Escalão

Manutenção que compreende a reparação geral de artigos principais e a recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção, após recuperados, são normalmente destinados a alimentar o canal de reabastecimento.

6.3.1 - Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais

(euros)

Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2006	142.699	44.025.190	1.203.423	30.812.103	76.183.415
2005	151.270	38.110.366	1.113.173	25.516.542	64.891.351
2004	149.500	59.111.812	1.281.235	31.448.566	91.991.113
2003	145.170	35.630.413	1.554.416	29.871.585	67.201.584

6.3.2 - Despesas com Equipamentos e Material de Saúde

(euros)

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Aquisição de				
- Equipamento hospitalar	1.330.845	20.774.144	1.096.531	23.201.520
- Meios auxiliares de diagnóstico	367.836	69.673.182	305.331	70.346.349
- Meios curativos	3.555.076	506.733.097	2.009.786	512.297.959
Manutenção de equipamento hospitalar	139.895	15.441.076	350.882	15.931.853
TOTAL	5.393.652	612.621.499	3.762.530	621.777.681

6.3.3 - Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos

(euros)

Equipamento	OSC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Transporte de pessoal	-	-	-	-	-	-	33	566.197	5	418.112	21	408.252	54	1.392.561
Transporte geral	-	-	-	-	-	-	24	368.248	-	-	3	293.655	27	661.913
Todo-o-terreno	-	-	-	-	1	33.102	19	456.724	-	-	8	183.660	28	673.486
Serviços especiais	-	-	-	-	-	-	15	577.278	-	-	87	4.394.819	102	4.972.098
Motociclos, ciclomotores e velocípedes	-	-	-	-	-	-	20	153.148	-	-	-	-	20	153.148
TOTAL	-	-	-	-	1	33.102	111	2.121.595	5	418.112	119	5.280.397	231	7.853.206

6.3.4 - Despesas com Transportes – Funcionamento

(euros)

Equipamento	OSC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	117.923	25.194	106.766	370.000	1.144.877	1.151.432	2.916.192
Combustíveis e lubrificantes	96.233	108.812	83.348	487.000	2.719.276	881.457	4.376.126
Aquisição de serviços	52.953	22.216	578.739	1.170	1.508.129	(a) 679.777	2.842.984
TOTAL	267.109	156.222	768.853	858.170	5.372.282	2.712.666	10.135.302

(a) Aluguer de viaturas e transporte de pessoal e material.

6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O MDN, tendo como instrumento financeiro a Lei de Programação Militar, promove, dinamiza e coordena, através da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de Defesa, mediante participação em programas e projectos cooperativos internacionais de I&D no quadro das alianças militares em que Portugal participa, assim como em projectos de âmbito nacional de tecnologias de Defesa.

Entende-se por I&D de Defesa, o conjunto de iniciativas e actividades de índole científica e/ou tecnológica ligadas à geração e aplicação de competências, conhecimentos e saber em áreas e domínios que directa ou indirectamente concorrem para a satisfação de lacunas ou objectivos de capacidades de Defesa, para o reforço da base tecnológica e industrial de Defesa (nacional e europeia) e ainda para o apoio e informação ao processo de tomada de decisão em matéria de opção e aquisição de novos equipamentos e sistemas de armas.

6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA

(euros)

Programa/Projecto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
Simulador do Sistema de Controlo da Plataforma das Fragatas classe "Vasco da Gama"	DN	Optoelectrónica, Engenharia Electrónica e Informática	55.258	-	-	-	55.258
TCP/IP sobre HF	DITIC-CE (a)	Tecnologia de Informação e Comunicações	-	-	20.000	-	20.000
Automatização dos Levantamentos Hidrográficos	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(b) 27.635	6.947	50.520	-	85.102
Estudo da Dinâmica das Costas de Portugal	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 210.563	9.955	54.463	-	274.981
Sistemas de Informação e Dados Técnico-Científicos	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(b) 91.450	1.459	33.944	-	126.853
Marés – Rede Maregráfica Nacional	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(b) 132.021	-	-	-	132.021
Automatização dos Sistemas de Cartografia Náutica	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(b) 217.707	-	-	-	217.707
Vigilância da Qualidade do Meio Marinho	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 103.843	219.100	-	-	322.943
Circulação na Plataforma Continental	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 52.962	70.000	-	-	122.962
Cartas Sedimentológicas da Plataforma Continental	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 102.434	-	-	-	102.434
Estudo das Tecnologias das Ajudas e Segurança da Navegação – Implementação e Desenvolvimento da Carta Electrónica	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 121.049	17.800	-	-	138.849
Estudo das Tecnologias das Ajudas e Segurança da Navegação – Métodos de Navegação	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(b) 1.000	-	-	-	1.000
Modelos Oceanográficos	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 74.143	116.164	-	-	190.307
Modernização dos Navios Hidrográficos	IH	Ciência e Engenharia dos Materiais	(b) 352.625	18.600	-	-	371.225

6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA

(Continuação)

(euros)

Programa/Projecto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
Cooperação com Universidades e outros Organismos	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 27.152	-	-	-	27.152
Inovação e Desenvolvimento de Técnicas de Análise	IH	Química	(b) 18.713	-	-	-	18.713
Geologia Marinha	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 88.416	-	-	-	88.416
Dinâmica Sedimentar (POCUS, ECOIS e DEEPCO)	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 196.746	-	-	(c) 22.430	219.176
EUROSTRATAFORM	IH	Ciências da Terra e do Espaço	-	-	-	(d) 22.895	22.895
HERMES	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 488.993	-	-	(d) 84.662	573.655
NICC	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 107.048	-	-	-	107.048
RADAR	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 32.720	-	-	-	32.720
LEVEDURAS	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 7.068	-	-	-	7.068
SPOTIWAVE	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 45.246	-	-	-	45.246
DYNCOASTAL	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 41.457	-	-	-	41.457
SEDATANET	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(b) 5.000	-	-	(d) 31.207	36.207
TOTAL	-	-	2.601.249	460.025	158.927	161.194	3.381.395

Fonte: MARINHA

(a) Em cooperação com a Universidade de Aveiro;

(b) Os valores mencionados são referentes ao orçamento de funcionamento do Instituto Hidrográfico e do ODN-M, sendo que parte destes é relativa a custos e não despesas;

(c) Financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia;

(d) Financiamento da União Europeia.

6.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – EXÉRCITO

(euros)

Programa/Projecto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento		TOTAL
			PIDDAC (*)	OMDN-EX	
Metodologias de Valorização e Redução dos Resíduos e Equipamentos em Fim de Vida Provenientes da Actividade Militar	AM	Engenharia Ambiental	-	39.270	39.270
LÍDER – Capacidade de Comando e Estilo de Liderança	AM	Ensino	-	4.025	4.025
<i>Virtual and Pharmacological Treatment of Stress War Disorder</i>	AM	Saúde	-	20.933	20.933
Desenvolvimento de Munição de Detonação Mecânica (DSMDM)	AM	Armamento	-	20.060	20.060
Levantamento dos Perfis de Competências do Cadete da Academia Militar	AM	Psicologia	-	7.100	7.100
Estudo Cognitivo de Validade Psicométrica dos Instrumentos de Avaliação Psicológica (aptidões cognitivas e de personalidade) utilizados na Selecção de Candidatos à Academia Militar					
SERVIR – Sistema de Estações GPS de Referência Virtuais	IGeoE	Cartografia	200.000	-	200.000
SIGAF – Sistema de informação Geográfica da Área de Fronteira	IGeoE	Cartografia	-	41.684	41.684
TRESIM – Sistema de Simulação de Reconhecimento Terrestre	IGeoE	Cartografia	-	112.068	112.068
CARTMIL	IGeoE	Cartografia	700.000	-	700.000
Projecto de Gestão Ambiental da Academia Militar – Redução e Reaproveitamento de Resíduos (PGAAM)	AM	Preservação do Ambiente	-	5.725	5.725
Dicionário de Termos Militares do Exército – DicMil	AM	Instrução	-	8.370	8.370
Ensaios de Balística por Impulsão Electromagnética – <i>Magnetic Gun</i>	AM	Instrução	-	20.765	20.765
TOTAL	-	-	900.000	280.000	1.180.000

Fonte: EXÉRCITO

6.4.3 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA

(euros)

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			PIDDAC	MDN (PIP)	MDN (I&D)	LPM	
Modernização do Hospital da Força Aérea	CLAFa	Saúde	377.690	-	-	-	377.690
TOTAL	-	-	377.690	-	-	-	377.690

Fonte: FORÇA AÉREA

6.4.4 - Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respectivas Áreas Tecnológicas –
 Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGAED

(euros)

Programa/Projecto	Entidades Envolvidas	Área Tecnológica	Montantes 2006
Projectos Cooperativos Internacionais - EDA e Outros Mecanismos de Cooperação Europeia			
- <i>Optical Radar Demonstrator</i>	INETI	Óptica e Laser	65.168
- <i>High Resolution Optical Satellite Sensor</i>	INETI, ISR (IST)	Óptica e Observação da Terra	120.000
- <i>Networked WASIF</i>	INETI – ETI	Simulação	250.000
- <i>Advanced Flare Compositions for Air Countermeasures</i>	LEDAP – Univ. de Coimbra	Materiais Energéticos	25.000
- <i>Synthesis of Nitrocompounds for Use in Energetic Materials</i>	LEDAP – Univ. de Coimbra	Materiais Energéticos	68.597
- <i>Particle Processing and Characterisation</i>	LEDAP – Univ. de Coimbra	Materiais Energéticos	26.325
- <i>Assessment of Technology Needs for Unmanned Combat Aerial Vehicle (UCAVE)</i>	EDISOFT, IST, INETI	Orientação Robótica e UAV's	116.001
Subtotal Cooperação Europeia			671.091
Projectos Cooperativos Internacionais - NATO			
- <i>AGS – Alliance Ground Surveillance (Design & Development Phase)</i>	EDISOFT - ET - EID - INETI	Radar / Várias	191.595
Subtotal NATO			191.595
Total INTERNACIONAL			862.686
Projectos de Âmbito Nacional (Ramos, Institutos e Universidades)			
- Bioterrorismo: Vigilância e Protecção	EME - CMMV	Detecção/Rastreo Biológico	50.000
- Sistema Autónomo de Desminagem	<i>IntRoSys</i> (c/ cooperação do Exército)	IED / Desminagem	150.000
Total NACIONAL			200.000
TOTAL			1.062.686

Fonte: DGAED

6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA

Nos quadros seguintes apresentam-se de forma sucinta elementos estatísticos relativos às empresas portuguesas com actividades no âmbito da Defesa, incluindo os Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA), respeitantes a 2005 e 2006.

6.5.1 - Indústrias Nacionais do Sector das Indústrias de Defesa – 2005 e 2006

(euros)

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efectivos		Exportação			
		2005	2006	2006	2006	2005	2006	TOTAL 2005	2006		
									Países UE	Países 3 ^{os}	TOTAL
SECTOR TERRESTRE OGFE	Estatal/EFFA	17.952.044	15.942.724	10.765.365	48.500	385	372	46.537	-	476.525	476.525
OGME	Estatal/EFFA	1.941.179	2.080.982	2.080.982	-	105	101	-	-	-	-
IDD	Privada	1.276.912	1.369.958	1.307.703	51.497	17	18	-	-	-	-
SECTOR AEROESPACIAL OGMA	S.A. Capitais Públicos	117.951.286	132.788.000	65.000.000	-	1.589	1.604	38.701.821	-	-	-
SECTOR NAVAL Arsenal do Alfeite	Estatal/EFFA	29.558.742	26.741.849	26.741.849	-	1.473	1.391	-	62.495.657	6.486.981	68.982.638
ENVC	S.A. Capitais Públicos	76.679.879	85.050.090	22.000.000	-	931	944	-	-	-	-
SECTOR ELECTRÓNICO EID	Privada	11.443.157	9.830.942	9.031.473	90.921	125	124	2.714.629	5.181.440	22.606	5.204.046
EDISOFT	Privada	5.212.866	6.425.381	2.795.041	137.414	101	96	1.295.547	4.703.379	-	4.703.379
EMPORDEF – Tecnologias de Informação	S.A. Capitais Públicos	1.750.000	1.500.037	1.070.000	58.741	15	17	400.000	325.237	-	325.237

6.5.2 - Indústrias Nacionais com Actividades Ligadas a Áreas da Defesa – 2005 e 2006

(euros)

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efectivos		Exportação			
		2005	2006	2006	2006	2005	2006	TOTAL 2005	2006		
									Países UE	Países 3 ^{os}	TOTAL
ALMADESIGN	Privada	-	250.000	10.000	10.000	-	4	-	25.000	-	25.000
AUTOSIL	Privada	16.149.930	-	15.500	-	213	213	-	-	-	-
BROWNING VIANA	Privada	36.968.287	29.499.174	372.328	-	371	345	557.682	88.003	284.325	372.328
CRITICAL	Privada	5.819.489	8.014.092	1.353.005	91.065	147	155	458.942	3.878.880	649.441	4.528.321
EFACEC CAPITAL, SA	Privada	-	78.115.390	78.500	-	-	293	-	7.498.897	4.702.226	12.201.123
ESRI PORTUGAL, SA	Privada	-	6.039.146	423.473	203.557	-	62	-	80.685	-	80.685
INTROSYS	Privada	-	1.900.000	300.000	280.000	-	20	-	700.000	-	700.000
LOUSAFIL	Privada	-	3.290.742	794.259	9.882	-	69	-	1.045.083	13.099	1.058.282
PENTEADORA	Privada	-	19.500.00	1.729.419	300.000	-	426	-	14.710.000	2.400.000	17.170.000
SDT Electrónica, S.A.	Privada	10.706.919	16.619.911	19.860	50.000	25	29	-	-	-	-
Setronix	Privada	2.453.000	2.673.749	346.729	-	30	32	-	-	-	-
TUDOR	Privada	86.002.675	89.768.272	12.389	-	575	558	-	-	-	-

AETD - Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa.

6.5.3 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Indústrias de Armamento e Tecnologias de Defesa (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social	Efectivos	Volume de Negócios
Aerohélice, Lda.	Alenquer	Aeronáutica, hélices, acessórios, etc., reparação, manutenção e ensaio	25.000	8	1,5 Milhões
Browning Viana, S.A.	Viana do Castelo	Fabrico, acabamento e montagem de armas ligeiras	3.250.000	300	40 Milhões
Critical Software	Coimbra	Tecnologias de sistemas	500.000	64	2,9 Milhões
Crocker, Delaforce e Cia., Lda.	Lisboa	Instalação, manutenção de equipamento electrónico, telecomunicações	473.858	30	2,6 Milhões
Eastécnica, S.A.	Tagus Park, Oeiras	Instalação e manutenção de equipamento de telecomunicações, multimédia, audiovisuais	747.000	60	3 Milhões
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, tecnologias aeroespaciais	500.000	73	3,4 Milhões
EID, S.A.	Monte da Caparica	Telecomunicações - Sistemas de comunicações (rádio)	11.000.000	190	9,6 Milhões
Electro-Central Vulcanizadora, Lda.	Lisboa	Naval - Sistemas de propulsão marítima	1.745.793	350	35 Milhões
Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	Viana do Castelo	Construção e reparação naval	42.375.100	1.100	59,3 Milhões
IDD, S.A.	Alcochete	Desmilitarização, conversão de munições e outros produtos	50.000	13	1,3 Milhões
Indep, S.A.	Lisboa	Fabrico munições e armamento ligeiro	11.971.150	144	5 Milhões
Induma, Lda.	Lisboa	Montagem, ensaio de motores, caixas, compressores	150.000	15	3 Milhões
Link Consulting, S.A.	Lisboa	Consulting de tecnologias de informação	1.750.000	127	8,8 Milhões
Lousafil, S.A.	Lousada	Vestuário exterior e acessórios – Bens e tecnologias militares	1.500.000	X	X
Iveco, Lda.	Castanheira do Ribatejo	Viaturas - Reparação, manutenção e transformação	15.962.000	82	61,7 Milhões
NavalGrupo, S.A.	Seixal	Reparação naval e industrial	150.000	30	2,8 Milhões
OGMA, S.A.	Alverca do Ribatejo	Aeronáutica e aeroespacial, concepção, fabrico, reparação e manutenção de aeronaves	30.000.000	1.800	140,8 Milhões
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Telecomunicações, electrónica, equipamentos laboratoriais	750.000	30	5,4 Milhões
S.E.M.I.R.N., Lda.	Seixal	Manutenção e reparação naval	74.820	25	X
Setronix, Lda.	Carcavelos	Telecomunicações, radiodifusão, projecto, montagem/fabrico e manutenção de sistemas	100.000	20	2,8 Milhões
SDT Electrónica, S.A.	Lisboa	Telecomunicações, cartografia digital - Aeronáutica	300.000	35	8 Milhões
Zollern Comandita, S.A.	Maia, Porto	Projecto/fabrico de perfis metálicos, engrenagens e fundições em aço	1.000.000	140	18 Milhões

(*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro.

X - Não disponível

6.5.4 - EMPORDEF (SGPS), S.A. e Associações do Sector

6.5.4.1 - A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa:

CELESTIUM	Tecnologias de Monitorização e Navegação, S.A.
DEFLOC	Locação de Equipamentos, S.A.
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
NAVALROCHA	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
PORTUGAL SPACE	Tecnologias e Serviços Espaciais, S.A.
SPEL	Sociedade Portuguesa de Explosivos, S.A.

6.5.4.2 - A DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, agrupa as seguintes empresas e instituições com actividades de interesse na área da Defesa:

CINAVE	Companhia de Instrumentos de Navegação, Lda.
CITEVE	Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal
CSC	Computer Sciences (Portugal), Lda.
CTCV	Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro
CRITICAL	Software, S.A.
C3P	Centro para a Prevenção da Poluição
ECV	Electro-Central Vulcanizadora, Lda.
EDINFOR	Sistemas Informáticos, S.A.
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.
ETE	Sociedade Gestora de Participações Sociais
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FORINO	Associação para a Escola de Novas Tecnologias
FRA	Fundações do Rossio, S.A.
FUNDILUSA	Fundações Portuguesas, Lda.
Grupo EFACEC	
HYDROSPIN	Software e Hardware em Física Molecular da Água, S.A.
IDITE – MINHO	Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho
INEGI	Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial
INESC PORTO	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto
INETI	Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação
IPN	Instituto Pedro Nunes
IT	Instituto das Telecomunicações
INTELI	Inteligência e Inovação, Centro de Inovação
ISQ	Instituto de Soldadura e Qualidade

LAUAK PORTUGUESA, LDA.	Indústria Aeronáutica
MADAN PARQUE	Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal
MANUEL POUSADA (HERDS), LDA.	Indústria Aeronáutica
NAVALROCHA, S.A.	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
BÓIA & IRMÃO, S.A.	Indústria de Metalomecânica, S.A.
SACIA	Comércio e Indústria Automóvel, S.A.
STE, S.A.	Serviços de Telecomunicações e Electrónica, S.A.
TAP AIR PORTUGAL	Aeronáutica
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	Departamento de Engenharia Mecânica da FCTUC

6.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Dentro das competências da DGAED, foram exercidas no ano de 2006 as seguintes actividades no domínio da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares:

6.6.1 - Qualidade

Compete à DGAED “emitir ou promover a emissão de certificados de qualidade do armamento, equipamento e serviços de defesa produzidos ou prestados pela indústria nacional, ...”.

6.6.1.1 - Emissão de Certificados de Conformidade

	2005	2006
Número de Certificados de Conformidade emitidos por Portugal na sequência de pedidos de “Seguimento de Garantia da Qualidade Governamental” de contratos de Defesa, efectuados por países ou agências NATO	108	100
Manutenção e actualização do registo dos catálogos e especificações técnicas	26	32

6.6.2 - Normalização

Os Acordos de Normalização ou STANAG's – acrónimo que deriva da expressão ***Standard Agreements*** – são instrumentos usados na NATO para estabelecer normas militares comuns a todos os países da Organização nos domínios das políticas, das regras e procedimentos que abrangem variados domínios: operacionais, científicos, técnicos, logísticos, qualidade, etc.

6.6.2.1 - Acordos de Normalização NATO

	2005	2006
Número de processos elaborados (a)	178	196
Número de Pedidos de Parecer aos Ramos das Forças Armadas (b)	46	152
Número de respostas aos Pedidos de Parecer solicitados aos Ramos das Forças Armadas	40	74
Número de acordos de normalização (STANAG's) ratificados por Portugal (c)	104	96
Número de registos que constam na Base de Dados Nacional	1.293	1.135

(a) Para organização destes processos para além da informação e respectivos ofícios, contabiliza-se ainda a minuta de despacho de Sua Ex. o Ministro da Defesa, a ser enviado tanto em papel como por via electrónica, consulta do STATUS no site da *NATO Standardization Agency* (NSA) onde irá aparecer a posição Nacional em relação ao documento trabalhado;

(b) Pedidos de parecer feitos aos três Ramos das Forças Armadas;

(c) Após despacho de S. Ex^a. o Ministro da Defesa Nacional, torna-se necessário comunicar esse mesmo despacho ao Estado-Maior-General das Forças Armadas, aos Ramos das Forças Armadas e à NSA.

6.6.3 - Catalogação

O Centro Nacional de Catalogação, cumprindo o definido nos STANAG's 3150 e 3151, ratificados e implementados por Portugal, é a entidade nacional responsável pela:

- Catalogação de artigos de produção nacional utilizados quer pelas Forças Armadas nacionais, quer pelas Forças Armadas de outros países que usam o Sistema de Catalogação NATO;
- Catalogação de artigos utilizados pelas Forças Armadas nacionais que são produzidos em países não-NATO, mas que fazem parte do Sistema de Catalogação NATO (países participantes no Comité de Directores Nacionais de Catalogação - AC/135);
- Atribuição de Código de Organização (CORG) às organizações sediadas em Portugal que são fornecedoras das Forças Armadas nacionais e estrangeiras.

A catalogação destes artigos é efectuada através da atribuição de um “Número de Abastecimento NATO” (NNA) que identifica de forma inequívoca o artigo em causa para todos os países que utilizam o Sistema de Catalogação NATO.

Actualmente, com o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIG-MDN), o Centro Nacional de Catalogação passou a gerir e a atribuir os Números de Abastecimento Provisório (NAP-MD).

6.6.3.1 - Pedidos de Catalogação de Artigos / Registo de Utente da Base Catalogação

Solicitações	Origem	Ao CNC Nacional		A CNC Estrangeiros	
		Pedidos de Catalogação	Registo como Utente	Pedidos de Catalogação	Registo como Utente
Internacional	Bélgica	4	-		
	Holanda	1	-		
	Espanha	7	-		
	Turquia	1	-		
Nacional	Exército	891	484	-	-
	Marinha	0	2	-	-
	Força Aérea	10	57	1.405	4.821

6.6.3.2 - Pedidos de Atribuição de Códigos de Organização (CORG's)

Solicitações		Origem	Ao CNC Nacional	A CNC Estrangeiros
			Organizações Nacionais ^{1,2}	Organizações Estrangeiras
Internacional	Alemanha	-	7	-
	Austrália	1	-	-
	Bélgica	-	1	-
	Brasil	-	1	-
	Canadá	-	1	-
	Espanha	1	34	-
	EUA	4	11	-
	França	-	12	-
	Holanda	-	3	-
	Hungria	-	1	-
	Itália	-	12	-
	Polónia	-	1	-
	Reino Unido	-	5	-
	República Checa	-	2	-
	Países não-NATO	-	35	-
Nacional	Marinha	52	-	-
	Exército	44	-	-
	Força Aérea	128	-	-
	Empresas	77	-	-

¹ Organizações: fabricantes, fornecedores ou prestadores de serviços;

² Foram trabalhados 307 processos, dos quais resultou a atribuição de 258 CORG's.

6.6.3.3 - Propostas de Cancelamento de Números de Abastecimento NATO (NNA)

Pospostas de Cancelamento	Quantidade
Recebidas	183
Respostas efectuadas	180

6.6.3.4 - Situação da Base de Dados de Catalogação (SPCAT*) em 31 de Dezembro de 2006

Registos	Quantidade
Artigos catalogados por Portugal	3.156
Referências nacionais	4.215
Artigos internacionais	370.687
Organizações nacionais	3.071

* SPCAT - Sistema Português de Catalogação

6.6.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIG-MDN/SAP)

	Atribuição de Número de Abastecimento Provisório (NAP/MD)	Evolução de Número de Abastecimento Provisório (NAP/MD) para Número de Abastecimento Definitivo (NNA)	Integração no Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIGDN/SAP)
Marinha	3.141	0	0
Exército	8.144	344	0
Força Aérea	4.011	405	4.011
Total	1.5296	749	4.011

6.6.3.6 - Curso Geral de Catalogação

A fim de divulgar a doutrina da Catalogação, foi ministrado um Curso Geral de Catalogação (98h) a elementos dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, dos Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança (Ministério da Administração Interna):

Ramo / Entidade	Formandos
Marinha	2
Exército	3
Força Aérea	10
DGAED	2
Guarda Nacional Republicana	5
TOTAL	22

NOTA EXPLICATIVA

A opção por uma nota explicativa comum ao EMGFA e Ramos, referente às áreas estatísticas sectoriais “Exercícios”, no caso do EMGFA, e “Exercícios e actividades de preparação específica dos Ramos”, no caso da Marinha, do Exército e da Força Aérea, residiu no facto do âmbito dos quadros que contêm os elementos estatísticos obedecer ao mesmo formato e referir, nalguns casos, actividades comuns realizadas simultaneamente.

Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, as Forças Armadas proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as acções de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos, exercícios combinados e exercícios sectoriais. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objectiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respectivos quadros.

MARINHA

Na área dos exercícios e actividades para o aprontamento das forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Foram também incluídas outras actividades conducentes à preparação e aprontamento das unidades navais, designadas por programas de treino, e que englobam o treino básico, operacional, específico e próprio, que se realizam após prolongados períodos de paragem dos navios ou decorrentes de acções de manutenção, rendições de elementos da guarnição em número significativo e preparação de missões cujas características exigem treino específico.

Foram ainda consideradas as viagens de instrução e os embarques de fim de semana dos cadetes da Escola Naval, cujo principal objectivo é a aplicação prática dos conhecimentos escolares adquiridos, e que, pelo seu cariz operacional, permitem proporcionar simultaneamente treino às unidades navais envolvidas.

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efectuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efectuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (excepto o almoço) e combustível. As excepções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos quadros respectivos.

EXÉRCITO

Na área específica do treino operacional descrevem-se os exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que sendo da responsabilidade primária de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os totais dos custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais (7.3.2), consideram, no tocante a "pessoal", as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto a "operação", as despesas da rubrica orçamental de "Aquisição de bens e serviços correntes", em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios combinados (7.3.4), os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

FORÇA AÉREA

A execução da Política de Defesa Nacional exige, permanentemente, eficiência operacional. Para a alcançar é necessário planear e executar exercícios que preparem, treinem e assegurem a prontidão dos sistemas de armas, de forma a atingirem as capacidades para que foram adquiridos e assim poderem cumprir as missões a que se destinam. Com este objectivo, são realizados exercícios sectoriais, conjuntos e combinados em que os meios da Força Aérea intervêm com outros meios e forças nacionais ou internacionais para assegurarem os níveis de prontidão e combate definidos.

Sem a execução destas actividades e a avaliação dos resultados atingidos não é possível conhecer as capacidades e as limitações existentes, assim como a segurança na operação, interoperabilidade com outras forças e o desenvolvimento de tácticas e técnicas adequadas. É por isso essencial a preparação e execução de um plano anual detalhado que assegure a preparação das forças e certifique a sua prontidão, ao qual têm de ser atribuídos os recursos materiais e financeiros adequados que viabilizem a sua concretização.

Estas actividades essenciais visam preparar a utilização eficiente do poder aéreo em todas as suas modalidades, designadamente: de defesa aérea, interdição, TASMO, TASLO, MPA, SAR, transporte, vigilância, guerra electrónica, comando e controlo e apoio aéreo a outras forças militares e militarizadas e a organizações civis, bem como preparar o seu emprego em operações de paz e humanitárias.

Para qualificar os elementos recrutados para operar os equipamentos, a Força Aérea desenvolve a actividade de instrução e treino, que representa um valor importante do orçamento atribuído.

Os custos dos exercícios sectoriais, conjuntos e combinados, a seguir apresentados, têm como base de cálculo o preço da hora de voo por aeronave aprovado para 2006, nas envolventes de pessoal e operação.

CONCEITOS

Exercícios Conjuntos

Exercícios que envolvem forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto, proporcionar treino operacional e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

Exercícios Combinados

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ou não ser realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/combinado e

avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

Exercícios Sectoriais

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou forças aliadas/amigas, em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

Ano: 2006

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
<i>ABLE PROVIDER 06</i>	Exercício no âmbito da iniciativa 5+ 5, em que se efectuou um DISTEX.
AÇOR 061 E 062	Os exercícios da série AÇOR realizados neste ano decorreram quer na forma LIVEX quer em CPX, o que permitiu exercitar não só os Postos de Comando, mas também testar o emprego dos meios no terreno, nomeadamente o Açor 061, que permitiu a avaliação dos planos existentes para a defesa de pontos e áreas sensíveis, o que obrigou à projecção de forças da Ilha de S. Miguel para a Terceira.
AGUIA 06	Aplicar e desenvolver os conceitos, técnicas, táticas e procedimentos de Operações Especiais, no que concerne ao planeamento, preparação e condução de Operações Especiais de Reconhecimento Especial (RE) e Acção Directa (AD), no âmbito das Operações de Apoio à Paz, bem como executar as técnicas de tiro com o armamento principal orgânico do BOE.
<i>ANATOLIAN SUN 06</i>	Exercício tipo CPX e LIVEX no âmbito da PSI (<i>PROLIFERATION SECURITY INITIATIVE</i>).
ANFÍBIOS	Exercício destinado a desenvolver o treino básico da Companhia Reforçada do Corpo de Fuzileiros.
APOLO 06	Exercitar e validar a capacidade da BrigRR em planear e conduzir operações conjuntas e combinadas, bem como de proceder à rápida, projecção de forças de escalão Batalhão, por forma a proporcionar uma resposta pronta e adequada no quadro de uma intervenção ao abrigo do artigo V do Tratado de Washington; treinar a capacidade de resposta da BrigRR face às novas solicitações da NATO e aos desafios do Século XXI; participar na divulgação da imagem do Exército e das tropas que integram a BrigRR, com a finalidade primária de captar voluntários.
BEIRUTE 06	Exercício de Aprontamento Final do DestEng1/FND/UNIFIL com o objectivo de exercitar, desenvolver e validar a sua capacidade operacional.
<i>BOLD MASTER</i>	Exercício bi-anual do tipo CPX de âmbito NCAGS (<i>Naval Cooperation And Guidance for Shipping</i>) num cenário tipo Operação de Resposta a Crises fora do âmbito do artigo 5.
BREDEX 06	Exercício tipo LIVEX com a participação de uma força FZ (escalão CF) realizado no Campo de Treino da Sierra del Retín, Sul de Espanha, organizado pela <i>Infanteria de Marina</i> .
<i>BRILLIANT MARINER 06</i>	Exercício para certificação e verificação da interoperabilidade da NRF 7.
CAE	Combate em áreas edificadas.
<i>CGS (CIMIC Group South) GREAT RESULT</i>	Exercício de âmbito CIMIC que servirá para o SHAPE certificar a <i>Full Operational Capability (FOC)</i> do CGS (Itália, Grécia, Portugal, Hungria e Roménia) no exercício.
COMBINED ENDEAVOUR 06	Exercício com a finalidade de testar e documentar interoperabilidade de CSI entre as nações que nele participam e prepará-las para poderem trabalhar conjunto no apoio de comunicações e informação a Operações de Resposta a Crises (CRO).
CTALC	Exercício destinado a proporcionar treino com tiro real às guarnições de morteiros.
<i>DEEP DIVEX 06</i>	Exercício NATO para treino de mergulho profundo.
DOBOJ 062	Praticar o planeamento, conduta e controlo de operações táticas, associadas às Operações de Apoio à Paz, no quadro das missões e tarefas possíveis de serem desempenhadas pelas forças nacionais atribuídas à EUFOR.
DRAGÃO 06	Praticar o planeamento e a execução de uma operação defensiva por uma unidade de escalão Batalhão reforçada com uma SecAAA; Treinar as guarnições dos diferentes sistemas de armas dos encargos operacionais da ZMA na execução de fogo real integrados num sector defensivo.
DRAGÃO 061	O exercício tem como finalidade exercitar o planeamento, conduta e controlo de operações táticas, por parte dos Comandos Subordinados, no âmbito de uma Operação de Retardamento e de uma Defesa de Área, utilizando como forma de manobra a Defesa Avançada.
EFICÁCIA 06	Exercitar os GAC do SFEx no planeamento, controlo e conduta de operações terrestres. Exercitar os procedimentos de coordenação de apoio de fogos, incluindo as actividades de <i>targeting</i> , envolvendo diferentes meios de execução de fogos.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
ESPADA 06	Este exercício visa consolidar a instrução ministrada nas subunidades do Batalhão de Infantaria e treinar os procedimentos operacionais necessários para as forças da ZMM em Operações de Apoio à Paz.
EST. DAE – FASE TÁCTICA	Estágio DAE, fase táctica.
ESTIO 061	Desenvolver, consolidar e avaliar a capacidade de planeamento, coordenação e controlo de operações tácticas (reconhecimento, emboscada e golpe de mão) de escalão Equipa, Subgrupo e Grupo de Comandos, desenvolvidas numa área hostil.
<i>EW TRIALS 06</i>	Exercício para efectuar a validação e treino de técnicas EW, por unidades navais.
EX. COM. M.G. ANGOLANA	Exercício combinado com a Marinha de Guerra angolana, no âmbito da colaboração bilateral.
FELINO 06	Este exercício é conjunto-combinado, determinado pelo EMGFA, no qual se pretende que além das forças nacionais participem forças da CPLP.
FIESOLE 06	Exercício da ERF com vista à preparação do Exercício “EOLO 06”, onde a ERF treina para LCC HQ, papel que desempenhará no “EOLO 06”. Treina e prepara a condução de uma Operação de Resposta a Crises e a familiarização com os procedimentos de trabalho da ERF HQ e o sistema C2.
FORMIGA 06	Treinar o deslocamento motorizado da CTpt/CAL e respectiva ocupação da sua AAM alternativa. Testar os seguintes planos: Operações; Carregamento; Movimento; Defesa da Companhia. Treinar o Centro de Operações da Companhia, nomeadamente no que concerne à gestão de movimentos de transporte recebidos do escalão superior.
FRONTERA 06	O exercício em questão visou exercitar o planeamento e o emprego de forças mecanizadas em operações de imposição de paz, num ambiente multinacional.
FTX	Exercício da Companhia de Apoio de Transportes Tácticos dos Fuzileiros para treino de desembarque e embarque de viaturas tácticas em costa aberta.
<i>GREAT RESULTS 06</i>	Exercício no âmbito das actividades de treino do <i>CIMIC Group South (CGS)</i> .
GRIFO 06	Exercício que corresponde à actividade bilateral de âmbito EMP: PO-06 A.
GUARDIÃO 061/062	Exercitar o GAAA, do Sistema de Forças do Exército, no planeamento, controlo e condução de operações, na protecção AA de pontos vitais.
HIREX 06	Neste exercício o NRDC actuará como HQ LCC para treinar uma CRO, sendo audiência primária de treino.
INSTREX	Exercício destinado a desenvolver o treino das unidades navais e treino conjunto, bem como exercitar procedimentos operacionais de guerra naval e cooperação aeronaval.
INTEGREX 06	Exercício de cooperação com a Autoridade Marítima, no âmbito da Marinha de duplo uso.
JOINT ANTIPOLLUTION EXERCISE (EXER CLEAN SEAS 06)	Exercício para treino de interoperabilidade dos meios navais com os meios da Autoridade Marítima, em apoio de um navio antipoluição francês, numa situação de poluição no mar.
KLINA 06	Praticar o planeamento, o controle e a condução de Operações Tácticas associadas às Operações de Apoio à Paz (PSO), no quadro das missões e tarefas passíveis de serem desempenhadas pelo 1ºBIMec/BrigMec/TACRES/KFOR, tendo como referencial o ambiente operacional que se vive no Kosovo e as evoluções possíveis que tal ambiente pode assumir. Praticar as tarefas necessárias à condução de “missões de interesse público” pelas unidades do CMSM.
LANCEIRO 06	Exercício no âmbito da MP Coy/NRF9/NATO, aprontamento nacional.
LEÃO 06	Exercícios finais da Academia Militar.
LUSIADA 06	Este exercício tem em vista o treino operacional das forças e meios a atribuir à Força de Reacção Imediata (FRI) numa operação de Evacuação de Não-Combatentes (NEO). Exercitar os meios da FRI, no sentido de aperfeiçoar o aprontamento, a interoperabilidade dos meios e das forças e respectivos Estados-Maiores, durante uma operação de evacuação de cidadãos nacionais e, eventualmente, de países amigos ou aliados, num ambiente permissivo caracterizado pela degradação da situação militar.
MACHETE 06	As tarefas que estão previstas atribuir ao TG Português inserem-me no âmbito da Acção Directa (DA) e do Reconhecimento Especial (SR).
MEDULA 06	Exercício de Nivelamento de TIC destinado a Quadros, com a finalidade de refrescar e nivelar os procedimentos de execução da técnica individual de combate ao nível da Brigada de Intervenção.
MORSA	Exercício de âmbito SAR, com intercâmbio entre Esquadras homólogas espanholas e portuguesas.
<i>NOBLE LYNX 06</i>	Este exercício foi calendarizado para se constituir como validação do OG de Madrid como um QG de Corpo, capaz de conduzir operações numa <i>Major Joint Operation</i> +. Aproveitou a oportunidade para treinar o seu Estado-Maior, constituindo assim, conjuntamente com o CC-Land, a audiência primária do treino.
OLIVES NOIRES	Exercício destinado ao treino de procedimentos em Guerras de Minas.
ORION 06	Praticar o planeamento e execução de operações tácticas, associadas às Operações de Apoio à Paz, no quadro das missões e tarefas possíveis de serem desempenhadas pelas forças nacionais no âmbito de uma Operação de Manutenção de Paz.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
OST	Treino operacional efectuado no Reino Unido destinado às fragatas da classe "Vasco da Gama".
PANTERA 061	Praticar as tarefas inerentes à implementação de uma AAPSvc para apoio a uma operação convencional. Este exercício tem como objectivo o treino operacional do Batalhão para a participação no exercício ROSA BRAVA 061.
PEDRA VIVA 06	Exercício de execução de fogos reais de Artilharia Antiaérea com sistema Canhão Bitubo 20 mm da BAAA/FOPE/RG3.
PUMA 06	Preparar a eventual participação do SOTG/NRF8 em exercício internacional a designar. Validar os Objectivos de Treino Operacional do SOTG/NRF8. Permitir à Equipa de Avaliação da IGE a execução da avaliação da prontidão e certificação nacional do STOG/NRF8.
RELÂMPAGO 06	Exercitar o Grupo e as Baterias de AAA, do Sistema de Forças do Exército, no planeamento, controlo e condução do apoio a operações terrestres.
REOP 106	Treino de Secção e de Pelotão de Aquisição de Objectivos (PAO). Demonstração de materiais de Aquisição de Objectivos a grupos de jovens da faixa etária dos 16/18 anos, da região de Tavira, potenciais voluntários, para tomarem contacto com a actividade militar.
RINOCERONTE 061	Exercício do GCC, no âmbito da ICOL, com vista a manter ou melhorar a sua prontidão operacional, tendo em vista a participação desta unidade no exercício ROSA BRAVA 06.
ROSA BRAVA 06	Praticar o planeamento, o comando, controlo e condução de uma Operação Defensiva do tipo Defesa Móvel de escalão Brigada, no quadro de uma intervenção "Out of Area" de uma Força Multinacional/OTAN, de modo a implementar uma resolução internacional. Visou ainda exercitar em ambiente LIVEX a respectiva sustentação através de um Batalhão Logístico Multinacional.
S. JORGE 06	Exercitar o GML nas acções decorrentes da promulgação do "Estado de Emergência"; testar os reflexos nas capacidades de comando, controlo e funcionamento, treinando o Comando e EM do GML e suas U/E/O nas actividades de funcionamento de Postos de Comando e Células de Resposta.
SAGITÁRIO 06	O exercício SAGITÁRIO decorreu conjuntamente com o exercício DRAGÃO 06, enquadrando-se no planeamento anual da BrigInt. Exercício combinado, no qual participam militares portugueses (389) e espanhóis (120), realizando-se no âmbito EMP. Visa, para além do aprofundamento da cooperação entre os dois Exércitos, o treino de uma unidade de escalão Batalhão/Agrupamento.
SANDY BEACH	Exercício para treino de CDT (<i>Clearance Diving Teams</i>) e especialistas em EOD especialmente em procedimentos EOD/IEDD (<i>Explosive Ordnance Disposal/Improved Explosive Device Disposal</i>) em terra e limpeza de águas pouco profundas (VSW) e áreas de praias
SAWA	SAWA 2006- Exercício de Estado-Maior (CPX) no âmbito do RECAMP (Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção de Paz).
SÉRIE CANÁRIO 06	Treino de embarque, instalação e desembarque em aeronaves.
SÉRIE FOCA 06	Treino de embarque, instalação e desembarque em meio naval.
SÉRIE HIENA 06	Exercícios da CTm que visaram validar a instrução colectiva e exercitar os procedimentos do apoio de comunicações à BrigMec no contexto das Operações Defensivas, com vista à participação no exercício ROSA BRAVA 06.
SÉRIE LOBO 06	Exercícios do ERec/BrigMec para validar a Instrução ministrada através do treino de planeamento e condução de uma Operação Defensiva, integrando a manobra da Brigada.
SÉRIE ONÇA 06	Rotinar os procedimentos estipulados para o GAC, no âmbito da sua actividade operacional, com especial incidência para o BCS e a 1ª BBF, tendo como referência a nova orgânica decorrente do novo QO, com vista à preparação do seu encargo operacional para os exercícios EFICÁCIA 06, do âmbito do COFT, e ROSA BRAVA 06, do âmbito da BrigMec.
SÉRIE PANTERA 06	Treino dos encargos operacionais, à responsabilidade dos Regimentos.
SÉRIE RAPOSA 06	Exercícios da BAAA/BrigMec, no âmbito do seu treino operacional, com vista a exercitar o comando e controlo da Bateria, bem como os procedimentos técnicos e tácticos de defesa aérea nos diferentes escalões, com vista à sua participação no ROSA BRAVA 06.
SHARK HUNT	Treino de lançamentos de Torpedo C3.
SIGEX 061	Exercício de validação da instrução colectiva ministrada aos operadores de Transmissões das subunidades da BrigMec.
SILVER FLASH 06	Exercício que se realiza anualmente para actualizar conhecimentos e procedimentos, instrução e treino conjunto e combinado com equipas de infiltração a alta altitude de outras nações.
SOLIDÁRIO 06	Avaliar os planos e meios disponíveis para acções de apoio à Protecção Civil.
STEADFAST JACKPOT 06	Exercício de preparação e treino do Comando NRF (DJTF) e dos Comandos de Componente, que são constituídos com "augmentees" de diferentes países.
STEADFAST JAGUAR 06	Exercício tipo LIVEX para provar e demonstrar a viabilidade do conceito da NRF antes da promulgação da FOC (<i>Full Operational Capability</i>) da NRF.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
SUÃO 061	O exercício pretende avaliar o estado de prontidão da CCmds na condução e execução de operações como QRF/KMNB/ISAF no Teatro de Operações do Afeganistão (TOAFG).
SUÃO 062	Validar a instrução ministrada no Curso de Comandos, através da execução de um conjunto de acções táticas em território hostil; treinar operacionalmente o BCmds e a suas subunidades.
SUÃO 063	É um exercício que visa a validação da instrução "COMANDOS", ministrada no decorrer do Curso de Comandos, através da execução de um conjunto de acções táticas em território hostil e, por outro, constitui mais um passo no Treino Operacional da 1ª e 2ª CCmds.
SWORDFISH	Exercício naval destinado a testar a integração de unidades ou forças de países NATO em forças multinacionais e exercitar procedimentos em cenários passíveis de ocorrer no mundo real, por forma a otimizar a interoperabilidade e coesão das unidades participantes e simultaneamente dar a oportunidade de treino aos Estados-Maiores das forças.
TEJO-MOLIÇO 06	Exercício que corresponde à actividade bilateral no âmbito dos EMP: PO-05 A.
TIGER MEET	Exercício enquadrado pela NATO em que se encontram Esquadras de vários países. Destina-se a promover o intercâmbio com Esquadras de outros países, quer no âmbito de ajuste de procedimentos, quer no conhecimento de táticas e técnicas empregues por outras Esquadras de voo.
TIGRE 061	Exercício do 2º BIMec com vista a manter ou melhorar a sua prontidão operacional, através da condução de uma Operação Defensiva integrando a manobra da Brigada.
TIREX	Exercício destinado a proporcionar treino com tiro real às equipas de armas pesadas das Companhias de Fuzileiros.
TIRO MILAN	Exercício com Míssil Anti-Carro MILAN.
TREINO NAVIOS ESQUADRA	Vários treinos efectuados aos Navios da Esquadra.
TREINO SNIPER	Exercício de técnicas e tática de <i>snipers</i> (incluindo tiro).
TRÓIA	Exercício de fuzileiros, escalão Companhia, na Península de Tróia. Concorre para o aprontamento anual das unidades.
TROVÃO 061	Praticar o planeamento e emprego de meios de Artilharia de Campanha no quadro da missão de apoio de fogos convencionais de Artilharia Ligeira do GAC à BrigInt e no âmbito das Operações de Apoio à Paz.
TTP 06 (<i>TACTICAL TRAINING PROGRAM</i>)	Exercício tipo INVITEX para efectuar o treino e a integração de forças EW em ambiente electrónico hostil.
<i>UNIFIED BLADE</i>	Exercício inserido no âmbito da INTEL, mais concretamente HUMINT.
<i>UNIFIELD BLADE 06</i>	Este exercício tem por finalidade normalizar e ajustar procedimentos na áreas de HUMINT e de CI a nível NATO.
VBSS	Treino de <i>Visit, Board, Search and Seizure</i> , efectuado pelo DAE (âmbito de combate a terrorismo marítimo e abordagem a plataformas marítimas).
VIRIATO 06	O VIRIATO 06 é um exercício de nível operacional e tático, planeado e conduzido pelo CTOE, com a finalidade de testar a sua componente operacional, na condução de Operações de Resposta a Crises (CRO).
VULCANO 061	Exercitar os militares e as guarnições das armas colectivas que equipam as subunidades da Brigada no planeamento e execução de fogos reais.
ZANGÃO 06	Exercício de treino da Esquadra 552 em operação a partir de uma FOB com treino integrado do kit de mobilidade da FAP.
ZARCO 061	Exercitar o planeamento operacional conjunto das forças e meios atribuíveis ao COM e avaliar os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade e os planos, visando a defesa militar do arquipélago da Madeira contra qualquer agressão e ameaças externas, no âmbito de um exercício CPX.
ZARCO02	Exercício de cooperação civil e militar, decorre sob a forma de LIVEX, no Arquipélago da Madeira, sob a responsabilidade do Comando Operacional da Madeira, tem como finalidade exercitar o planeamento e a condução de uma operação de emergência, visando a intervenção e socorro a um acidente grave, em apoio à estrutura regional da Protecção Civil.

7.1 – EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS - EMGFA

7.1.1 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
AÇOR 061	CPX/LIVEX	30MAI - 09JUN	TERCEIRA	CEMGFA	COA	COA	
AÇOR 062	CPX	15 - 17NOV	S. MIGUEL	CEMGFA	COA	COA	
LUSIADA 06	LIVEX	06 - 15NOV	PORTUGAL	CEMGFA	COFT	EMGFA/COC, COMNAV, COFT, COFA	
ZARCO 061	CPX/SIGEX	03 - 07ABR	MADEIRA	CEMGFA	COM	COM	
ZARCO 062	FTX	28 - 30NOV	PORTO SANTO	CEMGFA	COM	COM	

7.1.2 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos – Meios

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal			Custos Acrescidos (euros)			OBS.
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
AÇOR 061	1 FS	RG1 RG2	C-130 C-212 SA-330	71	187	a)	10.380,91	58.947,31	69.328,22	
AÇOR 062	1 FS	CZMA RG1 RG2	-	71	88	-	108,43	29.797,56	29.905,99	
LUSIADA 06	1 FFGH 1 AOR 2 FS 1 LCU 1 COMP FZ 1 DAE 1 CDT STAFFS	EM/BrigRR 2BIPara CTOE Mod Trans	ALIII C-212 C-130 EH-101 P-3P F-16A F-16AM	518	1300	108	152.961,05	544.387,74	697.348,79	
ZARCO 061	1 PBO	CZMARM CZMM CmdDestAerM	-	33	21	-	-	-	12.001,50	
ZARCO 062		BI/RG3 BAAA/RG3 CTP/ZMM CI/ZMM	C-212 EH-101	-	85	26	-	-	85.984,12	

a) Pilotos e respectiva tripulação.

7.1.3 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
FELINO 06	LIVEX	05 - 17OUT	BRA	CPLP	EMGFA	EMGFA, COMNAV, COFT, COFA	

7.1.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Meios

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)			OBS.
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
FELINO 06	-	RI 14	C-130	-	22	a)	-	24.163,59	24.163,59	
	EMGFA			8						

a) Pilotos e respectiva tripulação.

7.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

7.2.1 - Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
TREINO NAVIOS ESQUADRA	Aprontamento	VÁRIOS	Diversas	COMNAV	FLOTNAV		
VIAGENS DE INSTRUÇÃO	Formação de cadetes	ANUAL	Diversas	COMNAV	DIVERSAS		
INSTREX 01-06	LIVEX	06 - 10FEV	Continente	COMNAV	COMNAV		
INSTREX 02-06	LIVEX	25 - 28SET	Continente	COMNAV	DGAM/CGPM		
INTEGREX 06	LIVEX	28 - 29SET06	Continente	COMNAV	COMNAV		
EFICÁCIA 06	LIVEX	02 - 05MAI	CMSM	COMOP			
TIREX	LIVEX	VÁRIOS	Pinheiro da Cruz	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
TREINO SNIPER	LIVEX	VÁRIOS	Pinheiro da Cruz	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
CTALC	LIVEX	VÁRIOS	CT Alcochete	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
TRÓIA	LIVEX	VÁRIOS	Tróia	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
FTX	LIVEX	VÁRIOS	Pinheiro da Cruz e Tróia	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
VBSS	LIVEX	13 - 17FEV	Diversas	CCF	DAE	COMNAV	Adestramento FZ
ANGOLA 06	LIVEX	08 - 12ABR	Luanda e Ambriz	CCF	NRP CORTE REAL	COMNAV	Adestramento FZ
ANFÍBIOS	LIVEX	VÁRIOS	Fonte da Telha	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
CAE	LIVEX	VÁRIOS	EPI - Mafra	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
EXERCÍCIOS DIVERSOS EF	LIVEX	VÁRIOS	Pinheiro da Cruz, Tróia e Mata da Machada	EF	BI	CCF, COMNAV	Instrução

7.2.1 - Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
EST. DAE-FASE TÁCTICA	LIVEX	01 - 03JUN	Idanha/Mons.	CCF	DAE	COMNAV	Adestramento FZ
TIRO MILAN	LIVEX	VÁRIOS	CMSM	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ

7.2.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
TREINO NAVIOS ESQUADRA	1 FFGH 1 AGS 1 AGSC 2 FS 1 AOR 1 FF 1 LCU 2 PBR 1 AXS 1 PB	775	453.109,00	1.091.708,00	1.544.817,00			
VIAGENS DE INSTRUÇÃO	3 AXS 4 FS	431	686.208,00	304.611,00	990.819,00			Acrescem custos de participação exercício TAPON
INSTREX 01-06	1 FFGH 2 FF 1 AOR 2 FS 2 PB 1 SSK 1 ABU	884	95.384,00	257.748,00	353.132,00			
INSTREX 02-06	1 FFGH 2 FF 1 AOR 1 FS 2 PBF 1 LCU	697	-	-	-			
INTEGREX 06	1 FF 1 AOR 1 EQ. POLÍCIA MARÍTIMA 1 PELBOARD	239	-	-	-			Custos incluídos no Instrex 02-06

7.2.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos (Continuação)

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
EFICÁCIA 06	1 PELOTÃO MORTEIROS	41	-	-	-			
TIREX	BF1, BF2, CAF, DAE	742	-	-	311.015,03			
TREINO SNIPER	DAE, CAF	31	-	-	1.138,81			
CTALC	BF1, BF2, CAF, DAE	377	-	-	10.596,97			
TRÓIA	CATT, BF1, BF2, CAF	569	-	-	58.901,85			
FTX	BF2, CAF, UMD	593	-	-	68.826,61			
VBSS	DAE	47	-	-	4.839,88			
ANGOLA 06	BF2	20	-	-	33.905,29			
ANFÍBIOS	BF1, BF2, CAF, UMD	772	-	-	12.658,78			
CAE	BF2, CAF	251	-	-	11.758,92			
EXERCÍCIOS DIVERSOS EF	EF (CFO, CFS, CFM, CFP, CTIC, CAAP, CAEDMA, CFZV)	1.762 e 5.200 alunos	-	-	317.041,81			
EST. DAE – FASE TÁCTICA	DAE	50	-	-	2.581,63			
TIRO MILAN	CAF	24	-	-	257.392,44			

7.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
BRILLIANT MARINER 06	LIVEX	24MAR - 07ABR	Báltico	SHAPE	COM JFC BRUNSSUM		
EX. COM MG ANGOLANA	LIVEX	08 - 10ABR	Ambriz, Luanda (Angola)	CEMA	NRP CORTE REAL		
EFICÁCIA 06	LIVEX	02 - 05MAI06	Campo Militar de Santa Margarida	COMOP	-		
SWORDFISH 06	LIVEX/ INVITEX	02 - 12MAI	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV		
SANDY BEACH	LIVEX/ INVITEX	04 - 18MAI	Alemanha	CINCGERFLEET	COM GENAVSPEC FOR		
BREDEX	LIVEX	07 - 13MAI	Sierra del Retin (Espanha)	ALFLOT	SIAF		
TTP 06	LIVEX	08 - 12MAI	Áreas nacionais de exercícios	CC-AIR IZMIR	CAOC 10	COMNAV COFA	
SHARK HUNT 06	LIVEX/ INVITEX	15 - 20MAI	Atlântico Norte	COMSUBDEVRO N TWELVE	CTF 69	COMNAV	
EW TRIALS	LIVEX	15 - 26MAI	Cádiz (Espanha)	ALFLOT	ALFLOT		

7.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados (Continuação)

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ANATOLIAN SUN	CPX/ LIVEX	22 - 26MAI	Antalya (Turquia)	COMTURFLEET	COMTURDES DIVFOUR		
STEADFAST JAGUAR	LIVEX	01 - 30JUN	Cabo Verde	SACEUR	COM JFC BRUNSSUM		
DEEP DIVEX 2006	LIVEX/ INVITEX	28AGO - 11SET	Curaçao (Caraibas)	COMMAND MARITIME FORCE ATLANTIC	COMMAND MARITIME GROUP 5	COMNAV	
ABLE PROVIDER	DISTEX/ SAREX	13SET	Base Naval de Lisboa	MDN	COMNAV		
OLIVES NOIRES 06	LIVEX/ MCMEX/ INVITEX	13 - 27SET	Toulon (França)	ALFAN	ALFAN		
JOINT ANTIPOLLUTION EXERCISE (CLEAN SEA)	LIVEX	15SET	Áreas nacionais de exercícios	Agência Europeia de Autoridade Marítima (AESM)	Agência Europeia de Autoridade Marítima (AESM)		
UNIFIED BLADE 06	LIVEX/ INVITEX	18 - 29SET	República Checa	SHAPE	SHAPE	COMNAV	
BOLD MASTER 06	CPX	08 - 17OUT	-	COM MCC NORTHWOOD	ABNL		
CGS GREAT RESULTS 06	LIVEX	16 - 20OUT	Motta di Livenza (Itália)	SHAPE	CGS HQ		
OST	LIVEX	02NOV - 14DEZ	Plymouth	FOST	FOST	COMNAV	
SAWA 2006	CPX	13 - 23NOV	Camarões (África)	CHOD FR	Comunidade Económica dos Estados da África Central		
INSTREX 01-06	LIVEX	06 - 10FEV06	Continente	COMNAV	COMNAV		
INSTREX 02-06	LIVEX	25 - 28SET06	Continente	COMNAV	COMNAV		
INTEGREX 06	LIVEX	28 - 29SET06	Continente	COMNAV	DGAM/CGPM		

7.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
BRILLIANT MARINER 06	1 FFGH	184	-	-	-	Custos incluídos na SNMG1.
EX. COM MG ANGOLANA	1 FFGH, FZ, Merg.	228	251.801,00	730.402,00	982.203,00	
EFICÁCIA 06	1 Pelotão Morteiros	-	-	-	-	

7.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos (Continuação)

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
EFICÁCIA 06	1 Pelotão Morteiros	-	-	-	-	
SWORDFISH 06	1 FFGH, 2 FF, 1 AOR, 4 FS, 2 PB, 1 SSK, 1 ABU, 1 AGS, 1 AGSC, 1 DAE, 1 BLD, 1 CDT	1.343	255.861,00	494.211,00	750.072,00	
SANDY BEACH	2 Observadores	2	4.745,83	-	4.745,83	
BREDEX	1 Comp. FZ, 2 Augmentees	62 + 2	-	-	-	
TTP 06	2 FFGH, 1 FF	534	-	-	-	
SHARK HUNT 06	1 SSK, 1 Of	54	26.522,00	9.891,00	36.413,00	
EW TRIALS	1 FFGH	184	-	-	-	Custos incluídos na SNMG1.
ANATOLIAN SUN	1 FS, 1 PELBOARD	75	47.504,00	44.616,00	92.120,00	
STEADFAST JAGUAR	1 FFGH, 1 ABU SX	233	78.896,00	57.461,00	136.357,00	Custos FFGH incluídos na SNMG1.
DEEP DIVEX 2006	1 DMS	6	-	-	-	
ABLE PROVIDER	1 FFGH, 1 EQ. da ETNA, 1 EQ. da FLOTNAV	184	-	-	-	
OLIVES NOIRES 06	1 FS, CAMARA HIPERBARICA, 1 DMS	89	73.899,00	62.336,00	136.235,00	
JOINT ANTIPOLLUTION EXERCISE (CLEAN SEA)	1 FF, 1 PBF, 1 LYNX MK-95	174	-	-	-	
UNIFIED BLADE 06	2 OF, 1 SAR	3	-	-	-	
BOLD MASTER 06	1 OF, 1 SAR, 1 CABO	3	2.594,55	-	2.594,55	-
CGS GREAT RESULTS 06	2 OF	2	-	-	-	
OST	1 FFGH	184	351.017,00	305.850,00	656.867,00	
SAWA 2006	1 OF	-	-	-	-	
INSTREX 01-06	1 FFGH, 2 FF, 1 AOR, 2 FS, 2 PB, 1 SSK, 1 ABU	884	95.384,00	257.748,00	353.132,00	
INSTREX 02-06	1 FFGH, 2 FF, 1 AOR, 1 FS, 2 PBF, 1 LCU	697	40.614,00	164.787,00	205.401,00	
INTEGREX	1 FF, 1 AOR, 1 EQ. POLÍCIA MARÍTIMA, 1 PELBOARD	239	-	-	-	Custos incluídos no Instrex 02-06.

7.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

7.3.1 - Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ÁGUIA 06		22 - 31MAR	PRT/CMSM				
APOLO 06	LIVEX/FTX	20 - 30JUN	PRT/BrigRR	CMDT OP	CMDT CTAT	CMD OP; OG BrigRR	
BEIRUTE 06	FTX	30SET - 03OUT	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	2ºCMDT BrigMec	CEng/BrigMec	UNIFIL I
CANÁRIO 061	LIVEX	15MAI	PRT/ZMA	COA	CMDT ZAerA	COA; CZMA; CZAERA;	
CANÁRIO 062	LIVEX	27ABR	PRT/ZMA	COA	CMDT ZMA	COA; CZMA; CZAERA;	
CANÁRIO 063	LIVEX	10OUT	PRT/ZMA	COA	CMDT ZMA	COA; CZMA; CZAERA;	
DOBOJ 062	LIVEX/FTX	05 - 09JUN	PRT	CMDT BrigInt	CEM BrigInt	BrigInt	FND/EUFOR
DRAGÃO 06	LIVEX	03 - 07JUL	PRT/ZMA	CMDT ZMA	2ºCMDT ZMA	ZMA	
DRAGÃO 061	LIVEX/FTX	17 - 21ABR	PRT/BrigInt	CMDT OP	CMDT BrigInt	CMD OP; BrigInt	
DRAGÃO 061	LIVEX/FTX	13 - 17NOV	PRT/BrigInt	CMDT OP	CMDT BrigInt	CMD OP; BrigInt	
EFICÁCIA 06	FTX/LFX	02 - 05MAI	PRT/BrigMec	CMDT OP	CMDT BrigMec	CMD OP; BrigMec	
ESTILO 061	LIVEX/FTX	26 - 31MAR	PRT/BrigRR	CMDT RI1	CMDT BCmds	BCMDS/BrigRR	
FOCA 061	LIVEX	12ABR	PRT/ZMA	COA	CMDT ZMA	COA, CZMA; CZMARA	
FOCA 062	LIVEX	12OUT	PRT/ZMA	COA	CMDT ZMA	COA, CZMA; CZMARA	
FORMIGA 06	LIVEX	29 - 30MAR	PRT/RI1				
GUARDIÃO 061	FTX	04 - 06ABR	PRT/BA1	CMDT OP	CMDT RAAA1	CMD OP	
GUARDIÃO 062	FTX	17 - 19OUT	PRT/BA1	CMDT OP	CMDT RAAA1	CMD OP	
SÉRIE HIENA	FTX	(2 EXERCICIOS)	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	2ºCMDT BrigMec	CTm/BrigMec	
KLINA 06	FTX	25JAN - 03FEV	PRT	CMDT BrigMec	2ºCMDT BrigMec	BrigMec	FND/KFOR
LANCEIRO 06		30OUT - 03NOV	PRT/BrigMec				NRF9
LEÃO 06		20 - 30JUN	PRT/BrigMec			AM; BrigMec	
SÉRIE LOBO 06	LIVEX	(7 EXERCICIOS)	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	2ºCMDT BrigMec	ERec/BrigMec	
MEDULA 06		16 - 20OUT	PRT/RI19	CMDT BrigInt	CEM BrigInt	BrigInt	
SÉRIE ONÇA 06	FTX	(3 EXERCICIOS)	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	2ºCMDT BrigMec	GAC/BrigMec	
ORION 06	CPX/LIVEX	20 - 24NOV	PRT	CEME	CMDT OP	CMDT OP	
PANTERA 061	FTX	02 - 05MAI	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	2ºCMDT BrigMec	BAPsv/BrigMec	
PANTERA 061	LIVEX	15 - 17MAI	PRT/ZMA	CMDT ZMA	CMDT RG1	CZMA	
PANTERA 062	LIVEX	20 - 24FEV	PRT/ZMA	CMDT ZMA	CMDT RG2	CZMA	
PANTERA 063	LIVEX	30 - 31OUT	PRT/ZMA	CMDT ZMA	CMDT RG1	CZMA	

7.3.1 - Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
PANTERA 064	LIVEX	11 - 13DEC	PRT/ZMA	CMDT ZMA	CMDT RG2	CZMA	
PEDRA VIVA 06	FTX	09 - 11MAI	PRT/ZMM	CMDT ZMM	CMDT RG3	BAAA/RG3	
PUMA 06	LIVEX	22 - 30JUN	PRT/BrigRR	CMDT CTOE	CMDT BOE	BrigRR	NRF8
SÉRIE RAPOSA	FTX	(3 EXERCICIOS)	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	2ºCMDT BrigMec	BAAA/BrigMec	
REOP 106		05 - 09JUN	PRT				
RINOCERONTE 061	FTX	06 - 08NOV	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	2ºCMDT BrigMec	GCC/BrigMec	
ROSA BRAVA 06	CPX/FTX	14 - 18MAI	PRT/BrigMec	CMDT OP	CMDT BrigMec	CMDT Op; BrigMec; CR do NRDC-HRF-SP	Decorreu em simultâneo com o 1ª Batalla
SIGEX 061	SIGEX	20 - 25ABR	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	2º CMDT BrigMec	CTm/BrigMec	
S. JORGE 06	CPX/LIVEX	22 A 26MAI	PRT/GML	CMDT GML	2ºCMDT GML	GML	
SOLIDÁRIO 06	LIVEX	02 - 06ABR	PRT/ZMA	CMDT ZMA	2ºCMDT ZMA	CZMA	
SUÃO 061	FTX/LIVEX	07 A 14JAN	PRT/BrigRR	CMDT BrigRR	2ºCMDT BrigRR	BrigRR; EPE; FAP; CCMDS	FND/ISAF
SUAO 062	FTX/PREREADEX/LIVEX	15 - 22JUN	PRT	CMDT CTCMDS	2ºCMDT CTCMDS	CTCMDS	
SUÃO 063	FTX/PREREADEX/LIVEX	10 - 15DEC	PRT	CMDT CTCMDS	2ºCMDT CTCMDS	CTCMDS	
SWORDFISH 06	LIVEX/INVITEX	02 - 12MAI	PRT	COMNAV	COMNAV	EPT; BrigRR; CTOE; COMNAV; COFA	
TIGRE 061	FTX	20 - 21ABR	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	2ºCMDT BrigMec	2ºBIMec/BrigMec	
TROVÃO 061	LIVEX/LFX	13 - 17MAR	PRT/CMSM	CMDT BrigInt	2ºCMDT BrigInt	GAC/BrigInt; PAO	
VIRIATO 06	LIVEX	03 - 12MAI	PRT	CMDT BrigRR	CMDT CTOE	CTOE; FAP	
VULCANO 061	LIVEX/LFX	03 - 04MAI	PRT	CMDT BrigInt	CEM BrigInt	BrigInt	

7.3.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
ÁGUIA 06	CTOE	-	-	-	-			
APOLO 06	BrigRR; BrigMec; BrigInt; CTOE; CTC; BRIPAC (ESP); FAP	1.651	-	1.455,00	1.455,00			

7.3.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos (Continuação)

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
BEIRUTE 06	CEng/BrigMec	144	-	5.279,90	5.279,90			
CANÁRIO 061	RG1	58	-	331,34	331,34			
CANÁRIO 062	RG2	34	-	13,87	13,87			
CANÁRIO 063	RG1	58	-	331,34	331,34			
DOBOJ 062	BrigInt; RI14; RI19; RA4; EPT	276	-	9.688,33	9.688,33			
DRAGÃO 06	QG/ZMA; RG1; RG2	284	-	2.226,35	2.226,35			
DRAGÃO 061	BrigInt; EPT; CTOE	509	-	32.878,00	32.878,00			
DRAGÃO 061	BrigInt; EPT; CTOE	-	-	-	-			
EFICÁCIA 06	AgrGAC; RA5; EPA; RAAA1; BAAA/BrigMec; PelMortPes/2ºBIMec/BrigMec; PelMortPes/1ºBI/RI13/BrigInt; PelMortPes/UFuz/AP	431	-	17.548,03	17.548,03			
ESTILO 061	BCmds/BrigRR	-	-	-	-			
FOCA 061	RG1	32	-	18,41	18,41			
FOCA 062	RG1	34	-	18,41	18,41			
FORMIGA 06	EOp/BST		-	0,00	0,00			
GUARDIÃO 061	BAAA/GAAA/BAAA1	37	-	0,00	0,00			
GUARDIÃO 062	BAAA/GAAA/BAAA1	29/4	-	0,00	0,00			
SÉRIE HIENA 06	CTm/BrigMec	116	-	1.007,23	1.007,23			
KLINA 06	1ºBIMec/KFOR; Outras SubUn/BrigMec	346	-	41.257,38	41.257,38			
LANCEIRO 06	RL2	-	-	0,00	0,00			
LEÃO 06	AM		-	0,00	0,00			
SERIE LOBO 06	ERec/BrigMec	273	-	6.795,30	6.795,30			
MEDULA 06	EOp/BrigInt	106	-	736,78	736,78			
SERIE ONÇA 06	GAC/BrigMec	399	-	7.161,02	7.161,02			
ORION 06	BrigInt; RI14	413	-	37.221,00	37.221,00			
PANTERA 061	BAPsv/BrigMec	221	-	2.799,87	2.799,87			
PANTERA 061	RG1	217	-	306,89	306,89			
PANTERA 062	RG2	93	-	251,08	251,08			
PANTERA 063	RG1	104	-	168,30	168,30			
PANTERA 064	RG2	113	-	80,02	80,02			
PEDRA VIVA 06	BAAA/RG3	29	-	563,70	563,70			
PUMA 06	CTOE	180	-	42.025,00	42.025,00			
SÉRIE RAPOSA 06	BAAA/BrigMec	204	-	1.989,37	1.989,37			
REOP 106	PAO/EPA	-	-	978,04	978,04			
RINOCERONTE 061	GCC/BrigMec	217	-	13.047,40	13.047,40			
ROSA BRAVA 06	BrigMec; CR/Brig (ESP); CAI/RI14; PelRec/EPC; PelStg/RAAA1; PAO/EPA; PelNBQ/EPE.	1027	-	32.609,01	32.609,01			

7.3.2 - Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos (Continuação)

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
SIGEX 061	CTm/BrigMec	21	-	215,57	215,57			
S. JORGE 06	U/E/O GML	-	-	-	-			
SOLIDÁRIO 06	RG1; RG2	199	-	923,05	923,05			
SUÃO 061	BrigRR; EPE; FAP; CCMDS	-	-	2.630,00	2.630,00			
SUÃO 062	CTCMDS	138	-	-	-			
SUÃO 063	CTCMDS	95	-	5.230,00	5.230,00			
SWORDFISH 06	EPT; BrigRR; CTOE; COMNAV; COFA; NATO; CAN; DEU; ESP; FRA; GBR; USA	-	-	373,00	373,00			
TIGRE 061	2ºBIMec/BrigMec	389	-	12.153,08	12.153,08			
TROVÃO 061	GAC/BrigInt; PAO	-	-	4.097,38	4.097,38			
VIRIATO 06	CTOE; FAP	250	-	6.770,00	6.770,00			
VULCANO 061	BrigInt	-	-	2.487,00	2.487,00			

7.3.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
COMBINED ENDEAVOUR 06	CSI	09 - 26MAI	DEU			CMD OP	
FIESOLE 06	CPX	05 - 09JUN	ITA	COMEUROFOR	COSEUROFOR	EUROFOR ; ERF HQ	
FRONTERA 06	FTX	23 - 27OUT	ESP	NRDC-SP (HRF) Valência	NRDC-SP (HRF) Valência	NRDC-FMA ; CMD BrigMec	
GREAT RESULTS 06	CPX	16 - 20OUT06	ITA				
HIREX 06	CPX	25NOV - 01DEC	ESP	NRDC-SP (HRF) Valência	NRDC-SP (HRF) Valência	NRDC-FMA ; CMD BrigMec	
MACHETE 06	CPX/LIVEX	07 - 16JUN	ESP			CMD OP ; CTOE	
NOBLE LYNX 06	CPX	27MAR - 07ABR	ESP	NRDC-SP (HRF) Valência	NRDC-SP (HRF) Valência	NRDC-FMA ; CMD BrigMec	
SAGITÁRIO 06	FTX	17 - 21ABR	PRT	CMDT OP	CMDT BrigInt	BrigInt ; RI13	
SILVER FLASH 06	LIVEX	07 - 19MAI	ESP	JEDIVOPE	GEBRIPAC	BrigRR	
STEADFAST JACKPOT 06	CPX	24ABR - 10MAI	NOR			CTOE	NRF7
STEADFAST JAGUAR 06	LIVEX	15 - 28JUN	CPV			CTOE	NRF7
STEADFAST MOVE 06		07 - 14MAI	TUR			CMD OP ; CMD LOG	NRF7
UNIFIED BLADE 06		16 - 29SET	ROU			CISM	NATO

7.3.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Meios envolvidos

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
COMBINED ENDEAVOUR 06	EMEL; RTm; DST; (41 Países)	11	-	69.549,24	69.549,24	
FIESOLE 06	ERF HQ; Command; Staff; HQ Unit; CIS Unit; Augmentees and RCs	-	-	-	-	
FRONTERA 06	2ºBIMec/BrigMec	51	-	16.842,71	16.842,71	
GREAT RESULTS 06	EPA; RAAA1	2	-	4.641,98	4.641,98	
HIREX 06	BrigMec	6	-	13.555,14	13.555,14	
MACHETE 06	CTOE	27	-	19.745,06	19.745,06	
NOBLE LYNX 06	BrigMec	6	-	26.337,43	26.337,43	
SAGITÁRIO 06	BrigInt; RI13	-	-	3.499,00	3.499,00	
SILVER FLASH 06	BrigRR; FRA; GRC; ESP	102	-	19.859,56	19.859,56	
STEADFAST JACKPOT 06	CTOE	4	-	16.885,04	16.885,04	
STEADFAST JAGUAR 06	CTOE	35	-	80.833,19	80.833,19	
STEADFAST MOVE 06	Cmd Op; Cmd Log	2	-	8.567,68	8.567,68	
UNIFIED BLADE 06	CISM	2	-	4.534,32	4.534,32	

7.4 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

7.4.1 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos – Exercícios Realizados

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
APOLO	LIVEX	19 - 29JUN	Beja	CEME	BRR	COFT, COFA	
CANÁRIO 062	LIVEX	27ABR	Açores	COA	CZMIL	COA, CZMARA, CZMA, CZAERA, COMNAV, COFT, COFA	
INSTREX 061	LIVEX	06 - 19FEV	Arcomnav	CEMA	COMNAV COFA	COMNAV, COFA	
INSTREX 062	LIVEX	25 - 29SET	Arcomnav	CEMA	COMNAV	COMNAV, COFA	
ORION	LIVEX	20 - 25NOV	Viseu	CEME	COFT	COFT, COFA	
ZANGÃO 06	LIVEX	02 - 06OUT	Mirandela	COFA	COFA	COFA, COM BA11	

7.4.2 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
APOLO	C-130 C-212 F-16A F-16AM ALIII	Pilotos e respectivas tripulações	7.309,00	45.526,00	52.835,00	
CANÁRIO 062	SA-330	Pilotos e respectivas tripulações	1.022,00	2.384,00	3.406,00	
INSTREX 061	FTB337 AJET F-16A F-16AM P-3P	Pilotos e respectivas tripulações	13.307,00	158.916,00	172.223,00	
INSTREX 062	FTB337 F-16A	Pilotos e respectivas tripulações	662,00	70.852,00	71.514,00	
ORION	ALIII	Pilotos e respectivas tripulações	6.723,00	15.698,00	22.421,00	
ZANGÃO 06	ALIII AJET F-16A	Pilotos e respectivas tripulações 06 Of. Sup. 15 Oficiais 84 Sargentos 58 Praças	(a) 54.426,00	157.192,00	211.618,00	

(a) Custos com pessoal somente contando as tripulações.

7.4.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
MORSA	LIVEX	JUN e NOV	Espanha e Portugal	CHEFATURA SAR, RCC LISBOA	CHEFATURA SAR, RCC LISBOA	COFA (RCC), MACOM (RCC)	EEMMPP
STEADFAST JAGUAR	LIVEX	JUN	Cabo Verde	JHQ LISBON	JHQ LISBON	JHQ LISBON, EMGFA, COMNAV, COFT, COFA	NATO
SWORDFISH	LIVEX	MAI	Portugal	CEMA	COMNAV	ALFLOT, MACA ROTA, WOC GREENWOOD, COMCANLANT, COMNAV, COFT, COFA	NATO
TIGER MEET	LIVEX	ABR	Espanha	CCAIR IZMIR	MACOM	CCAIR IZMIR, COFA E COMOPS DOS 17 PAÍSES PARTICIPANTES	NATO
TTP	LIVEX	MAI	Portugal	CAOC 10 MONSANTO	CAOC 10 MONSANTO	CCAIR IZMIR, MEWSG, MACOM, NAEWF E-3A COMPONENT, CAOC 10 MONSANTO, COMNAV, COFT, COFA	NATO

7.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2006

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
MORSA	C-212 EH-101 P-3P	Pilotos e respectivas tripulações	17.218,00	51.362,00	68.580,00	
STEADFAST JAGUAR	C-130	Pilotos e respectivas tripulações 3 Of. Sup. 2 Oficiais 3 Sargentos 1 Praças	(a) 64.658,00	276.470,00	341.128,00	
SWORDFISH 06	FTB337 C-212 AJET F-16A F-16AM P-3P ALIII	Pilotos e respectivas tripulações	39.057,00	299.176,00	338.233,00	
TIGER MEET	F-16AM	Pilotos e respectivas tripulações 3 Of. Sup. 7 Oficiais 28 Sargentos 6 Praças	-	168.685,00	168.685,00	
TTP		Pilotos e respectivas tripulações	956,00	325.098,00	326.054,00	

(a) Custos com pessoal somente contando as tripulações.

NOTA EXPLICATIVA

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) e contabilizam:

- as prestações familiares e sociais despendidas com o pessoal militar e civil pelos órgãos e serviços centrais do MDN (OSC/MDN), EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto da Defesa Nacional e IASFA, a que aludem os Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de Setembro e 133-B/97, de 30 de Maio, este último revogado, na parte relativa ao subsídio familiar a crianças e jovens e ao subsídio de funeral, pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto;
- os subsídios concedidos, pelo IASFA, aos seus beneficiários, previstos no diploma da sua criação, Decreto-Lei n.º 284/95, de 30 de Outubro, e respectivas normas reguladoras.

Tais prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) estão agrupadas nas Funções de Protecção Social, consideradas pelo Instituto Nacional de Estatística na sua publicação *“Estatísticas de Protecção Social Associações Sindicais Patronais”*.

O IASFA intervém junto dos seus beneficiários no campo da acção social complementar. Propõe-se este Instituto, a partir do presente Anuário Estatístico, introduzir neste capítulo outros benefícios sociais no âmbito da sua missão, para além dos subsídios atribuídos aos seus beneficiários.

FUNÇÕES DE PROTECÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS

Função Invalidez

Subsídio especial de apoio de 3ª pessoa (SEAP), concedido pelo IASFA a beneficiários, em função da sua situação socioeconómica, que se encontrem em situação de necessidade de apoio de terceira pessoa, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar, ou não seja aconselhável, ou possível, o seu internamento em lar.

Função Velhice

Subsídio complementar normal de pensões (SCNP), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) presentemente fixado pelo IASFA, pelo valor do salário mínimo nacional;

Subsídio especial de lar (SEL), para auxiliar o internamento em lares (públicos ou privados, não fazendo parte do IASFA), dos beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar;

Subsídio especial de residente (SER), para permitir aos beneficiários mais carenciados o seu internamento nos Lares Residenciais (LR) e Centros de Recuperação (CR) dos equipamentos sociais do IASFA.

Função Sobrevivência

Subsídios por morte e de funeral previstos, respectivamente, nos Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de Setembro e 176/2003, de 2 de Agosto.

Função Família

Abono de família para crianças e jovens que visa compensar os encargos decorrentes de situações geradoras de despesas para as famílias, especialmente previstas no Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto;

Bonificação por deficiência, prevista no Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio, acrescendo ao abono de família para crianças e jovens, concedido nos termos do Decreto-Lei n.º 176/2003, de Agosto;

Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, subsídio mensal vitalício e subsídio por assistência de 3ª pessoa, regulados pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio;

Subsídio complementar de apoio familiar (SCAF), que é concedido pelo IASFA a agregados familiares carenciados, sendo atribuído um montante, definido anualmente, por cada elemento dependente daquele agregado.

Comparticipações concedidas pelo IASFA:

- Escolar (CE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino;
- Especial para o apoio na deficiência (CEAD), anteriormente designada por participação escolar especial para a reeducação (CEE-R), aos beneficiários titulares ou beneficiários familiares cujos descendentes ou equiparados sejam portadores de deficiência, independentemente da idade, e frequentem estabelecimentos de ensino especial na valência de apoio técnico precoce, valência sócio-educativa ou valência de actividades ocupacionais. A participação poderá ainda ser atribuída pela frequência de ensino regular, nomeadamente em creche e jardim de infância, desde que esta frequência seja considerada essencial para superar ou minimizar a deficiência, contribuindo para um melhor desenvolvimento pessoal e integração social.

OUTRAS FUNÇÕES DE PROTECÇÃO SOCIAL

Assistência a Idosos

As Residenciais de Idosos do IASFA constituem um alojamento colectivo para beneficiários idosos em situação de maior risco de perda de independência ou de autonomia, que se encontrem com dificuldades em residir no meio familiar normal.

Os Centros de Recuperação do IASFA constituem um alojamento colectivo para beneficiários idosos em regime de internamento temporário ou definitivo, quer para convalescença quer para situações de dependência moderada ou severa.

Assistência Médica e Sanitária

O apoio nos cuidados primários de saúde em regime ambulatorio, como complemento de outros sistemas de saúde, a beneficiários titulares e familiares constitui outra missão de protecção social exercida pelo IASFA. Esta acção é concretizada através dos Centros Médicos, onde se efectuam consultas das diversas especialidades, exames auxiliares de diagnóstico, acções terapêuticas e pelo apoio prestado pelos Postos Clínicos.

Na assistência sanitária destaca-se o serviço farmacêutico, constituído por uma Farmácia, instalada no Centro de Apoio Social de Oeiras, que tem como missão o apoio sanitário, em medicamentos, aos beneficiários internados nos Centros de Recuperação e Residenciais de Idosos, aos utentes das consultas externas e aos beneficiários em geral.

Assistência a Jovens Estudantes e Crianças

O apoio a jovens estudantes é prestado pelas Residenciais Universitárias do IASFA, cujo objectivo é proporcionar, de acordo com as disponibilidades, alojamentos aos filhos dos beneficiários titulares matriculados em estabelecimentos de ensino superior na área da Grande Lisboa.

O apoio sócio-educativo aos filhos dos beneficiários titulares do IASFA é disponibilizado por alguns equipamentos ligados à educação, nomeadamente uma Creche, um Jardim de Infância/Pré-Escolar e a Escola de Ensino Básico nº 1 do Alfeite (o ensino básico é ministrado sob a responsabilidade do Ministério da Educação). As Actividades de Tempos Livres, extintas em 2006, deram lugar ao Centro de Recursos que continuou a apoiar os alunos que frequentam aquele estabelecimento de ensino.

Assistência Financeira

A assistência financeira prestada pelo IASFA aos beneficiários envolve a concessão de empréstimos que permitem resolver situações gravosas, urgentes e imprevistas.

Assistência Habitacional

Um dos objectivos a atingir pelo IASFA, na sua prestação de apoio à habitação, é a disponibilização de fogos aos seus beneficiários em condições favoráveis.

Assistência no Lazer

O IASFA, como representante de Portugal no Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares (CLIMS), desenvolve a cooperação entre os organismos responsáveis pela acção social militar, tanto no âmbito da doutrina e metodologias do apoio social como no intercâmbio de jovens e de residências de férias, em apoio da família militar.

O IASFA proporciona aos seus beneficiários, a preços sociais, períodos de férias e de repouso nos Centros de Apoio Social de Oeiras e de Runa e no Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA), organizando turnos de frequência de acordo com o calendário e o normativo da época.

8.1 - Beneficiários do IASFA – Distribuição por Ramos das FA

Ano: 2006

Ramo das FA		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Número de beneficiários (a)		15.716	19.760	7.847	43.323
Variação (b)	Em valor absoluto	-27	-242	-60	-329
	Em percentagem	-0,2	-1,2	-0,8	-0,8

(a) Considerados apenas os beneficiários titulares;

(b) Em relação ao ano anterior.

8.2 - Funções de Protecção Social – Invalidez – SUBSÍDIO

(euros)

	SEAP	
	N.º (a)	Montante Despendido (b)
IASFA	287	26.452,00

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

8.3 - Função de Protecção Social – Velhice – SUBSÍDIOS

(euros)

	SCNP		SEL		SER		TOTAL	
	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)
IASFA	151	16.552,00	136	23.906,00	139	33.118,00	426	73.576,00

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

8.4 - Função de Protecção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS

(euros)

Organismo/Ramo	Por Morte		De Funeral	
	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido
OSC/MDN	3	28.798,93	3	592,89
EMGFA	1	9.592,74	-	-
Marinha	17	146.275,41	8	3.957,91
Exército	3	13.161,06	1	197,63
Força Aérea	7	55.657,98	3	581,36
IASFA	-	-	-	-
TOTAL	31	253.486,12	15	5.329,79

8.5 - Função de Protecção Social – Família – SUBSÍDIOS

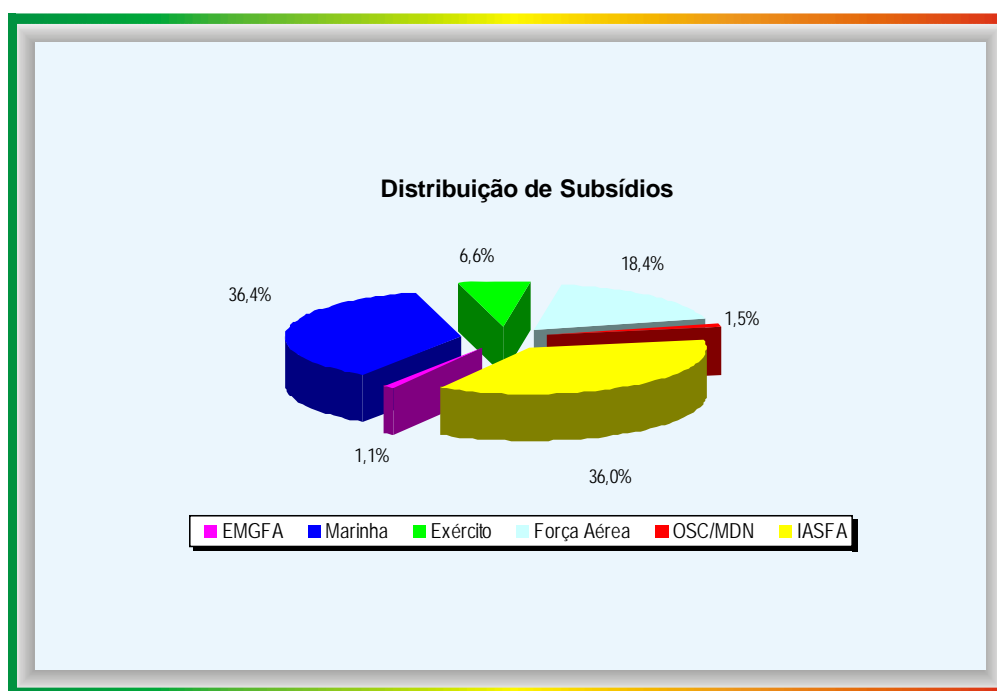
(euros)

Organismo/Ramo	Familiar		Educação Especial		Mensal Vitalício		Por Assistência de 3ª Pessoa		Bonificação por Deficiência		SCAF		CE e CEE-R	
	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD
OSC/MDN	173	52.931,19	-	-	-	-	-	-	4	3.374,16	-	-	-	-
EMGFA	272	46.927,94	-	-	1	1.920,24	2	1.920,24	5	5.077,44	-	-	-	-
Marinha	4.770	1.686.820,94	1	658,00	57	55.566,41	42	82.468,48	143	126.772,97	-	-	-	-
Exército	6.878	312.234,48	-	-	4	8.160,51	99	10.558,89	332	35.143,88	-	-	-	-
Força Aérea	2.917	925.441,50	-	-	5	7.868,48	20	15.760,76	75	56.248,55	-	-	-	-
IASFA	46	19.309,60	-	-	-	-	-	-	-	-	12	13.168,00	2.997	841.955,00
TOTAL	15.056	3.043.665,65	1	658,00	67	73.515,64	163	110.708,37	559	226.617,00	12	13.168,00	2.997	841.955,00

8.6 - Total Anual de Subsídios e Montantes Despendidos por Função

(euros)

Função	OSC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Invalidez							
Subsídios	-	-	-	-	-	287	287
Montante Despendido	-	-	-	-	-	317.431,00	317.431,00
Velhice							
Subsídios	-	-	-	-	-	426	426
Montante Despendido	-	-	-	-	-	882.921,00	882.921,00
Sobrevivência							
Subsídios	6	1	25	4	10	-	46
Montante Despendido	29.391,82	9.592,74	150.233,32	13.358,69	56.239,34	-	258.815,91
Família							
Subsídios	177	280	5.013	7.313	3.017	3.055	18.855
Montante Despendido	56.305,35	55.845,86	1.952.286,80	366.097,76	1.005.319,29	874.432,60	4.310.287,66
TOTAL							
Subsídios	183	281	5.038	7.317	3.027	3.768	19.614
Montante Despendido	85.697,17	65.438,60	2.102.520,12	379.456,45	1.061.558,63	2.074.784,60	5.769.455,57



8.7 - Outras Funções de Protecção Social

Nº de Beneficiários	2004	2005	2006
Assistência a Idosos			
▪ Residenciais de Idosos	187	206	197
▪ Centros de Recuperação	155	169	174
Subtotal	342	375	371
Assistência Médica			
▪ Consultas	37.840	41.802	40.613
▪ Exames Auxiliares Diagnóstico	15.512	14.544	15.126
▪ Fisioterapia	47.515	45.623	53.592
Subtotal	100.867	101.969	109.331
Assistência a Jovens e Crianças			
▪ Residenciais Universitárias	36	13	2
▪ Creche	29	28	29
▪ Jardim de Infância/Pré-Escolar	155	143	159
▪ Centro de Recursos (CERE) (a)	203	192	196
▪ Escola de Ensino Básico	224	195	196
Subtotal	647	571	582
Assistência Financeira			
▪ Empréstimos	478	1.198	411
Assistência Habitacional			
• Habitação económica	1.463	1.658	1.666
Assistência no Lazer			
▪ CLIMS	1.391	1.674	5.091
▪ Colónias de Férias e Centro de Repouso de Porto Santo	522	518	557
Subtotal	1.913	2.192	5.648
TOTAL	105.710	107.963	118.009

NOTA: No CLIMS incluíram-se, para além dos beneficiários do IASFA, os beneficiários dos países membros da família militar europeia.

(a) As Actividades de Tempos Livres (ATL) foram extintas em 2006, dando lugar à criação do Centro de Recursos (CERE).

NOTA EXPLICATIVA

No âmbito das suas atribuições, compete à Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN) velar pela rigorosa observância da legalidade e controlar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros, tendo em vista a sua eficiência, eficácia, métodos e procedimentos de gestão, bem como a salvaguarda do interesse público.

Da análise da actividade inspectiva desenvolvida durante o ano de 2006, verifica-se que foram realizadas 31 acções de inspecção das 37 que estavam previstas, representando um grau de realização de cerca de 84% relativamente ao total de acções de inspecção previstas no Plano de Actividades.

Da análise dos dados verifica-se um desequilíbrio entre o número de inspecções efectuadas ao Exército e aos outros Ramos das Forças Armadas e, também, entre áreas de inspecção/análise, embora de forma menos acentuada que nos anos anteriores, que resulta dos seguintes factores:

- De acordo com os critérios adoptados do antecedente, cada acção de inspecção corresponde a uma U/E/O avaliada por equipas de inspecção diferentes, mesmo que de várias acções de inspecção possa ter resultado a elaboração de um único relatório;
- O sistema de forças e o dispositivo de cada Ramo das Forças Armadas tem a sua especificidade e particularidade. No caso do Exército, a existência de um maior número de U/E/O a inspeccionar para a consecução de objectivos de inspecção comum aos três Ramos tem originado um maior peso relativo do número de acções de inspecção/análise a este Ramo.

Com a presente edição do Anuário, e de forma a otimizar a informação sobre a actividade desenvolvida pela IGDN, apresenta-se um conjunto de dados abrangendo quer os dados relativos ao ano em análise, quer dados retrospectivos, bem como os conceitos aplicados pela IGDN.

CONCEITOS

Inspeções Gerais (IG) - Inspeções realizadas com o concurso das inspeções da administração dos meios humanos, dos meios materiais e dos meios financeiros, actuando conjuntamente.

Inspeções Parcelares (IP) - Inspeções realizadas por apenas duas das três áreas, administração dos meios humanos, dos meios materiais ou dos meios financeiros.

Inspeções Técnicas (IT) - Inspeções realizadas por uma única inspecção.

Inspeção Ordinária (IO) - Inspeção programada no Plano de Actividades.

Inspeção Extraordinária (IE) - Inspeção não programada.

Inspeção de Avaliação Operacional (IAO) - Inspeção que se destina a avaliar e verificar a prontidão das unidades de acordo com a sua categoria de prontidão.

9.1 – INSPECÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS EXECUTADAS PELA IGDN

Área	Tipo	Planeamento	U/E/O	Estrutura	N.º de Inspectores	Dias de Actividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
IAMH	IT	IO	Comando de Pessoal da Força Aérea	Força Aérea	a) b) c) 6	17	54	89
IAMH	IT	IO	Direcção do Serviço de Pessoal	Marinha	a) b) c) 5	49	54	117
IAMH	FU	IE	Regimento de Manutenção	Exército	3	-	5	40
IAMH	FU	IE	Brigada Mecanizada	Exército	3	-	12	67
IAMH	FU	IE	Escola Prática de Engenharia	Exército	3	5	5	47
IAMM	IT	IO	Escola do Serviço de Saúde Militar	Exército	3	20	10	60
IAMM	IT	IO	Instituto Hidrográfico	Marinha	c) 4	24	10	65
IAMM	IT	IO	Regimento de Infantaria nº 13	Exército	4	23	10	56
IAMM	FU	IO	Escola Prática de Infantaria	Exército	3	23	4	78
IAMM	FU	IO	Regimento de Lanceiros nº 2	Exército	4	20	4	60
IAMM	IT	IO	Escola de Sargentos do Exército	Exército	3	16	10	80
IAMM	IT	IO	Aeródromo de Manobra nº 1	Força Aérea	4	18	10	66
IAMM	IT	IO	Aeródromo de Trânsito nº 1	Força Aérea	3	18	9	28
IAMM	IT	IO	Regimento de Transmissões	Exército	a) 4	27	10	26
IAMF	IT	IO	Base do Lumiar	Força Aérea	5	24	26	26
IAMF	IT	IO	Navio Escola Sagres	Marinha	3	59	18	19
IAMF	IT	IE	DGPDN – Moçambique	MDN	5	26	12	87
IAMF	IT	IE	DGPDN – Angola	MDN	5	82	12	24

a) Inclui um militar requisitado ao Exército;

b) Inclui um militar requisitado à Força Aérea;

c) Inclui um militar requisitado à Marinha.

9.2 – INSPECÇÕES DE ANÁLISE DE PROGRAMAS E SISTEMAS EXECUTADAS PELA IGDN

Sistema	Tipo	Planeamento	U/E/O	Estrutura	N.º de Inspectores	Dias de Actividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
ASAFA	IT	IO	Hospital de Marinha	Marinha	a) 4	19	5	37
ASAFA	IT	IO	Hospital da Força Aérea	Força Aérea	a) 4	26	5	46
ASAFA	IT	IO	Hospital Militar de Belém	Exército	4	23	5	37
ASAFA	IT	IO	Hospital Militar Principal	Exército	a) 4	23	5	43
ASAFA	IT	IO	Hospital Militar Regional nº 1	Exército	4	23	5	50
ASAFA	IT	IO	Hospital Militar Regional nº 2	Exército	a) 4	23	5	56
ASAFA	IT	IO	Escola de Fuzileiros	Marinha	3	24	9	48
ASAFA	IT	IO	Base Aérea nº 6	Força Aérea	3	24	5	67
ASISLOG	IT	IO	Esquadrilha de Helicópteros	Marinha	c) 4	23	9	87
ASISLOG	IT	IO	Base Aérea nº 1	Força Aérea	b) 4	24	9	77
ASISLOG	IT	IO	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	Exército	a) 4	23	9	48
ASISLOG	IT	IO	Regimento de Transportes	Exército	a) 4	23	9	46
ASISLOG	IT	IO	Centro Militar de Electrónica	Exército	a) 4	23	9	44

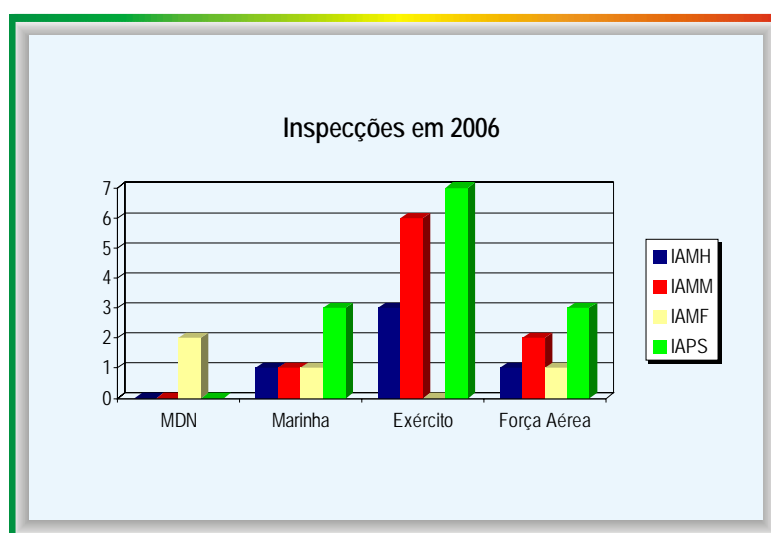
a) Inclui um militar requisitado ao Exército;

b) Inclui um militar requisitado à Força Aérea;

c) Inclui um militar requisitado à Marinha.

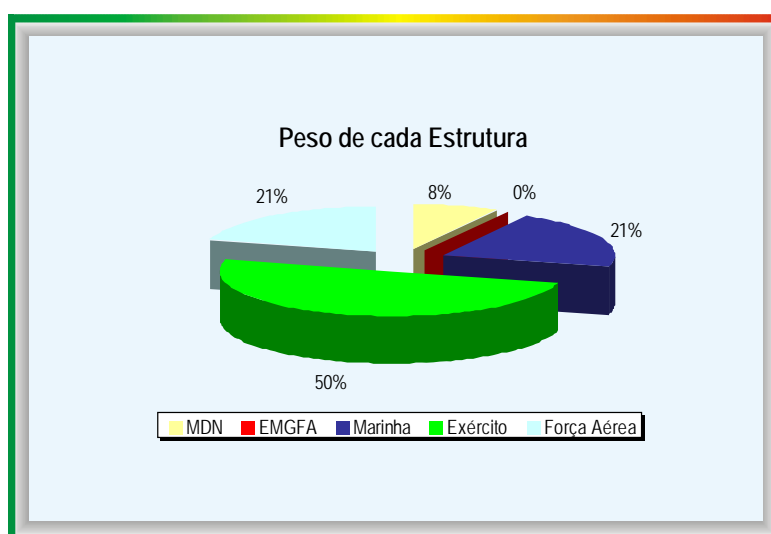
9.3 – INSPECÇÕES REALIZADAS PELA IGDN EM 2006

Área	MDN	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
IAMH	-	1	3	1	5
IAMM	-	1	6	2	9
IAMF	2	1	-	1	4
IAPS	-	3	7	3	13
TOTAL	2	6	16	7	31



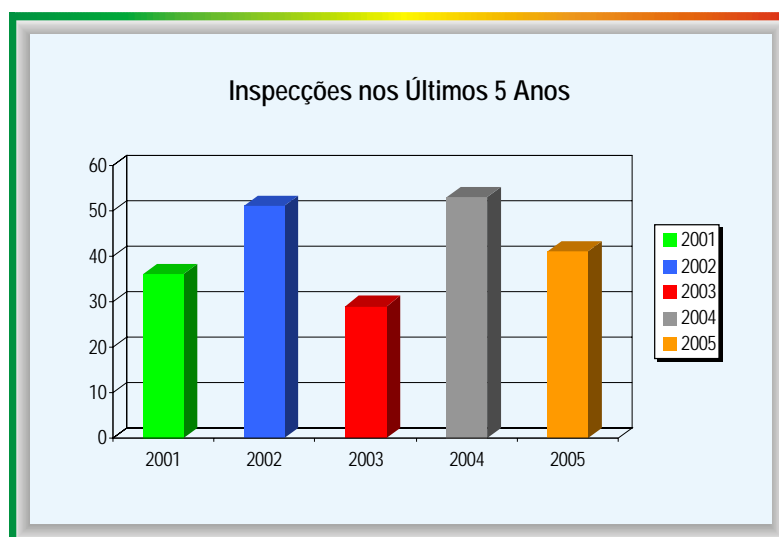
9.4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSPECÇÕES ÀS ESTRUTURAS

Estrutura	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL
MDN	3	4	5	4	1	17
EMGFA	-	-	-	-	-	-
Marinha	2	14	5	12	11	44
Exército	22	24	13	28	18	105
Força Aérea	9	9	6	9	11	44
TOTAL	36	51	29	53	41	210



9.5 – NÚMERO DE INSPECÇÕES REALIZADAS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Área	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL
IAMH	11	6	5	6	9	37
IAMM	5	7	5	10	11	38
IAMF	6	7	6	7	9	35
IAPS	14	31	13	30	12	100
IAMH/IAPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	36	51	29	53	41	210



9.6 – INSPECÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELOS RAMOS

Ramo	Tipo	Planeamento	U/E/O Inspeccionadas						Nº de Inspectores (*)					U/E/O		Dias de Execução (**)
			EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	U/E/O		IG	EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	OIT	SFN	
							OIT	SFN								
MARINHA	IG	IP	-	-	-	-	1	-	-	5	-	-	-	-	-	7
	IO	IP	-	-	-	-	1	38	-	-	-	-	-	257	-	72
	IO	II	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	111	-	9
	IT	IP	-	9	-	-	8	2	-	-	76	-	-	-	-	71
	IT	II	-	3	-	-	2	29	-	-	45	-	-	155	-	58
EXÉRCITO	IG	IO	-	-	-	-	9	-	18	-	28	1	-	46	-	18
	IG	IE	-	-	-	-	2	-	7	1	5	-	-	10	-	4
	IAO	IO	-	-	-	-	-	4	4	1	7	1	-	12	8	6
	IAO	IE	-	-	-	-	-	9	14	4	20	3	-	16	-	16
	IT	IO	-	16	-	-	174	17	-	-	20	4	-	261	15	210
	IT	IE	2	5	-	-	33	19	78	16	18	14	-	7	2	67
FORÇA AÉREA	IG	IO	-	-	-	-	5	1	52	1	34	2	6	12	-	244
	IPS	IO	-	-	1	-	2	-	7	-	-	-	-	-	-	54
	IT	IO	6	2	6	-	43	4	-	31	82	22	-	-	-	87
	VA (a)	IO	-	-	-	-	9	-	36	-	1	-	15	-	-	79

Os conceitos dos tipos de inspeção constam de Regulamentos dos respectivos Ramos.

(*) Número de inspectores empenhados;

(**) Na Força Aérea estão contabilizados em "Homem/Dia";

(a) Inspeções destinadas a regularizar/normalizar anomalias por corrigir decorrentes de IG e IPS anteriores.

SIGLAS / ABREVIATURAS

A	Armamento e Equipamento
AApSvc	Área de Apoio de Serviços
A/S	Anti-submarina
A7-P	Aeronave de Combate
AAA	Artilharia Antiaérea
AAR	<i>Air-to-Air Refuelling</i>
ABU	Navio Balizador
ACar	Anti-carro
ACS	<i>Airspace Control System</i>
ACT	Activo
ADM	Assistência na Doença aos Militares
ADMA	Assistência na Doença aos Militares da Armada
ADME	Assistência na Doença aos Militares do Exército
ADMFA	Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea
ADTA	Agrupamento de Defesa Territorial dos Açores
ADTM	Agrupamento de Defesa Territorial da Madeira
AETD	Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa
AEW	<i>Airborne Early Warning (Radar Picket Aircraft)</i>
AFA	Academia da Força Aérea
AFSOUTH	Comando Aliado do Sul da Europa
AG	Navio Auxiliar
Agr	Agrupamento
AGS	Navio Hidrográfico
AGSC	Navio Hidrográfico Costeiro
AJEMA	Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
AL III	Helicóptero <i>Allouette III</i>
ALFA-JET	Aeronave de Apoio Aéreo Próximo
ALFAN	<i>Almiral Force Action Navale</i>
ALFLOT	Comando Operacional da Marinha de Espanha
AM	Academia Militar
AMN	Autoridade Marítima Nacional
AMF(L)	<i>Ace Mobile Force Land</i>
AMSJ	Área Militar de São Jacinto
AOR	Navio Tanque Reabastecedor
AP	Auto-propulsionado
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ARCOMNAV	Área do Comando Naval
ARRC	Corpo de Reacção Rápida Aliado
ASAFA	Análise ao Sistema de Alimentação das Forças Armadas
ASSISLOG	Análise ao Sistema Logístico
ASUW	<i>Antisurface Warfare</i>
ASW	<i>Anti-Submarine Warfare</i>
At	Atirador
AUGMENTEES	Reforço de Pessoal
AXS	Navio de Vela
BA	Base Aérea
BAAA	Bateria de Artilharia Antiaérea
BAF	<i>Belgium Air Force</i> (Força Aérea Belga)

BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BAPsvC	Batalhão de Apoio de Serviços
Bat	Batalhão
BCS	Batalhão de Comando e Serviços
BDT	Brigada de Defesa Territorial
BDTC	Brigada de Defesa Territorial do Centro
BDTN	Brigada de Defesa Territorial do Norte
BI	Batalhão de Infantaria
BIAT	Batalhão de Infantaria Aerotransportado
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BIMoto	Batalhão de Infantaria Motorizado
BIPara	Batalhão de Infantaria Pára-quedista
BISM	Batalhão de Informações e Segurança Militar
BLD	Batalhão Ligeiro de Desembarque do Corpo de Fuzileiros
BLI	Brigada Ligeira de Intervenção
BMI	Brigada Mecanizada Independente
BOE	Batalhão de Operações Especiais
Bra	Brasil
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BrigRR	Brigada de Reacção Rápida
BRILAT	Brigada Ligeira de Atiradores
BSS	Batalhão do Serviço de Saúde
BT	Beneficiário Titular (do IASFA)
Btr	Bateria (unidade de Artilharia)
C-130	Aeronave de Transporte
C-212	Aviocar (Aeronave de Transporte)
C-212EW	Aeronave de Guerra Electrónica
C6F	<i>Command 6th Fleet</i>
CAA	Comando Aéreo dos Açores
CACar	Companhia Anti-carro
CAD MAX HALIFAX	Comando Operacional do Canadá
CAOC 10	<i>Combined Air Operations Center 10</i>
CASMD ITALY	<i>Centro Alti Studi Ministero de la Defensa</i>
CAS	Centro de Apoio Social (do IASFA)
CAt	Companhia de Atiradores
CATT	Companhia de Apoio a Transportes Táticos
Cav	Cavalaria
CAX	<i>Computer Added Exercise</i>
CCS	Companhia de Comando e Serviços
CC-AIR Izmir	<i>Component Commander-Air</i>
CCmds / CCMDS	Companhia de Comandos
CDAM	Comando do Destacamento Aéreo da Madeira
CDT	<i>Combat Diving Team</i> (Equipa de Mergulhadores de Combate)
CE	Comunicações e Electrónica
CECLANT	<i>Commandant en Chef pour l'Atlantique</i>
CEE	Comparticipação Escolar Especial
CEE-R	Comparticipação Escolar para Reeducação
CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
CEM	Chefe do Estado-Maior
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada

CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMET	Chefe do Estado-Maior do Exército de Espanha
CEMF	COMEUROMARFOR
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEN	Comparticipação Escolar Normalizada
CEng	Companhia de Engenharia
CEOE	Companhia de Elementos de Operações Especiais
CFMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CFP	Curso de Formação de Praças
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CFX	<i>Command Field Exercise</i>
CGE	Conta Geral do Estado
CGS	CIMIC Group South
CH CITOAP	Chefia do Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz
CHIEF JK HQ FRANCE	<i>Chief of Joint Force Headquarter</i>
CHOD	<i>Chief of Defense</i>
CI	Centro de Instrução
CID	Comando da Instrução e Doutrina
CIMIC	<i>Civil Military Cooperation</i>
CINCEASTLANT	<i>Commander-in-Chief Eastern Atlantic Area</i>
CINCGERFLEET	<i>Commander-in-Chief German Fleet</i>
CINCIBERLANT	Comando da Área Ibero-Atlântica
CINCNAV	Comando Operacional da Marinha de Itália
CINCSOUTH	Comando Aliado do Sul
CINCSOUTHLANT	<i>Commander-in-Chief Southern Atlantic Area</i>
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CISM	<i>Conseil International du Sport Militaire</i> (Conselho Internacional do Desporto Militar)
CJMOA	Comando Operacional da Força Aérea de Espanha
CJSOCC OPLAN	<i>Combined Joint Special Operations Component Command / Operational Planning</i>
CJTF	<i>Combined Joint Task Force</i>
CLog	Comando da Logística
CM	Colégio Militar
Cmd / CMD	Comando
Cmdt / CMDT	Comandante
CMSM	Campo Militar de Santa Margarida
CMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CN	Comando Naval / Cartografia Náutica
CNAD	<i>Conference of National Armament's Directors</i>
CNC	Centro Nacional de Catalogação
CNPCE	Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COFA	Comando Operacional da Força Aérea
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres
COJS SPAIN	<i>Chief of Joint Staff SP</i>
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAIRCEINT	Comando Aéreo Aliado das Forças do Centro da Europa
COMAIRNORTH	<i>Commander Allied Air Forces North Europe</i>
COMAMF(L)	<i>Commander ACE Mobile Force (Land)</i>
COMAO	<i>Combined Air Operations</i>

COMBINEX	<i>Combined Exercise</i>
COMCOI ITALY	Comando Conjunto Operacional Interforças
COMCORPFUZMAR	Comando do Corpo de Fuzileiros
COM GENAVSPECFOR	<i>Commander German Navy Special Forces</i>
COM JFC BRUNSSUM	<i>Commander Allied Joint Force Command Brunssum</i>
COMLANDSOUTH	Comando Terrestre Aliado das Forças do Sul da Europa
COM MCC NORTHWOOD	<i>Commander of Maritime Component Commander Northwood</i>
COMNAV	Comando Naval
COMNAVSOUTH	Comando Naval Aliado das Forças do Sul da Europa
CompMortPes	Companhia de Morteiros Pesados
COMSUBDEVRON TWELVE	<i>Commander Submarine Development Squadron 12</i>
COMSUBMED	<i>Comand Submarine Mediterranean</i>
COMTURDESDIV	<i>Commander Turkish Destroyer Division</i>
COMTURFLEET	<i>Commander of Turkish Fleet</i>
CORG	Código de Organização
COSPAS/SARSAT	Sistema via Satélite de Busca e Salvamento de Toulouse – França
CPCAT	Curso de Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista
CPHM	Comissão Portuguesa de História Militar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPX	<i>Command Post Exercise</i> (Exercício de Postos de Comando)
CRC	Centro de Reporte e Controlo
CRO	<i>Crises Response Operations</i> (Operações de Resposta a Crises)
CSAR	<i>Combat Search and Rescue</i>
CSI	Comunicações e Sistemas de Informação
CSTID	Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa
CTAT	Comando das Tropas Aerotransportadas
CTF	<i>Commander Task Force</i>
CTm	Companhia de Transmissões
CTM	Cooperação Técnico-Militar
CTOE	Centro de Tropas Operações Especiais
CTP	Centro de Telecomunicações Permanentes
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
CZAA	Comando da Zona Aérea dos Açores
CZAM	Comando da Zona Aérea da Madeira
CZMAR	Comando de Zona Marítima
CZMARA	Comando da Zona Marítima dos Açores
CZMARM	Comando da Zona Marítima da Madeira
CZMA	Comando da Zona Militar dos Açores
CZMM	Comando da Zona Militar da Madeira
DA	Acção Directa
DAE	Destacamento de Acções Especiais (do Corpo de Fuzileiros)
DAM	Destacamento Aéreo da Madeira
DAMAG	Direcção de Análise e Métodos de Apoio à Gestão
DAPS	Destacamento Aéreo de Porto Santo
DCCR	Despesas com Compensação em Receitas
DDG	<i>Destroyer Guided Missiles Equiped</i>
DE	Direcção de Electrotecnia
Dest	Destacamento
DestPrec	Destacamento Precursor
DEU	Alemanha

DF	Direcção de Faróis
DGAED	Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa
DGAM	Direcção-Geral de Autoridade Marítima
DGIE	Direcção-Geral de Infra-Estruturas
DGM	Direcção-Geral de Marinha
DGPDN	Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional
DGPRM	Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DIREC	Divisão de Recursos (do EMGFA)
DISTEX	<i>Disaster Relief Exercise</i> (Exercício que testa e treina militares para responder a uma crise provocada por catástrofe natural)
DL	Decreto-Lei
DMA	Direcção de Manutenção Aeronáutica
DMP	<i>Data Management Processor</i>
DN	Direcção de Navios
DOE	Destacamento de Operações Especiais
DOp	Departamento de Operações
DPP	Departamento de Prospectiva e Planeamento
DS	Direcção de Serviços
DT	Direcção Técnica
EASC	Elemento de Apoio de Serviços em Combate
E3D	<i>Airbone Early Warning Control System (Aircraft AWACS)</i>
EC-212	Aviocar (Avião de Guerra Electrónica)
EEMMPP	Estados-Maiores Peninsulares
EFFA	Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
EM	Estado-Maior
EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EMP	Estados-Maiores Peninsulares
EN	Escola Naval
Eng	Engenharia
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo
EOSFN	Encargos Operacionais do Sistema de Forças Nacional
EPA	Escola Prática de Artilharia
EPAM	Escola Prática de Administração Militar
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPE	Escola Prática de Engenharia
EPI	Escola Prática de Infantaria
EPT	Escola Prática de Transmissões
Eq	Equipa
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
ERF	<i>European Response Force</i> (EUROFOR)
ESE	Escola de Sargentos do Exército
ESP	Espanha
Esq	Esquadra/Esquadrão
EsqPE	Esquadrão de Polícia do Exército
EUCLID	<i>European Cooperation for the Long Term In Defence</i>
EUFOR	Força Europeia
EUROFOR	<i>European Forces</i>

EUROMARFOR	<i>European Maritime Forces</i> (Força Marítima Europeia)
EXE	Exército
EXSTUDY	<i>Study Exercise</i>
EW	<i>Electronic Warfare</i> (Guerra Electrónica)
F-16	Aeronave de Defesa Aérea
F-16A	Aeronave F-16 Série A
F-16AM	Aeronave F-16 Série A Modificado (com <i>Middle Life Upgrade</i>)
FAC	<i>Forward Air Controller</i>
FAE	Força Aérea de Espanha
FA	Forças Armadas
FAMET	Forças Aero-Móveis do Exército de Terra
FAP	Força Aérea Portuguesa
FApG	Forças de Apoio Geral
FF	Fragata
FFAH	Fragata Equipada com Mísseis e Helicópteros
FFGH	Fragata Vasco da Gama e Embarque de Helicópteros
FNC	Força Nacional Conjunta
FND	Forças Nacionais Destacadas
FOC	<i>Full Operational Capability</i>
FOPE	Força Operacional Permanente do Exército
FOST	Comando da Flotilha de Treino da Marinha do Reino Unido
FRA	França
FRI	Força de Reacção Imediata
FS	Corveta
FTX	Exercício de Campo com Tropas
FU	<i>Follow up</i>
FZ	Fuzileiros
GAAA	Grupo de Artilharia Antiaérea
GABMDN	Gabinete do Ministro da Defesa Nacional
GABSEDAC	Gabinete do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes
GABSEDN	Gabinete Secretário de Estado da Defesa Nacional
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GALE	Grupo de Aviação Ligeira do Exército
GBAD	<i>Group Based Air Defense</i>
GBR	Grã-Bretanha
GCC	Grupo de Carros de Combate
GCC/BMI	Grupo de Carros de Combate da Brigada Mecanizada Independente
GE	Guerra Electrónica
GEN AOP PORTUGAL	Adjunto do CEMGFA para as Operações
GM	Geologia Marinha
GML	Governo Militar de Lisboa
GNR	Guarda Nacional Republicana
GNS	Gabinete Nacional de Segurança
GU	Grande Unidade
H/D	Homem/Dia
HALO HAHO	<i>High Altitude Low Opening/High Altitude High Opening</i>
HFA	Hospital da Força Aérea
HMAR	Hospital da Marinha
HMB	Hospital Militar de Belém
HMP	Hospital Militar Principal
HMR1	Hospital Militar Regional n.º 1 (Porto)

HMR2	Hospital Militar Regional n.º 2 (Coimbra)
HQ	<i>Headquarters</i> (Quartel-General)
HUMINT	<i>Human Intelligence</i>
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IAMF	Inspeção de Administração de Meios Financeiros
IAMH	Inspeção de Administração de Meios Humanos
IAMM	Inspeção de Administração de Meios Materiais
IAO	Inspeção de Avaliação Operacional
IASFA	Instituto de Acção Social das Forças Armadas
IBERLANT	Área Ibero-Atlântica
IC-ENC	<i>International Center for Electronic Navigation Charts</i>
ICOL	Instrução Colectiva
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IE	Inspeção Extraordinária
IEPG	<i>Independent European Programme Group</i> (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IG	Inspeção Geral
IGDN	Inspeção-Geral da Defesa Nacional
IGE	Inspeção-Geral do Exército
IGeoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
II	Inspeção Inopinada
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
Inf	Infantaria
Info	Informações
INICT	Instituto Nacional de Investigação Científica
INVITEX	<i>Invitation Exercise</i>
IO	Inspeção Ordinária
IOp	Inspeção Operacional
IP	Inspeção Parcelar
IPg	Inspeção Programada
IPS	Inspeção de Programas e Sistemas
ISAF	Força Internacional de Segurança e Assistência (Afeganistão)
IS/IMS	International Staff/International Military Staff
ISN	Instituto de Socorros a Náufragos
ISTAR	Intelligence, Surveillance, Target, acquisition and Reconnaissance
IT	Inspeção Técnica
ITA	Itália
JEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
JEMAD	<i>Jefe Estado Mayor de la Defensa</i>
JMOTS	<i>Joint Maritime Operational Training Staff</i>
JOINTEX	<i>Joint Exercise</i> (Exercício Conjunto)
KFOR	<i>Kosovo Force</i>
KTM	<i>KFOR Tacres Manbat</i>
LAFTM	Laboratório de Análises Fármaco Toxicológicas da Marinha
LC	Liga dos Combatentes
LCC	<i>Land Component Command</i>
LCM	Lancha de Desembarque Média

LCU/LDG	Lancha de Desembarque Grande
LDM	Lancha de Desembarque Média
LFC	Lancha de Fiscalização Costeira
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LFX	<i>Live Fire Exercise</i> (Exercício de Fogos Reais)
LIVEX	<i>Live Exercise</i> (Exercício de Campo com Tropas)
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LOGEX	<i>Logistical Exercise</i> (Exercício Logístico)
LPM	Lei de Programação Militar
MACON	Estado-Maior Espanhol
Mar	Marinha
MCM	<i>Mine Counter Measures</i>
MCMEX	Exercício de Guerra de Minas
MD	Montante Despendido
MDN	Ministério da Defesa Nacional
Mec	Mecanizada
Mil	Militar
MLU	<i>Middle Life Upgrade</i>
MM	Manutenção Militar
MNC	<i>Major NATO Command</i>
MOD U.K.	Ministério da Defesa do Reino Unido
MPA	<i>Maritime Patrol Aircraft</i>
MPA CAN	Aeronave de Patrulha Marítima Canadiana
MP Coy	<i>Military Police Company</i>
MRCC	<i>Maritime Rescue Control Center</i> (Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo)
NAM	<i>NATO Air Meet</i>
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NBQ	Nuclear, Biológico e Químico
NEO	Operação de Evacuação de Não-Combatentes
NLD	Holanda
NNA	Número NATO de Abastecimento
NPL	Navio Polivalente Logístico
NRDC	Corpos de Exército da NATO
NRF	<i>NATO Response Force</i> (Força de Resposta OTAN)
Obj	Objectivo
OCAD	Órgãos Centrais de Administração e Direcção
OCE	<i>Officer Conducting the Exercise</i>
ODN	Orçamento da Defesa Nacional
OE	Orçamento do Estado
OGFE	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OIT	Órgãos de Implantação Territorial
OLE	Orquestra Ligeira do Exército
OMDN	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional
OMDN-E	Orçamento da Defesa Nacional - Exército
OMDN-M	Orçamento da Defesa Nacional - Marinha
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operações
OPEVAL	<i>Operational Evaluation</i>
OSC/MDN	Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional

OSE	<i>Officer Shedulling the Exercise</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte.
P3-P	Aeronave de Patrulhamento Marítimo
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAO	Pelotão de Aquisição de Objectivos
PAOC	Plano de Actividade Operacional Civil
Para	Pára-quedista
Pat / PB	Patrulha
PBF	Patrulha Rápido
PBR	Patrulha Ribeirinho
PC	Posto de Comando
PCM	Posto de Comando Móvel
PE	Polícia do Exército
PECO	Países da Europa Central e Oriental
Pel	Pelotão
PelAqObj	Pelotão de Aquisição de Objectivos
PelDefNBQ	Pelotão de Defesa Nuclear Biológico e Químico
PelMsLig	Pelotão de Mísseis Ligeiros
PelPontApFlu	Pelotão de Pontes de Apoio Flutuante
PHIBEX	<i>Amphibious Exercise</i> (Exercício Anfíbio)
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PJM	Polícia Judiciária Militar
PLRA	Patrulha de Longo Raio de Acção
PMG	Preparação Militar Geral
PO	Posto de Observação
Prec	Precursor
PREREDEX	Pré-exercício de Aprontamento
PRT	Portugal
PSO	<i>Peace Support Operations</i> (Operações de Apoio à Paz)
PSP	Polícia de Segurança Pública
QG	Quartel-General
QO	Quadro Orgânico
QP	Quadro Permanente
QPa	Quadro Permanente (activo)
QPC	Quadro de Pessoal Civil
RA	Regimento de Artilharia
RAA	Região Autónoma da Madeira
RAAA	Regimento de Artilharia Antiaérea
RAC	Regimento de Artilharia de Costa
RC	Regimento de Cavalaria/Regime de Contrato
RCC	<i>Rescue Coordination Center</i> (Centro Coordenador de Salvamento)
RE	Regimento de Engenharia
Reb	Rebocado
REF	Reforma
RES	Reserva
RG	Regimento de Guarnição
RI	Regimento de Infantaria
RL	Regimento de Lanceiros
RMN	Região Militar do Norte
RMPORTSMOUTH	Comando do Corpo de Fuzileiros do Reino Unido

RMS	Região Militar do Sul
RV	Regime de Voluntariado
SA-330	Helicóptero PUMA
SACEUR	Comando Supremo Aliado da Europa
SACLANT	Comando Supremo Aliado do Atlântico
SAM	Sistema de Autoridade Marítima
SAR	<i>Search And Rescue</i> (Serviço de Busca e Salvamento)
SCNP	Subsídio Complementar Normal de Pensões (concedido pelo IASFA)
SEA	Subsídio Especial de Acamados (concedido pelo IASFA)
SEAP	Subsídio Especial de Apoio a 3ª Pessoa (concedido pelo IASFA)
Sec	Secção
Seg	Segurança
SEI	Subsídio Especial de Idosos (concedido pelo IASFA)
SEIR	Subsídio Especial de Irrecuperáveis ou Incapacitados (concedido pelo IASFA)
SEL	Subsídio Especial para Lares (concedido pelo IASFA)
SEN	Serviço Efectivo Normal
SFEx	Sistema de Forças do Exército
SFN	Sistema de Forças Nacional
SFOR	<i>Stabilisation Force</i> (Força de Estabilização) (Bósnia)
SG/MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SHAPE	<i>Supreme Headquarters Allied Powers Europe</i>
SIAF	<i>Spanish Italian Amphibious Force</i>
SICCE	Sistema de Informação de Comando e Controlo do Exército
SIFICAP	Sistema de Fiscalização e Controlo no Âmbito das Pescas
SIGEX	<i>Signals Exercise</i>
SI/TI	Sistemas e Tecnologias de Informação
SNB	Serviço Nacional de Bombeiros
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
SNFL	<i>Standing Naval Force Atlantic</i>
SNFM	<i>Standing Naval Force Mediterranean</i>
SNPC	Serviço Nacional de Protecção Civil
SOGA	Saltadores Operacionais de Grande Altitude
SOTG	<i>Special Operation Task Group</i>
SPCAT	Sistema Português de Catalogação
SRPCBA	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores
SRPCBM	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira
SSK	Submarino
STANAG	<i>Standard Agreement</i> (Acordo de Normalização)
STANAVFORLANT	Força Permanente do Atlântico
SUBEX	<i>Submarine Exercise</i>
SYNADEX	<i>Synthetic Air Defense Exercise</i>
TACP	<i>Tactical Air Control Party</i>
TACRES	<i>Tactical Resolve</i>
TASLO	<i>Tactical Air Support for Land Operations</i>
TASMO	<i>Tactical Air Support for Maritime Operations</i>
Téc.	Técnico
TG	<i>Task Group</i>
Tm	Transmissões
TO	Teatro de Operações
TOAFG	Teatro de Operações do Afeganistão
TODCI	Técnicos de Operações de Detecção e Conduta de Intercepção

TPF	Telefone com Fios
TPO	Tirocinio para Oficial
TSF	Telefone sem Fios
UAM	Unidade Auxiliar de Marinha
UE	União Europeia
UEO	Unidade, Estabelecimento, Órgão
UI	Unidade Imobiliária
UKR	Reino Unido
UN	Unidade Naval
UNENG	United Nations Engineering
UNIFIL	<i>United Nation International Force in Lebanon</i>
UNMISSET	<i>United Mission Support in East Timor</i>
UU/EE/OO	Unidades, Estabelecimentos, Órgãos
WEAG	<i>Western European Armaments Group</i> (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
ZAA	Zona Aérea dos Açores
ZAM	Zona Aérea da Madeira
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMARA	Zona Marítima dos Açores
ZMARM	Zona Marítima da Madeira
ZMC	Zona Marítima do Centro
ZMA	Zona Militar dos Açores
ZMM	Zona Militar da Madeira
ZMN	Zona Marítima do Norte
ZMS	Zona Marítima do Sul

ÍNDICE

	NOTA INTRODUTÓRIA	5
	SINAIS CONVENCIONAIS	6
1	ORÇAMENTO	7
1.1	Despesas da Defesa a preços correntes e constantes.....	16
1.2	Variação anual das despesas da Defesa	16
1.3	Despesas da Defesa, despesas públicas e PIB, a preços correntes e constantes	17
1.4	Peso das despesas da Defesa nas despesas públicas e no PIB	17
1.5	PIB por habitante e despesas da Defesa por habitante a preços correntes e constantes	18
1.6	Natureza das despesas da Defesa - Despesas globais	19
1.7	Natureza das despesas da Defesa - Serviços Centrais.....	21
1.8	Natureza das despesas da Defesa - EMGFA	22
1.9	Natureza das despesas da Defesa - Marinha.....	23
1.10	Natureza das despesas da Defesa - Exército	24
1.11	Natureza das despesas da Defesa - Força Aérea	25
1.12	Distribuição das despesas por capítulos do MDN	26
2	MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO	29
2.1	Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Marinha.....	35
2.2	Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Exército.....	40
2.3	Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Força Aérea.....	43
3	MISSÕES MILITARES DE CARÁCTER INTERNACIONAL	45
3.1	Actividade bilateral de Defesa (com excepção da África Subsariana)	48
3.1.1	Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento	48
3.1.2	Programas de cooperação/Actividades.....	49
3.1.3	Cruzeiros de investigação científica	51
3.1.4	Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros	52
3.1.5	Sobrevoo e aterragem - Pedidos de autorização.....	53

3.2	Cooperação técnico-militar	57
3.2.1	Projectos de cooperação técnico-militar com os PALOP e Timor-Leste	57
3.2.2	Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP e Timor-Leste.....	59
3.2.3	Formação de militares dos PALOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA	59
3.2.4	Despesas suportadas pelos Ramos das FA	60
3.2.5	Formação de militares nos PALOP por tipo de curso e por Ramo das FA.....	60
3.2.6	Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PALOP e seus familiares e respectivas despesas.....	61
3.2.7	Despesas globais da cooperação técnico-militar	61
3.3	Missões de paz.....	63
3.3.1	Envolvimento militar de Portugal em operações de apoio à paz	63
3.4	Missões de carácter humanitário.....	64
3.4.1	Apoio militar à ajuda humanitária	64
4	RECURSOS HUMANOS	65
4.1	Pessoal	69
4.1.1	Pessoal militar.....	69
4.1.1.1	Pessoal militar, segundo regime e situação, em 31 DEZ.....	69
4.1.1.2	Dados retrospectivos dos últimos cinco anos	69
4.1.1.2.1	Militares do Quadro Permanente.....	69
4.1.1.2.2	Militares não pertencentes ao Quadro Permanente.....	71
4.1.1.3	Militares do QP, activo, quanto à efectividade de serviço.....	72
4.1.1.4	Distribuição hierárquica do pessoal militar	72
4.1.1.5	Estrutura etária do pessoal militar	73
4.1.1.6	Estrutura de tempo de serviço dos militares do QP, no activo	73
4.1.1.7	Origem geográfica dos militares.....	74
4.1.1.8	Distribuição por sexo de pessoal militar	74
4.1.1.9	Promoção de militares do QP.....	75
4.1.1.10	Pessoal militar, ingressos e saídas por categorias e formas de prestação de serviço	75
4.1.1.11	Encargos financeiros com os vencimentos dos militares em regime de voluntariado (RV) e regime de contrato (RC)	76
4.1.1.12	Despesas decorrentes da aplicação da Lei do Serviço Militar.....	76
4.1.2	Pessoal militarizado.....	78
4.1.2.1	Pessoal militarizado da Defesa Nacional	78

4.1.3	Pessoal civil	79
4.1.3.1	Efectivos globais	79
4.1.3.2	Pessoal civil por grupos profissionais	79
4.1.3.3	Pessoal civil por estatuto jurídico	80
4.1.3.4	Pessoal civil por habilitações académicas	80
4.1.3.5	Pessoal civil por sexo	81
4.1.3.6	Estrutura etária do pessoal civil.....	81
4.1.3.7	Tempo de serviço do pessoal civil.....	81
4.1.3.8	Promoções de pessoal civil por grupo profissional	82
4.1.3.9	Ingressos e saídas de pessoal civil	82
4.2	Formação e treino.....	83
4.2.1	Institutos, academias, escolas e centros de instrução das FA (pessoal militar, militarizado e civil)	83
4.2.2	Pessoal militar na efectividade de serviço que frequentou cursos internos	83
4.2.3	Pessoal militar que frequentou cursos no estrangeiro	83
4.3	Saúde.....	85
4.3.1	Pessoal de saúde	85
4.3.1.1	Médicos militares e civis.....	85
4.3.1.2	Farmacêuticos militares e civis.....	86
4.3.1.3	Técnicos de farmácia militares e civis	86
4.3.1.4	Enfermeiros militares e civis.....	86
4.3.1.5	Técnicos paramédicos militares e civis	87
4.3.1.6	Médicos veterinários militares e civis	87
4.3.1.7	Enfermeiros veterinários militares e civis	87
4.3.2	Hospitais militares.....	87
4.3.2.1	Camas, segundo o fim a que se destinam	87
4.3.2.2	Consultas efectuadas, por especialidades, nos hospitais militares	88
4.3.2.3	Evolução do total de consultas nos hospitais militares	89
4.3.2.4	Movimentos de internados nos hospitais militares.....	89
4.3.2.5	Actos de terapêutica efectuados nos hospitais militares	90
4.3.2.6	Actos de diagnóstico efectuados nos hospitais militares	90
4.3.2.7	Pessoal ao serviço nos hospitais militares	91
4.4	Assistência na doença aos militares das FA.....	92
4.4.1	Evolução do número de beneficiários	92

4.4.2	Encargos com a saúde por modalidades de assistência	92
4.4.3	Evolução dos encargos com a saúde.....	92
4.5	Justiça e disciplina	95
4.5.1	Condecorações atribuídas	95
4.5.2	Processos iniciados	95
4.5.3	Punições aplicadas.....	96
4.5.4	Processos instruídos por indícios de prática de crimes	97
4.6	Desporto militar.....	98
4.6.1	Competições militares por Ramo das FA.....	98
4.6.2	Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA.....	99
4.6.3.	Pessoal militar que participou em provas internacionais militares.....	100
5	INFRA-ESTRUTURAS.....	101
5.1	Unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional	107
5.2	Servidões das unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional.....	107
5.3	Tipos de utilização das unidades imobiliárias	108
5.4	Verbas gastas com construções novas.....	109
5.5	Verbas gastas com grandes reparações de unidades imobiliárias.....	109
5.6	Classificação dos edifícios afectos à Defesa Nacional	110
5.7	Áreas atribuídas.....	111
5.8	Unidades imobiliárias adquiridas.....	112
5.9	Alienação de unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional.....	112
5.10	Alojamentos clássicos atribuídos	113
5.11	Capacidades dos quartéis e bases	113
5.12	Natureza das unidades imobiliárias.....	114
5.13	Sistemas e tecnologias de informação.....	118
5.13.1	Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços.....	118
5.13.2	Existências referidas a 31 de Dezembro de 2006.....	120
5.13.3	Áreas informatizadas - Percentagem	121
5.13.4	Pessoal afecto exclusivamente às tecnologias de informação e comunicações (pessoal TIC).....	123
5.13.5	Utilização da internet. Disponibilização de informação na internet.....	124
5.13.6	Presença do organismo na internet.....	126
5.13.7	Orientação do organismo relativamente à distribuição do acesso à internet e correio electrónico.....	127
5.14	Prémio Defesa Nacional e Ambiente.....	128

5.14.1	Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente.....	128
5.14.2	Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente	128
6	ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA	129
6.1	Exportações e importações de material de Defesa	133
6.1.1	Exportações de bens e tecnologias militares - Valores globais.....	133
6.1.2	Exportações de bens e tecnologias militares - Valores globais por áreas do globo.....	133
6.1.3	Importações de bens e tecnologias militares - Valores globais por áreas do globo	134
6.1.4	Comparação entre os valores das importações e exportações de bens e tecnologias militares - Por áreas do globo	134
6.1.5	Comparação entre os valores das importações e exportações de bens e tecnologias militares - Por países agregados em organizações internacionais a que Portugal pertence	135
6.1.6	Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de comércio de bens e tecnologias militares.....	135
6.2	Equipamentos de Defesa e LPM.....	137
6.2.1	Missões e meios disponíveis - Marinha	137
6.2.2	Missões e meios disponíveis - Exército	138
6.2.3	Missões e meios disponíveis - Força Aérea.....	139
6.2.4	Lei de Programação Militar - Principais programas de reequipamento das Forças Armadas	140
6.3	Logística	141
6.3.1	Despesas com manutenção de meios e sistemas operacionais	141
6.3.2	Despesas com equipamentos e material de saúde	142
6.3.3	Despesas com transportes - Aquisição de veículos	142
6.3.4	Despesas com transportes - Funcionamento.....	142
6.4	Investigação e desenvolvimento	143
6.4.1	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Marinha.....	143
6.4.2	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Exército.....	145
6.4.3	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Força Aérea.....	145
6.4.4	Investigação e desenvolvimento com financiamento LPM e respectivas áreas tecnológicas - Âmbito nacional e internacional - Sob coordenação da DGAED.....	146
6.5	Indústrias de defesa	147
6.5.1	Indústrias nacionais do sector das indústrias de defesa - 2005 e 2006	147
6.5.2	Indústrias nacionais com actividades ligadas a áreas da defesa - 2005 e 2006.....	147
6.5.3	Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de indústrias de armamento e tecnologias de Defesa....	148
6.5.4	EMPORDEF (SGPS), S.A. e associações do sector	149

6.5.4.1	EMPORDEF - Empresas da área da Defesa que agrupa.....	149
6.5.4.2	DANOTEC - Empresas da área da Defesa que agrupa.....	149
6.6	Qualidade, normalização e catalogação	151
6.6.1	Qualidade.....	151
6.6.1.1	Emissão de certificados de qualidade de armamento, equipamentos e serviços de Defesa.....	151
6.6.2	Normalização	151
6.6.2.1	Processos de acordos de normalização NATO	151
6.6.3	Catalogação.....	152
6.6.3.1	Pedidos de catalogação de artigos / Registo de utente da base de catalogação	152
6.6.3.2	Pedidos de atribuição de códigos de organização (CORG's).....	153
6.6.3.3	Propostas de cancelamento de Números de Abastecimento NATO (NNA)	153
6.6.3.4	Situação da base de dados de catalogação (SPCAT) em 31 de Dezembro de 2006.....	153
6.6.3.5	Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão do MDN	154
6.6.3.6	Curso Geral de Catalogação	154
7	SISTEMAS DE FORÇAS	155
7.1	Exercícios conjuntos e combinados - EMGFA	163
7.1.1	Exercícios e treino - Exercícios conjuntos - Exercícios realizados	163
7.1.2	Exercícios e treino - Exercícios conjuntos - Meios.....	163
7.1.3	Exercícios e treino - Exercícios combinados - Exercícios realizados	163
7.1.4	Exercícios e treino - Exercícios combinados - Meios.....	164
7.2	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Marinha.....	164
7.2.1	Exercícios sectoriais - Exercícios realizados	164
7.2.2	Exercícios sectoriais - Meios envolvidos.....	165
7.2.3	Exercícios combinados - Exercícios realizados	166
7.2.4	Exercícios combinados - Meios envolvidos.....	167
7.3	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica do Exército.....	169
7.3.1	Exercícios sectoriais - Exercícios realizados	169
7.3.2	Exercícios sectoriais - Meios envolvidos.....	170
7.3.3	Exercícios combinados - Exercícios realizados	172
7.3.4	Exercícios combinados - Meios envolvidos.....	173
7.4	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Força Aérea	173
7.4.1	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos - Exercícios realizados	173
7.4.2	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos - Meios envolvidos.....	174

7.4.3	Exercícios combinados - Exercícios realizados	174
7.4.4	Exercícios combinados - Meios envolvidos.....	175
8	APOIO SOCIAL	177
8.1	Beneficiários do IASFA - Distribuição por Ramo das FA.....	181
8.2	Funções de protecção social - Invalidez - Subsídio.....	182
8.3	Funções de protecção social - Velhice - Subsídios	182
8.4	Funções de protecção social - Sobrevivência - Subsídios.....	182
8.5	Funções de protecção social - Família - Subsídios	182
8.6	Total anual de subsídios e montantes despendidos por função.....	183
8.7	Outras funções de protecção social	184
9	ACTIVIDADE INSPECTIVA	185
9.1	Inspeções da administração dos meios executadas pela IGDN.....	188
9.2	Inspeções de análise de programas e sistemas executadas pela IGDN.....	188
9.3	Inspeções realizadas pela IGDN em 2006	189
9.4	Evolução do número de inspeções às estruturas	189
9.5	Número de inspeções realizadas nos últimos cinco anos.....	190
9.6	Inspeções da administração dos meios executadas pelos Ramos.....	190
	SIGLAS	191
	ÍNDICE	205